



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMOS - PPGNEIM**

TESE DE DOUTORADO

IVANA PATRÍCIA ALMEIDA DA SILVA

**VAMOS RODAR A BAIANA?
PSICOLOGIA FEMINISTA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS
MULHERES**

Salvador / BA
2022

IVANA PATRÍCIA ALMEIDA DA SILVA

**VAMOS RODAR A BAIANA?
PSICOLOGIA FEMINISTA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS
MULHERES**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Mulheres, gênero e Feminismos da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do título de Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, gênero e Feminismos. Linha de pesquisa: Gênero, Poder e Políticas Públicas.

Orientadora: Márcia Santana Tavares.
Coorientadora: Martha Giudice Narvaz.

Salvador / BA,
2022

Silva, Ivana Patrícia Almeida da
S586 Vamos rodar a baiana? psicologia feminista e políticas públicas para as mulheres./
Ivana Patrícia Almeida da Silva. – 2022.
243 f. ; il.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Márcia Santana Tavares
Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Martha Giudice Narvaz

Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

1. Mulheres – Psicologia. 2. Feminismo. 3. Mulheres – Políticas públicas. 4. Identidade de gênero. 5. Violência contra as mulheres. I. Tavares, Márcia Santana. II. Narvaz, Martha Giudice. III. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

CDD: 305.42

IVANA PATRÍCIA ALMEIDA DA SILVA

**VAMOS RODAR A BAIANA?
PSICOLOGIA FEMINISTA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES**

Tese aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Área de Concentração: Mulheres, Gênero e Feminismo. Linha de Pesquisa: Gênero, Poder e Políticas Públicas.

Salvador, 02 de fevereiro de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Márcia Santana Tavares – Orientadora
Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (2008).
Professora do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia.

Profa. Dra. Martha Giudice Narvaz - Coorientadora
Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009).
Professora do Instituto de Psicologia da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Profa. Dra. Conceição Nogueira
Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Minho (1997).
Professora da Faculdade de Psicologia e Ciência da Educação da Universidade do Porto.

Profa. Dra. Darlane Silva Vieira Andrade
Doutora em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela
Universidade Federal da Bahia (2012).
Professora do Departamento de Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia.

Profa. Dra. Fernanda Marques de Queiroz
Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (2005).
Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do
Norte.

Dedico esta tese à Raphaela Souza – mulher trans, preta, pobre, militante, assistente social e mais uma infinidade de lugares plurais que transitou em sua existência potente. O trabalho que realizo com políticas públicas me brindou com este encontro de puro aprendizado, por acompanhar na intimidade a força gigante dessa mulher em se refazer diante dos estilhaços produzidos pela perversidade patriarcal que lhe destroçavam corpo e alma. Viver no país mais transfóbico do mundo roubou-lhe precocemente a sua existência alegre. Rapha foi assassinada e virou mais um número na fúnebre estatística brasileira.

AGRADECIMENTOS

Finalizar este processo representa superação pessoal, eu não conseguiria este feito sozinha. Por isso, agradeço a quem esteve comigo, quem segurou minha mão e me acompanhou nessa jornada.

Institucionalmente agradeço à UFBA e à SPM pelo fomento desta pesquisa.

Sou imensamente grata a Márcia Tavares, minha orientadora querida, que além da eficiência em atender com prontidão minhas demandas de pesquisa, foi companheira compreensiva, acolhendo com amorosidade meus processos pessoais.

Agradeço ao encontro-presente que a Psicologia Feminista me ofertou: uma coorientadora generosa que topou me acompanhar numa parceria irmanada de trocas potentes. Muito obrigada Martha Narvaz.

Agradeço ao meu menino Ian, que me convida cotidianamente a ressignificar a maternidade em mim, agradeço também por suas contribuições na confecção de tabelas e mapas que complementam este trabalho.

Agradeço a todas as mulheres que compõem meu sistema familiar, com destaque para minha mãe Júlia e minha sobrinha Mariah, por hoje me acompanharem na espiritualidade, agradeço as que continuam caminhando materialmente comigo: minha avó Valdelice, minha tia Maria e minha irmã Cristiane, mulheres que representam meus maiores vínculos de afeto e aprendizagem entre aquelas que vieram antes de mim, a que chegou junto comigo e a que veio depois, matrilinearidade que simboliza força e alegria no feminino que me habita.

Agradeço aos homens de minha família: meu irmão Leandro, meus sobrinhos Theo e Benjamin e especialmente ao meu pai, que se permite reconhecer suas capturas patriarcais pela consciência amorosa da paternidade que nos oferta.

Agradeço Leniram, pela presença carinhosa e pelas cuidadosas revisões textuais durante a longa jornada de escrita desta tese.

Agradeço às amigas e amigos que contribuíram de formas variadas e sempre afetiva com a produção deste trabalho: Zelma Borges, Luciana Souza, Lanai Santana, Alberto Bonfim, Mamadou Gaye, Bruna Pontes, Marília Saldanha, Eder Amaral, Tânia Cunha, Jorge Marín, as irmãs Vania, Tânia e Cláudia Vasconcelos, Ednéia Souza, Marta Argolo, Isabel Menezes, Virgínia Queiroz, Raquel Pimenta e Anderson Jamaica.

Finalmente, agradeço a contribuição das psicólogas que tornaram possível este estudo.

*Mas se eu vejo preguiça
Se eu vejo injustiça, menino
Eu rodo a baiana
Se eu vejo tristeza
Se eu vejo pobreza, menino
Eu rodo a baiana
Se eu vejo promessa que só interessa a quem prometeu
Menino, eu rodo a baiana*

Beth Carvalho – Roda a baiana

RESUMO

Tendo em vista a importância do arcabouço teórico ao qual a Psicologia Feminista se alia e se referencia para pensar as relações de gênero e seus impactos no trabalho realizado com mulheres, esta pesquisa tem o objetivo de relacionar a inserção dos estudos sobre a Psicologia Feminista no trabalho terapêutico realizado com mulheres em situação de violência, vinculadas à Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres circunscritas às Políticas Públicas implantadas no estado da Bahia. A pesquisa foi realizada com todas as psicólogas que atuam nos Centros e Núcleos de atendimento às mulheres instalados em território baiano. O primeiro capítulo foi construído com o propósito de investigar o arcabouço formativo da psicologia concernente aos estudos de gênero, a partir de uma breve revisão histórica sobre a formação em psicologia no Brasil, com atenção especial aos jogos de poder existente no interior dos campos de disputa da apropriação dos conhecimentos psicológicos, com tensões de natureza político-ideológica que são anteriores a regulamentação da profissão no país e que se fez presente nos diferentes períodos da Psicologia no Brasil. O texto faz uma incursão no debate analítico sobre a qualidade de ensino das instituições de educação superior no país, avaliando politicamente a relação público x privado. O segundo capítulo teve o propósito de apresentar as Políticas Públicas para as Mulheres existentes no país, a relevância das mobilizações protagonizadas pelos movimentos feministas para que tais políticas se concretizassem, com o olhar direcionado ao envolvimento e às contribuições da Psicologia nesta pauta. Por fim, o último capítulo se debruça sobre as interconexões, possibilidades e desafios no encontro do feminismo com a psicologia e evidencia que este campo do saber ainda não incorporou de forma substancial a discussão de gênero a partir dos estudos feministas. Este texto-tese defende a Psicologia Feminista como abordagem e comprova a hipótese de que o desconhecimento da Psicologia Feminista enquanto instrumental teórico e a invisibilidade e marginalidade dos estudos de gênero durante a formação, sobretudo à luz das epistemologias feminista, corroboram com a utilização de abordagens individualistas da Psicologia Tradicional que impacta na capacidade qualitativa da psicologia no trabalho psicoterapêutico oferecido aquelas que buscam ajuda para romper o ciclo de violência em que estão inseridas.

Palavras-chave: Psicologia Feminista; políticas públicas para as Mulheres; Epistemologias Feministas; gênero; Rede de Enfrentamento à violência contra as Mulheres.

ABSTRACT

Considering the importance of the theoretical framework to which Feminist Psychology allies and refers to think about gender relations and its impacts on the work done with women, this research aims to relate the insertion of the studies about Feminist Psychology in the therapeutic work done with women in violence situation, linked to the Network of Confrontation to Violence against Women circumscribed to the Public Policies implemented in the state of Bahia. The research was performed out with all the psychologists who work in the Centers and Care units of assistance to women installed in Bahia. The first chapter was built with the intention of investigating the formative framework of psychology concerning gender studies, from a brief historical review on the formation of psychology in Brazil, with special attention to the power relations existing inside the dispute areas for the appropriation of psychological knowledge, with tensions of political-ideological nature that are before the regulation of the profession in the country and that are present in the different periods of Psychology in Brazil. The text makes an incursion into the analytical debate about the quality of teaching in universities, politically analyzing the public x private relationship. The second chapter aims to present the Public Policies for Women that in Brazil, the relevance of the mobilizations led by the feminist movements so that such policies could become a reality, with a focus on the involvement and contributions of Psychology in this agenda. Finally, the last chapter focuses on the interconnections, possibilities and challenges in the encounter between feminism and psychology and shows that this area of knowledge has not yet substantially incorporated the discussion of gender based on feminist studies. This text-thesis defends Feminist Psychology as an approach and proves the hypothesis that the lack of knowledge of Feminist Psychology as a theoretical instrument and the invisibility/marginality of gender studies during formation, especially in the light of feminist epistemologies, corroborate the use of individualistic approaches of Traditional Psychology that impact the qualitative capacity of the psychotherapeutic work offered to those who seek help to break the cycle of violence in which they are inserted.

Keywords: Feminist Psychology; public policies for Women; Feminist Epistemologies; gender; Network for Confronting Violence against Women.

RESUMEN

Dada la importancia del marco teórico al cual la Psicología Feminista se alía y usa como referencia para pensar las relaciones de género y sus impactos en el trabajo realizado con mujeres, esta pesquisa tiene como objetivo relacionar la inclusión de los estudios sobre Psicología Feminista en el trabajo terapéutico hecho con mujeres en situación de violencia, vinculadas a la Red de Enfrentamiento a la Violencia contra las Mujeres dentro del ámbito de las Políticas Públicas implantadas en el estado de Bahía. La pesquisa fue hecha con todas las psicólogas que atienden en los Centros y Núcleos de atendimento a las mujeres, instalados en el territorio bahiano. El primer capítulo investiga el referencial teórico formativo de la psicología sobre los estudios de género, haciendo una breve revisión histórica de la graduación en psicología en Brasil, dando especial atención a los juegos de poder existente dentro de los campos de disputa de la apropiación de los conocimientos psicológicos, con tensiones de naturaleza política e ideológica, que son anteriores a la reglamentación de la profesión en el país y que está presente en los diferentes periodos de la Psicología en Brasil. También debate sobre la calidad de la enseñanza de las instituciones de educación superior, analizando políticamente la relación público x privado. El segundo capítulo presenta las Políticas Públicas para las Mujeres en Brasil, la relevancia de las movilizaciones protagonizadas por el movimientos feministas para que tales políticas se concretizaran, resaltando la participación y las contribuciones de la Psicología en este tema. El último capítulo discurre sobre las interconexiones, las posibilidades y los desafíos en el encuentro del feminismo con la psicología y muestra que este campo de saber todavía no incluyó sustancialmente la discusión de género a partir de los estudios feministas. Este trabajo defiende la Psicología feminista como abordaje y comprueba la hipótesis de que el desconocimiento de la Psicología Feminista como instrumento teórico y la invisibilidad/marginalidad de los estudios de género durante la formación, sobretodo bajo la perspectiva de la epistemología feminista, corroboran con el atendimento de enfoque individualista de la Psicología Tradicional, lo cual impacta en la capacidad cualitativa del trabajo psicoterapéutico ofrecido a aquellas que buscan ayuda para romper el ciclo de violencia en que están inseridas.

Palabras clave: Psicología Feminista; políticas públicas para las Mujeres; Epistemologías Feministas; género, Red de enfrentamiento a la violencia contra las Mujeres.

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela 1 – Maiores e menores índices na relação entre psicólogas disponíveis nas Equipes de CRAMs e NAMs e a população municipal. | 49 |
| Tabela 2 – Relação comparativa sobre dados percentuais de cor/raça no Brasil a partir de fontes diversas. | 64 |
| Tabela 3 – Frequência das categorias criadas a partir das justificativas sobre a avaliação dos conteúdos do curso. | 105 |
| Tabela 4 – Relação das especializações cursadas pelas participantes | 189 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|-----|
| Gráfico 1- Idade das participantes | 57 |
| Gráfico 2 - Raça/cor/etnia das participantes..... | 61 |
| Gráfico 3: Religião das participantes..... | 65 |
| Gráfico 4 – índice percentual sobre a avaliação das participantes referentes aos componentes curriculares cursados na formação em Psicologia. | 82 |
| Gráfico 5 – Distribuição percentual sobre o tipo de IES cursada pelas participantes. | 88 |
| Gráfico 6 – Relação dos anos de ingresso das participantes nos seus respectivos cursos de Psicologia..... | 90 |
| Gráfico 7 – Percentual de participantes que cursaram outras graduações..... | 92 |
| Gráfico 8 – Percentual de participantes que cursaram/cursam pós-graduações..... | 92 |
| Gráfico 9 - Distribuição percentual sobre o número de pós-graduações cursadas ou em curso pelas participantes..... | 93 |
| Gráfico 10 – índice de frequência das categorias criadas a partir da avaliação das participantes sobre a análise geral de suas formações em psicologia. | 102 |
| Gráfico 11 – Distribuição percentual sobre a avaliação das participantes referente aos conteúdos e programas cursados em psicologia para a formação profissional no trabalho com mulheres. | 104 |
| Gráfico 12 – Distribuição percentual sobre o índice de disciplinas sobre gênero e violência cursadas pelas participantes..... | 108 |
| Gráfico 13 – Distribuição percentual sobre o tempo das participantes em exercício no cargo | 157 |
| Gráfico 14 – Percentual do tipo de vínculo institucional das participantes..... | 157 |
| Gráfico 15 – Porcentagem de participantes que já atuou com políticas públicas sociais antes da atual atividade..... | 159 |
| Gráfico 16 - Distribuição percentual do tempo de Porcentagem de atuação das participantes em políticas públicas sociais antes da atual atividade. | 159 |
| Gráfico 17 – Percentual do tipo de gestão dos serviços de atenção social que as participantes atuaram | 160 |
| Gráfico 18 – percentual de participantes que já atuaram na Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres..... | 163 |

| | |
|---|-----|
| Gráfico 19 – Percentual de participantes que já realizou alguma capacitação para o trabalho com mulheres em situação de violência. | 165 |
| Gráfico 20 – Percentual sobre a motivação para a capacitação no trabalho com mulheres. ... | 166 |
| Gráfico 21 – Distribuição percentual sobre as instituições proponentes para capacitação no trabalho com mulheres..... | 167 |
| Gráfico 22 – Percentual da carga horária dos cursos de capacitação realizados. | 168 |
| Gráfico 23 – Índice percentual sobre o ano de conclusão das capacitações realizadas..... | 168 |
| Gráfico 24 – Percentual do ano de formação das participantes..... | 188 |
| Gráfico 25 – Percentual de participantes que tiveram acesso aos estudos sobre as epistemologias feministas..... | 196 |
| Gráfico 26 – índice percentual sobre a opinião das participantes no que tange a relevância do feminismo para o trabalho com mulheres em situação de violência. | 198 |
| Gráfico 27 – índice percentual sobre o quantitativo de participantes que conhecem a Psicologia Feminista | 200 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 – Resultado de pesquisa realizada no catálogo de teses e dissertações da CAPES com o descritor “Psicologia Feminista” | 27 |
| Quadro 2 – pesquisa realizada no Scielo com o descritor “Psicologia Feminista” | 31 |
| Quadro 3 – Sessões do instrumento de coleta de dados | 53 |
| Quadro 4 – Relação de respostas das participantes sobre a avaliação dos conteúdos e programas do curso em Psicologia para o trabalho com mulheres. | 105 |
| Quadro 5 – nome das disciplinas sobre gênero e violência cursadas pelas depoentes..... | 109 |
| Quadro 6 – Relação dos Porcentagem de participantes que já atuaram com políticas públicas sociais antes da atual atividade. | 160 |
| Quadro 7 - – Quantitativo das principais abordagens utilizadas pelas participantes no trabalho que realizam com mulheres | 191 |
| Quadro 8 – Quantitativo das principais referências utilizadas pelas participantes no trabalho que realizam com mulheres | 192 |
| Quadro 9 – Quantitativo das principais autoras/es utilizadas/os como referência pelas participantes no trabalho que realizam com mulheres..... | 193 |
| Quadro 10 - Relação das obras citadas como referência pelas participantes no trabalho que realizam com mulheres | 194 |
| Quadro 11 – Relação das disciplinas cursadas pelas participantes que oportunizaram acesso às epistemologias Feministas..... | 197 |
| Quadro 12 – Índice quantitativo das categorias sobre a relevância do feminismo criadas a partir da opinião das participantes..... | 199 |
| Quadro 13 – Percepções sobre a relevância da Psicologia Feminista no trabalho como mulheres | 201 |
| Quadro 14 – Relação das principais dificuldades elencadas pelas participantes no trabalho que realizam com mulheres..... | 203 |
| Quadro 15 – - Levantamento de opinião das participantes sobre as estratégias efetivas no combate à violência contra as mulheres | 204 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|--|
| ABEP | Associação Brasileira de Ensino em Psicologia |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CFP | Conselho Federal de Psicologia |
| CNDDM | Conselho Nacional de Direitos das Mulheres |
| CDDM | Conselho Estadual de Direitos das Mulheres |
| CNE/CES | Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação |
| CRAM | Centro de Referência em Atendimento às Mulheres |
| CRAMs | Centros de Referência em Atendimento às Mulheres |
| CRAS | Centro de Referência em Atenção Social |
| CREAS | Centro de Referência Especial em Atenção Social |
| CRPs | Conselhos Regionais de Psicologia |
| DCN | Diretriz Curricular Nacional |
| DCNs | Diretrizes Curriculares Nacionais |
| EaD | Ensino à Distância |
| Fies | Financiamento estudantil |
| HIV | Vírus da Imunodeficiência Humana |
| IES | Instituição de Ensino Superior |
| LBT | Lésbicas, Bissexuais e Transexuais |
| LDBEN | Lei de Diretrizes e Bases de Ensino Nacional |
| LGBTQIA+ | Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual, entre outros. |
| MEC | Ministério da Educação |
| NAM | Núcleo de Atendimento às Mulheres |
| NAMs | Núcleos de Atendimento às Mulheres |
| OMS | Organização Mundial de Saúde |
| PEPM | Plano Estadual de Políticas para as Mulheres |
| PPGNeim | Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Mulheres, gênero e feminismos |
| ProUni | Programa Universidade para Todos |
| SESU/MEC | Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação |
| SPM | Secretaria de Políticas para as Mulheres |
| SPMBa | Secretaria de Políticas para as Mulheres do estado da Bahia |
| SSP | Secretaria de Segurança Pública |
| SUAS | Sistema Único em Assistência Social |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO..... | 18 |
| RECURSOS METODOLÓGICOS | 41 |
| O CAMPO | 43 |
| O MÉTODO | 52 |
| AS PARTICIPANTES | 56 |
| CAPÍTULO I..... | 67 |
| HISTÓRIA DA PSICOLOGIA NO BRASIL: BASES CURRICULARES E A INTERSECÇÃO COM OS ESTUDOS DE GÊNERO..... | 67 |
| FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA NO BRASIL: BREVE REVISÃO | 68 |
| BASES CURRICULARES DA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA NO BRASIL E AS IES NO CONTEXTO BAIANO | 81 |
| FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA E O DEBATE DE GÊNERO: UM ESTUDO DE CASO BAIANO..... | 98 |
| CAPÍTULO 2 | 114 |
| MILITÂNCIA FEMINISTA, POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO E PSICOLOGIA: ENCOTROS POSSÍVEIS | 114 |
| A MILITÂNCIA FEMINISTA E A DIMENSÃO POLÍTICA NA LUTA PELA EQUIDADE DE GÊNERO | 116 |
| CONFERÊNCIAS MUNDIAIS | 120 |
| CONFERÊNCIAS NACIONAIS..... | 126 |
| O PROTAGONISMO FEMINISTA BRASILEIRO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES..... | 129 |
| A SPM E A EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA NA BAHIA: DESAFIOS E AVALIAÇÕES..... | 138 |
| PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: DEBATES E COMPROMISSOS POLÍTICOS..... | 145 |

| | |
|--|-----|
| A PSICOLOGIA NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES NA BAHIA | 154 |
| CAPÍTULO 3 | 171 |
| INTERCONEXÕES, POSSIBILIDADES E DESAFIOS NO ENCONTRO DO FEMINISMO COM A PSICOLOGIA | 171 |
| EXISTE PSICOLOGIA FEMINISTA NO BRASIL?..... | 173 |
| PSICOLOGIA FEMINISTA: A PRODUÇÃO DE UMA CLÍNICA-POLÍTICA..... | 179 |
| PSICOLOGIA FEMINISTA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULEHRES NO CONTEXTO BAIANO | 185 |
| REFERÊNCIAS | 210 |
| ANEXO I..... | 226 |
| ANEXO II..... | 229 |
| ANEXO III | 230 |
| ANEXO IV | 237 |
| ANEXO V | 240 |
| ANEXO VI..... | 242 |
| ANEXO VII..... | 243 |

INTRODUÇÃO

“Eu não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo quando as correntes dela sejam diferentes das minhas.”

Audre Lorde

Penso que a escolha dos nossos objetos de pesquisa não acontece ao acaso, de forma despreziosa. Portanto, marcar o meu lugar social se faz necessário antes de delinear o objeto que escolhi para pesquisar. Para mim, as experiências femininas sempre incitaram temas do meu interesse, desde os incômodos questionamentos da infância, na convivência doméstica com as mulheres da família, permeada pelo cuidado tenso em busca da aprovação dos homens para validar o trabalho feminino de dedicação ao lar, até escolher a psicologia e entre todos os campos possíveis, eleger o estudo sobre a condição social das mulheres como foco de minhas pesquisas, de minha militância e do meu eixo de trabalho. Essa trajetória me faz revisitar experiências vividas, revendo memórias infantis transversalizadas por discursos tradicionais, presentes nas narrativas que me atravessaram e atravessam, desde a minha infância até a escuta terapêutica que pratico no meu exercício cotidiano de ouvir mulheres e suas histórias de vida.

As escolhas teórico-políticas que realizei em minha caminhada, em especial o estudo das epistemologias feministas, permitiram-me acessar potencialidades que só foram possíveis pelas problematizações e desnaturalizações, que me fizeram desconstruir os ensinamentos enraizados de um único lugar possível para as performances sociais do feminino e compreender a importância de assumir um compromisso coletivo e político de lutar pelas bandeiras feministas de construção de uma sociedade com igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Portanto, ao marcar os lugares que ocupo como mulher, mãe, psicóloga, feminista, militante e pesquisadora, forjada não apenas nos bancos acadêmicos de formação universitária, trago comigo a força do feminismo enquanto postura micropolítica, incrustada em minhas práticas cotidianas, carrego a esperança ideológica de uma radical mudança social em que todas as mulheres possam se reconhecer conhecedoras do direito de existir como protagonistas de suas vidas. O caminho que percorri até aqui me faz produzir uma clínica comprometida com o projeto político do feminismo, com a emancipação das mulheres e a conquista da condição de

“sujeitas” de sua própria história. Os avanços que tive o privilégio de acompanhar no setting terapêutico foram permeados por uma prática que transita entre a psicologia e o feminismo, denominada Psicologia Feminista, abordagem ainda pouco explorada para aquelas(es) que se dedicam ao cuidado e atendimento às mulheres machucadas pelo machismo.

Início este texto marcando o meu lugar social, pois este estudo fala do campo pesquisado e das andanças de quem o pesquisa, o insight da temática surge de minhas inquietações e sensibilidades nas experiências profissionais que me lancei no terreno das políticas para as mulheres e que será compartilhado com quem se dispuser a acompanhar comigo a cartografia traçada neste estudo.

O meu interesse pelos estudos sobre as mulheres antecedeu a chegada do feminismo em minha vida, minha imersão por literaturas e leituras sobre o universo feminino me fez chegar ao feminismo. No período de finalização da minha graduação, não tive dúvidas que desejaria falar sobre a condição das mulheres no meu trabalho de conclusão de curso, a essa altura, nas minhas tantas leituras e pesquisas, escolhi a temática sobre a violência contra as mulheres, na ocasião não problematizei a minha escolha, mas hoje tenho a nítida consciência que o meu contexto social e as histórias que me atravessaram me levaram a tal decisão.

Eis que esta escolha, ainda na graduação, colocou em movimento a busca dos rastros da psicologia na construção das políticas públicas para as mulheres. Tratou-se de motivação pessoal e resistência institucional pois, o curso não mencionava a participação da psicologia nas políticas públicas, menos ainda, na militância feminista. Lembro-me que o meu professor orientador pontuou suas limitações sobre o tema e só aceitou a empreitada comigo pela minha insistência em mantê-lo. Recusei outras propostas recebidas e, assumi o risco de enfrentar uma banca sem a segurança e o respaldo do orientador.

Hoje penso quanta simbologia havia nessa resistência docente e quantas vezes essa cena se repetiu no cenário acadêmico, estávamos no ano de 2008 e a discussão sobre a condição das mulheres e o debate de gênero era completamente ausente dos temas trabalhados em sala de aula. Nessa construção de memória, fica ainda mais evidente o desinteresse da psicologia que eu acessei, para com os estudos sobre a condição da mulher.

Quando enfim, decidi pelo tema, escolhi investigar os modos como a violência contra as mulheres era percebida e perspectivada pelos profissionais que atendem mulheres violentadas. Essa curiosidade acadêmica foi suscitada pelas diversas leituras que realizei à época (BASTARDED, 2009; SAFFIOTI, 1995, 1998, 2004; SCOTT, 1990; entre outras) que apontavam o pouco preparo das equipes que atuavam no atendimento a mulheres, atribuindo a maior fragilidade ao entendimento equivocado sobre as especificidades do fenômeno da

violência contra as mulheres. E assim fui apresentada aos serviços que compõem a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres e ao universo de luta que perpassa essa política.

Meu primeiro contato se deu numa reunião do Conselho Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres de Vitória da Conquista, município do interior da Bahia, na ocasião a cidade já contava com uma unidade da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) e um centro de referência em atendimento à mulher, que foi implantado em 2006, mesmo ano da implementação da lei Maria da Penha. Essa conquista foi fruto das cobranças e ativismos dos movimentos de mulheres feministas existente na cidade, a importância da militância política se destaca desde os meus primeiros contatos com a rede, pois se fazia presente em todas as reuniões do Conselho, tensionava a gestão municipal no que se refere às ações específicas para as demandas das mulheres, além de fiscalizar a execução das ações realizadas.

As minhas primeiras impressões sobre o destaque do protagonismo feminista nas políticas públicas são um retrato da realidade dos avanços alcançados pelas mulheres em todo o mundo, a partir das conferências e mobilizações dos movimentos feministas. Antes mesmo de concluir a minha pesquisa me associei ao grupo feminista mais antigo que existia na cidade, vínculo que se mantém até hoje e lugar ao qual devo o meu amadurecimento político.

Iniciei minhas atividades como profissional da psicologia nas dependências da União de Mulheres de Vitória da Conquista, associação feminista a qual pertenço, localizada numa área periférica da cidade com alto índice de violência doméstica, comecei com a oferta de atendimento psicológico àquelas em situação de violência, por meio de demanda espontânea, montei também um grupo terapêutico para o mesmo perfil de mulheres, grupo que permaneceu ativo ao longo de seis anos.

Com as atividades que desenvolvia fui me familiarizando cada vez mais com a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres do município. Após aprovação num concurso público municipal iniciei então minhas atividades numa política pública para as mulheres, atuando como psicóloga no centro de referência da mulher, onde permaneci por alguns anos. Minha trajetória profissional evoluiu juntamente com o meu envolvimento com as pesquisas acadêmicas em estudos continuados sobre o fenômeno da violência contra as mulheres.

Em 2017, suspendi o trabalho de atendimento às mulheres para contribuir com ações em nível estadual, como assessora técnica na SPMBa, em atribuições que envolviam atividades de monitoramento dos centros de referência existentes no Estado, acompanhando o número de atendimentos mensais e acolhendo as demandas dos serviços, eu era a responsável também por executar as formações oferecidas pela SPMBa para estes serviços, além de diversas outras atividades de promoção das políticas públicas para as mulheres promovidas pelo Estado.

Essa experiência foi fundamental para definir o recorte deste estudo, pois me fez ter uma dimensão panorâmica do funcionamento das políticas para as mulheres do estado, conhecer sua dinâmica, desafios e possibilidades. Aprofundei-me em leituras mais complexas sobre o planejamento e implantação das políticas públicas para as mulheres e conheci *in loco* a execução destas políticas, dialogando com as atrizes e atores mais importantes: as/os profissionais que atuam na atenção direta ao público.

O meu devir-pesquisadora conduz os rumos desse texto, valendo-me, ao mesmo tempo, de minhas andanças, que proporcionaram conhecer de dentro as contingências e os desafios das sujeitas dessa pesquisa. Vivi, de forma encarnada, a experiência de ser uma psicóloga que acolhe no seu cotidiano relatos de dor e violência provocadas pelo hegemônico sistema patriarcal num contexto laboral de poucos recursos, onde necessitamos de esforços criativos e articulações bem elaboradas para o êxito na função.

Minha experiência explícita cada vez mais a necessidade de uma postura ativista para aquelas que decidem se debruçar sobre as políticas públicas para as mulheres, pois as dificuldades de recurso não estão apenas na ponta, nos municípios que executam os serviços. Ao chegar na SPMBa tive a oportunidade de conhecer e vivenciar o cotidiano da equipe de trabalho que coordena todas as ações num estado de grandes dimensões territoriais como a Bahia, uma equipe reduzida, aquém do mínimo necessário, composta quase exclusivamente por mulheres que se esforçam além dos seus limites para compensar as deficiências de recursos humanos, materiais e econômicos.

Lidar com as limitações ali encontradas, exige dessas mulheres um trabalho militante que impõe dificuldades profissionais e desafios pessoais. Peregrina-se com uma carga de trabalho intensa, viagens frequentes para a maioria da equipe e um ritmo de produção que se revela adoecedor para muitas servidoras, desvelando uma outra faceta de desafios no trabalho com a política para as mulheres.

Esta minha trajetória, sumariamente delineada neste texto, provocou em mim muitas inquietações que incitou a construção do corpus desta pesquisa que se propõe a conhecer a inserção dos estudos sobre a Psicologia Feminista no trabalho psicológico realizado com mulheres em situação de violência, referenciadas em Políticas Públicas destinadas ao atendimento a este grupo social, bem como analisar o nível de conexão prática da psicologia com a Rede baiana de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. O estudo direciona sua investigação a um dos maiores desafios que observei em minhas práticas laborais: a qualificação técnica e referências teóricas das psicólogas que atuam nos serviços especializados em atendimento à mulher violentada, implementados pelo estado da Bahia, a pesquisa é

tensionada pelo debate entre formação acadêmica e a execução de políticas públicas para as mulheres, à luz das epistemologias feministas, trazendo à baila o [des]conhecimento da Psicologia Feminista.

A Psicologia Feminista apresenta-se como uma abordagem baseada numa epistemologia específica, que fomenta posturas éticas e políticas de compreensão das construções de subjetividades, a partir de um olhar analiticamente gendrado. Esta abordagem contribui sumariamente com estratégias de intervenções psicológicas e psicoterapêuticas, sem distinção de gênero, pautando suas práticas no cuidado e atenção à garantia dos Direitos Humanos. Destarte, o arcabouço teórico ao qual a Psicologia Feminista se alia e se referencia é indispensável para pensar as relações de gênero e fundamental no trabalho realizado com mulheres.

No Brasil, as Políticas Públicas para as Mulheres ainda não foram consolidadas. A implementação de um setor específico para tratar das peculiaridades da condição da mulher na gestão pública só acontece em 2003, com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, num contexto de avanços nas políticas públicas para a igualdade de gênero em nível nacional, promovido pelo governo Lula, cenário que viabiliza a aprovação da Lei Maria da Penha em 2006, a implementação dos Centros de Referência das Mulheres e a organização, mobilização e multiplicação das redes de enfrentamento à violência contra às mulheres espalhadas pelo país.

Tivemos também a experiência meteórica de apenas 7 meses de existência do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos que visou atender à justa reivindicação da luta feminista e dos movimentos das mulheres, dando um importante passo na consolidação da democracia e que tratava, em âmbito federal, das políticas públicas de atenção às vulnerabilidades sociais da população feminina. Esta pasta foi criada em outubro de 2015 e dissolvida na primeira canetada do Golpe político ocorrido no país em maio de 2016. A partir de então, os retrocessos políticos são alarmantes, desde recursos cada vez mais limitados para a atenção pública estatal às mulheres, até o desmonte estrutural das políticas de gênero, executado especialmente pela atual equipe de governo, que restabeleceu o Ministério das Mulheres, numa concepção ideológica conservadora, fazendo uso da máquina política para reiterar e promover a lógica dos tradicionais valores patriarcais da família.

Os discursos da atual gestão governamental são permeados de repúdio ao debate de gênero vinculado à perspectiva igualitária e emancipatória, atitudes que maculam uma longa história de lutas dos movimentos de mulheres brasileiras e ameaçam as conquistas das poucas políticas públicas que se propõem a promover transformações sociais. Especialmente aquelas

que alimentam a esperança do projeto político de igualdade entre os gêneros e de cuidado e atenção às mulheres em situação de vulnerabilidade e violência.

Na Bahia, Estado de execução desta pesquisa, a Secretaria de Política para as Mulheres (SPMBa), criada em 2011, é uma instituição que se denomina feminista e tem a finalidade de planejar, coordenar e articular a execução de políticas públicas para as mulheres; Portanto, responsável por organizar e conectar as redes de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres¹ existentes nos municípios, além de gerenciar o funcionamento dos serviços de atendimento às vítimas de violência de gênero² de todo o Estado, desde a implementação de Centros de Referência nos municípios até a capacitação/formação dos agentes e monitoramento dos atendimentos. A SPMBa é a secretaria mais jovem do governo e funciona com recursos³ muito limitados, situação que impõe dificuldades estruturais para a execução de seus projetos institucionais.

O cenário político delineado para a promoção das políticas públicas para as mulheres - além de recente - é negligenciado pelas agendas governamentais que não priorizam investimentos nesta área. Essa situação torna o trabalho com tais políticas um grande desafio diante das dificuldades de ordem econômica, dados os custos para implementar a estruturação de serviços e a capacitação dos agentes públicos que irão lidar com as especificidades no manejo das demandas, formação que deve ser oferecida de forma continuada, condição *sine*

¹ A Lei Maria da Penha toma como referência a definição da Convenção de Belém do Pará sobre violência contra as mulheres, compreendida como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (Capítulo I, Artigo 1º). A violência contra as mulheres se faz presente em todos os estratos sociais e é compreendida como produto do patriarcado, Saffioti e Almeida (1995) afirmam que a violência masculina contra as mulheres se manifesta em todas as sociedades falocêntricas.

² A categoria gênero é compreendida por Saffioti & Almeida (1995) como uma relação entre sujeitos que se constitui como fenômeno social em permanente transformação e mutabilidade, dessa forma, vai de encontro às determinações biológicas. As autoras definem violência de gênero, como um campo de forças, corporificado nas relações de poder que se estabelece a partir de um padrão de relação social, indispensável a uma organização socialmente constituída, baseada numa hierarquia de lugares sociais e na desigualdade entre o gênero masculino e o feminino, onde este último encontra-se em posição de inferioridade. Numa perspectiva ético-política, a violência de gênero é concebida como violação aos direitos humanos, tomando a liberdade como valor central e como condição para a plena realização (material e não-material) dos indivíduos e como condição, também, do real exercício da cidadania. (Silva, 1999, p. 3)

³ De acordo com o portal da transparência do Governo do Estado da Bahia, a Secretaria de Políticas para as Mulheres está em penúltimo lugar em comparação com as demais secretarias do governo, no que se refere à previsão orçamentária, fica atrás apenas da Secretaria de Relações Institucionais, com recursos que equivale a 0,087% da Secretaria de Administração e 0,13% da secretaria de Educação, que ocupam respectivamente o 1º e o 2º lugar no ranking orçamentário do Estado. Disponível em: <[Orçamento 2021 Completa Secretario \(seplan.ba.gov.br\)](http://seplan.ba.gov.br)> Acesso em: 12 de fevereiro de 2021.

qua non para garantia de eficácia dos serviços ofertados. Faz-se necessário desconstruir diversas formulações histórico-culturais acerca da condição da mulher que influenciam a opinião e postura dos agentes públicos. (SARDENBERG, TAVARES, & GOMES, 2016).

A capacitação exigida para executar tais políticas está relacionada à compreensão das epistemologias feministas e o conhecimento de suas abordagens, conteúdo ausente na grande maioria das grades curriculares dos cursos de formação exigidos para atuação neste campo, o que justifica a necessidade de capacitação continuada diante das resistências e dificuldades apresentadas por muitas/os em desconstruir valores culturais que as/os impedem de olhar para as especificidades dos debates de gênero e da violência contra as mulheres. Resistência que ameaça a efetividade dos serviços oferecidos.

Conforme já mencionado, ao longo da minha trajetória profissional tive a oportunidade de atuar como assessora técnica da SPMBa. No rol das atividades laborais atribuídas a mim, estava o trabalho de formação das Redes de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres existentes no Estado. Organizadas num arranjo territorial, estas redes são compostas pelos serviços assistenciais existentes na região, incluindo as/os profissionais que desenvolvem suas atividades no campo do desenvolvimento social até aqueles que atuam no judiciário e na segurança pública. Essa experiência profissional me permitiu dialogar com muitos(as) profissionais que trabalham no atendimento direto às mulheres em diversas regiões da Bahia.

A experiência na SPM me oportunizou uma leitura panorâmica da qualidade executiva das políticas públicas para as mulheres existentes no Estado. A principal barreira encontrada nas atividades de formação e capacitação que executei, concerne à compreensão das epistemologias feministas e dos estudos sobre gênero, que trazem no bojo de seus debates teóricos críticas à ciência positivista universal, ciência que retroalimenta valores culturais machistas e patriarcais e reforça uma configuração ideológica que interfere na compreensão das especificidades do trabalho com mulheres numa perspectiva emancipacionista. Nesse sentido, foi possível observar em minhas práticas laborais de diálogo com as Redes, que as(os) profissionais com um olhar tradicional da ciência positivista e das condutas sociais, quando não culpabilizam as mulheres pelas violências sofridas, pouco ou nada contribuem para redução do índice de violência de gênero em seus espaços de atuação.

As principais críticas que faço sobre os serviços de atenção às mulheres em situação de violência, que tive a oportunidade de conhecer, estão em consonância com muitos estudos sobre a temática (SARDENBERG, TAVARES & GOMES, 2016; NEGRÃO, 2004; PRÁ, 2010) e se relacionam à necessidade de qualificação profissional, sobretudo no que tange à compreensão e leituras sociais sobre as especificidades do fenômeno da violência. Tal queixa é reflexo da

marginalização, apontada por Narvaz & Koller (2006), dos debates teóricos sobre os estudos de gênero e violência nas grades curriculares dos cursos de graduação, que oferecem a formação técnica exigida aos profissionais que compõem as equipes multidisciplinares das redes de enfrentamento à violência contra as mulheres, destacando-se aqui a psicologia.

A psicologia é uma das principais categorias profissionais que atuam na execução das políticas públicas de atenção às mulheres em situação de violência, por meio do atendimento, acolhimento e acompanhamento direto às demandas das vítimas. Neste trabalho, tomo como hipótese que o desconhecimento da Psicologia Feminista e seus debates e a utilização de abordagens individualistas da Psicologia Tradicional interferem qualitativamente no trabalho psicológico realizado com essas mulheres.

Ao longo de aproximadamente treze anos de estudos continuados sobre a temática da violência contra as mulheres e feminismos, participação em grupos de militância feminista, atuação como profissional da psicologia – desenvolvendo trabalhos psicoterapêuticos com mulheres em situação de violência doméstica, tanto em instituição não-governamental de mulheres organizadas civilmente, quanto em serviços de políticas públicas que atendem demandas de violência – , além da experiência do trabalho de capacitação das Redes de enfrentamento à violência contra as mulheres existentes no Estado e o diálogo direto com as equipes dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher, por meio de visitas técnicas de monitoramento destes serviços, foi possível evidenciar o quanto a ausência de instrumentais teóricos, que possibilitam uma escuta qualificada e atenta aos debates de gênero, empobrecem e revitimizam muitas daquelas que buscam ajuda para romper o ciclo de violência em que estão inseridas e aliviar suas dores cotidianas que machucam a carne e a alma.

Foram centenas de mulheres que compartilharam comigo seus medos, inseguranças e angústias de um sofrimento silencioso, na maioria dos casos, vivenciado por anos a fio, engasgado na garganta sendo, muitas vezes, aquele encontro o primeiro momento de escuta humanizada que experimentaram na vida. Foram estas experiências que me fizeram perceber a potência transformadora que os espaços de atendimento representam para as mulheres que os procuram, promovendo profundas revoluções na vida de muitas que os acessam.

A mim, a consciência da importância deste espaço ético-político-poético-terapêutico⁴ foi dada mais pelas teorias feministas do que propriamente pela psicologia, que com seus

⁴ Márcia Tiburi, em seu livro intitulado “Feminismo para todas, todes e todos” aponta a necessidade de construir uma nova forma de se fazer política que vai na contramão da política tradicional dos jogos de poder e da moral imposta como verdade absoluta. A autora defende que essa nova forma deve ser baseada na relação entre a ética e a política, como uma chance de inventarmos nós mesmos um outro mundo a partir do pensamento crítico e, portanto, a partir desse movimento de si e do mundo, afirma que toda ética é ao mesmo tempo, uma poética.

históricos déficits educacionais, no que tange às teorias feministas, concentra suas bases curriculares priorizando estudos pautados na compreensão positivista do sujeito universal, em detrimento das análises do corpo de conhecimento filosófico-epistemológico do feminismo que colaboram tanto nas leituras analíticas dos contextos sócio históricos, quanto no resgate da existência potente das mulheres. Tais contribuições têm sido negligenciadas, ocultadas e desvalorizadas pelos jogos androcêntricos de saber-poder que perpassam as relações institucionais. (NARVAZ & KOLLER, 2006).

Apesar do déficit curricular, tomando como referência as teorias de gênero nos cursos de psicologia, esta categoria ocupa um lugar de grande relevância nas políticas de enfrentamento à violência de gênero, pela necessidade de um processo de reelaboração psíquica das opressões sofridas pelas vítimas. Tal especificidade garante à psicologia um protagonismo no atendimento às mulheres violentadas, de acordo com o desenho de execução das políticas desenvolvidas para atender esta demanda.

Dentre os serviços públicos disponíveis no país para acolhimento dos casos de violência doméstica, estão os Centros de Referência à Mulher em Situação de Violência (CRAMs) que são estruturas essenciais e especializadas na atenção às mulheres vitimadas, eles oferecem atendimento interdisciplinar de profissionais com formação nas áreas de psicologia, serviço social e direito, como preconiza a Norma Técnica de Uniformização destes equipamentos (BRASIL, 2006).

Sobre as principais áreas de conhecimento que tratam diretamente das questões relacionadas à violência, a psicologia é um dos campos privilegiados de conhecimento técnico-científico com habilidade profissional de acompanhar intimamente o caminho que cada mulher percorre para lidar com sua dor, experiência que exige conhecimento analítico para ler as complexidades do contexto social e histórico que, de variadas formas, alimenta e retroalimenta o sistema patriarcal de opressão que captura as mulheres em suas teias de poder. A partir de suas práticas de escuta, a psicologia tem a oportunidade de conhecer intimamente as diversas nuances da face mais cruel e extrema deste sistema: a violência.

Sendo assim, aquilo que nos leva a reinventar a política a partir da reinvenção de cada indivíduo, a exemplo do feminismo, é necessariamente uma ético-política-poética. O termo “espaço ético-político-poético-terapêutico” foi uma adaptação livre do conceito apresentado por Tiburi (2018) ao compreender os espaços terapêuticos fomentados pelas políticas públicas de atendimento à mulher como lugares que possibilitam àquelas que o acessam o reconhecimento de suas potencialidades, a partir da consciência crítica dos jogos de poder nos quais estão envolvidas, permitindo-lhes desvelar e desestabilizar um estado de coisas caracterizado pelas injustiças vivenciadas. Desse modo, desenvolvendo cada uma a seu modo inventivo e ético, estratégias de enfrentamento à violência e reconhecimento de si como sujeitas de direitos e desejos.

O trabalho com mulheres exige conhecimento específico sobre os estudos de gênero, para a compreensão dos processos de subjetivação da feminilidade que são fomentados pela história, pela cultura e pela sociedade em contraponto às explicações biologizantes do feminino. Porém, apesar da intrínseca relação entre os estudos de gênero e a psicologia, no que tange ao efetivo desempenho técnico das políticas públicas para as mulheres, são recentes e parcas as pesquisas que interconectam estes campos do saber. Para evidenciar a ausência de estudos que relacionam a psicologia às epistemologias feministas como ferramenta de atuação técnica, foi realizada uma busca no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES⁵ com o descritor “Psicologia Feminista”. Os resultados da pesquisa estão descritos no Quadro 1.

De acordo com a busca, a plataforma localizou apenas quatro produções, apesar de um resultado ínfimo, ele é ainda menos expressivo, pois em um deles o termo que aparece é “psicologia feminina” e foi descartado por tratar de uma categoria distinta, que não atente ao objetivo da busca, restando somente três estudos, apenas um carrega no título o termo “Psicologia Feminista”, sendo inclusive a produção mais recente, publicada em 2018, nos demais estudos o termo aparece no resumo, um se debruça sobre a condição da mulher em situação de rua e o outro fala sobre a vulnerabilidade das mulheres trans infectadas com o vírus do HIV.

Ademais, nenhum destes estudos tem como objeto central de análise as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres, além do mais, não foi localizada nenhuma produção realizada no Nordeste do país. Pontos relevantes que garantem o caráter inédito deste estudo. Segue abaixo o quadro com os resultados da pesquisa:

Quadro 1 – Resultado de pesquisa realizada no catálogo de teses e dissertações da CAPES com o descritor “Psicologia Feminista”

Data da Defesa: 29/10/2015.

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Tipo: Doutorado em Psicologia.

⁵O Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) é uma plataforma que tem como objetivo facilitar o acesso a informações sobre teses e dissertações defendidas junto a programas de pós-graduação do país, além de disponibilizar informações estatísticas acerca deste tipo de produção intelectual. Disponível em: < [Catálogo de Teses & Dissertações - CAPES](#)>. Pesquisa Realizada em 03/04/2021.

Título: Vulnerabilidade para o HIV em mulheres trans: o papel da psicologia e o acesso à saúde.

Autor: Angelo Brandelli Costa.

Palavras-Chave: Vulnerabilidade, HIV, mulheres trans, Brasil.

Resumo: O objetivo deste estudo foi analisar a vulnerabilidade programática, social e individual para a infecção por HIV em mulheres trans. Para esse fim, realizaram-se quatro estudos. No primeiro estudo, a partir da análise crítica da escala de Masculinidade e Feminilidade (M) da versão brasileira da Escala de Personalidade de Comrey (CPS), recuperou-se o tratamento histórico que a **psicologia feminista** deu às idéias de sexo e gênero e seus desdobramentos. Além disso, apontou-se para uma concepção de gênero autodeterminada, não essencialista, pluralista e não patológica. Por fim, analisou-se como o CPS é mantido como medida psicológica válida no contexto brasileiro em paralelo, contraditoriamente, com a defesa da igualdade de gênero. O segundo estudo avaliou a prevalência de HIV em mulheres trans do sul do Brasil que buscam cirurgias de redesignação genital e fatores associados. O terceiro buscou conhecer as demandas e barreiras no acesso a serviços de saúde relativos ao HIV e específicos para pessoas trans em dois estados do Brasil - Rio Grande do Sul e São Paulo -, que iniciaram de forma pioneira o atendimento a essa população. Foram investigadas, ainda, as experiências de discriminação no contexto de saúde que impactavam o acesso à saúde em geral. Por fim, o quarto estudo, avaliou a eficácia de uma intervenção online multidimensional (educacional, afetiva e comportamental) para mudar as atitudes dos profissionais de saúde em relação à população LGBT. Encontrou-se que a psicologia brasileira precisa aderir a uma visão inclusiva da diversidade de gênero, que a prevalência de HIV em mulheres trans é alta e associada ao trabalho sexual, que há barreiras no seu acesso à saúde e, que o preconceito dos profissionais de saúde é alto, mas que intervenções para o reduzir são efetivas. Apontam-se diretrizes para a psicologia reduzir a vulnerabilidade da população trans.

Data da Defesa: 29/08/2016.

Instituição: Universidade Federal de Goiás.

Tipo: Mestrado em Psicologia.

Título: Mulheres no contexto da rua: a questão do gênero, uso de drogas e a violência.

Autor: Mayk Diego Gomes da Gloria.

Palavras-Chave: Mulheres em situação de rua; Gênero; Psicologia; Drogas; Saúde.

Resumo: Nesse estudo propomos como objetivo compreender quais os sentidos atribuídos por mulheres usuárias de drogas, que se encontram ou passaram pelas ruas, às suas experiências neste contexto. Corroborados teoricamente na **Psicologia Feminista**, em conjunto com os Estudos de Gênero e estudos interdisciplinares sobre vivência de rua e saúde, o presente estudo aborda as experiências de mulheres em situação de rua. A pesquisa foi aqui apresentada em três capítulos: População em Situação de Rua: Reflexões sobre Abjeção, Mulheres e as Drogas; O Movimento Feminista e o conceito de Gênero: Implicações para a Psicologia e Saúde Mental; Construindo um Percorso Metodológico para Análise e Discussão de Dados: Uma Perspectiva Feminista Crítica. Utilizou-se neste estudo a metodologia qualitativa, com enquadre epistemológico que alinha o Construcionismo Social e os Estudos Feministas e de Gênero. Como instrumento, optamos pela realização de entrevistas. A análise de dados foi realizada através da elaboração de Mapas dialógicos que possibilitaram a categorização do material discursivo em quatro blocos compreensivos: situação de rua; dinâmica do uso de drogas, violências sofridas; ser mulher em situação de rua. É possível apontar, como resultado, que a perspectiva de gênero se mostra bastante útil para compreensão das vivências de mulheres em situação de rua, explicitando as experiências de violências psicológicas, físicas e sexuais sofridas pelas participantes no decorrer do ciclo vital, o que parece potencializar o uso de drogas no referido contexto como maneira de aplacar as angústias emergidas das desigualdades nas relações de gênero. Esses dados podem contribuir para as perspectivas de planejamento e intervenção nas políticas públicas voltadas à população em situação de rua. É salutar a necessidade de novas investigações para uma análise crítica da efetividade das políticas públicas em relação às pessoas em situação de rua, considerando as mulheres nesse contexto.

Data da Defesa: 16/04/2018.

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Tipo: Tese em Psicologia Social e Institucional.

Título: Sobre **Psicologias e Psicoterapias Feministas** no Brasil e em Portugal.

Autor: Marília Saldanha da Silva.

Palavras-Chave: **Psicologia Feminista; Psicoterapia Feminista;** Feminismos; Gênero; Mulheres; Violências;

Resumo: Neste estudo busquei pensar que psicologias se mesclaram com vertentes do feminismo dentro de uma perspectiva histórica para refletir sobre o que algumas autoras têm denominado **psicologia feminista**, bem como, **psicoterapia feminista**. Ajustei o foco sobre os conhecimentos produzidos no encontro dos saberes, psicologia e feminismo. Para me apropriar do campo problemático brasileiro tomei dois caminhos iniciais. O primeiro mais descritivo constituiu-se num percurso histórico para me situar sobre as ações dos movimentos feministas na relação com os centros de referência para mulheres em situação de violência e sobre os embasamentos teóricos das práticas psicológicas nestas políticas públicas. O segundo caminho foi um estudo exploratório que se baseou numa revisão não-sistemática em revistas feministas, revistas de psicologia e nas bases de dados Web of Science e Scopus para identificar se no campo acadêmico estava se produzindo artigos sobre **psicologias feministas**. A reflexividade que foi sendo construída até aqui conduziu à experiência do estágio doutoral no Núcleo de Pesquisa em Gênero, Diversidade e Sexualidade na Universidade do Porto. Com a imersão na realidade acadêmica portuguesa desenvolvi outro estudo exploratório sobre a posição das **psicologias feministas** no campo acadêmico português e das psicoterapias feministas por meio do contato com quatro pesquisadoras envolvidas com a temática. Deste modo, para poder produzir reflexões sobre o contexto brasileiro, três pesquisadoras envolvidas com **psicologia feminista** no Brasil também foram entrevistadas. Esta pesquisa não se constituiu num estudo comparativo e sim numa análise deste circuito, desta rede enunciativa luso-brasileira e o que dá sentido para a afirmação e/ou identificação com uma **psicologia feminista** respeitando as lógicas diferenciadas da Psicologia, assim como, o campo da psicologia social e da psicoterapia de cada país que são distintas. No que tange à metodologia, me apoiei na análise arqueogenealógica de Michel Foucault para tomar os discursos na sua exterioridade e buscar as condições de possibilidade para a emergência de **psicologias/psicoterapias feministas** nos países estudados. Sem buscar verdades, psicologias ou psicoterapias mais verdadeiras que outras busquei me referir aos discursos constitutivos destas práticas enquanto produções históricas.

Outra pesquisa, realizada no banco de dados da Scielo⁶, utilizando o mesmo critério de busca com o uso do termo: “Psicologia Feminista”, apresentou um resultado menos representativo no que concerne à quantidade das produções realizadas no Brasil em comparação aos dados encontrados no Catálogo da CAPES.

Foram localizados nove textos sobre o tema, como demonstram os resultados descritos no Quadro 2. Dos estudos localizados, apenas quatro deles foram desenvolvidos por pesquisadoras/es de instituições brasileiras, nenhuma delas localizada no norte ou Nordeste do país, sendo que uma dessas publicações se refere a resenha de um livro de autoria estrangeira, nenhuma das pesquisas localizadas elegeu como objeto de estudo a relação entre Psicologia Feminista e Políticas Públicas, como evidenciam as informações contidas no Quadro 2.

Quadro 2 – pesquisa realizada no Scielo com o descritor “Psicologia Feminista”

| |
|--|
| <p>Ano da publicação: 2021.</p> <p>Título: Interseccionalidad y psicología feminista: una apuesta por el compromiso inclusivo.</p> <p>Autor: Luis Alberto Fernández Silva.</p> <p>Vinculação Institucional/país: Universidade Federal de Santa Catarina / Brasil.</p> <p>Palavras-Chave: não possui.</p> <p>Resumo: Resenha do livro “Interseccionalidade e psicologia feminista” de autoria da pesquisadora portuguesa Conceição Nogueira, publicado na cidade de Salvador, pela Editora Devires em 2017.</p> |
| <p>Ano da publicação: 2016.</p> <p>Título: A Interlocação de Narrativas: Um Estudo sobre Papéis de Gênero.</p> <p>Autoras: Maria Helena Fávero; Inara Linn Maracci.</p> <p>Vinculação Institucional/país: Universidade de Brasília / Brasil.</p> <p>Palavras-Chave: gênero, papéis de gênero, narrativa, grupo focal, feminismo.</p> |

⁶Scielo - O *Scientific Electronic Library Online* é um sítio que funciona como biblioteca eletrônica por organizar e publicar na Internet textos completos e selecionados de revistas e periódicos científicos, com parceria com as principais agências de pesquisa científica, produz e divulga indicadores do uso e impacto desses estudos. Disponível em: <[Pesquisa | SciELO](#)>, acesso em: 05 de abril de 2021. .

Resumo: - Retomamos a distinção entre sexo e gênero e entre papéis sexuais e de gênero na **psicologia feminista**. Referimos as contraposições à naturalização e discutimos a influência das ideologias da feminilidade e da masculinidade na socialização. Descrevemos um estudo sobre as concepções de quatro mulheres sobre os papéis de gênero, considerando a subjetividade na coleta e análise de dados. Utilizamos a narrativa e o grupo focal, tomando a proposição e os atos da fala como unidades de análise. Evidenciamos seis proposições articuladas a dois eixos principais: (a) as condições de vida e o abandono e (b) o significado e a prática da maternidade. Discutimos a identificação e o apego na socialização de gênero, defendendo o papel dos estudos psicológicos de gênero para as transformações sociais.

Ano da publicação: 2014.

Título: Mulheres e o hiv/aids: Intersecções Entre Gênero, Feminismo, Psicologia e Saúde Pública

Autoras: Bruna Krimberg Von Muhlen; Marília Saldanha; Marlene Neves Strey.

Vinculação Institucional/pais: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul / Brasil.

Palavras-Chave: **psicologia feminista**, mulheres, Hiv, empoderamento, gênero.

Resumo: Neste ensaio contextualizamos o panorama em que se encontram as mulheres e o Hiv. Encadeamos nossas reflexões sobre o empoderamento das mulheres com a teoria de Krista Burlae e a **psicologia feminista**. Estabelecemos relações entre a hierarquia de gênero e a manutenção da vulnerabilidade feminina presentes nas configurações conjugais heterossexuais e seus efeitos na saúde sexual das mulheres. Enfatizamos o empoderamento das mulheres como um fator de prevenção a ser considerado. Propomos partir dos dados estatísticos relativos à epidemia do Hiv/aids para centrar atenção na saúde global das mulheres e articular vida privada e saúde pública. Diante das reflexões realizadas entendemos ser necessário transformar o trinômio mulheres/saúde sexual /saúde pública.

Ano da publicação: 2013.

Título: los estereotipos en la comprensión de las desigualdades de género en educación, desde la **psicología feminista**

Autora e autor: Soledad Martínez Labrín; Bruno Bivort Urrutia.

Vinculação Institucional/pais: Universidad del Bío-Bío / Chile.

Palavras-Chave: gênero; estereótipos; educação; **psicologia feminista**.

Resumo: Neste artigo realiza-se uma discussão teórica do valor dos estereótipos como constructos psicológicos para o entendimento e abordagem crítica e transformador das iniquidades de gênero em educação. Analisam-se diversos aspectos da educação, estabelecendo uma ênfase na análise da educação universitária e o trabalho acadêmico. Primeiramente, discute-se a igualdade em educação como um objetivo que tradicionalmente se simplificou como equidade, para depois introduzir os estereótipos de gênero como construções teóricas crescentemente estudadas e muito úteis, em tanto se encontrariam próximas às bases simbólicas das brechas de gênero em educação, afetando tanto as estruturas educacionais, como os níveis mais subjetivos da relação entre gênero e conhecimento.

Ano da publicação: 2012.

Título: Ser o no ser: tensión entre familia, subjetividad femenina y trabajo académico en Chile. Un análisis de desde la **psicología feminista**.

Autora: Soledad Martínez Labrín.

Vinculação Institucional/pais: Universidad del Bío-Bío / Chile.

Palavras-Chave: Subjetividad, académicas, familia, género, **psicología feminista**.

Resumo: El presente artículo desarrolla una discusión teórico-práctica sobre el trabajo académico de las mujeres y las contradicciones, tensiones y particularidades que éste presenta, considerando la construcción de la subjetividad de las académicas desde la perspectiva de género. Por medio de una metodología cualitativa y el uso de teorías feministas, se realiza un análisis de narrativas de mujeres académicas sobre su trabajo y su vida familiar. Se muestra cómo el trabajo académico pone la subjetividad femenina en la encrucijada de definirse como mujeres o académicas, como encarnaciones de la polaridad ciencia/naturaleza. Dicha disyuntiva es vivida con ambivalencia, y sensaciones de inadecuación subjetiva.

Ano da publicação: 2008.

Título: Um contributo para uma **psicologia feminista** crítica em Portugal.

Autor: João Manuel de Oliveira.

Vinculação Institucional/pais: Centro de Investigação e de Intervenção Social Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa / Portugal.

Palavras-Chave: não possui.

Resumo: Resenha do livro “Amor, poder e violências na intimidade: os caminhos entrecruzados do pessoal e do político” de autoria da pesquisadora portuguesa Sofia Neves, publicado na cidade de Coimbra em 2008, pela editora Quarteto.

Ano da Publicação: 2008.

Título: ¿Quién teme a la **psicología feminista**? Reflexiones sobre las construcciones discursivas de profesores, estudiantes y profesionales de psicología para que cuando el género entre en el aula, el feminismo no salga por la ventana.

Autora: Teresa Cabruja Ubach.

Vinculação Institucional/pais: Universidad de Girona / Espanha.

Palavras-Chave: género, psicología, epistemología feminista crítica, relaciones de poder, postmodernidad, subjetividad Ano da publicação.

Resumo: En el texto se problematizará la inclusión del género en psicología a partir de las construcciones discursivas obtenidas en una investigación cualitativa sobre las opiniones de estudiantes, profesores y profesionales. Dado que la mayor aceptación asimila “género” a “diferencia sexual” desde la tradición positivista y dualista, se neutraliza su capacidad transformadora. Esta versión “descomprometida” del género, se disocia discursivamente del feminismo social y las epistemologías feministas que generan mayores resistencias y temores. Tal y como argumentaré, una psicología positivista con su supuesta neutralidad y objetividad así como la permanencia de un imaginario androcéntrico y etnocéntrico dificultan la capacidad de cuestionar una psicología poco sensible a las relaciones de poder. Finamente] e, propongo la necesidad de combinar un análisis del currículo oculto con una comprensión de las argumentaciones y creencias que forman parte de la vida cotidiana del ejercicio y docencia de la psicología. Así se pueden retomar de forma conjunta los mecanismos de (re)producción y difusión de la ciencia con las relaciones e interacciones académicas y profesionales marcadas por el sistema sexo-género, que operan de forma compleja en las combinaciones de ciencia e ideología o discurso y acción.

Ano da publicação: 2003.

Título: A **psicologia feminista** e a violência contra as mulheres na intimidade: a (re)construção dos espaços terapêuticos.

Autoras: Sofia Neves & Conceição Nogueira.

Vinculação Institucional/pais: Universidade do Minho / Portugal.

Palavras-Chave: **Psicologia feminista**, metodologias feministas, terapias feministas, violência contra as mulheres.

Resumo: O presente documento constitui uma reflexão crítica sobre os pressupostos gerais das metodologias feministas aplicados ao exercício da Psicologia especificamente em contextos terapêuticos. É feita uma breve alusão ao enquadramento histórico que esteve subjacente à emergência da **Psicologia feminista**, bem como aos princípios que estiveram na base do desenvolvimento de novas e inovadoras práticas terapêuticas dirigidas, sobretudo a mulheres, numa lógica de intervenção feminista. Ao advogar o princípio da emancipação feminina, totalmente adverso ao regime patriarcal, os/as psicólogos/ as feministas assumem a sua opção pela não neutralidade da ciência psicológica e das suas práticas e politizam os espaços terapêuticos onde se movimentam. Esta tomada de posição é particularmente significativa nas situações de violência, uma vez que possibilita que as vítimas vejam validadas as suas experiências pessoais.

Ano da publicação: 2001.

Título: Construcionismo social, discurso e gênero.

Autora: Conceição Nogueira.

Vinculação Institucional/pais: Universidade do Minho / Portugal.

Palavras-Chave: Construcionismo social, feminismo, género.

Resumo: Os desafios colocados no presente à psicologia, e nomeadamente à psicologia social, podem ser considerados como fazendo parte dos debates iniciados pelo pós-modernismo como corrente geral, mas que na psicologia social se organizam em torno da escola do "construcionismo social" (Gergen, 1994a; 1994b; Shotter, 1993,1995), ou mesmo da "psicologia discursiva" (Harré, 1995; Harré & Gillett, 1994; Parker, 1992; Potter & Wetherell, 1987). Depois de sistematizados os pressupostos destas perspectivas e apresentada a emergência de novas realidades e recursos de acção, analisar-se-á como o género pode ser

concebido nestas novas abordagens, no quadro de uma breve reflexão sobre a problemática do relativismo nestas perspectivas. Terminamos apresentando as alternativas e estratégias necessárias a uma **psicologia feminista**, que tem pela frente um conjunto de questões que representam desafios estimulantes para o debate que urge continuar, sem esquecer a acção política, sempre necessária à construção da igualdade entre homens e mulheres.

Fonte: Scientific Electronic Library (SciELO), 2021.

Os dados compilados nos quadros acima evidenciam a marginalidade dos estudos sobre a Psicologia Feminista, ao tomar por referência o volume de produções científicas sobre a temática, tanto no Brasil quanto nos demais países de língua portuguesa e espanhola. Os quadros explicitam um número ainda menor de pesquisadoras/es interessadas/os neste campo de estudos, tendo em vista que algumas pesquisadoras são autoras de mais de um dos estudos localizados.

Diante do exposto, a leitura dos dados nos leva a inferir as hipóteses de que o trabalho técnico realizado com mulheres em situação de violência, a partir da abordagem da Psicologia Feminista que pressupõe compromisso social, cultural e político não existe ou não tem reverberado em contribuições científicas, em função da ausência de pesquisas com reflexões analíticas sobre estas experiências. Nos sustentamos nesta última suposição, podemos tomar a materialização deste texto-tese como comprovação para refutar a primeira hipótese que diz sobre a não existência do campo.

Ao discorrer sobre a invisibilidade de pesquisas acadêmicas, relacionadas ao compromisso científico da Psicologia Feminista nas experiências de campo em atendimento às mulheres vítimas de violência, penso em minha trajetória profissional: de que modo contribuí com este tipo de produção? A resposta a esta pergunta vem fácil... Eu sequer conhecia! Apesar de estudar há anos a temática da violência contra as mulheres e seus desdobramentos e de produzir uma prática comprometida com as epistemologias feministas, a mim é bem recente a descoberta da abordagem psicológica com metodologia feminista.

Durante a minha graduação, que aconteceu na primeira década dos anos 2000, momento em que iniciava o debate sobre a constituição do SUAS⁷ e implementação de diversas políticas sociais territorializadas, muito pouco se debatia sobre o papel da psicologia social e era ausente

⁷ Sistema Único de Assistência Social (Suas) é uma política pública implantada pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e está presente em todo o Brasil. Seu objetivo é garantir a proteção social aos cidadãos, por meio de apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, com oferta de serviços, benefícios, programas e projetos.

a perspectiva política de uma psicologia engajada socialmente, toda a minha formação foi direcionada para as diversas abordagens clínicas adaptáveis ao contexto escolar e organizacional. Foi só após a minha formação, ao escolher um programa interdisciplinar de pós-graduação, elegendo como linha de pesquisa os estudos sobre gênero e violência, que tive acesso aos constructos das epistemologias feministas, leituras que me fizeram repensar a minha formação e ressignificar a minha prática psicoterapêutica, com a incorporação das ricas contribuições analíticas dos estudos de gênero.

Porém, mesmo após a passagem pelo mestrado, somada à participação em grupos de pesquisa sobre gênero e violência e anos de atuação no trabalho com mulheres, foi só após a minha inserção no doutoramento, num programa de pós-graduação que se dedica exclusivamente ao estudo das epistemologias feministas, que tive acesso aos debates sobre a Psicologia Feminista, conseguindo, enfim, dar nome ao trabalho que já realizava intuitivamente. Penso que a razão dos conteúdos da Psicologia Feminista chegarem tão tardiamente a mim, apesar de minha trajetória de pesquisadora, está relacionada ao fato de participar de grupos multidisciplinares de estudos e pesquisas e ser, via de regra, a única com formação em Psicologia em todos os grupos que ingressei, outra razão diz respeito à sua marginalidade, que circunscreve o debate a pequenos grupos de pesquisa concentrados ao sul do país.

Apesar de a psicanálise ser um dos temas prediletos das teóricas feministas e me instrumentalizar criticamente sobre os constructos teóricos da psicologia, a grande maioria da literatura crítica produzida não é feita de dentro da psicologia, ela parte de outras áreas das Ciências Humanas que se mostram mais porosas às epistemologias feministas, como a filosofia e a sociologia. A ausência de debates e discussões sobre gênero e psicologia no que tange ao fazer terapêutico foi uma constante em minha trajetória. Mesmo atualmente, o programa de pós-graduação ao qual me integro na produção desta tese possui poucas/os pesquisadoras/es com formação em psicologia, possivelmente em função da falta de debates sobre as epistemologias feministas ao longo do processo de formação. Assim como eu, provavelmente as poucas psicólogas que ingressaram em programas de pós-graduação com linhas de pesquisa em gênero, tiveram muito mais uma motivação pessoal do que estímulo acadêmico para estudar essa temática durante a graduação em Psicologia.

Tendo em vista a importância da discussão formativa do curso, o primeiro capítulo deste estudo propõe-se a fazer um breve resgate histórico do processo de construção da formação da psicóloga/o brasileira/o, até o momento atual, o texto aponta que o currículo mínimo para os cursos de Psicologia aprovado em 1962, permaneceu vigente durante mais de quarenta anos e

pautava-se na transmissão de conhecimentos organizados em um conjunto específico de disciplinas que quase não levava em conta ou não se referia ao contexto sociocultural, configuração que impede a abertura ao debate de gênero.

Uma pesquisa lançada em 2013 pelo Conselho Federal de Psicologia (LHULLIER, 2013) sobre o perfil da psicóloga/o brasileira/o constatou que a principal área de atuação da categoria continua sendo a clínica. No entanto, no âmbito das políticas públicas, os serviços que mais absorvem profissionais são os de saúde, seguidos da assistência social, ambos com atendimento majoritariamente direcionado a mulheres, ao passo que apenas 1% da categoria afirmou trabalhar com questões de gênero. Em contrapartida às demandas, estudos voltados à formação em Psicologia têm recorrentemente apontado a manutenção dos tradicionais campos de atuação e a prevalência da área clínica em relação às demais áreas (BERNARDES, 2012; ESPINHA, 2017).

As pesquisas citadas evidenciam que o conhecimento clínico positivista que direcionou minha formação acadêmica ainda vigora hegemonicamente nas grades curriculares dos cursos de graduação em psicologia do país. As(os) psicólogas(os) que possuem interesse pelos estudos sobre a compreensão dos processos de subjetivação, a partir do debate conceitual do que é ser mulher e os sentidos dado ao corpo, numa perspectiva de gênero, com base em leituras culturais sobre estes fenômenos, necessitam fazer um esforço transdisciplinar, pois a grande maioria das referências sobre essa temática, baseadas nas epistemologias feministas, está relacionada a outras áreas de conhecimento das Ciências Humanas como Antropologia, História, Sociologia, Serviço Social e Filosofia. De modo que o acesso a essas leituras extrapolam o campo das publicações categorizadas como pertencentes à psicologia.

O Encontro Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de graduação em Psicologia, realizado em 2018, objetivou promover a organização e a mobilização da categoria para a construção da proposta das novas DCNs que visa corrigir déficits históricos, ao prever uma formação cidadã, pautada na autonomia intelectual, consciência social, protagonismo, criticidade, atitude reflexiva, disponibilidade para o trabalho coletivo e compromisso com a defesa de direitos humanos. De acordo com a Minuta produzida no evento:

Art. 4º O curso de graduação em Psicologia deve assegurar uma formação científica, ética, política, generalista, humanista, crítica, reflexiva, democrática e laica, embasada nos Direitos Humanos e fundamentada nos seguintes princípios e compromissos:

IV- Compreensão crítica dos fenômenos históricos, sociais, econômicos, culturais, territoriais e políticos do país, abrangendo sua diversidade regional e reconhecendo sua inserção na América Latina;

V- Compreensão de diferentes contextos, considerando a desigualdade estrutural do Brasil (questões étnico-raciais, de classe, do patriarcado e de gênero), bem como as dimensões geracionais, da diversidade sexual, dos direitos das pessoas com deficiência, as necessidades sociais e os princípios da ética profissional, tendo em vista a defesa e a promoção da cidadania, assim como das condições de vida digna dos indivíduos, grupos, organizações, comunidades e movimentos sociais;

VIII- defesa e promoção de políticas públicas, compreendidas como dispositivos promotores de direitos e de emancipação humanos; (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, p. 114-115, 2018)

A proposta traz o compromisso com o debate teórico das epistemologias feministas ao responsabilizar-se com a compreensão crítica dos diversos contextos sociais, considerando as discussões sobre gênero e patriarcado⁸. Porém, a efetiva materialização dessas propostas pressupõe disputa de poder com a hegemonia da Psicologia Tradicional.

Este estudo tem a intenção de contribuir com a discussão acerca desta lacuna de conhecimento no rol dos estudos psicológicos e previstos nas novas DCNs para os cursos de graduação em Psicologia. Pois, de acordo com a busca realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, considerado o principal banco de dados de produção científica do país, por ser o sistema online oficial do governo, vinculado ao Ministério da Educação (MEC), para depósito obrigatório de todas as teses e dissertações produzidas nas universidades brasileiras, não foi localizada nenhuma tese que verse sobre a Psicologia Feminista no Brasil e o trabalho com as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Ao falar do atendimento psicológico a mulheres em situação de violência, o desenho e a descrição de uma política pública, como os Centros de Referência em atendimento às Mulheres (CRAMs), não conseguem materializar a potência e a força dos encontros nestes espaços de acolhimento, por se tratar de documentos frios, como normativas, protocolos e fluxos de atendimento. Dizer isso é falar do meu encantamento em perceber o movimento de cura de mulheres ao iniciarem a trilha pessoal pelo caminho de autonomia sobre suas histórias de vida. Na minha experiência laboral e cidadã foram as epistemologias feministas que modelaram a minha escuta e minha prática psicológica para acompanhar de modo atento e sensível as cartografias das trajetórias de dor nas narrativas femininas que chegaram a mim, cada uma a seu modo, trazendo consigo as marcas da opressão patriarcal.

⁸ Segundo Saffioti (1987), o patriarcado é considerado, historicamente, o mais antigo sistema de dominação-exploração humana. A hegemonia da dominação masculina é anterior ao período da história registrada, cabendo apenas conjecturas sobre sua ascendência.

Assim, o desejo em realizar esta pesquisa está na intenção de dar visibilidade à capacidade revolucionária do trabalho psicológico inserido nas Políticas Públicas que, silenciosamente, assistem no seu cotidiano, as grandes transformações sociais, revoluções pessoais que precisam ser conhecidas. Especialmente para demarcar a importância de uma escuta qualificada, ancorada na Psicologia Feminista no que tange ao trabalho com Violência Doméstica e, assim, contribuir com a produção de instrumentais que conduzam as práticas *psis* no atendimento às demandas das políticas públicas para as mulheres em situação de violência.

RECURSOS METODOLÓGICOS

“O objeto é a continuação do sujeito por outros meios. Por isso, todo conhecimento científico é autoconhecimento.”

Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 83).

Como descrito na introdução, esta tese não se pretende neutra, ela é fruto das minhas andanças, militâncias, ativismos, atividades profissionais e o constante movimento de aprendizado e formação. Isto posto, é preciso reiterar que a escolha deste objeto de pesquisa não se deu de forma solitária, o amadurecimento necessário para se chegar ao tema aconteceu na relação com o campo, no contato direto com as políticas públicas para as mulheres, na interlocução com as colegas de profissão, no ativismo político do feminismo e nas muitas leituras de livros, mundos e histórias que me atravessaram.

Portanto, escolhi começar a minha exposição com um movimento introspectivo de olhar para a trajetória que percorri até aqui e, em consonância com a máxima do feminismo: “o pessoal é político”, busco evidenciar os lugares sociais que ocupo e os motivos que movem o meu desejo pela produção deste trabalho, realçando a relevância do saber situado, como sugere Donna Haraway (1995, p. 33) ao sublinhar que “não buscamos o saber baseado na visão incorpórea (...) e que o único modo de encontrar uma visão mais ampla é estando em algum lugar em particular”.

Assim sendo, reforço e destaco em minhas escolhas metodológicas uma forte aliança, anunciada desde o título desta pesquisa, com as epistemologias feministas que validam a parceria possível entre o conhecimento acadêmico e os saberes da militância e/ou dos ativismos. Escolhas que comportam, além do rigor científico necessário a qualquer campo da ciência, a liberdade inventiva na sua práxis, a exemplo da escrita em primeira pessoa do singular e da escrita gendrada, elegendo os artigos femininos em termos não usuais, a exemplo de “sujeitas”, como postura reivindicatória da visibilidade às mulheres nas narrativas e ato de resistência ao sujeito universal masculino naturalizado na linguagem.

Ademais, apesar da intenção em detalhar, num formato descritivo, as etapas que constituem a produção de uma tese, é sabido que estes processos não ocorrem de forma linear e contínua, muito pelo contrário, eles existem no dinamismo do mundo de quem se dispõe a dar-lhes vida e garantir a sua existência. Portanto, são permeados de intervenções analíticas,

reflexões teóricas e compreensão de mundo que transitam entre as leituras sociais, filosóficas e acadêmicas e as sensibilidades, percepções e emoções de quem pensa e escreve o texto.

Tomando como premissa o entendimento de que a academia é um espaço de ocupação política, vislumbro uma fértil interlocução social deste texto alinhado aos parâmetros teóricos e metodológicos exigidos, com o desejo que esta produção ultrapasse os muros da academia e alcance uma função social e política, como mais um instrumento de contribuição ao fomento dos Direitos Humanos e construção de uma sociedade mais justa para as mulheres.

Este estudo se dispõe a investigar a relação da Psicologia Feminista com as políticas públicas para as mulheres no contexto baiano, tomando por base a qualificação profissional das psicólogas que atuam nos Núcleos e Centros de Referência às Mulheres existentes no estado da Bahia. Este objeto foi construído na minha passagem pela SPMBa, nas ações que eu desenvolvia como Assessora Técnica nesta instituição e que me oportunizou conhecer as diversas realidades locais, por meio de visitas técnicas aos equipamentos em seus territórios e a partir dos diversos encontros e diálogos com as psicólogas que atuavam nos Centros e Núcleos de atendimento às mulheres monitorados pelo Estado.

Remonto essa trajetória de trabalho para marcar a localização dessa produção pautada na intelectualidade orgânica, conceituada por Gramsci, em que as pesquisadoras e pesquisadores não limitam sua responsabilidade apenas em pensar as bases analíticas dos seus *corpus*, mas, a participarem efetivamente e de modo encarnado de suas ações, atuam internamente no sistema que se dispõem a analisar, com o propósito de contribuir com o despertar da consciência coletiva, a partir da filosofia da práxis que é, antes de tudo, um compromisso firmado entre a/o intelectual e a sociedade. De acordo com essa perspectiva, não existe neutralidade, e, conseqüentemente, toda atividade intelectual está comprometida com algum valor, com algum ethos. (GRAMSCI, 1978).

Apoiada na concepção da intelectualidade orgânica, a garantia da viabilidade do campo desta pesquisa dá-se por minha experiência prática de atuação nas políticas públicas para as Mulheres, por falar de dentro, destacando a relevância do saber situado, como propõe Donna Haraway (1995, p. 33). O acesso ao *corpus* deste estudo foi possível, em primeiro plano, pelas relações de confiança e apoio construídas com aquelas que caminharam junto comigo no cotidiano das ações institucionais, essa perspectiva nos remete ao que pressupõe a pesquisa e a práxis feminista em valorizar as redes de solidariedades e o exercício de reflexividade nas ciências entre as mulheres.

A parceria construída com a Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia - SPMBa subsidiou os recursos necessários para acessar as sujeitas deste estudo, como

demonstra o anexo III. A formalização desta parceria só foi possível pela via das trocas e partilhas, proporcionadas e exercidas nas vidas que habitam as instituições e nos ajudam a superar coletivamente muitos desafios encontrados na trajetória do ato de pesquisar. O feminismo nos ensina a produzir uma ciência afetiva, pautada na solidariedade e na coletividade entre pares, rompe com a prática competitiva, produtivista e individualizante, tão comum à experiência acadêmica hegemônica.

Digo isso para enfatizar que a opção por uma atitude efetivamente dialógica na construção dos saberes é um dos efeitos de pertencer a um programa de pós-graduação assumidamente feminista como é o PPGNeim, que não garante, mas estimula a reflexividade em nível pessoal, postura que impacta diretamente em escolhas metodológicas flexíveis, responsáveis e plurais.

O CAMPO

Tomamos como corpus deste estudo o universo de psicólogas que atuam nos CRAMs e NAMs do estado da Bahia, o acesso às participantes deu-se por intermédio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia SPMBa, que disponibilizou o mapeamento do arranjo das equipes de todos os centros e núcleos existentes no Estado (Anexo III) com as devidas informações de telefone, e-mail e nome das servidoras responsáveis pelo serviço⁹. A partir da definição do *corpus* de pesquisa e da viabilidade do campo para coleta dos dados, fez-se necessário cartografar o arranjo geográfico destes equipamentos distribuídos no Estado.

Com o propósito de identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, o Governo da Bahia reconhece a existência de 27 territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade de cada região e com base no sentimento de pertencimento. As gestões executivas de promoção de políticas públicas tomam como referência os territórios de identidade¹⁰ para promover suas ações.

⁹ Com o propósito de resguardar suas identidades, tais informações foram suprimidas da documentação anexa (Anexo III).

¹⁰ O território de Identidade é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial. In: PERAFÁN, Mireya E. V.; OLIVEIRA, Humberto. Território de Identidade. Coleção Política e Gestão Culturais. Salvador: Secretaria de Cultura do estado da Bahia, 2013.

Segundo as informações da SPMBa (Anexo III), até o presente momento 33 serviços de atendimento às mulheres já foram implantados nos municípios baianos: são 29 CRAMs - Centros de Referência em Atendimento às Mulheres e 4 NAMs - Núcleos de Atendimento à Mulheres. Este número não chega a 8% do total de municípios da Bahia, percentual aquém das metas previstas no III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que tinha como objetivo estimular que no mínimo 10% dos municípios brasileiros tivessem algum tipo de serviço especializado de atendimento à mulher em situação de violência até 2015 (BRASIL, 2013). Hoje, sete anos após esta previsão, a meta ainda não foi alcançada, o que denuncia o pouco esforço dos governantes em investir no seu compromisso com a pauta das mulheres.

Os Centros de Referência de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência são estruturas que oferecem atendimentos interdisciplinares, a saber: aconselhamento em momentos de crise, atendimento psicossocial, aconselhamento e acompanhamento jurídico, atividades de prevenção, qualificação de profissionais, articulação da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres existente no território e levantamento de dados locais sobre a situação da violência contra as mulheres. Tais atividades têm como objetivo romper com a situação de violência e promover ações globais de fomento à cidadania. A Norma Técnica de Uniformização (BRASIL, 2006) apresenta a estrutura mínima para o funcionamento de um CRAM, a descrição divide-se em três tópicos: o primeiro elenca os equipamentos de comunicação, transporte, informática entre outros; o segundo refere-se à localização e ao que deve conter no espaço físico e o terceiro e último tópico prevê o mobiliário necessário.

Ao pesquisar as documentações que regulamentam o funcionamento e implantação desses serviços, com a intenção de compreender a diferença entre CRAM e NAM, nenhuma referência foi localizada. Para elucidar esta e outras questões que serão apresentadas ao longo deste estudo, foi necessário lançar mão de uma entrevista com a atual coordenação de ações temáticas, responsável pelo eixo de enfrentamento à violência da SPMBa, estratégia metodológica que não estava prevista no projeto de pesquisa, mas que se fez necessária para dirimir algumas dúvidas e dificuldades encontradas no campo. A entrevista reiterou a ausência de uma documentação específica que caracterize o NAM, incluindo aí a diferença entre estes dois equipamentos:

Os CRAMs exigem, de acordo com a Norma Técnica, uma estrutura física com acessibilidade, definição da quantidade mínima de técnicas para compor a equipe multidisciplinar e todos os recursos humanos necessários, incluindo a construção da rede para encaminhamentos assertivos, por todas essas possibilidades ele é chamado de centro, com suas diversas atuações e estrutura física exigida, sua implantação é definida de acordo com os índices de

violência contra as mulheres no município. Para municípios menores, com taxas menores e ainda assim o gestor compreende a necessidade de um serviço de atendimento às demandas das mulheres, o gestor pode implantar um espaço menor, chamando de núcleo, que também terá uma equipe estruturada e completa, pois não é possível abrir mão da equipe prevista na norma técnica tanto nos CRAMs e NAMs a exigência da SPMBa é de que a equipe deve ser completa. Entre CRAM e NAM não há diferença no tipo de atendimento ofertado, a diferença está na estrutura disponível, muitas vezes os NAMs utilizam a estrutura física de outros serviços, como CREAS, CRAS, até DEAMs, enfim... outros órgãos que compõe a rede, apesar de não ser sugestão da SPMBa, pelo entendimento das dificuldades de atender as especificidades da violência contra as mulheres em espaços com outras demandas como CREAS, por exemplo. Mas cada município adequa à sua realidade financeira (...) à época em que foi criado o primeiro núcleo, penso ter sido a denominação mais aceitável, pois não tem nenhum registro público que defina essa diferença, acredito ter sido essa a nomenclatura que chegou mais próximo. (Coordenação da SPMBa¹¹)

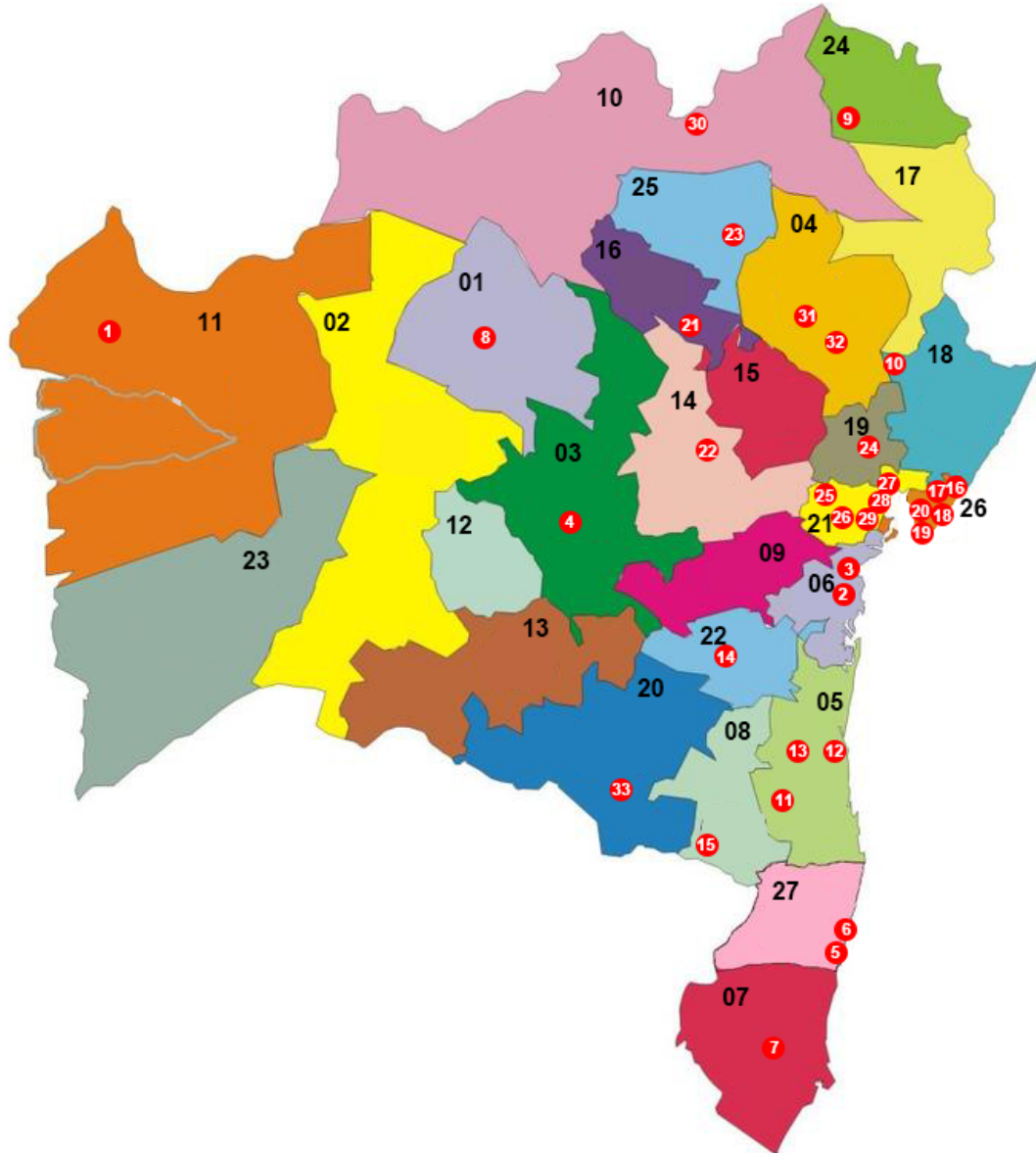
Assim, de acordo com a coordenação da SPMBa, o termo NAM é apenas para diferenciar a estrutura física pois estes equipamentos estão aquém do mínimo exigido na norma técnica (BRASIL, 2006). Ainda segundo a SPMBa:

É preciso considerar as condições orçamentárias do município, a sugestão da SPMBa é de que o equipamento seja todo estruturado, mas quando o município não tem como implantar de acordo com as orientações da norma técnica, a gente ajuda a fazer as adaptações necessárias com as condições mínimas de funcionamento. (...) O NAM pode existir num espaço independente, mas a estrutura é diferente e menor, não atende às exigências estruturais para um CRAM, é uma alternativa para a falta de recurso, entendemos que é possível que não tenha toda a estrutura física, nossa exigência é de não abrir mão da equipe técnica mínima. As diferenças são a estrutura física e a carga horária de profissionais que podem fazer permuta com outros serviços da rede municipal. (Coordenação SPMBa¹²)

O mapa a seguir apresenta os 27 territórios existentes no estado da Bahia, com destaque para as cidades que possuem os equipamentos de atenção à mulher vítima de violência que são monitorados pela SPMBa. A legenda contém o nome dos municípios realçados no mapa e o tipo de serviço que possuem:

¹¹ Dados coletados em entrevista que compõe a pesquisa de campo deste estudo, concedida em 03 de agosto de 2020.

¹² Dados coletados em entrevista que compõe a pesquisa de campo deste estudo, concedida em 03 de agosto de 2020.



Legenda 01: Localização dos Cram's e Nam's

- | | | |
|--------------------------|---------------------|---------------------------|
| 1 Barreiras | 12 Ilhéus | 23 Senhor do Bonfim |
| 2 Taperoá | 13 Itabuna | 24 Feira de Santana |
| 3 Valença | 14 Jequié | 25 Cruz das Almas |
| 4 Abaíra | 15 Itapetinga | 26 Maragogipe |
| 5 Porto Seguro | 16 Camaçari | 27 Santo Amaro |
| 6 Santa Cruz de Cabrália | 17 Candeias | 28 São Francisco do Conde |
| 7 Teixeira de Freitas | 18 Lauro de Freitas | 29 Saubara |
| 8 Irecê | 19 Salvador | 30 Juazeiro |
| 9 Paulo Afonso | 20 Simões Filho | 31 Conceição do Coité |
| 10 Alagoinhas | 21 Jacobina | 32 Serrinha |
| 11 Camacã | 22 Itaberaba | 33 Vitória da Conquista |

| Legenda 02: Territórios de Identidade | | |
|--|-------------------------------------|----------------------------------|
| 01 – Irecê | 10 – Sertão do São Francisco | 19 – Portal do Sertão |
| 02 – Velho Chico | 11 – Bacia do Rio Grande | 20 – Vitória da Conquista |
| 03 – Chapada Diamantina | 12 – Bacia do Paramirim | 21 – Recôncavo |
| 04 – Sisal | 13 – Sertão Produtivo | 22 – Médio Rio de Contas |
| 05 – Litoral Sul | 14 – Piemonte do Paraguaçu | 23 – Bacia do Rio Corrente |
| 06 – Baixo Sul | 15 – Bacia do Jacuípe | 24 – Itaparica |
| 07 – Extremo Sul | 16 – Piemonte de Diamantina | 25 – Piemonte Norte do Itapicuru |
| 08 – Médio Sudoeste da Bahia | 17 – Semiárido Nordeste | 26 – Metropolitana de Salvador |
| 09 – Vale do Jequiariá | 18 – Litoral Norte e agreste baiano | 27 – Costa do Descobrimento |

Essa cartografia aponta que nem todos os territórios possuem equipamentos de suporte às mulheres em situação de violência. Como mostra o mapa, sete dos vinte e sete territórios de identidade não foram contemplados com centros ou núcleos de referência em atendimento às mulheres. De acordo com a divisão regional do Brasil, elaborada pelo IBGE¹³, o estado da Bahia possui sete mesorregiões, onde estão alocados os territórios de identidade, apenas duas das sete mesorregiões possuem, em todos os seus territórios, algum serviço de suporte às vítimas de violência gerido pela SPMBa. O centro-sul baiano é a maior mesorregião do estado e contém 118 cidades, número que equivale a quase 1/3 dos 417 municípios da Bahia; é também a mesorregião mais desassistida com as políticas públicas para as mulheres, uma vez que três dos seus sete territórios de identidade não contam com nenhum tipo de serviço de assistência do Estado. Apesar do número de municípios, o centro-sul baiano não é a mesorregião mais habitada da Bahia, de acordo com a atualização dos estudos territoriais sobre densidade demográfica realizados pelo IBGE¹⁴.

Diante do exposto, faz-se necessário compreender os trâmites burocráticos previstos para a implementação de equipamentos como os CRAMs e NAMs. Ao analisar todos os Planos Nacionais de Política para as Mulheres – documentos governamentais construídos com a participação social, que definem diretrizes e prioridades para as decisões políticas no que se refere à pauta das mulheres – todas as edições publicadas preveem a criação, re-aparelhamento e/ou reforma de serviços especializados com o propósito de garantir o atendimento humanizado e qualificado àquelas em situação de violência, porém, não mencionam políticas orçamentárias

¹³ Disponível em: < [liv100600.pdf \(ibge.gov.br\)](#)> Acesso em 01 de julho de 2020.

¹⁴ Disponível em: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/territorio/densidade-demografica.html>. Acesso em 01 de julho de 2020.

específicas e perenes que financiem tais ações e garantam materialmente a ampliação dos serviços.

Diferente dos CRAS e CREAS que fazem parte da política assistencial, o CRAM é um outro tipo de política, com outras fontes de recurso, mas no caso da política da mulher, não tem um programa ou projetos nacionais estruturados para que os próprios municípios possam aderir. Não existe! (...) A garantia para a instalação de um serviço especializado é pautada na motivação e mobilização política do gestor público municipal para montar e estruturar um espaço que atenda as demandas de violência em seu território, ou seja, o critério de implantação tem a ver com a vontade política, o protagonismo de possibilidade de levantamento de recurso é dos municípios. A depender do índice de violência a SPMBa pode provocar e contribuir na articulação para levantamento dos recursos. Portanto, vai depender da capacidade de custeio do município e dos pactos realizados como SPMBa, parlamentares e vínculos políticos. (Coordenação SPMBa¹⁵)

Este excerto demonstra a fragilidade das políticas públicas para as mulheres ao elucidar que, em âmbito local, a oferta de atendimento fica à mercê da sensibilidade do gestor em investir esforços financeiros para garantir suporte às mulheres, apesar da realidade de violência de gênero contra as mulheres se fazer presente em todos os rincões do nosso país. Por que não existe um plano orçamentário, perene e estruturado de recursos públicos destinados às pautas específicas das mulheres que atenda todos os municípios do país? A quem interessa esta política que depende da “boa” vontade e das barganhas da gestão municipal? Este dado indica uma fratura social que impede o real avanço na materialidade das políticas públicas para as mulheres, uma vez que compomos uma sociedade referenciada no machismo estrutural que produz tanto a sub-representação das mulheres na política quanto a naturalização da violência que sofrem, tal negligência só pode ser justificada à luz do machismo estrutural que mata simbólica e materialmente as mulheres num país que está no ranking entre os mais violentos do mundo.

Participaram deste estudo 27 dos 33 serviços existentes no estado, sendo 25 centros de referência e 3 núcleos de atendimento. Em entrevista, a SPMBa esclareceu que a razão da não participação de todos os serviços existentes está relacionada ao investimento da gestão municipal: 3 destes serviços não possuem psicóloga na equipe, caso das cidades de Valença, Itaberaba e Santa Cruz da Cabrália, os outros 3 tiveram os seus atendimentos encerrados pela atual gestão pública, a saber: Serrinha, Maragogipe e Taperoá.

A função da SPMBa é monitorar e acompanhar as políticas para as mulheres nos municípios, no caso dos centros e núcleos de referência, a SPMBa avalia e supervisiona o funcionamento destes serviços, especialmente aqueles que

¹⁵ Dados coletados em entrevista que compõe a pesquisa de campo deste estudo, concedida em 03 de agosto de 2020.

foram estruturados com recurso do estado, pois neste caso ainda existe a vistoria dos equipamentos e instalações. Porém, não existe nenhum instrumento jurídico que garanta poder à SPMBa de fiscalizar e punir os municípios que não cumprirem com os requisitos mínimos para a manutenção dos serviços, pois as equipes são custeadas com recursos municipais, por isso a sensibilidade e compromisso do gestor com a pauta das mulheres é fundamental para a existência do equipamento no município, alguns mantêm equipes mínimas incompletas, a exemplo dos CRAMs que não possuem profissionais da psicologia e outros interrompem totalmente suas atividades, como é o caso atual dos três centros desativados. (Coordenação SPMBa¹⁶)

A análise preliminar do mapeamento realizado evidencia e comprova as informações coletadas na citação acima: o quantitativo das equipes de trabalho não está relacionado ao número de municípios, revelando características fundantes na implementação de políticas públicas, como a participação dos atores e atrizes políticos e a prioridade nas agendas das gestões públicas, dois elementos que necessitam de cadência ritmada e harmônica para a materialização de políticas públicas. O quadro abaixo é um recorte das situações mais discrepantes no que se refere à relação entre o número de profissionais da psicologia que compõe as equipes dos CRAMs e NAMs¹⁷ e o respectivo contingente populacional¹⁸ destes municípios.

Tabela 1 – Maiores e menores índices na relação entre psicólogas disponíveis nas Equipes de CRAMs e NAMs e a população municipal.

| Município | População Estimada | Equipe técnica |
|-------------------------------|---------------------------|-----------------------|
| Abaíra | 8.739 | 01 Psicóloga |
| Saubara | 12.043 | 01 Psicóloga |
| São Francisco do Conde | 39.802 | 02 psicólogas |
| Camacan | 31.988 | 01 Psicólogas |
| Lauro de Freitas | 198.440 | 05 Psicólogas |
| Candeias | 87.076 | 02 Psicólogas |
| Ihéus | 162.327 | 01 Psicóloga |
| Itabuna | 213.223 | 01 Psicóloga |
| Camaçari | 299.132 | 01 Psicóloga |
| Feira de Santana | 614.872 | 02 Psicólogas |
| Salvador | 2.837.347 | 01 Psicóloga |

Fonte: CRAMs e NAMs do estado da Bahia. março/abril 2020.

¹⁶ Dados coletados em entrevista que compõe a pesquisa de campo deste estudo, concedida em 03 de agosto de 2020.

¹⁷ Dados cedidos pela SPMBa e disponíveis no Anexo III;

¹⁸ Dados do IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=resultados>. Acesso em 20 de julho de 2020.

A tabela revela que os seis primeiros municípios, sombreados em cinza claro, contam com uma psicóloga para um contingente de até 60.000 habitantes, com destaque para o município de Abaíra, que possui o melhor índice, com uma psicóloga para uma estimativa populacional de 8.739 habitantes. Porém, o município de Abaíra assinou um Termo de Cooperação com os Municípios vizinhos de Piatã e Boninal, que possuem populações de 17.123 e 14.368 habitantes, respectivamente. O termo de cooperação prevê que o custeio necessário para o funcionamento do equipamento deve ser rateado entre estes três municípios, bem como o seu uso, que está disponível para referenciar o atendimento às mulheres destas três cidades. Este é o único caso de convênio de CRAM entre municípios da Bahia, de acordo com relatório de visita técnica realizada pela SPMBa em 2018, segundo o qual “atualmente só possuem referenciadas da cidade que cedia o serviço, a equipe aponta a dificuldade de transporte e falta de diálogo entre as cidades como os principais fatores da falta de encaminhamentos.” (SPMBa, 2018, p.4). O inserto revela que este tipo de parceria necessita de alinhamento entre os municípios, o que nem sempre é possível na prática.

Os cinco últimos dados da tabela sombreados em cinza escuro, revelam os Municípios que apresentam os piores índices, com uma psicóloga para uma população superior a 162.000 habitantes, destacando a capital do estado com somente um serviço de atendimento que conta com apenas uma psicóloga para toda a população da capital baiana (2.837,347 habitantes). Sobre este dado a SPMBa informa:

Existem municípios muito populosos com poucas ou nenhuma psicóloga e outros com um número bem maior, mas a SPMBa não pode obrigar contratações, cabe a ela apenas orientar e sugerir, em função da ausência de instrumentos jurídicos que obrigue o município a contratar mais, a SPMBa não assume um papel fiscalizador. (Coordenação SPMBa¹⁹)

Dos 33 equipamentos de atendimento às mulheres que existem na Bahia, ficaram de fora da tabela 22 municípios; destes, três não possuem psicóloga em suas equipes, três foram desativados pela atual gestão municipal, nove deles possuem uma psicóloga para um contingente populacional que varia entre 60 e 100 mil habitantes e os sete restantes contam com uma psicóloga para uma população entre 100 e 160 mil municípios.²⁰

A Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência preconiza que “o número de profissionais deverá ser estabelecido de acordo com a população demográfica do município e da região onde está inserido e com os dados quantitativos relativos à violência contra as

¹⁹ Dados coletados em entrevista que compõe a pesquisa de campo deste estudo, concedida em 03 de agosto de 2020.

²⁰ Consultar Anexo IV para acesso a tabela completa com a relação de todos os municípios.

mulheres.” (BRASIL, 2006, p.21) Apesar de vincular o tamanho da equipe técnica com a quantidade populacional, esta vinculação não é prevista em números, assim como o documento não menciona as instituições de referência que informam e atualizam os índices de violência nos territórios brasileiros, mas independente da observação de critérios vagos, os números demonstram que na prática essa orientação não é levada em conta.

Não existe uma regulamentação que define o número mínimo de municípios para implantar um CRAM, a SSP é quem emite os dados de violência para avaliar os casos mais críticos, na Bahia estes dados não são publicados, como ocorre em outros estados. Esta é uma decisão da gestão da SSP, essas informações ocorrem como intercâmbio institucional com troca interna de documentos como gráficos comparativos entre os anos. A população civil organizada não tem como acompanhar os números crescentes. (Coordenação SPMBa²¹)

Como aponta a própria SPMBa, a normatização apresenta fragilidades que comprometem a transparência do processo de implementação destes equipamentos, ficando à mercê da “boa vontade” dos agentes políticos municipais, que a partir de sua (in)sensibilidade diante da pauta das mulheres, se articulam politicamente para viabilizar recursos financeiros a serem destinados ao atendimento dessas demandas em suas localidades, como já apontado em outros trechos deste estudo.

A minha atuação como Assessora Técnica me oportunizou visitas à maioria dos CRAMs e NAMs existentes na Bahia, essa experiência me permite afirmar que além das questões de formação técnica e da dimensão política, a equipe ainda precisa lidar com a precariedade dos equipamentos, a exemplo de falta de elementos essenciais, a exemplo do trecho transcrito abaixo, que foi retirado do relatório de uma das visitas técnicas que realizei com o propósito de avaliar a adequação do serviço à Norma Técnica de Uniformização (BRASIL, 2006)

“(…) O espaço físico do CRAM possui uma rampa que não garante acessibilidade, as portas não permitem a passagem de cadeirantes e o imóvel não possui saída de emergência. A equipe mencionou a intenção de mudança do espaço para outro imóvel em melhores condições, foi sugerida atenção à Norma Técnica no período de mudança para contemplar todas as exigências físicas para funcionamento do serviço. No espaço físico do CRAM funciona também o Conselho Tutelar, instalação indicada pela gestão municipal e justificada pela falta de recursos para o custeio de outro imóvel. Foi observado também que o CRAM está pouco aparelhado e o imóvel possui estrutura precária. (...) O telefone do serviço está desativado, situação grave que inviabiliza o contato das referenciadas com o CRAM, especialmente aquelas que vivem na zona rural. Para sanar essa dificuldade, a equipe disponibiliza

²¹ Dados coletados em entrevista que compõe a pesquisa de campo deste estudo, concedida em 03 de agosto de 2020.

seus contatos de telefone pessoal, ação que coloca em risco a segurança pessoal das/os servidoras/es. (...) Ficou evidenciado que a equipe não possui formação técnica, a Coordenadora não possui formação específica, nem experiência na área, ela trabalhava numa casa lotérica antes de assumir a atual função. (...) Os principais entraves apontados pela equipe é o trabalho em rede e sua articulação, especialmente o diálogo com a Polícia Civil e a negligência da delegacia em atender as demandas dos casos de Violência de Gênero contra a Mulher. O serviço não contabilizou, até a presente data, nenhuma demanda de mulheres Trans, evidenciando a necessidade de promover a divulgação dos serviços oferecidos pelo CRAM para este grupo específico de mulheres (SPMBa, 2018, p. 4-5)

O trecho revela os desafios que as servidoras precisam enfrentar no seu cotidiano laboral, são precariedades que diferenciam conforme cada município, uma vez que as condições de instalação e manutenção variam de acordo com as fontes de recurso. Entretanto, é raridade a existência de serviços com condições ideais de funcionamento, demonstrando que, além de insuficientes, os poucos serviços instalados e em atividade funcionam de forma precária.

É sabido que numa cultura patriarcal é também cultural a naturalização da violência contra as mulheres, essa é a justificativa cultural para o descaso dos CRAMs e MANs. No Brasil, a ínfima representatividade feminina nas casas legislativas, somada ao caldo cultural machista que atravessa os parlamentares brasileiros, são os principais entraves para que o Estado se responsabilize pela garantia de Direitos Humanos e representam um grande risco para as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

O MÉTODO

Em função da natureza deste estudo, da definição do seu *corpus*, da viabilidade de acesso ao campo de pesquisa e do seu vínculo com as Epistemologias Feministas, que se posicionam de modo crítico e analítico, elegemos o método qualitativo como o mais apropriado e escolhemos como principal instrumento de coleta de dados um questionário elaborado com questões fechadas e abertas, escolha motivada pela eficiência do instrumento na relação custo/benefício para o alcance do público pretendido. A relação custo/benefício considerou a indisponibilidade de recursos financeiros e a inflexibilidade do tempo disponível para visitas presenciais ao campo e, por fim, adequou-se às contingências contextuais, tendo em vista que a coleta de dados desta pesquisa foi realizada em meio à pandemia do Coronavírus que assolou o mundo inteiro e impactou diretamente a mobilidade humana em função das orientações sanitárias de proteção e cuidado da OMS para o cumprimento da quarentena e do isolamento social.

Ao longo do processo, duas outras estratégias metodológicas que não estavam previstas no projeto de pesquisa foram incluídas, por se fazerem necessárias para o desenvolvimento das análises. Uma delas refere-se à realização de uma entrevista²² com a Coordenação de Ações Temáticas da SPMBa, no eixo de enfrentamento à violência, esta decisão metodológica foi incorporada à pesquisa na fase de análise dos dados, em função das dificuldades encontradas em localizar documentações e informações relevantes para o estudo. A segunda estratégia diz respeito à Análise de Conteúdo das postagens realizadas nos sites do Sistema Conselhos em nível nacional e regional, pela necessidade de avaliar o posicionamento político da psicologia na principal plataforma digital de divulgação de suas ações e produções. Essa postura reflete a nossa resistência a formatos metodológicos engessados, concordando com a afirmação de Minayo *et al* (2012, p.11) que “a cientificidade tem que ser pensada como uma ideia reguladora de alta abstração, e não como sinônimo de modelos e normas a serem seguidos”.

Foi desenvolvido um questionário²³ para o formato online, fazendo uso do Google Forms, plataforma gratuita da Microsoft para elaboração de formulários. Essa plataforma registra as participantes, contabiliza as respostas e devolve um relatório individual em formato pdf e uma tabela com todas as informações em formato Excel. Esta última foi utilizada para a construção dos gráficos e algumas tabelas que compõem este estudo. O questionário foi elaborado com quatro sessões, com a intenção de alcançar, processualmente, as informações mais relevantes para a pesquisa, partindo de perguntas genéricas para questões mais específicas, de acordo com a ordem das sessões descritas a seguir:

Quadro 3 – Sessões do instrumento de coleta de dados

| | |
|----------|---|
| Sessão 1 | Identificação Pessoal Sessão elaborada para coletar os seguintes dados: nome, idade, identidade de gênero, orientação sexual, município em que reside, contatos de telefone e e-mail, religião, raça/cor/etnia, estado civil, se tem filhos e se possui alguma necessidade especial. |
| Sessão 2 | Informações Acadêmicas Esta sessão investiga sobre a formação acadêmica das participantes, com as questões: a. Instituição em que cursou Psicologia; b. Ano de ingresso e ano de conclusão do curso; c. Cursou ou cursa outra graduação? Se sim, qual(is)?; d. Cursou ou cursa Pós-Graduação? Se sim, qual(is)?. |
| Sessão 3 | Experiência profissional nas Políticas Públicas de atenção às Mulheres |

²² O roteiro da entrevista está disponível no Anexo II.

²³ O roteiro das questões que compõem o questionário está disponível no anexo I.

| | |
|----------|--|
| | A pretensão desta sessão é investigar a qualidade do vínculo institucional estabelecido pela participante, a partir das perguntas: a. Instituição em que trabalha; b. Tempo de exercício; c. Tipo de vínculo institucional; d. Já exerceu atribuições de psicologia em alguma Política Pública antes da atual atividade? Se sim, onde e por quanto tempo? e. Já atuou na Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres antes da atual atividade? Se sim, em qual(is) instituição(ões), qual(is) era(m) o(s) cargo(s) e por quanto tempo exerceu tal(is) função(ões)?. |
| Sessão 4 | <p>Impacto da Formação em Psicologia no Trabalho com Mulheres</p> <p>Esta última sessão tem o objetivo de avaliar a influência das epistemologias feministas e a qualidade da formação das participantes para o trabalho que desenvolvem, tomando por base as seguintes questões: a. Análise da adequação dos componentes curriculares do curso de psicologia para a formação; b. Análise da adequação dos conteúdos e programas do curso de psicologia para a formação profissional no trabalho com mulheres; c. Principais abordagens e referências teóricas que utiliza no trabalho com mulheres; d. Durante a sua formação foi ofertada alguma disciplina específica sobre violência e gênero? Em caso afirmativo, qual? e. Durante a sua formação você teve acesso aos estudos sobre as Epistemologias Feministas? Se sim, em qual(is) disciplina(s)?; f. Você já participou de alguma capacitação voltada ao trabalho com mulheres em situação de violência? g. Em sua opinião, o feminismo é relevante para o trabalho com mulheres em situação de violência? h. Você conhece a Psicologia Feminista? Se sim, qual a sua percepção sobre esta abordagem? i. Quais as principais dificuldades enfrentadas no trabalho que desenvolve com mulheres? J. Em sua opinião, quais os elementos e ferramentas necessárias para a efetiva redução dos índices de violência contra as mulheres em nosso país?</p> |

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

A coleta dos dados foi realizada entre os meses de março e abril de 2020, exceto em um dos municípios participantes, em que os dados foram coletados em agosto de 2019 para um estudo preliminar de experimentação da ferramenta de coleta e que resultou num artigo intitulado: *A Psicologia Feminista no Brasil e os desafios das Políticas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*, apresentado no XXXII Congresso Internacional de la Asociación Latinoamericana de Sociología, que aconteceu na cidade de Lima / Perú em dezembro do mesmo ano. A pesquisa contabilizou 39 participantes, que representam o universo de todas as psicólogas que atuam nos centros e núcleos de referência em atendimento à mulher, instalados no estado da Bahia.

Para obtenção dos dados foi formalizada uma parceria com a SPMBa, por meio do termo de anuência institucional²⁴, a instituição recebeu e acolheu com entusiasmo o projeto de

²⁴ O conteúdo do termo encontra-se disponível no ANEXO V. Os nomes foram suprimidos para preservar o anonimato das depoentes.

pesquisa proposto, pela expectativa de resultados analíticos que colaborem com inovadoras propostas e reflexões sobre suas ações e posicionamentos institucionais. Os recursos de aproximação ao campo de pesquisa foram oferecidos pela SPMBa. Os contatos foram realizados inicialmente com as coordenações dos centros e núcleos que disponibilizaram o acesso às profissionais por e-mails e contatos telefônicos. Essa etapa nos permitiu atualizar os dados contidos nas documentações cedidas pela SPMBa, no que se refere ao quantitativo das equipes e meios de comunicação.

Nesta etapa do trabalho foi possível observar a pluralidade contida no campo. A grande maioria das gestoras/coordenadoras se mostraram solícitas em atender a nossa demanda, embora caiba salientar que estes serviços são monitorados pela SPMBa e que, portanto, a solicitação dos dados foi lida como uma demanda institucional. Porém, no que se refere à adesão das psicólogas, as posturas foram bem discrepantes: enquanto algumas prontamente se dispuseram a contribuir, também foram observadas muitas resistências. Em alguns casos pontuais foi necessário contatá-las mais de dez vezes para o fornecimento das informações, contexto que não será analisado neste estudo, mas sinaliza indicadores de tensões institucionais que produzem ranhuras nas relações interpessoais e possivelmente impactam na qualidade do serviço ofertado. Tais observações reiteram a assertividade de nossa escolha metodológica no que se refere ao caráter qualitativo de análise, para atender às expectativas deste estudo, pela oportunidade de aprofundar analiticamente nas contradições e polissemia dos discursos encontrados. De acordo com o pensamento de Minayo *et al*:

Em geral, a dimensão sociocultural das opiniões e representações de um grupo que tem as mesmas características costuma ter muitos pontos em comum ao mesmo tempo que apresentam singularidades próprias da biografia de cada interlocutor. (...) Assim, ao analisarmos e interpretarmos informações geradas por uma pesquisa qualitativa, devemos caminhar tanto na direção do que é homogêneo quanto no que se diferencia dentro de um mesmo meio social. (Minayo *et al*, et al 2012, p.80)

Em consonância com a nossa escolha metodológica, buscamos identificar o que é homogêneo, viabilizando assim a criação de algumas categorias por intermédio de representações genéricas a partir de opiniões que se repetem, além de detectar posicionamentos idiossincráticos presentes no discurso de cada uma. É oportuno ressaltar ainda que, para garantir a cientificidade do método, priorizamos o diálogo contínuo entre a literatura e o fenômeno em análise, com a intenção de fornecer subsídios para uma maior compreensão analítica do fenômeno.

AS PARTICIPANTES

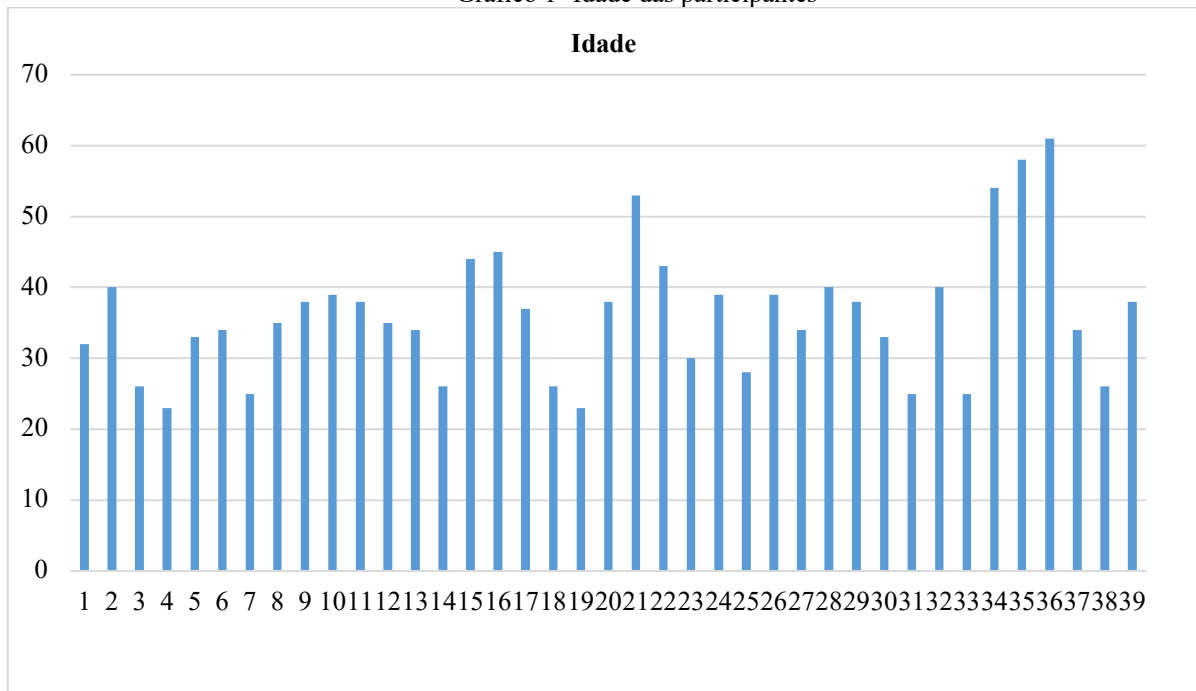
Todas as participantes desta pesquisa são mulheres. O que significa dizer que os serviços existentes na Bahia estão alinhados com a orientação da norma técnica de uniformização dos Centros de Referência em atendimento à mulher em situação de violência, organizada pelo Governo Federal, que ao priorizar o conforto e a sensação de segurança das atendidas, sugere garantir um maior número de profissionais mulheres em suas equipes (BRASIL, 2006). Essa sugestão indica o compromisso com a efetividade do serviço a ser prestado, tendo em vista que a grande maioria dos autores de violência doméstica são homens e quando não o são, as posturas abusivas e violentas são associadas às performances masculinas, como afirma Heleieth Saffioti:

As mulheres como categoria social não têm um projeto de dominação-exploração como os homens. E isso faz uma gigantesca diferença. (...) o poder é atribuído à categoria social homens, podendo, cada exemplar desta categoria utilizá-lo ou não, ou ainda delegá-lo (...). A ordem patriarcal do gênero, rigorosamente, prescinde mesmo da presença física do homem para funcionar (Saffioti, 2001, p. 2)

Sobre essa dimensão, Welzer-Lang (1991) afirma que a violência doméstica tem um gênero: o masculino, independentemente do sexo físico de quem a promove. Tendo em vista que o projeto patriarcal de dominação-exploração das mulheres é executado pelos homens, embora, mesmo que inusitado, algumas mulheres ocupem esse lugar masculino, a orientação da normativa governamental em priorizar profissionais mulheres é uma assertiva diante dos possíveis impactos, simbólicos ou não, que a presença de homens pode causar nas mulheres que buscam suporte nestes espaços de atendimento.

As psicólogas que participaram deste estudo apresentaram idades que variam entre 23 e 61 anos; a maioria delas tem entre 30 e 40 anos, número que representa quase 60% do universo pesquisado, como demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 1- Idade das participantes



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

A faixa etária das profissionais é similar ao mesmo intervalo de idade com maior frequência entre as vítimas: o mapa da violência contra as mulheres de 2018 apontou que 83,7% das vítimas tem entre 18 e 59 anos, faixa etária que se refere ao intervalo etário da população em idade produtiva definida pela OIT, o fato das meninas e idosas não compor esta lista não significa que estão menos suscetíveis à violência, o que é possível afirmar é que elas possuem menor acesso aos meios de denúncia, produzindo como efeito maior vulnerabilidade e subnotificação dos casos²⁵.

Sobre a identidade de gênero, todas são mulheres se autodeclararam cisgêneras²⁶ e heterossexuais. Tais informações reiteram a hegemonia estruturante do caráter cisheteronormativo²⁷ das performances de gênero, sexo e sexualidade existente nas instituições, com forte tendência à naturalização de perspectivas mais conservadoras, uma vez que a formação positivista e tradicional oferecida e difundida pelos diversos campos da psicologia

²⁵ Ver, por exemplo, Azevedo e Tavares (2016), segundo as quais as DEAMs desconhecem sexo e gênero na velhice, o que se constitui como mais uma modalidade de violência contra as mulheres.

²⁶ Para as autoras Mattos & Cidade “O termo cisgêneridade foi introduzido por ativistas transfeministas como um neologismo no sentido de atribuir um nome às matrizes normativas e ideais regulatórios relativos às designações compulsórias das identidades de gênero. Nesse sentido, nomeia-se, conseqüentemente, experiências de identificação de pessoas, ao longo de suas vidas, com o sexo/gênero que lhes foi designado e registrado no momento do nascimento (atribuição marcada pelos saberes médico e jurídico).”(2016, p. 133)

²⁷ Conceito que faz referência a um conjunto de relações de poder que normaliza, regulamenta, idealiza e institucionaliza o gênero, sexo e a sexualidade pautados na normatização dos corpos a partir das especificidades cisgêneras e heterossexuais.

tende a invisibilizar, negligenciar e/ou patologizar performances de gênero e usos da sexualidade que não estejam amparados pelas referências cisheteronormativas e que, dentro desta dimensão, toma a noção de cisgeneridade como norma universal. Ao tratar deste fenômeno, Viviane Vergueiro (2012, p.11) pontua que “as ausências relativas às pessoas transgêneras e não-cisgêneras em posições de decisão e influência (...) constituem o aspecto político da cisgeneridade normativo-colonial.”

Este dado me fez pensar num fenômeno, observado por mim, nas visitas técnicas feitas aos CRAMs e NAMs na ocasião em que desenvolvia ações como assessora técnica na SPMBa, que se refere ao público atendido nestes serviços. Ao serem questionadas sobre o acolhimento de mulheres trans nestes equipamentos, a ausência dessa população era a regra; nas raras vezes em que elas se faziam presentes, costumavam não ultrapassar numericamente uma única referenciada. Via de regra essas questões suscitavam debates polêmicos sobre a legitimidade da identidade dessas mulheres, demonstrando os impactos nocivos da ausência do debate de gênero nestes espaços institucionais. O Brasil é o país mais transfóbico do mundo, segundo o Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras de 2019 (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020), liderando o ranking de assassinatos da população trans por dez anos consecutivos. Em 2019, 97,6% das vítimas foram travestis e mulheres transexuais; os dados dos últimos três anos apontam que a Bahia se manteve nas primeiras posições em comparação aos demais estados, ocupando o 2º lugar nos anos de 2017 e 2018 e passando à terceira posição em 2019. (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020).

É sabido que os crimes de transfobia ocorrem em primeiro momento no espaço doméstico, em função dos atravessamentos religiosos e sociais que rejeitam, confrontam e atacam as inadequações ao regime cisheteronormativo. Os números apontam que quase a totalidade destes crimes são sofridos pelas mulheres transexuais e que apesar da Bahia liderar os altos índices de violência contra essas mulheres, mesmo com essa evidência numérica, elas continuam invisibilizadas pelas políticas públicas sociais que tratam das questões de gênero no estado e, como consequência, quase nunca acessam os espaços de atendimentos às mulheres em situação de violência. Perspectiva que nos dá indícios para as reflexões sobre o porquê da ausência deste público na reivindicação cidadã de seus direitos de acesso a tais políticas.

As informações coletadas para esta tese nos dão alguns elementos para pensar este fenômeno na tentativa de encontrar possíveis, parciais e provisórias respostas para esta questão. O primeiro ponto a analisar diz respeito à LGBTfobia²⁸ estrutural instalada na cultura de nosso

²⁸ Ato ou manifestação de ódio ou rejeição à comunidade LGBTQIA+, a exemplo de homossexuais, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais”.

país e que vem sendo reforçada há anos por meio da negligência do poder público no combate às violações dos direitos humanos da população LGBTQIA+²⁹, como revelam os índices apontados pelo Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras de 2019, em que 99% das pessoas LGBTQIA+ participantes afirmaram não se sentirem seguras no país. Além do aumento sistemático da violência direta no cotidiano das pessoas trans, o Dossiê também afirma que no ano de 2019 o número das notificações de agressões contra essa população aumentou 800% (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020). O Transfeminicídio³⁰ segue naturalizado e impune no Brasil. O aspecto estrutural da LGBTfobia identificada nas narrativas às quais tive acesso em minha experiência de trabalho na SPMBa, me leva a pensar no segundo ponto de análise, ao considerar as problematizações e polêmicas sobre a legitimidade da identidade feminina das mulheres trans, realizadas pelas profissionais que se encontram na execução das políticas públicas e no atendimento direto às mulheres. No tocante a essas narrativas claramente pautadas em referências cisgêneras, Bia Bagagli nos ajuda a refletir sobre esta dimensão:

Uma pessoa trans* não é reconhecida pelo sujeito cisgênero enquanto um sujeito de igual consciência. Ao contrário, o reconhecimento da pessoa trans* se dá enquanto Outra, pois esta se encontra dividida entre o corpo - um sexo biológico - e uma alma - sua identidade. É nesta disjunção fantasmática entre corpo e alma que a incongruência da transgeneridade é significada pelo sujeito cisgênero ou pela política da cisgeneridade. (...) A patologização da transgeneridade é, portanto, a resposta à insegurança que o sujeito cisgênero tem em relação à materialidade do sexo, dado seu caráter polissêmico e paradoxal. (Bagagli, 2014, n.p.)

Como efeito deste fenômeno social, as políticas de cisgeneridade posicionam-se como barreiras que mantêm as mulheres trans à margem das políticas públicas de suporte, atendimento e proteção às mulheres. O terceiro e último ponto de análise refere-se aos dados desta tese que notificou a presença universalizante dos aspectos cisheteronormativos nos corpos de quem representa a psicologia nestes serviços, somados à ausência do debate de gênero ao longo da formação, que tende a naturalizar a cisgeneridade e patologizar os corpos que não se

²⁹ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual, entre outros. A sigla representa um movimento político e social que defende a diversidade e busca mais representatividade e direitos para a comunidade. O seu nome demonstra a sua luta por mais igualdade e respeito à diversidade.

³⁰Transfeminicídio/Travestidicídio é a expressão mais visível e final de uma cadeia de violência estrutural que responde a um sistema cultural, social, político e econômico estruturado por uma divisão de gênero binário excludente. (RADI, BLAS; SARDÁ-CHANDIRAMANI, ALEJANDRA, 2016). O transfeminicídio é classificado como o assassinato sistemático de travestis e mulheres transexuais, sendo caracterizado como uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação da população trans, motivada pelo ódio, abjeção e nojo. (BENTO, BERENICE, 2008).

enquadram nesta classificação, como aponta Bagagli (2014, n.p.) ao tratar do laudo psicológico direcionado à população trans.

É precisamente aí que o cissexismo atua: é nesta disjunção que a cisgeneridade obrigatória é capaz de alienar corpos e identidades. É aí também que entra uma discursividade paternalista, que pressupõe que pessoas transgêneras não podem consentir sobre suas próprias escolhas: elas precisariam sempre serem faladas por profissionais psi que desvelariam sua verdade. Profissionais, estes, que por sua vez, garantem a própria unicidade de suas identidades cisgêneras: não é fato banal de que empiricamente serem estas as pessoas que ocupam estes espaços institucionais.

Ainda tomando como referência a transfeminista Bia Bagagli (2014), que propõe a descolonização da transgeneridade reconhecendo que não se trata de uma identidade patológica, mas de sujeitos que têm alguma identidade de gênero tão legítima quanto uma pessoa cisgênera. A proposta de descolonização é uma tentativa de desnaturalizar padrões hegemônicos, como caminho para tornar possível a afirmação da vida lá onde ela é potente, reconhecendo as alteridades dos corpos. Para trilhar essa estrada são necessárias mudanças estruturais nos processos formativos, tendo em vista a quase totalidade de referências acadêmicas vinculadas e comprometidas com as ideologias coloniais de valores eurocentrados, tradicionais e cisheteronormativos. Sobre a psicologia, o convite feito pelo transfeminismo a partir das críticas à cisheteronormatividade é de desnaturalizar o olhar ao que parece familiar, retomando o viés formativo:

A psicologia científica está originalmente comprometida com a produção de teorias e legitimação de práticas que afirmam a cisheteronormatividade no estudo do desenvolvimento humano, segregando, portanto, as pessoas trans dos esboços teóricos e da produção de conhecimento, relegando-lhes ao estranhamento e à patologização. (MATTOS & CIDADE, 2016, p. 149)

A patologização das identidades trans e a exclusão sistemática pautada na LGBTfobia estrutural trazem questões e provocações específicas para a psicologia: como produzir práticas profissionais que não reproduzam tais estereótipos? Como produzir espaços de troca e discussão pautados no protagonismo e na autoenunciação de pessoas trans? (VERGUEIRO, 2012). Adiciono às problematizações o silenciamento da Psicologia no que pese o seu compromisso com o fenômeno do transfeminicídio e acolhimento às mulheres em situação de violência, efeito de uma formação que não abarca as discussões de gênero, como aponta a pesquisa sobre o perfil das psicólogas brasileiras:

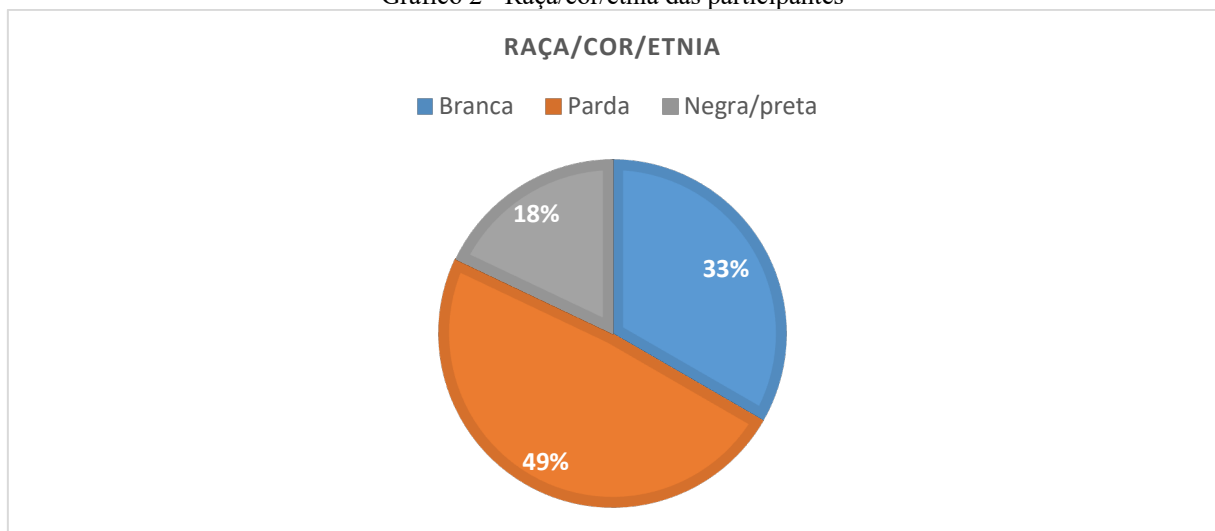
Um dado de interesse especial para esta pesquisa é que apenas 1% das entrevistadas declarou trabalhar com questões de gênero, um dado que

evidencia o quanto as relações de poder entre os sexos ainda são pouco presentes como um problema de pesquisa e ação para a Psicologia, da mesma forma que os temas do feminino e da mulher. (LHULLIER, 2012, p. 7)

Os dados inexpressivos sobre o trabalho das psicólogas com a temática de gênero explicitam a urgência da Psicologia em acolher pautas que necessitam avançar para resguardar o seu compromisso ético com a defesa dos Direitos Humanos.

Retomando as informações pessoais das participantes, o gráfico a seguir refere-se às autodeclarações de raça/cor/etnia, vejamos:

Gráfico 2 - Raça/cor/etnia das participantes



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Para garantir a autodeclaração, não foram sugeridas opções *à priori*, de acordo com os resultados obtidos, as respostas “negra” e “preta” foram agrupadas na mesma classificação, como descreve o gráfico acima, as respostas sugerem três categorias: a mais frequente, com 49% dos resultados refere-se à cor parda; 33% das participantes se autodeclararam brancas e 18% se reconhecem como negras/pretas. Este resultado nos permite fazer algumas análises no que se refere ao baixo percentual de pessoas que se autodeclararam negras/pretas na formação em psicologia. Partindo das reflexões que tratam da classificação entre pardo e preto e suas implicações, Abdias Nascimento (2016) ao fazer a discussão sobre o que ele nomeia de “escada da branquificação sistemática do povo brasileiro” defende que o fator ético e/ou racial é determinante no Brasil. Portanto, qualquer eufemismo para designar pessoas não-brancas refere-se à pessoa-de-cor e pressupõe descendência africana, o que equivale dizer que se trata de uma pessoa negra, independente da gradação de cor da pele. Apesar da evidência, Nascimento aponta a dimensão sócio-histórica para análise deste fenômeno:

Entretanto, precisamos ser cautelosos com a significação de tais algarismos estatísticos. Eles mostram um retrato fortemente distorcido da realidade, já que conhecemos as pressões sociais a que estão submetidos os negros no Brasil, coação capaz de produzir a subcultura que os leva a uma identificação com o branco. Temos, então, os mulatos claros descrevendo-se a si mesmos como brancos; os negros identificando-se como mulatos, pardos ou mestiços, ou recorrendo a qualquer outro escapismo no vasto arsenal oferecido pela ideologia dominante. (NASCIMENTO, 2016, p.66)

Nesse trecho Nascimento aponta a conexão da autopercepção com os aspectos socioculturais colonialistas de valoração da branquitude, que reverberam nos lugares sociais ocupados e materializados nesta pequena amostra, recorte da realidade baiana e das contradições sociais de acesso ao ensino superior brasileiro, que por vezes, de acordo com as reflexões citadas no incerto acima, a autopercepção racial é distorcida para escapar das pressões sociais sofridas pelos negros em nosso país.

Os dados coletados nesta pesquisa são similares aos apresentados pelo IBGE em 2018, em que a proporção de jovens brancos entre 18 e 24 anos que frequentavam ou já haviam concluído o ensino superior era quase o dobro (36,1%) em comparação aos jovens negros (18,3%). O estudo sinaliza que um dos fatores que auxilia a compreensão destes resultados refere-se ao abandono dos estudos pela necessidade de trabalho. A mesma pesquisa demonstra que, em 2018, 61,8% dos jovens pretos e pardos entre 18 e 24 anos não frequentavam a escola por este motivo (IBGE, 2019), dado que ressalta a interseccionalidade³¹ dos marcadores sociais de classe e raça.

A pesquisa sobre o perfil da psicóloga brasileira organizado por Lhullier (2013) e promovido pelo CFP, revela que 67% das entrevistadas afirmaram ser de raça ou cor branca, 25% pardas e apenas 3% se autodeclararam pretas. Apesar do uso de metodologias e recortes diferenciados entre estes dois estudos, a amostra desta tese demonstra um panorama bem distinto, sem a possibilidade de verificar as discrepâncias, pode-se inferir, além do aspecto

³¹ Interseccionalidade é um conceito proposto pela teórica feminista Kimberlé Crenshaw e utilizado para identificar a sobreposição ou intersecção de identidades sociais vinculadas a sistemas de discriminação, subordinação e opressão. A Interseccionalidade analisa como diferentes categorias culturais, sociais e biológicas, tais como gênero, raça, classe, capacidade, orientação sexual, religião, casta, idade e outros marcadores de identidade interagem de modo multifacetado, múltiplo e muitas vezes simultâneo. Este conceito/teoria sustenta que as opressões sociais como o racismo, o sexismo, o classismo, o capacitismo, a xenofobia, a homofobia, a transfobia, entre outros marcadores da diferença não agem independentemente uns dos outros, eles se inter-relacionam, criando um sistema de opressão que reflete o "cruzamento" de múltiplas formas de discriminação. Este quadro conceitual tem grande relevância analítica para a compreensão e análise multidimensional de fenômenos sociais culturais como a injustiça e a desigualdade social sistêmica. (CRENSHAW, Kimberlé, 2002; AKOTIRENE, Carla, 2019).

metodológico já mencionado, alguns elementos que possivelmente justificam tal divergência, como o recorte geográfico. Segundo o IBGE, a Bahia é o estado brasileiro que possui a maior população negra do país – e o lapso temporal, a grande maioria das políticas públicas afirmativas direcionadas à população negra foram consolidadas após a implementação da lei 12.711 de agosto de 2012, conhecida como Lei de Cotas, ação política que promoveu mudanças no cenário educacional e cujos resultados só podem ser observados em levantamentos mais recentes. Sobre estes resultados Lhullier (2013, p. 24) comenta:

Essa diferença não surpreende, pois a predominância de brancos sobre negros e pardos no ensino superior é amplamente reconhecida, tendo dado origem, inclusive, a políticas governamentais de acesso às universidades públicas que visam facilitar o acesso de estudantes negros ao ensino universitário. O fato de não nos surpreendermos com a distribuição das psicólogas por raça/cor não significa uma naturalização ou uma aceitação. Ao contrário, entendemos que a baixa representatividade de mulheres negras e pardas na profissão constitui mais uma evidência da desigualdade de oportunidades e um obstáculo à abertura para a diversidade, um desafio que a Psicologia precisa enfrentar.

A previsibilidade observada no comentário sobre a quase inexistência de mulheres negras na psicologia é uma evidência do fenômeno estrutural do racismo em nosso país que, segundo Silvio Almeida (2018) é inerente à ordem social.

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que “ocorre pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição” (Almeida, 2018, p. 38 e 39)

A compreensão proposta pelo autor de aparente “legado” aos comportamentos racistas presentes na estrutura social nos ajuda a compreender a memória cultural construída para as pessoas negras, em que se naturaliza e define lugares sociais diferenciados, ao ponto da irrisória presença de mulheres pretas na psicologia não surpreender quem pesquisa, apesar de tratar de dados coletados num país miscigenado e com marcada presença africana, como o Brasil. A tabela abaixo nos ajuda a visualizar melhor tais dados.

Tabela 2 – Relação comparativa sobre dados percentuais de cor/raça no Brasil a partir de fontes diversas.

| Cor ou raça declarada | IBGE (Brasil 2019) | Psicólogas (pesquisa Nacional 2013) | IBGE (Bahia 2019) | Psicólogas (Dados desta tese - Bahia 2020) |
|------------------------------|---------------------------|--|--------------------------|---|
| Branca | 42,7% | 67% | 18,1% | 33% |
| Parda | 46,8% | 25% | 58,1% | 49% |
| Preta | 9,4% | 3% | 22,9% | 18% |
| Amarelo e indígena | 1,1% | 4% | 0,9% | - |
| Não soube dizer | - | 1% | - | - |

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

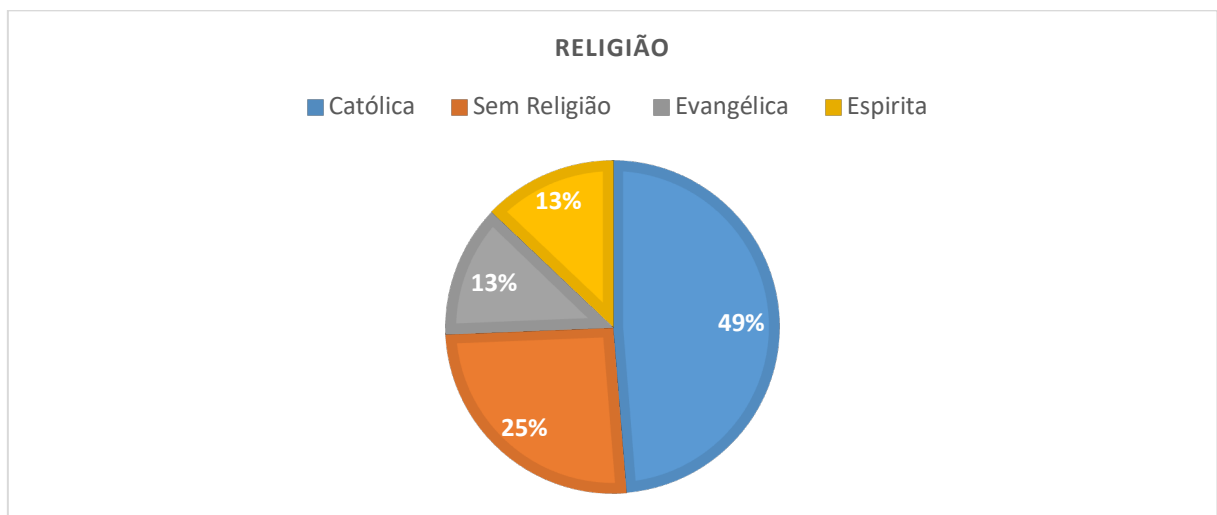
O quadro comparativo acima foi elaborado com a intenção de relacionar os dados coletados neste estudo, os dados do IBGE de 2019 e os dados apresentados no estudo sobre o perfil da psicóloga brasileira, realizado em 2013. Como já mencionado, 2012/2013 foi o momento introdutório de implantação das políticas afirmativas de cota, a relação comparativa retrata a timidez da psicologia brasileira antes destas iniciativas, realidade que demarcou ao longo da história o lugar elitizado da categoria, debate que será pormenorizado e contextualizado no próximo capítulo. Os dados atuais, apesar de animadores, não nos permitem fazer maiores afirmativas além do reconhecimento de que o atual contexto baiano, apesar de manter a hegemonia das pessoas brancas, apresenta um perfil menos injusto ao analisar a proporção de pessoas negras quando comparado aos dados de 2013, em que o contingente de pessoas brancas supera a soma do restante dos demais grupos raciais. O quadro reitera a justificativa do olhar familiar das pesquisadoras no que se refere à ausência de mulheres pretas na psicologia, cuja análise provoca a psicologia no enfrentamento ao desafio de colorir-se, em convergência com a proposta de Almeida (2018), que compreende as mudanças não só em nível individual e institucional de coibição e punição de comportamentos racistas, mas alerta ser imperativo reflexões e ações que fomentem mudanças profundas nas relações sociais, políticas, econômicas e jurídicas, para que seja possível contornar o racismo estrutural³² que “cria condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistêmica.” (ALMEIDA, 2018, p. 39).

³² ³² “Racismo estrutural é um conjunto de práticas discriminatórias, institucionais, históricas, culturais dentro de uma sociedade que frequentemente privilegia algumas raças em detrimento de outras. O termo é usado para reforçar o fato de que há sociedades estruturadas com base no racismo, que favorecem pessoas brancas e desfavorecem negros e indígenas”. (<https://www.cut.org.br/noticias/saiba-o-que-e-racismo-estrutural-e-como-ele-se-organiza-no-brasil-0a7d>). Sobre racismo estrutural ver, por exemplo, Almeida (2018).

O fenômeno da violência doméstica é interseccional, o que significa dizer que afeta os corpos femininos de modo diferenciado de acordo com o lugar social que este corpo ocupa. Quando pensamos no trabalho que a psicologia desenvolve com mulheres em situação de violência nas políticas públicas, estes resultados demonstram que estamos falando de mulheres brancas que acolhem mulheres negras. O Mapa da Violência contra as Mulheres (BRASIL, 2018), ilustra a desigualdade racial e revela que no cenário brasileiro são as mulheres pretas que mais sofrem violência; em números absolutos o crescimento de homicídios entre mulheres não negras foi de 1,7% e já entre as mulheres negras este índice foi de absurdos 60,5%. Números que evidenciam o racismo estrutural e a enorme dificuldade que o Estado brasileiro tem de garantir a universalidade de suas políticas públicas. As reflexões e os dados aqui apresentados revelam que, no que tange à pauta antirracista, a psicologia tem muito trabalho por fazer.

Ainda sobre as discussões de raça, outro dado pessoal que merece atenção diz respeito à dimensão religiosa, categoria que também foi autodeclarada para evitar respostas sugestionadas. Para viabilizar a leitura dos dados foram agrupados na categoria “Evangélica” as seguintes declarações: evangélica, batista, protestante e adventista e na categoria “Nenhuma”, os descritores: não tenho, agnóstica, indefinida e sem religião. O gráfico abaixo apresenta os resultados sobre a religião das participantes:

Gráfico 3: Religião das participantes.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Estes resultados nos chamam atenção no primeiro momento pela ausência das religiões de matriz africana, sendo a Bahia, segundo o IBGE, um dos estados brasileiros com maior número de pessoas que pertencem às religiões afro-brasileiras, é curioso não existir adeptas

nessa amostra. Por quê? Este dado pode ser lido como mais uma manifestação do racismo estrutural. Não podemos negligenciar os aspectos culturais como a intolerância religiosa, apesar de vivermos num país multifacetado, a cultura afro-brasileira tende a ser, recorrentemente, criminalizada, seja do ponto de vista da religiosidade ou de aspectos ligados à cultura. Sobre esta dimensão, a construção eugênica, introduzida no país ainda no século XIX, aliada ao esforço de atenuar o atraso civilizacional brasileiro, tendo como base e modelo de referência em avanço civilizatório a cultura europeia, movimento que gera estigmas, resistências e valorações negativas ao que foge dessa referência cosmológica de saber, um exemplo marcante diz respeito ao olhar pejorativo e preconceituoso a todas as práticas religiosas que não apresentam correlação a esse modelo (SCHWARCZ, 1993; SANTOS, 2018).

Tal reflexão nos remete aos postulados de Boaventura de Sousa Santos (2008), que pensa a epistemologia dominante a partir de uma dupla diferença: a cultural, pautada no mundo moderno, cristão e ocidental e a diferença política, baseada em referenciais colonialistas e capitalistas. O autor defende que é a partir destes aspectos da soberania epistêmica que se engendra o epistemicídio, ideia/conceito que se manifesta na supressão destruidora de conhecimentos locais, além da desvalorização e hierarquização de tantos outros, em nome dos desígnios colonialistas que excluiu e silenciou povos e culturas ao longo da História. (SANTOS, 2008; SANTOS & MENESES, 2010).

Essas análises nos ajudam a tatear algumas possíveis e provisórias interpretações sobre o lugar ocupado pela psicologia, sobretudo pela psicologia tradicional aliada aos valores colonialistas e capitalistas que atravessam, de forma micropolítica, os corpos de quem a compõe, cujas escolhas pessoais se alinham ao modelo hegemônico de saber-poder, a exemplo desta amostra, que se revela limitada, diante da rica variedade de perspectivas e cosmovisões presentes na diversidade de práticas religiosas e, portanto, culturais.

No quesito relacionado a necessidades especiais, apenas uma das depoentes afirmou sua deficiência, cuja descrição é de 75% de surdez unilateral, dado que representa 3,9% do percentual total do público pesquisado. Os baixos índices de pessoas com deficiência e que se autodeclararam negras somando à ausência de pessoas LGBTQIA+ e que participam de religiões de matriz africana, revelam a necessidade de debates teóricos sobre diversidade, uma vez que distintos marcadores sociais não se fazem presentes na alteridade dos corpos de quem atua nessa política, em contradição com aquelas que fazem uso dos serviços oferecidos.

CAPÍTULO I

*Vocês não aprendem na escola. Vocês copiam.
Vocês aprendem é com as ocorrências"*

Estamira

HISTÓRIA DA PSICOLOGIA NO BRASIL: BASES CURRICULARES E A INTERSECÇÃO COM OS ESTUDOS DE GÊNERO

O recente diálogo da psicologia brasileira com o debate de gênero suscita várias questões. A primeira inquietação que nos chama a atenção é o porquê dessa interlocução ser uma novidade no campo dos estudos psicológicos, tendo em vista que a Psicologia é a área de formação dedicada à compreensão da subjetividade, como ela pode ter negligenciado os estudos sobre as mulheres na perspectiva de gênero por tanto tempo? Este capítulo é um esforço para compreender as nuances de poder e os jogos políticos que privilegiaram alguns campos analíticos em detrimento de outros.

Como foi dito, a subjetividade humana é um dos principais objetos de estudo da psicologia. Entendendo que o/a sujeito/a se constitui de forma bio-psico-social os estudos contextuais, de base sociológica, incorporam às análises as dimensões históricas e culturais, por serem condições essenciais para a compreensão dos processos da subjetividade humana. Os objetos de estudo da Psicologia possuem características dinâmicas e sofisticadas, sendo assim, a formação neste campo de saber pressupõe a intrínseca necessidade de constantes atualizações, para contemplar as contribuições teórico-metodológicas, éticas, técnicas e culturais de um complexo campo de estudo. Deste modo, a natureza do curso exige incessantes revisões e reformulações das bases curriculares para a garantia da efetividade e qualidade na formação dxs profissionais em psicologia.

Em consonância com o objetivo deste estudo, qual seja, compreender o lugar dos debates de gênero sob a ótica das epistemologias feministas na formulação das bases curriculares do curso de Psicologia e de que modo esses saberes reverberam no manejo prático das profissionais que atuam no atendimento a mulheres, este capítulo propõe-se a apresentar sumariamente a trajetória histórica da formação em Psicologia no Brasil, desde as primeiras propostas curriculares até os dias atuais e demonstrar sua relação dialógica com o debates de

gênero, ao observar os impactos da história desses diálogos no perfil das psicólogas que atuam nas políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres na Bahia, pontuando questões relevantes do processo de formação.

Para isso, serão expostos alguns elementos da história da Psicologia no Brasil e suas contradições, como alternativa a uma narrativa sistematicamente cronológica, baseada na tradição da historiografia positivista, construída de datas e nomes e tão criticada pelos estudos de gênero, especialmente por se pautarem na prática comum e estratégica de invisibilizar diversos fatos, atores e atrizes que contribuíram com o processo. A intenção é evitar uma leitura presentista³³, criticada por Schaff (1995), cujas consequências vão da negação da possibilidade de se conhecer o passado à sua banalização que o interpreta a partir dos registros históricos e axiológicos do presente, mostrando-se, na atual conjuntura política, um caminho extremamente perigoso no que se refere à defesa dos campos de atuação da psicologia e seus avanços no trabalho de garantia dos Direitos Humanos.

É importante destacar que o processo de pesquisa, por ser uma prática social, está envolvido nas tessituras dos contextos históricos. Com base nisso, para a compreensão da trajetória curricular da Psicologia brasileira, especialmente sob a ótica das epistemologias feministas³⁴ para a discussão de gênero, é fundamental o estudo das intensas mudanças no cenário político-social e nas relações de poder que repercutiram sobre as suas construções históricas.

FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA NO BRASIL: BREVE REVISÃO

Até o início do século XIX, a prática da Psicologia não era reconhecida no país. A chegada da Família Real (1808) e a proclamação da Independência do Brasil (1822) foram eventos importantes para promover diversas mudanças no cenário social e cultural, que permitiram o desenvolvimento do ensino superior brasileiro, bem como o surgimento da

³³ Adam Schaff (1995) entende que o conhecimento histórico que se desenvolve a partir do final do século XIX e início do século XX coloca em evidência duas das maiores escolas de pensamento: o Positivismo e o Presentismo. Para ele o Positivismo *atesta que o conhecimento histórico é possível como reflexo fiel, puro de todo o fator subjetivo, dos fatos do passado* e o Presentismo *nega que um tal conhecimento seja possível e considera a história como uma projeção do pensamento e dos interesses presentes sobre o passado* (p.101).

³⁴ As epistemologias feministas referem-se ao aporte das contribuições feministas às transformações em curso no campo da produção do conhecimento que, segundo Rago (1998) favorecem uma ampla crítica cultural, teórica e epistemológica às categorias dominantes que se apresentam como universais e não dão conta de pensar a diferença e que portanto, propõem uma forma alternativa de conceber a produção do conhecimento, baseado no projeto feminista de fazer ciência que se quer potencialmente emancipador.

imprensa, a interiorização da metrópole na colônia, a criação de escolas que ofertavam cursos superiores e outros órgãos oficiais voltados para a transmissão e elaboração de conhecimentos (Jacó-Vilela, 2012; Pereira & Pereira Neto, 2003).

Somente no início do século XIX, o Brasil teve suas primeiras escolas de ensino superior. Entre os anos de 1808 e 1890, os conhecimentos e estudos psicológicos foram transmitidos, principalmente, no interior dos planos de ensino dos cursos de medicina e da educação. Na medicina, com pesquisas que discutiam os saberes psicológicos necessários para a realização de práticas nos hospícios, já na educação, os conhecimentos psicológicos eram voltados às contribuições da psicologia às metodologias de ensino, aprendizagem de métodos e instrumentos educativos. (ANTUNES, 2006; CRPSP, 2011; PEREIRA & PEREIRA NETO, 2003).

A origem da Psicologia Laboral no Brasil é anterior à regulamentação da profissão no país, que ocorre em 1962. Centofanti (1982) afirma que há registros da existência de laboratórios de Psicologia – com fins pedagógicos – desde o século XIX. Segundo o CRPSP (2011), a presença de estudos psicológicos na medicina e na educação foi fundamental para que a Psicologia pudesse se desenvolver no Brasil e, gradativamente, conquistar sua autonomia até ocupar lugar significativo no espaço acadêmico brasileiro.

Pereira e Pereira Neto (2003), ao tratarem do processo de profissionalização da psicologia brasileira, baseiam-se no referencial teórico da sociologia das profissões e apresentam uma proposta de periodização para a história da Psicologia no país, dividindo-a em três momentos: o primeiro é denominado de *pré-profissional* e acontece entre os anos de 1833 a 1890, com o crescente interesse da elite brasileira pelos saberes da psicologia, apesar do contexto histórico, é importante sinalizar a classe social que primeiro reivindica a necessidade da psicologia. Período em que, apesar da presença de uma gama de saberes *psi* pulverizados, não havia no Brasil uma psicologia com terminologia própria, não existia a delimitação de um campo epistemológico definido e nem de uma prática reconhecida.

O segundo momento chamado de *profissionalização*, que ocorre de 1890 até 1975, é caracterizado pelos processos e esforços de institucionalizar a psicologia como profissão no país, iniciando sua organização por meio de institutos de pesquisa, faculdades e associações, o status de profissão regulamentada é alcançado em meados dos anos 1970, quando enfim foi possível conquistar todos os requisitos necessários para a sua formalização. A autorregulação da profissão, instituída em 1975 por meio dos conselhos e códigos de ética põe fim ao processo de profissionalização da psicologia brasileira. Já o terceiro momento apontado pelos autores, é

o *profissional*, este se inicia em 1975 e vigora até os dias atuais, período que retrata a profissão já estabelecida e reconhecida oficialmente.

De acordo com a divisão histórica da profissão, proposta por Pereira e Pereira Neto (2003), nos interessa compreender o segundo e terceiro momento da história da Psicologia no Brasil. O período de *profissionalização*, segundo Centofanti (1982), foi semeado pelos laboratórios existentes à época, o mais importante deles era o Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas de Engenho de Dentro no Rio de Janeiro que, em função da sua produtividade e visibilidade torna-se, em 1931, Instituto de Psicologia, via Decreto-Lei n. 21.173 (BRASIL, 1931). Vinculado ao Ministério da Educação e Saúde Pública, o Instituto nasce com a finalidade de se transformar em núcleo de pesquisas científicas de Psicologia, centro de aplicações e escola superior de Psicologia, esta última possuía uma proposta curricular que não se difere muito das diretrizes e bases curriculares que guiaram e ainda guiam os cursos de Psicologia no país. O Instituto foi extinto sete meses depois de sua criação, por ordem presidencial e sem explicitar os motivos da determinação, evidências históricas apontam o incômodo e o sentimento de ameaça provocado a setores influentes da Psiquiatria e da igreja católica como o principal motivador da extinção formal do Instituto (CENTOFANTI, 1982). Tal episódio põe em evidência o campo de disputa pelo domínio e apropriação dos conhecimentos relacionados à psiquê humana, impondo barreiras ao surgimento da psicologia no nosso país.

No Brasil os debates e reflexões sobre a formação em Psicologia são pautas relevantes e presentes desde a década de 1930, momento da primeira tentativa de instituir o curso no país, muito antes da regulamentação da profissão que só ocorreu três décadas mais tarde (CENTOFANTI, 1982; JACÓ-VILELA, 2009), as tentativas de implementação foram frustradas, segundo os mesmos autores, por motivos orçamentários, corporativos, ideológicos, políticos e religiosos. Desde essa primeira formulação já se revelavam as muitas interfaces que caracterizariam a formação em Psicologia, bem como se anunciavam questões de natureza política, presentes até os dias atuais, ou seja, o cenário de disputa de poder e tensões no campo político-ideológico faz-se presente na história da Psicologia no Brasil desde os seus primórdios (CENTOFANTI, 1982).

Vale ressaltar que desde a década de 1930 existiam disciplinas isoladas de Psicologia aplicada a outros cursos de formação, como educação e filosofia. O Decreto-lei nº 9.092, de 26/03/1946 (BRASIL, 1946) estabelece a obrigatoriedade da disciplina de Psicologia Aplicada nas faculdades de filosofia, para a obtenção do diploma de licenciatura, e a Portaria nº 272, de 13/04/1946, do Ministério de Educação e Saúde, que regulamenta os diplomas de

especialização, entre eles o de psicóloga(o). Tais deliberações políticas viabilizaram a oferta dos núcleos de Psicologia para a obtenção do diploma de licenciatura, além dos cursos oferecidos pelo Instituto de Psicologia em nível de Especialização. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018)

É importante pontuar que desde sua origem epistemológica a psicologia apresenta um caráter multidisciplinar, transitando entre as ciências biológicas e ciências humanas. No Brasil, os primeiros artigos publicados pelo Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas de Engenho de Dentro enfatizavam a relação da Psicologia com os campos da Educação, do Direito e da Medicina (CENTOFANTI, 1982). Os primeiros cursos de Psicologia são implantados no país uma década antes da formalização da profissão, ação protagonizada pelas universidades católicas do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, fomentando assim debates e iniciativas com vistas à regulamentação da profissão.

A primeira proposta curricular para o curso profissional da década de 1930 era composta por três etapas: a primeira era direcionada ao estudo da Psicologia Geral, baseada nas ciências biológicas e naturais; a segunda corresponde ao estudo da Psicologia Diferencial e Coletiva, com a adição de disciplinas das ciências sociais e filosóficas, além dos estudos das ciências naturais; a terceira etapa abrange a Psicologia Aplicada por meio do fomento à pesquisa sobre as especialidades da psicologia (CENTOFANTI, 1982). É possível observar que, apesar do caráter multidisciplinar que está na origem epistemológica da psicologia, a ênfase é direcionada aos estudos das ciências biológicas e naturais em detrimento dos conteúdos das ciências sociais, provavelmente em função da tensão no campo de disputa política, amparando-se no reconhecimento científico das ciências biológicas para legitimar o status acadêmico à psicologia no Brasil.

Desta primeira versão curricular na década de 1930, até a regulamentação do curso 32 anos depois, algumas mudanças estruturais foram apresentadas, com a inclusão de disciplinas específicas da Psicologia como: Psicologia geral, experimental, desenvolvimento, personalidade, aprendizagem, psicopatologia, incluindo as ênfases em Psicologia Aplicada ao Trabalho, Psicologia Clínica e Psicologia Aplicada à Escola, a serem ofertadas no último ano do curso, além da obrigatoriedade de ter concluído análise pessoal com profissional credenciado pela Sociedade Internacional de Psicanálise, para quem optasse pela ênfase clínica. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018). Esta primeira versão curricular demonstra que a Psicologia no Brasil nasce com a perspectiva clínica psicanalítica, com aplicabilidade para contextos educacionais e organizacionais, sem nenhuma menção às possibilidades de trabalho no campo social.

A regulamentação da formação em psicologia no nosso país foi promulgada através da Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962 (BRASIL, 1962). Na ocasião, o Conselho Federal de Educação, por meio do parecer nº 403/62 estabeleceu o currículo mínimo para o funcionamento do curso superior de Bacharelado e Formação de psicóloga(o). O documento justifica a necessidade de uma cuidadosa construção curricular para delimitar o campo científico da Psicologia, em decorrência das tensões e resistências que impediram, por décadas, a sua regulamentação no país. O parecer defende que:

(...) é imperativo que se acentue o caráter científico dos estudos a serem realizados, que só assim há, de ser possível assegurar a Psicologia, a posição de relêvo que lhe cabe no concerto das chamadas profissões liberais e, pari passu, evitar as improvisões que, do charlatanismo a levariam, fatalmente ao descrédito. (Conselho Federal de Educação, 1962, p.01)

O inserto retirado do parecer revela a materialidade das tensões existentes à época, representa as preocupações com as incertezas do campo científico da psicologia a ser construído no país, as disputas corporativas, ideológicas, políticas e religiosas, como já citadas, ficam subsumidas na condicionalidade do parecer emitido.

Em função da ausência de uma experiência nacional para embasar a elaboração de um currículo mínimo, foi necessário recorrer aos subsídios oferecidos pelos centros e institutos de Psicologia existentes, por já possuírem trabalhos e vivências no campo do ensino psicológico. Três modalidades de formação foram estabelecidas, a saber: Licenciatura, centrada na docência; Bacharelado, com foco na pesquisa; e Formação de Psicólogo, que habilitava para o exercício profissional. O curso possuía duração mínima de quatro anos, com mais um ano de estudos para a titulação em Formação de Psicólogo.

Ainda de acordo com o parecer nº 403/62 do Conselho Federal de Educação, o currículo mínimo e comum a todas as modalidades de titulação era composto pelas seguintes disciplinas: Fisiologia, Estatística, Psicologia Geral e Experimental, Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia da Personalidade, Psicologia Social e Psicopatologia Geral. Para a Licenciatura, exigia-se disciplinas específicas, fixadas em resolução especial, que habilitavam para o exercício do magistério. Já para a obtenção da titulação em Psicologia, era necessário cursar, além das disciplinas citadas, as matérias a seguir: Técnicas de Exame Profissional e Aconselhamento Psicológico, Ética Profissional e pelo menos três dentre as seguintes: Psicologia do Excepcional, Dinâmica de Grupo e Relações Humanas, Pedagogia Terapêutica, Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem, Teorias e Técnicas Psicoterápicas, Seleção

e Orientação Profissional, Psicologia da Indústria. E, ainda, um período de treinamento prático sob a forma de estágio supervisionado.

Nota-se mais uma vez que, apesar da oferta da disciplina “psicologia social” compor a proposta do currículo mínimo, não existe nenhuma indicação de disciplina direcionada para a atuação prática da Psicologia no campo social como abordagem específica, para além dos usos de seus recursos nas atividades de grupo, tanto na ênfase escolar quanto organizacional, o que equivale dizer que a abordagem psicossocial das práticas *psis* foram negligenciadas desde a origem de formação da Psicologia brasileira.

O parecer nº 403/62, do Conselho Federal de Educação, define o currículo mínimo para a formação em psicologia e reconhece o caráter experimental de sua deliberação, o documento prevê a necessidade de atualizações e ajustes que atendam às demandas da dinâmica social, ao afirmar que “de qualquer forma, o currículo que se veio a elaborar tem o sentido de uma ‘primeira aproximação’ a ser progressivamente enriquecida com os dados que a sua própria execução decerto oferecerá”. (Conselho Federal de Educação, 1962, p. 01). Apesar dessa previsão e de todos os debates da categoria sobre a importância de revisões nas bases curriculares do curso de formação em Psicologia, as mudanças só foram formalizadas e deliberadas mais de quarenta anos depois.

Após a regulamentação da formação em Psicologia houve uma expansão da oferta do curso no país. A década de 1970 foi significativa para o início das práticas laborais da psicologia, resultado da formação das primeiras turmas. É importante destacar o contexto político de “estréia” da Psicologia no Brasil, marcado pela forte presença do controle e da repressão do Estado, com a instalação da ditadura militar e a conseqüente desmobilização e silenciamento das entidades de classe que possuíam críticas ao governo instituído, cenário que possivelmente impossibilitou a promoção e o desenvolvimento de práticas psicossociais.

Neste estado de exceção, entre tantas desventuras e retrocessos, foi promulgada a Reforma Universitária via Lei 5.540/1968, aprovada à revelia dos grupos diretamente interessados na questão da expansão de vagas no ensino superior, essa lei autorizou a privatização do ensino superior brasileiro e, segundo Antunes (2012), estabeleceu mecanismos para reprimir e impedir os movimentos estudantis e docentes, que se constituíam naquele momento em um das mais organizados movimentos de oposição ao regime militar. Antunes (2012) também afirma que a Reforma Universitária tinha a intenção política de reduzir estudantes universitários, considerados como atores e atrizes históricos, ativos e criadores, em meros consumidores, sujeitos passivos, a-históricos, domesticados e dependentes.

A Reforma Universitária promoveu um aumento significativo no número de cursos de Psicologia ofertados em todo o país, estimulado pelas demandas por serviços psicológicos, que se tornavam cada vez mais conhecidos. (PEREIRA E NETO, 2003). A grande maioria das instituições privadas de ensino superior que proliferaram no Brasil foram criadas com objetivo meramente mercantilista, operavam com condições acadêmicas precárias, ofereciam cursos de baixo custo e altos lucros, sem garantia de formação adequada ao seu alunado.

Para assegurar a alta rentabilidade, as Instituições de Ensino Superior (IES) reduziam o número de disciplinas ao currículo mínimo, submetiam seus docentes a baixos salários e um elevado número de alunos por turma. A falta de docentes qualificados, a precariedade das condições de trabalho e as atividades restritas apenas ao ensino, desvinculadas da extensão e da pesquisa, contribuíram para a baixa qualidade do ensino da Psicologia. (ANTUNES, 2012)

Antunes (2012) afirma que o modelo mercantilista, coadunado ao sistema político em vigor, limitava e impedia a possibilidade de uma formação crítica e cidadã, tão cara aos estudos da Psicologia Social, o que significa dizer que a reorganização educacional executada pela Reforma Universitária promoveu o “patrulhamento” dos conteúdos ensinados nas universidades durante este período, de modo a comprometer a criticidade da pesquisa científica. Diante dos fatos históricos que permearam o desenvolvimento da Psicologia no país, é possível afirmar que o contexto político e mercadológico do ensino superior brasileiro retardou o fomento científico da Psicologia Social no Brasil.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os Conselhos Regionais foram criados pela Lei nº 5.766, de 20/12/1971. As funções dessas autarquias são fiscalizar e orientar o exercício profissional para garantir o compromisso ético na prestação de serviços psicológicos à sociedade, sendo estas as entidades responsáveis pela construção do primeiro Código de Ética do Psicólogo, publicado em 1975. Inscreve-se aqui o terceiro momento da história da Psicologia no Brasil que, de acordo com Pereira e Pereira Neto (2003), nasce a partir da autorregulação da profissão materializada pela criação do Código de Ética. Estes autores ainda destacam que o período Profissional foi caracterizado inicialmente por dilemas típicos dos primórdios de uma profissão que necessita conquistar poder, prestígio, reconhecimento e autoridade para se firmar socialmente.

Ainda segundo Antunes (2012), a Psicologia se desenvolve, se fortalece e se consolida como ciência e profissão na medida de sua capacidade de responder às necessidades geradas por um projeto político, econômico e social dirigido pela nova classe dominante, a emergente burguesia industrial, que tem na modernização a base para suas realizações no campo das ideias, da gestão de seus negócios e da sociedade. Desse modo, por servir a um grupo social específico

e elitizado, a Psicologia não se compromete com as práticas psicossociais que incorpora toda a sociedade.

A psicologia cresceu vertiginosamente no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980, sendo que os contextos sociais, políticos e econômicos favoreceram a sua ascensão. É nesse cenário que a psicologia clínica e a psicanálise entraram no cotidiano das pessoas através de manuais de comportamento, revistas, programas de TV e livros sobre sexualidade. Deitar no divã significava sinal de status social. Esta atividade foi incorporada por muitas pessoas das classes média e alta, a já mencionada Reforma Universitária de 1968 atendeu esta demanda por contribuir com a ascensão da psicologia no período ditatorial, com a valorização da atividade clínica individual e da figura do psicoterapeuta. Sobre o setting terapêutico, Miriam Langenbach (1988) afirma que:

A própria ausência de canais de participação – o silenciar sendo uma palavra de ordem – tornava atraente e válido este tipo de espaço. Tal validade era reafirmada pelo próprio Estado, por serem consideradas as práticas em psicologia provavelmente pouco ameaçadoras, já que, privilegiando a esfera íntima e privada, nela ficariam camufladas complexas questões sociais. Ao perscrutar individualmente respostas para conflitos, diluía-se a possibilidade de reflexões mais coletivas, as quais poderiam remeter a questionamentos mais substantivos na direção de mudanças políticas. (LANGENBACH, 1988, p.88)

Este excerto revela que a segurança na despolitização da psicologia, associada ao caráter privado e individualista do seu fazer clínico, foram molas propulsoras para a criação de demandas deste novo campo profissional, contexto que torna a dimensão psicossocial da psicologia um risco e uma ameaça ao mercado em progressiva conquista.

A autora ainda declara que o enriquecimento da classe média que apoiava a Ditadura e, portanto, alinhava-se com o pensamento patriarcalista, passa a encaminhar suas filhas para os cursos de psicologia, compreendidos como promessa profissional e pessoal para a condição feminina, por entenderem que apesar da valorização da ideologia patriarcal, as mulheres deveriam ocupar outros espaços sociais, além do doméstico, encaminhando a profissionalização feminina para formações pautadas nas habilidades da “natureza das mulheres” como o cuidado, proteção, ajuda e organização. A psicologia clínica atendia tais expectativas, além de possibilitar o exercício da profissão associado à execução das atividades domésticas, em função da flexibilidade no horário de trabalho.

Miriam Langenbach, (1988) também enfatiza que, na contramão da escalada da psicologia, os demais cursos da área de ciências humanas e sociais amargaram o esvaziamento de suas carreiras, a exemplo das formações em Sociologia, Ciências Sociais, Ciências Políticas,

Filosofia, entre outras que promoviam uma formação pautada na consciência política e de classe, ameaça direta ao sistema autoritário instituído no país. Tais observações demonstram que a psicologia praticada à época se restringia a práticas clínicas, sem nenhum compromisso com o debate político, crítico e coletivo, bases necessárias para a existência de uma psicologia comprometida com a dimensão psicossocial de suas práticas.

Camabaúva et al (1998) afirmam que a psicologia não foi ameaça para o regime implantado, já que a concepção de ciência adotada assumiu o modelo biológico e positivista, fazendo uma analogia a-histórica entre o meio natural e o meio social de ajustamento comportamental dos sujeitos. Portanto, o florescimento da psicologia num cenário ditatorial muito se deve ao caráter apolítico e conciliador com os valores hegemônicos e tradicionais vigorantes no contexto social, ou seja, uma psicologia tecnicista, cientificista, acrítica, asséptica, pretensamente neutra e objetiva (NARVAZ, 2009), alijada de sua interconexão com as demais áreas das ciências humanas.

As práticas psicológicas da época buscavam uma suposta neutralidade, afastada de reflexões sobre os efeitos políticos do seu fazer, com intervenções de função normalizadora, por meio das quais procuravam ajudar os indivíduos a suportar as engrenagens do sistema adaptando-os a uma sociedade desajustada e opressora. Nesse âmbito, é compreensível o status alcançado pela psicologia durante o período da Ditadura Militar brasileira. Diante do que já foi posto, é possível imaginar o cenário da clínica psicológica e sua oferta de atendimento individual em consultório particular, com acolhimento de demandas pessoais relacionadas a questões emocionais que negligenciavam as reflexões coletivas e, conseqüentemente, a relação com a política não era articulada de modo a incomodar o sistema político vigente (CAMBAÚVA et al., 1998).

Com a necessidade de se mostrar cientificamente neutra para evitar a perseguição vivenciada pelos demais cursos vinculados às ciências humanas, a Psicologia comportava-se de forma ambígua. Scarparo, Torres e Ecker (2014) afirmam que havia tanto a Psicologia “oficial” que se submetia aos propósitos ditatoriais do Estado, contribuindo com a construção de ferramentas adaptativas de “domesticação” ao sistema político e social, quanto a Psicologia “subterrânea”, cujos serviços aconteciam sem muita divulgação e se contrapunham ao sistema repressivo, construindo estratégias coletivas e individuais de resistência e superação aos adocimentos produzidos pelo cenário político e social da época.

Sendo assim, apesar da ênfase dada à Psicologia oficial e hegemônica, não podemos dizer que esse período tenha sido homogêneo para a Psicologia, ao contrário dessa ideia, este foi um momento rico de contradições, expressão observada em toda a sociedade brasileira que

criava formas inventivas de resistência ao modelo ditatorial. Na realidade, nunca houve um único modelo de psicologia, tendo sido sempre plural desde sua pressuposta origem com Wundt, na Alemanha, que já propunha a ideia de uma psicologia social e de uma psicologia experimental (NARVAZ, 2009). A Psicologia vem ampliando, gradativamente, seu espectro de atuação, envolvimento e compromisso com os problemas sociais, propondo novos campos e modalidades de exercício de sua práxis, a exemplo da psicologia comunitária.

Doménico Hur (2009) revela que a esquerda política dos profissionais da psicologia ganhou espaço no fim da década de 1970, quando venceu as eleições do extinto Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo, hoje conhecido como CRP-SP. Apesar da representação local, São Paulo sempre possuiu o maior contingente de profissionais do país, além de sua grande influência nas demais regiões do Brasil. Em oposição ao modelo das gestões anteriores que possuía perfil tradicional e conservador, a vitória de uma gestão com pensamento não-hegemônico visibilizou as divergências políticas da categoria e imprimiu práticas democráticas à entidade, até então inéditas. O surgimento da oposição dos grupos de esquerda, nas entidades de Psicologia, coaduna com o processo de efervescência e abertura política que ocorreu no Brasil no fim dos anos 1970, momento de arrefecimento e desgaste do sistema ditatorial, entrada de novos atores sociais no cenário político brasileiro e revitalização da potência dos movimentos sociais contra a repressão militar. (SADER, 1988).

Na década de 1980 já é notória a ruptura da psicologia brasileira com as ideologias autocráticas, havendo assim, uma determinada abertura política, por meio de questionamentos à realidade social e ao próprio caráter normatizador das entidades de Psicologia. Como fruto dessas mudanças, os Conselhos Regionais e Sindicatos de Psicologia passam a sustentar um posicionamento político em prol da democratização do país e contra as opressões, participando de forma mais efetiva das pautas dos movimentos sociais como o direito ao voto direto e o fim da ditadura militar. (HUR, 2009)

A mobilização política numa perspectiva crítica possibilitou muitos avanços, Maria Cristina Ferreira (2010) pontua que apesar de haver registros de produções brasileiras sobre Psicologia desde a década de 1930, a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) só foi criada em 1980, e um dos seus propósitos de fundação era contribuir para a construção de um referencial teórico orientado para o fomento de práticas, associadas à produção científica brasileira em Psicologia Social, campo explorado apenas pela Psicologia “subterrânea” e carente de contribuições experimentais e acadêmicas.

Hur (2012) atesta também que é a partir da década de 1980 que as questões relacionadas à formação profissional e às políticas públicas se tornam as principais temáticas tratadas pelos

psicólogos. As discussões, sintonizadas com as transformações do cenário político e econômico do país, debatiam tanto os aspectos excludentes e elitistas da profissão quanto os modelos teóricos necessários ao processo de formação, com preocupações com qualidade da formação, com o crescente número de profissionais formados e com a saturação do mercado de trabalho (BASTOS; GONDIM; BORGES-ANDRADE, 2010).

Com o apoio do Sistema Conselhos de Psicologia³⁵, os debates acerca da formação atingiram nível nacional, as discussões tinham a intenção de problematizar e propor mudanças nos programas de formação em psicologia. Diversas ações foram executadas por meio de projetos acadêmicos, de cunho político, que objetivavam produzir dados para subsidiar as reformulações curriculares para os cursos de psicologia. (LISBOA; BARBOSA, 2009; RUDÁ; COUTINHO; ALMEIDA-FILHO, 2015). Nas décadas seguintes, segue-se o mesmo mote, com uma postura crítica da realidade, que é difundida e discutida durante a realização de vários eventos da área, como os Congressos Nacionais de Psicologia. As entidades regulamentadoras do exercício do psicólogo tiveram uma importante função ao discutir sobre o compromisso social da Psicologia.

É importante ressaltar que as lutas pela democratização encampadas pelos movimentos sociais a partir da segunda metade da década de 1970 e pelas entidades de Psicologia no final dessa mesma década tratam de “uma luta de todos, e de todas as sociedades [...] uma luta geral, coletiva, por uma nova concepção de mundo, de homem e de humanidade: por uma sociedade sem torturas” (COIMBRA, 2001, p. 19)

Segundo Antunes (2012), é dos anos 1980 em diante que a Psicologia brasileira busca, paulatinamente, respostas para os problemas sociais a partir de suas práticas, inicialmente em seus campos tradicionais: educação, trabalho e clínica, e, posteriormente, ensaiando novas áreas de intervenção, a exemplo das interconexões da Psicologia com o social, com a saúde e com o judiciário, campos que se consolidaram e ampliaram a capacidade da Psicologia em comprometer-se com a maioria da população e seus problemas, na perspectiva de promover transformação social.

Já a década de 1990 foi marcada por alterações estruturais no cenário político do país que provocaram grandes transformações sociais, como a promulgação da nova Constituição e a redemocratização brasileira, eventos que fizeram a psicologia rever suas práticas e suas bases curriculares. Na ocasião, foram promovidas inúmeras mobilizações para fomentar o debate sobre a formação profissional da psicologia, com o objetivo de atualizar suas bases curriculares

³⁵ Sistema composto pela associação entre o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs).

para atender às mudanças sociais, alinhadas com a nova conjuntura política do país e com a nova Constituição brasileira, o que significa dizer que a intenção era de produzir um debate politizado na perspectiva de promover uma formação pautada na cidadania protagonista. Assim como no cenário político, também eram radicais as propostas de mudança para a formação em psicologia, estas priorizavam a cidadania ativa e coletiva, além da centralidade na defesa dos Direitos Humanos, em detrimento do trabalho clínico, individual e privado direcionado à elite.

Como reflexo dessas preocupações, o Sistema Conselhos, as associações científicas e todas/os as atrizes e atores envolvidas/os com a formação se engajaram na organização do I Encontro de Coordenadores de Curso de Formação de Psicólogos, que representa um marco histórico de reflexão do processo de formação profissional da/o psicóloga/o no Brasil. O encontro aconteceu em 1992 e contou com a presença de 98 das 103 agências formadoras do país, com o objetivo de debater temas relacionados aos princípios basilares para a formação em Psicologia e como contemplá-los nas atividades práticas e teóricas oferecidas pelo currículo. Como resultado deste evento foi produzido um documento aprovado em plenária, que ficou conhecido como “Carta de Serra Negra” (CFP, 1992), que versa sobre a proposta de princípios guias para a formação em psicologia no Brasil. (CFP, 2018).

O conteúdo do documento reflete a necessidade de posicionamento e consciência política da psicologia em defesa dos Direitos Humanos e de promoção da cidadania, aborda o compromisso ético com a realidade social, enfatizando uma postura crítica e criativa, pontua a necessidade de desenvolver uma formação básica pluralista, fundamentada na discussão epistemológica, visando a consolidação de práticas profissionais, conforme a realidade sociocultural, adequando o currículo pleno de cada agência formadora ao contexto regional, além do fomento à interdisciplinaridade, por meio da pluralidade de aportes teóricos e práticos na interlocução entre os diversos segmentos acadêmicos, além da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (CFP, 1992). Diante da mobilização da categoria, Antunes (2012) afirma que:

Muitas das entidades representativas da Psicologia assumiram papéis de grande relevância na transformação da Psicologia no Brasil, fomentando a crítica e proporcionando condições para o debate e para a busca de soluções e possibilidades de superação daquela Psicologia limitada e elitista, em direção à constituição de uma ciência e de uma profissão radicada em sua realidade e com ela comprometida. (Antunes, 2012, p. 62)

Esta perspectiva alinha-se a Cury e Neto (2014), ao apontar que as diversas mobilizações da categoria surtiram efeito. Em 1995, o Ministério da Educação nomeou uma comissão de especialistas em ensino de Psicologia com o objetivo de elaborar as diretrizes curriculares para

a graduação, em substituição ao antigo currículo mínimo. O documento apresentado pela comissão organizou-se em 10 diretrizes que refletiam a tentativa de atender às demandas pontuadas pelas reivindicações da categoria. As diretrizes propostas tratavam, entre outros temas, de uma formação pluralista, interdisciplinar, crítica e reflexiva com o fito de contribuir com profissionais capacitadas/os para o trabalho multiprofissional e comprometidas/os com as demandas sociais e posturas éticas.

Os debates continuaram intensos nos encontros e congressos organizados pela categoria. Em 1996 foi promulgada a Lei nº 9.394, de 20/12/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, lei que impactou diretamente na formação em Psicologia e, conseqüentemente, em sua prática profissional. No Edital nº 04/97, o Ministério da Educação convocou as Instituições de Ensino Superior a apresentarem propostas para as novas Diretrizes Curriculares dos cursos superiores, que seriam elaboradas pelas Comissões de Especialistas da SESU/MEC. A LDBEN objetivava conferir uma maior autonomia às Instituições de Ensino Superior na definição dos currículos de seus cursos. Dessa forma, substituindo o sistema de currículos mínimos pelo currículo por competência, na expectativa de que fossem propostas linhas gerais capazes de definir quais competências e habilidades se pretendia desenvolver. (BRASIL, 1996)

Daí seguiu um longo período de calorosas discussões entre a representação da categoria e o MEC. Em 1999 foi criada a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), entidade de âmbito nacional, que também se soma ao debate. Foram anos de diversos impasses e discussões até alcançar um ponto consensual por meio da proposta de uma formação generalista, com ênfases curriculares em pelo menos dois domínios da Psicologia. Assim, as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia foram finalmente publicadas, por meio da Resolução CNE/CES nº 8, de 07/05/2004 e reeditadas em 2011, com a Resolução CNE/CES nº 5, de 15/03/2011, vigente até os dias atuais.

O passeio panorâmico pela história da psicologia no Brasil, realizado nestas breves páginas, evidencia as disputas de poder e interesses ideológicos que fizeram parte deste movimento histórico. Sobre as diversas oposições observadas, a coexistência de uma Psicologia submetida às concepções e capturas tradicionais, baseadas em modelos tecnicistas, com pouca possibilidade de atualização por reportarem-se em referenciais obsoletos e ineficientes, posiciona-se em contradição a outro fazer *Psi* que ampliou seus espectros de ação e consolidou-se como instância social comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Tais oposições evidenciam que o movimento histórico é, pois, heterogêneo e contraditório, e há segmentos que tomam a dianteira do processo, outros que respondem mais tardiamente e outros que resistem, numa dança dinâmica e ritmada pelas condições de possibilidade de cada tempo histórico, revelando assim, a importância de uma formação politizada que viabiliza mobilizações políticas da categoria na defesa dos seus interesses comuns e plurais.

BASES CURRICULARES DA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA NO BRASIL E AS IES NO CONTEXTO BAIANO

Como já evidenciado neste capítulo, o currículo mínimo para os cursos de Psicologia, aprovado em 1962, manteve-se vigente por mais de quarenta anos. Elaborado com a intenção de garantir uma identidade científica à psicologia no Brasil, pautava-se na uniformidade da formação, por meio da transmissão de um conjunto específico de conhecimentos acadêmicos, baseado nos princípios das ciências naturais de neutralidade, objetividade e sujeição a aportes quantitativos que praticamente não consideravam o contexto sociocultural dos territórios (HUR, 2012). Essas históricas negligências embutidas na formação não contribuíram para o desenvolvimento de habilidades e competências exigidas para a atuação da psicologia social e comprometem estruturalmente a possibilidade de práticas psicossociais no trabalho com mulheres em situação de violência, recorte desta pesquisa.

Sendo assim, este tópico tem a intenção de apresentar e avaliar o processo de construção, elaboração e revisão das bases curriculares para a formação em psicologia, dialogando com o contexto atual, a partir dos dados coletados para este estudo, num esforço em situar as permanências e rupturas no que se refere ao processo formativo no contexto baiano. A amostra conta com a participação de 39 psicólogas oriundas de vinte diferentes Instituições de Ensino Superior³⁶, deste montante apenas cinco não estão instaladas na Bahia: duas são instituições públicas e estão situadas na Paraíba, uma é do Rio de Janeiro e as outras duas são de São Paulo; de acordo com os dados disponíveis na página do MEC, Todas as IES que aparecem na pesquisa estão em plena atividade. As 15 instituições baianas representam aproximadamente 27% do total de 56 IES existentes no estado³⁷, com 75% da amostra situada em território baiano

³⁶ Ver anexo VI.

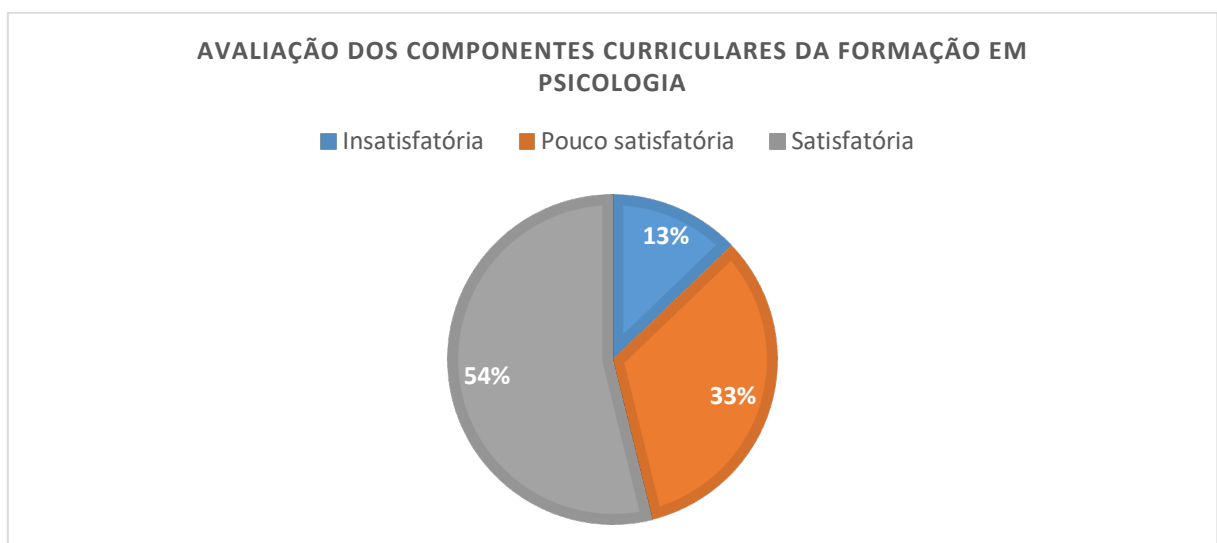
³⁷ Dados informados pelo MEC. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/> Acesso em: 06 de julho de 2020.

mantivemos o universo pesquisado por entender que quanto maior a amostra, maior a representatividade da pesquisa.

Nos primeiros tempos após o reconhecimento da profissão no país, em função da ausência de estudos brasileiros pré-existentes, a formação em Psicologia baseava-se na reprodução de teorias e pesquisas estrangeiras, vindas principalmente dos Estados Unidos e da Europa, implantadas acriticamente em nosso contexto social, sendo muitas vezes, como afirma Antunes (2012), apressadamente difundidas de forma precária, por obras de comentadores, em detrimento da tradução das obras originais, obedecendo ao funcionamento do limitado mercado editorial brasileiro.

O baixo investimento em pesquisa no Brasil, associado aos seus múltiplos problemas sociais, somado à complexidade analítica de nosso contexto cultural e à invisibilidade desses conteúdos no currículo mínimo da formação em psicologia, configuraram as condições de produção do conhecimento psicológico brasileiro. Neste sentido, a crítica à prática profissional da/o psicóloga/o é atravessada também pela crítica à formação teórica pautada na negligente forma de difusão das teorias consideradas essências para a formação. Apesar da menção ao contexto de estreia da psicologia brasileira, estes impactos são percebidos até hoje, como evidencia a avaliação das psicólogas que participaram desta pesquisa, ao serem interpeladas sobre a adequação dos componentes curriculares do curso em suas práticas profissionais, 46% avaliaram suas formações entre insatisfatória e pouco satisfatória, como podemos observar no gráfico a seguir:

Gráfico 4 – índice percentual sobre a avaliação das participantes referentes aos componentes curriculares cursados na formação em Psicologia.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

O Currículo Mínimo possuía em sua base as teorias da aprendizagem formais e era pautado sumariamente em processos institucionais de transmissão de conhecimentos e de valores socialmente aceitos, viabilizados por meio da fragmentação de disciplinas. O que significa afirmar a total ausência dos debates plurais e diversos de análises conjunturais na perspectiva psicossocial, incluindo aí o debate de gênero, promovido pelas epistemologias feministas. Assim, 38,5% das participantes desta pesquisa tiveram suas formações com base no Currículo Mínimo³⁸, este grupo apresenta um índice muito maior de qualificação negativa sobre sua formação (66,7%) quando comparado ao universo pesquisado (46%) e expressa tais evidências ao justificar sua avaliação:

“Não havia, há quase vinte anos atrás, muitas discussões atuais.” (P11, 2001: ano de ingresso no curso);

“Em geral a ênfase de minha formação foi na teoria psicanalítica.” (P22, 1998: ano de ingresso no curso);

“Na época o fluxograma não apresentava disciplinas específicas acerca das temáticas que trabalho atualmente.” (P29, 2000: ano de ingresso no curso);

“Conclui o curso de graduação em 1986 e não havia discussão sobre essas temáticas.” (P35, 1980: ano de ingresso no curso);

“Tive poucas discussões sobre políticas públicas de assistência social, porém muitas das políticas que temos hoje estavam engatinhando na época da minha formação, espero que atualmente isso seja contemplado.” (P37, 2004: ano de ingresso no curso);

“Formação deficiente em políticas públicas, de gênero e de raça.” (P39, 2000: ano de ingresso no curso);

Todos os depoimentos transcritos corroboram com as críticas feitas às limitações do Currículo Mínimo e apontam dificuldades nas atuações psicossociais que exigem leituras contextuais e metodologias diferenciadas.

As discussões do tópico anterior demonstram que as mudanças sociais, políticas e históricas como o grande aumento do número de cursos e de profissionais no país, a abertura democrática do Brasil, a inserção da psicologia em novos campos de atuação, em especial nas políticas públicas, o contato profissional com a heterogeneidade da população, os questionamentos ao elitismo da Psicologia, entre outros fatores, tensionaram a eficiência do Currículo Mínimo de formação e apontaram a necessidade de que a profissão se comprometesse com as reais condições e necessidades da população brasileira.

³⁸ Índice refere-se às participantes que iniciaram seus cursos até 2004, ano data de homologação da primeira DCN, revisada em 2011.

Todas essas mudanças refletem-se nas DCNs publicadas em 2004 e republicadas em 2011. As DCNs substituem a indicação de disciplinas e conteúdos específicos, como fazia o Currículo Mínimo, estabelecendo princípios, fundamentos, conhecimentos, competências e habilidades gerais e específicas a serem desenvolvidas e articuladas em torno de eixos estruturantes que reconhecem o fenômeno psicológico como multideterminado, histórico e culturalmente contextualizado.

Tal proposta acentua a necessidade do desenvolvimento de uma postura ética, reflexiva, crítica e socialmente comprometida. Em âmbito geral, as novas propostas curriculares apresentam mudanças paradigmáticas importantes para a identidade profissional em psicologia, privilegiando a perspectiva generalista, competente, criativa, transformadora, com vocação interdisciplinar e operação transversal (Campos, 2013, p. 116).

As DCNs refletem o movimento da psicologia que a partir da década de 1990 fazem surgir novos termos que, em primeira instância, revolucionam as categorias já obsoletas da década de 1960, termos como *Habilitações* são substituídas por *perfis de formação*, *Currículo Mínimo* por *Diretrizes Curriculares*, *campos de aplicação* por *ênfases curriculares*, *disciplinas* por *habilidades*, e *matérias* por *competências*. A implementação das DCNs trata-se de um compromisso social da psicologia em (re)pensar a relevância dos aspectos socioculturais que definem posições de sujeitos, análises que exigem um olhar sensível e sistemático para os marcadores sociais como classe, raça e gênero, além da reflexão sobre o espaço que tais categorias têm ocupado em suas produções teóricas e nas suas contribuições no processo de formação.

Bernades (2012) afirma que apesar do impacto e intenção revolucionária de promover uma formação que estivesse atenta às questões da vida, em busca de transformações sociais comprometidas com as necessidades das populações, os sentidos produzidos pelas racionalidades práticas ditadas pela Psicologia aplicada, praticamente permaneceram inalterados, ou seja, o fazer clínico baseado em conhecimentos fragmentados e individualizantes manteve-se hegemonicamente na formação em Psicologia. Os trechos transcritos abaixo referem-se às justificativas dadas para a avaliação dos componentes curriculares, apresentada acima. Os relatos corroboram com as questões pontuadas por Bernades (2012), vejamos:

“A realidade do teórico ainda tem muita distância. Requer do profissional se debruçar na literatura sobre o universo feminino e suas interfaces.” (P6, 2014: ano de conclusão do curso);

“Quando comecei a trabalhar na área, tive que ir em busca de materiais de estudo para ajudar meu trabalho.” (P12, 2016: ano de conclusão do curso);

“Na época em que cursei, muito pouco se falava sobre esse tema, hoje acredito que pouco foi feito em relação a este tema, pois, vejo em jovens colegas a mesma dificuldade que tenho, até mesmo em quem ainda está cursando. Ex: até hj não consegui encontrar uma pós-graduação presencial ou um curso de extensão, todos que encontro são sempre EAD, acredito que precisamos de capacitação urgente.” (P34, 2014: ano de conclusão do curso);

“Não tive nenhuma disciplina que auxiliasse no aprendizado das políticas públicas.” (P29, 2013: ano de conclusão do curso);

Os trechos selecionados referem-se a psicólogas que tiveram suas formações baseadas nas diretrizes curriculares e que concluíram seus cursos com no mínimo nove anos após a homologação das DCNs, um intervalo temporal razoável para realizar todas as atualizações e modificações curriculares necessárias para o cumprimento pleno das novas diretrizes, os relatos transcritos evidenciam que na prática cotidiana da docência, não basta apenas uma imposição institucional, pelo entendimento, em consonância com Silva (2002) de que currículo é relação de poder e campo de força:

A existência de um currículo só faz sentido em sua relação com um campo de forças, com um campo de poder. Um currículo é sempre uma *imposição* de sentidos, de valores, de saberes, de subjetividades particulares. É sempre uma escolha forçada, para nos valermos da força de um oxímoro. Um currículo é o resultado final de um confronto de forças, de relações de poder. Um currículo não é apenas um local em que se desdobram relações de poder: um currículo *encarna* relações de poder. Todo currículo é pura relação de força.

Portanto, a compreensão de currículo enquanto campo de forças que disputa espaços de poder está presente no cotidiano da formação, materializado pelas imposições, escolhas, sentidos, valores, saberes, além das subjetividades particulares dos docentes que conduzem os cursos, a partir das relações micropolíticas existentes no cosmos da sala de aula, o que significa dizer que, apesar da oficialização das diretrizes curriculares, a regência que o/a docente exerce em sala de aula pode tanto somar forças para fomentar as propostas inovadoras de mudanças nas diretrizes, quanto pode resistir ao modelo oficial.

A persistência da psicologia tradicional aplicada, mesmo após uma década da oficialização das mudanças curriculares, possivelmente está relacionada ao histórico de glamourização da clínica e ao recente campo da psicologia social no Brasil, práticas, teorias e metodologias que não fizeram parte da formação dos/das docentes, de modo que a adequação exige ajustes, investimento em pesquisa e mudanças de percepções que não interessam a

todos/as, especialmente no que concerne ao debate de gênero, tendo em vista os conflitos com o pensamento tradicional que norteia a psicologia positivista.

Contudo, apesar da resistência, as transformações foram estruturadas, como apontam Melo & Barreto (2014), numa análise publicada logo após a revisão das DCNs, onde afirmam que a formação em psicologia incorporou uma variedade de conhecimentos e práticas que acolhem as novas demandas sociais. Para Rudá, Coutinho & Almeida-Filho (2015), os avanços propostos pelas DCNs impactam diretamente na estruturação dos cursos de psicologia no Brasil, por nortear os princípios e compromissos da formação, assim como o conjunto de habilidades e competências esperadas para os/as profissionais da área. As DCNs preveem autonomia às IES para a elaboração dos projetos pedagógicos, definição das grades curriculares e propostas para os cursos ofertados, como podemos constatar nos relatos abaixo:

“Os componentes se adequavam ao estudo das diversas realidades da população brasileira. Pode me proporcionar uma análise crítica, ética e política a respeito das diversas formas de sofrimento psíquico e a atuação da psicologia. Além disso, tive acesso a várias opções de estágio obrigatório, que me permitiu inserção na psicologia social comunitária.” (P4, 2017: ano de conclusão do curso);

“Tive acesso a conhecimentos teóricos e práticos para a atuação profissional.” (P6, 2014: ano de conclusão do curso);

“Avalio como satisfatória, pela adequação das bases curriculares e seus leques de possibilidades.” (P27, 2017: ano de conclusão do curso);

“A grade foi bem estruturada, e sendo generalista, pode-se ver um pouco de como vislumbraríamos o estudo e o trabalho com a mente humana fora da academia.” (P31, 2013: ano de conclusão do curso);

“Porque os componentes curriculares me deram acesso a variadas áreas de trabalho.” (P32, 2018: ano de conclusão do curso);

“O conteúdo nos preparou para trabalhar em várias áreas.” (P33, 2010: ano de conclusão do curso);

“A universidade apresentou os temas e assuntos importantes para a minha formação.” (P34, 2018: ano de conclusão do curso);

Os impactos das DCNs são observados nas narrativas acima, com oferta de formações coerentes com a pluralidade dos campos de atuação, de acordo com suas realidades territoriais, mostra também o processo de transição entre o Currículo Mínimo e as DCNs, os componentes curriculares avaliados como mais adequados à realidade social foram mencionados pelas psicólogas que concluíram seus cursos com aproximadamente uma década após a homologação das DCNs, esse dado sugere que com o decorrer do tempo houve uma maior adequação aos princípios normativos. É necessário considerar as dificuldades adaptativas para absorver as

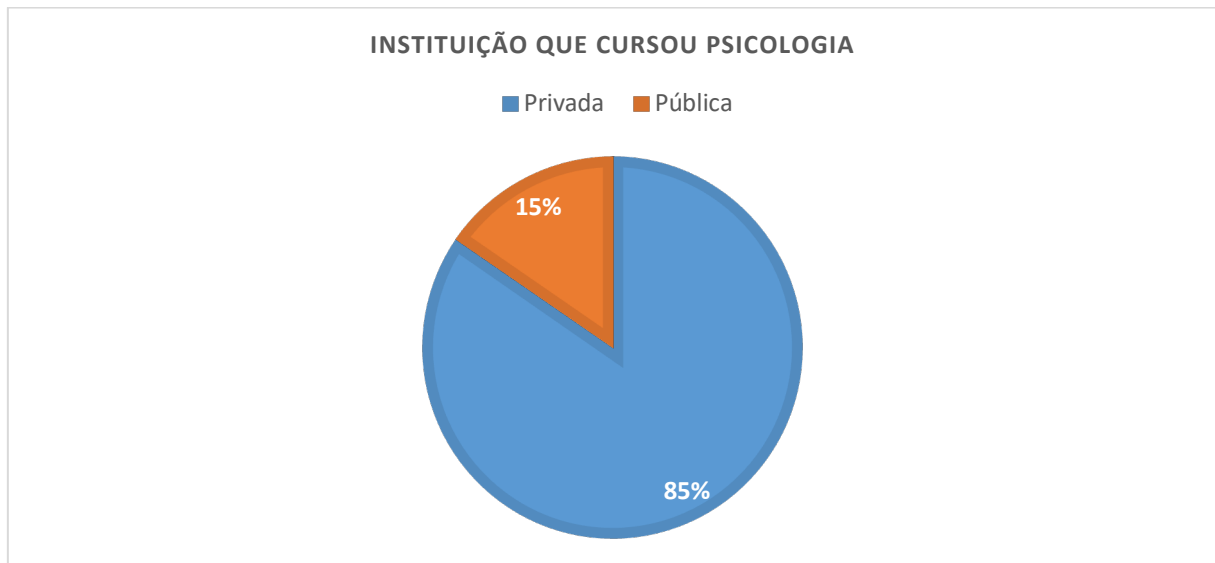
radicais mudanças metodológicas propostas para uma psicologia que foi construída no Brasil e manteve-se hegemonicamente institucionalizada por mais de 4 décadas.

A homologação de novas diretrizes não apaga, e nem tem essa pretensão, a existência dos fazeres sedimentados ao longo da história, saberes que coexistem no cenário acadêmico, tanto pela pluralidade de abordagens, quanto pelas filiações ideológicas e políticas a grupos científicos e sociais de quem contribui com a formação em psicologia em nosso país. Como preconiza Martha Narvaz (2009, p. 120) “Existem, portanto, várias Psicologias, comprometidas com diferentes projetos. (...) A Psicologia não é um discurso unívoco, havendo múltiplas e divergentes abordagens, baseadas em diferentes pressupostos.” Sendo assim, a Psicologia a ser ensinada está alinhada aos posicionamentos e interesses políticos e ideológicos das instituições e docentes, as/os principais atrizes/atores desde processo de mudança.

A pluralidade nos relatos está em consonância com a flexibilização curricular e política viabilizada pelas DCNs, como destaca Campos (2013) ao ressaltar que a seleção dos eixos e ênfases curriculares que garantem a identidade do curso, é uma escolha política. As contradições que emergem nas propostas pedagógicas são fruto do viés político garantido pelas DCNs e que, portanto, mostram-se plurais, tendo em vista a polifonia das ideologias políticas num país tão diverso e de dimensões continentais como é o caso do Brasil e, podemos acrescentar que esse fenômeno ocorre também em contextos mais restritos, como demonstram as observações do território baiano analisadas neste estudo. Bastos, Gondim e Borges-Andrade (2010) chamaram a atenção para este ponto, pouco tempo antes da revisão das DCNs, ao afirmarem que as mudanças na estrutura da formação em Psicologia superaram limites do antigo Currículo Mínimo, mas apontam os enormes desafios que cercam a formação do psicólogo, especialmente pela expansão acentuada de cursos distribuídos em torno do nosso vasto e diverso território nacional.

Ao mencionar o viés político, a autonomia das IES e o caráter territorial que garante a pluralidade e a polifonia na elaboração das matrizes curriculares, é também importante pontuar as peculiaridades do processo de expansão e interiorização do ensino superior no país, apesar deste não ser o debate central deste estudo, ele aparece nos dados coletados e nos permite algumas reflexões no que concerne às atualizações sobre a temática de gênero. O gráfico abaixo refere-se ao vínculo setorial das IES em que as participantes deste estudo realizaram seus cursos.

Gráfico 5 – Distribuição percentual sobre o tipo de IES cursada pelas participantes.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Os dados apontam que a grande maioria das psicólogas pesquisadas (82%) acessaram a formação em psicologia a partir de instituições privadas de ensino superior, este resultado está em consonância com a média brasileira que, segundo o censo da educação superior de 2018, 88,2% das IES no Brasil são privadas e 11,8% são públicas. (INEP/MEC 2019). Estes resultados nos convidam a uma pequena incursão sobre as políticas públicas de educação, direcionadas ao ensino superior no cenário brasileiro, com o fito de compreender a discrepância dos dados, a dinâmica dos setores público e privado e seus impactos na qualidade de ensino.

O sistema de ensino superior brasileiro possui deficiências consideráveis (PREVIDELLI, 2012; SGUISSARDI, 2015; SOUZA & MENEZES, 2014), os especialistas na temática apontam diversas dimensões da questão educacional que abarcam análises históricas, políticas, sociais, culturais e econômicas, com suas complexas relações de poder. No Brasil, a qualidade do ensino superior público apresenta um nível qualitativo mais elevado quando comparado ao sistema de educação superior privado. Uma das principais consequência apontadas por Souza & Menezes (2014) para justificar essa diferença qualitativa está relacionada à característica do ensino, que diverge entre os setores, enquanto as instituições públicas estão comprometidas com o tripé ensino-pesquisa-extensão, as instituições privadas trabalham quase exclusivamente na perspectiva da replicação do conhecimento, num tenso debate entre democratização e massificação mercantil do ensino superior (SGUISSARDI, 2015).

O setor privado da educação superior no Brasil sofreu profundas mudanças ao longo de sua história. Desde a lei nº 5.540/68, conhecida como Reforma Universitária, já citada neste

texto, priorizou-se a privatização do ensino superior em detrimento de investimentos nas universidades públicas. Foi a Reforma Universitária que estabeleceu a indissociabilidade do ensino e da pesquisa para as universidades públicas e determinou que somente as faculdades isoladas poderiam ser organizadas como instituições de direito privado, numa tática conveniente nas dimensões políticas e econômicas do regime militar.

O ensino superior tornou-se uma relevante estratégia de reprodução e ampliação da classe média, importante mercado consumidor no modelo de desenvolvimento econômico associado ao capital internacional e fonte de legitimidade do regime militar-autoritário” (SILVA JR. & SGUISSARDI, 2000, p. 178)

Ao se tratar dos cursos de graduação, a Reforma Universitária é considerada o grande marco inicial do predomínio do setor privado sobre a educação superior no Brasil, tomando por referência a participação no total de matrículas, o setor privado superou o setor público ainda na década de 1970 e desde então vem se expandindo cada vez mais. (CORBUCCI, KUBOTA & MEIRA, 2016). O cenário de redemocratização política e retração econômica do país nos anos 1980 impactou os investimentos das instituições privadas de ensino superior que só retomam seu crescimento a partir da segunda metade dos anos de 1990. Nas décadas seguintes 2000 e 2010, a evolução do Programa Universidade para Todos (ProUni)³⁹ e do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies)⁴⁰ ganham destaque, estes programas tiveram papel fundamental na expansão e interiorização do ensino superior privado nas últimas décadas (CORBUCCI, KUBOTA E MEIRA, 2016).

Severas críticas são feitas à expansão do acesso ao ensino superior acelerada a partir dos programas ProUni e Fies (ALGEBAIL, 2007; SGUISSARDI, 2015; SOUZA & MENEZES, 2014) por considerar perversa a postura governamental em favorecer os grandes e lucrativos grupos educacionais ao afrouxar os critérios avaliativos das instituições de ensino credenciadas, no que se refere às exigências na qualidade da educação oferecida, sem frear a expansão da educação superior em IES privado-mercantis de baixa qualidade. Sguissardi (2015) expõe o perigo das pretendidas metas oficiais de democratização da educação superior no Brasil, o autor afirma que em nível de graduação a “educação superior (ES) se mantém como de elite e de alta

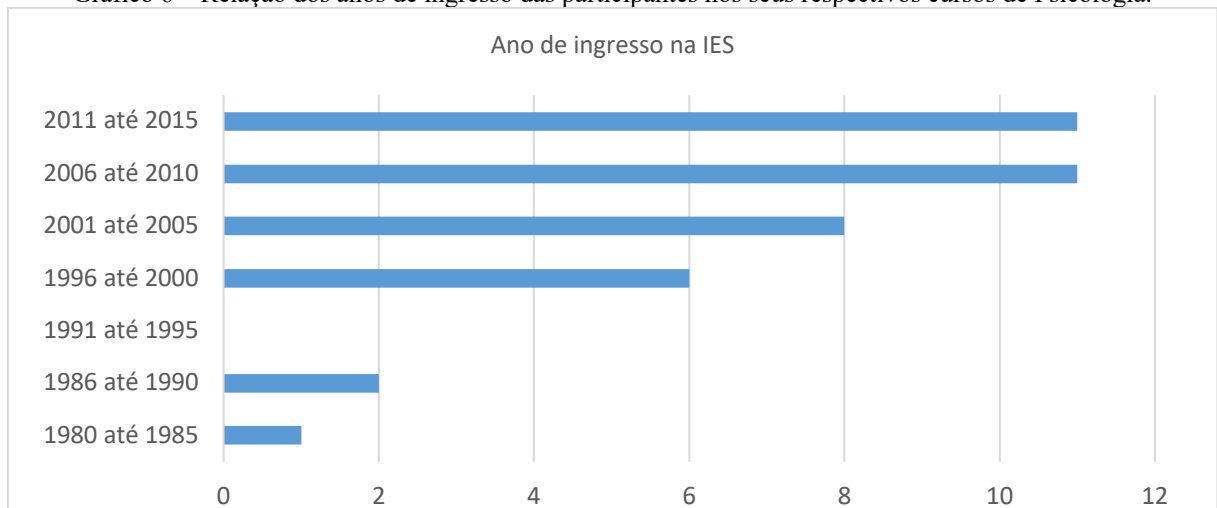
³⁹ O Programa Universidade para Todos (Prouni) do Ministério da Educação é um programa que oferece bolsas de estudo, integrais e parciais (50%), em instituições particulares de educação superior. Os critérios para concessão das bolsas são baseados na renda familiar bruta mensal.

⁴⁰ O Fundo de Financiamento Estudantil, criado pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, é uma ação do Ministério da Educação que financia cursos superiores particulares com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

qualificação para poucos, enquanto adquire traços de “sistema” de massas e de baixa qualificação para muitos.” (SGUISSARDI, 2015, p. 869).

Os dados coletados para este estudo são um recorte da realidade brasileira, são frutos das diversas políticas públicas de educação, implantadas desde a regulamentação do curso de psicologia no país. Os retrocessos e avanços discutidos neste tópico são notabilizados nos dados apresentados no gráfico abaixo, que retrata com objetividade os resultados das políticas públicas de educação em cada período histórico, as últimas duas décadas revelam os efeitos do ProUni e do FIES como políticas criadas para potencializar o processo de expansão, massificação e democratização do acesso ao ensino superior que fomentaram a interiorização das IES no cenário nordestino. Como demonstra o quadro abaixo:

Gráfico 6 – Relação dos anos de ingresso das participantes nos seus respectivos cursos de Psicologia.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Olhar para estes dados remete à minha trajetória acadêmica, por residir numa cidade do interior da Bahia na fase do vestibular, escolher a Psicologia exigiu de mim uma mudança radical de vida, pela imposição migratória da minha escolha acadêmica. Naquela ocasião, final dos anos 1990, existiam em toda a Bahia, estado com 417 municípios, apenas duas faculdades com vestibular anual, situadas na capital do estado, que ofertavam o curso. Hoje, segundo o censo de educação superior (INEP/MEC, 2019), existem 56 IES em todo o estado.

Delors (2001) notabiliza que na contemporaneidade, o ensino superior é um dos motores do desenvolvimento econômico, cultural e científico acumulado pela humanidade, tal observação me faz mais uma vez revisitar minha história, por eu ter sido a primeira pessoa do meu grupo familiar, contabilizando todas as gerações que me antecederam, a chegar no ensino superior. Essa experiência me permitiu acessos igualmente inéditos em meu histórico familiar,

tanto nas dimensões econômicas, culturais e científicas, corroborando com a afirmação de Delors, quanto em nível coletivo, pelo aumento da capacidade pessoal e técnica de contribuir com as transformações sociais no meu entorno. É bem provável que existam diversos pontos de convergência da minha trajetória com os caminhos percorridos pelas participantes deste estudo, haja vista a identidade geográfica de pertencimento ao interior da Bahia compartilhada com a maioria das depoentes, além do marcador social de classe.

As políticas governamentais dos últimos anos, especialmente nos dois períodos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, induziram a ampliação do acesso à educação superior, tanto nas IES públicas, quanto nas IES privadas, no turno noturno, permitindo que significativa parcela da população, especialmente jovens trabalhadores, pudesse ter acesso a um curso de graduação. Esse fato significa também a ampliação de oportunidades educacionais para segmentos da população, antes excluídos desse nível de ensino. (BITTAR, OLIVEIRA, LEMOS, 2011, p. 136).

Porém, apesar dos esforços empreendidos para ampliar o acesso ao ensino superior no Brasil, como já mencionado neste texto, muitas críticas são feitas à consolidada hegemonia privada-mercantil nas instituições brasileiras de ensino superior que, desobrigadas das atividades de pesquisa e extensão, priorizaram atender aos interesses e urgências do mercado, transformando a educação em mercadoria, em detrimento do ensino comprometido com as transformações sociais inclusivas, pautado na tríade ensino-pesquisa-extensão. Sguissardi (2015, p. 869) afirma que o Brasil “vive um intenso processo de transformação de um direito ao “serviço público” em “serviço comercial” ou mercadoria, isto é, que esse não seria um processo de democratização, mas de massificação mercantil”

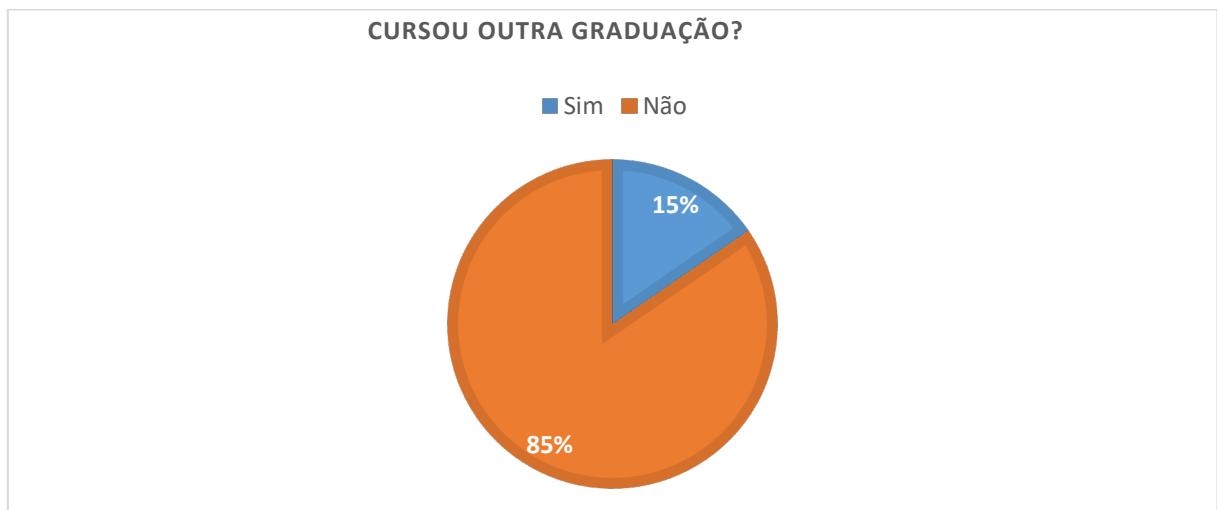
Após o passeio panorâmico feito até aqui, como pensar a formação em psicologia e o seu compromisso ético com a defesa dos Direitos Humanos, diante do cenário da educação superior no Brasil, com investimentos maciços nas instituições privadas de duvidosa qualidade de ensino e isentas das atividades de extensão e pesquisa? Como desenvolver os recentes campos de atuação da psicologia e suas práticas psicossociais, no que se refere às políticas públicas e especificamente ao trabalho com mulheres, por serem atividades que exigem pesquisas para delinear as ações dessas novas práticas? Essas perguntas são desafios que precisam ser pensados pelas atrizes e atores políticos que colaboram com a construção e atualização da psicologia brasileira.

A grande maioria das participantes deste estudo cursou ou cursa pós-graduação, esta informação apesar de revelar um movimento de alto nível de qualificação dessas profissionais, também pode apontar as deficiências na formação e as precárias condições de trabalho, contexto que leva as profissionais a constantes formações em cursos de pós-graduação, esta segunda

premissa é endossada pela escolha dos cursos, nenhum deles é direcionado ao trabalho com mulheres, que possivelmente não contribuem para a produção científica sobre as práticas psicossociais direcionadas ao fenômeno da violência contra as mulheres, debate que será apresentado em detalhes noutra sessão.

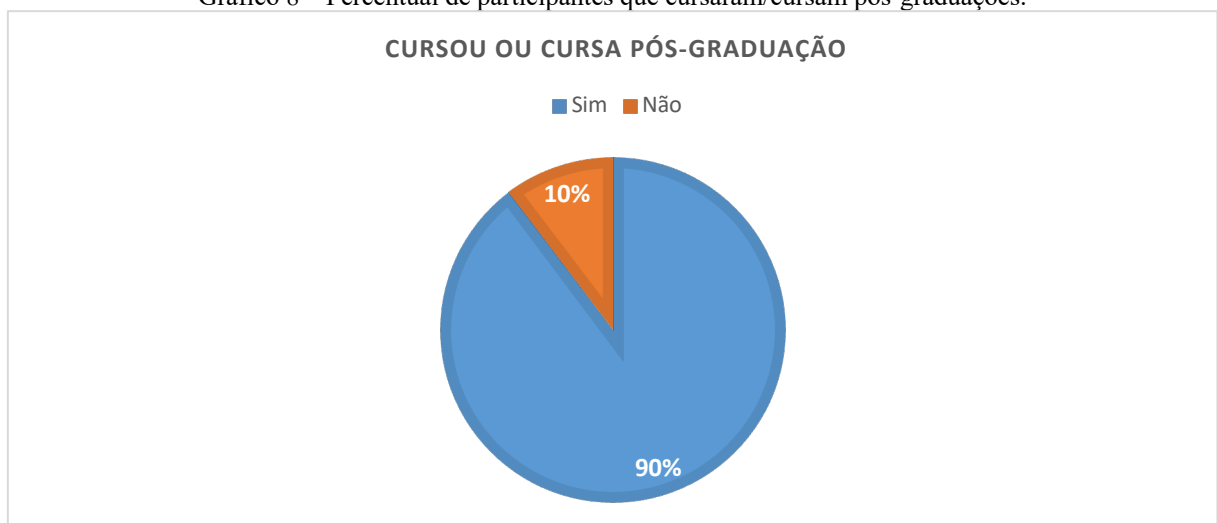
Não há um número significativo de participantes que optaram por realizar uma segunda formação, essa informação pode tanto significar satisfação pelo curso escolhido, quanto dificuldades de investimento num novo projeto profissional, ao passo que a busca por cursos de pós-graduação é bem expressiva. De acordo com os gráficos a seguir:

Gráfico 7 – Percentual de participantes que cursaram outras graduações.



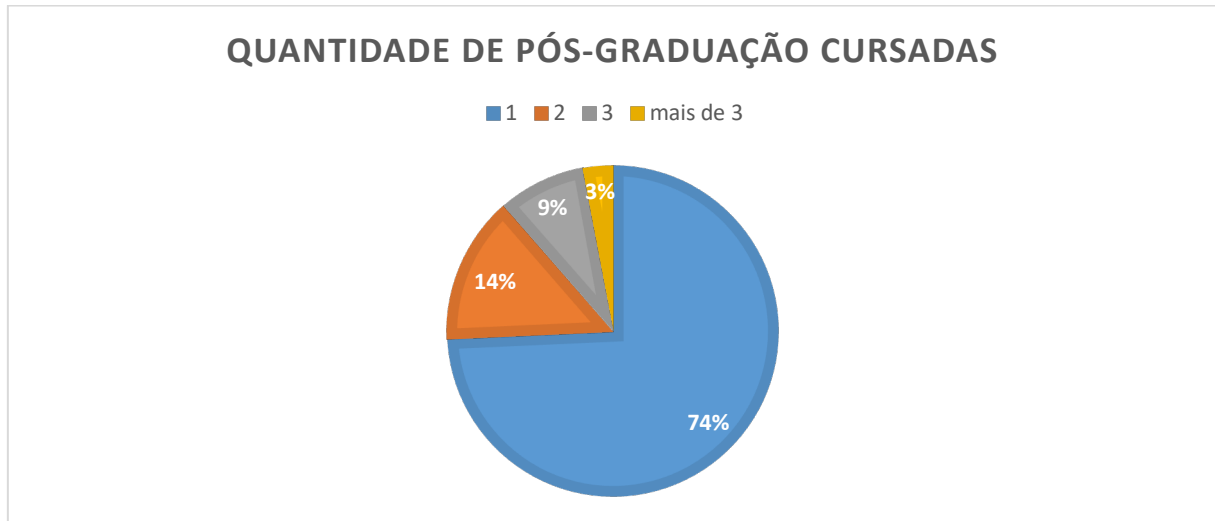
Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Gráfico 8 – Percentual de participantes que cursaram/cursam pós-graduações.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Gráfico 9 - Distribuição percentual sobre o número de pós-graduações cursadas ou em curso pelas participantes.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

No que tange à continuidade dos estudos após a graduação, a pesquisa revelou que a grande maioria das profissionais, 90%, continuam investindo na formação por meio de cursos continuados em *stricto* e *lato sensu*, com um percentual significativo de profissionais que fizeram mais de um curso de pós (26%), além daquelas que investiram em outro curso de graduação. Ainda sobre a discussão relacionada à mercantilização da educação no Brasil, é também hegemônica a participação do setor privado nas ofertas de cursos de pós-graduação na modalidade *lato sensu* que, assim como na graduação, são cursos de especialização direcionados para o mercado de trabalho, sem compromisso com a dimensão da pesquisa, 94% dos cursos de pós-graduação realizados pelas participantes deste estudo são do setor privado, em contraposição aos 6% de pós-graduações *stricto sensu* cursadas, em nível de mestrado, nas instituições públicas de ensino superior.

Sobre a pós-graduação *lato sensu* no Brasil, Fonseca & Fonseca (2016) apontam críticas ao falar da participação do setor privado na oferta destes cursos. As autoras afirmam que:

Na medida em que o país se fortalece na qualificação de mestres e de doutores, o nível de exigência de qualificação para lecionar nos cursos de pós-graduação *lato sensu* fica mais flexível. Tal fato pode ser explicado, em parte, pela pressão e expansão do campo privado, que guarda a maior oferta desses cursos, e que tem um número menor de professores com titulação de mestres e doutores. (2016, p. 157)

As autoras ainda destacam a fragilidade e negligência dos órgãos competentes em impedir que instituições de âmbito privado desconsiderem as exigências mínimas para a garantia de qualidade dos cursos ofertados.

É sabido que os impactos de uma formação de baixa qualidade são sistêmicos na relação com o campo de atuação profissional, no que pese as discussões de gênero e as ações específicas

no enfrentamento às violências, a ausência do contato com a dimensão da pesquisa trazem danos estruturais, tendo em vista o risco de replicar as invisibilidades pautadas nos saberes da psicologia tradicional. Apesar dos esforços das psicólogas deste estudo em priorizar uma formação continuada, isso não garante necessariamente atuações mais assertivas, pois, os cursos de baixa qualidade não dão conta da complexidade analítica da prática psicossocial. Analisaremos melhor a dimensão da pós-graduação e voltaremos nessa discussão no último capítulo.

Finalizamos aqui a incursão sobre as políticas públicas de educação e retomaremos o debate sobre o currículo de graduação. Hoje, mais de uma década após a publicação das revisões das DCNs, ainda se almeja que a flexibilização e abertura dos conteúdos trabalhados ao longo do curso viabilizem a promoção de uma formação para além da tecnicidade, característica dos modelos cientificistas, com a intenção de fomentar o diálogo interdisciplinar coerente entre as abordagens teóricas e os campos de atuação, num processo de co-construção, considerando os diversos contextos sociais, históricos, culturais, políticos e econômicos.

Na atual conjuntura política do país, momento de reavivamento do discurso conservador e tradicional somado à retração das políticas de direito e acessibilidade, de precarização dos processos de trabalho, de redução dos recursos destinados à ciência, à educação e à tecnologia, momento de rupturas nas políticas públicas nos campos da saúde, seguridade social e educação, além da ampliação das políticas de formação à distância, tornam-se urgentes as mobilizações reivindicatórias da população. Em função dessa necessidade, as instituições representativas da categoria promoveram o Encontro Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia, realizado em 2018.

O evento propôs uma nova revisão das DCNs, a ser construída coletivamente com toda a categoria docente, profissional e estudantil, objetivando garantir a consolidação de um projeto de formação para a Psicologia que contemple a pluralidade, a competência acadêmica e o compromisso com o aperfeiçoamento da sociedade, pautada na garantia dos Direitos Humanos. Esta proposta privilegia a perspectiva dos estudos de gênero, como ferramenta fundamental para a análise crítica das condições sociais.

A revisão das DCNs é indispensável, apesar do temor concreto diante do cenário político brasileiro de retrocessos no que tange à garantia dos direitos humanos, dos direitos sociais e dos direitos políticos que podem colocar em risco os avanços já conquistados pelas diretrizes em exercício. O principal motivador externo para a necessidade de revisão das diretrizes está na regulação da formação do Ensino à Distância (EaD), debate existente desde a regulamentação de 2011, em função da vinculação do curso à área de saúde que há anos tenta

implementar cursos no formato EaD. O debate retoma com mais força em função das reincidentes posturas do MEC⁴¹ de fomento dos cursos de graduação à distância, sendo necessária a organização das entidades representativas da categoria para se contrapor às deliberações estatais pela necessidade de negociação.

O perfil ideológico neoliberal da atual gestão política do país tem promovido políticas de precarização do trabalho, inclusive do docente, e sucateamento da educação em todos os níveis. A regulamentação do ensino EaD impede a dimensão dialógica que garante uma formação crítico-analítica dos contextos locais, por meio de uma construção relacional, que ultrapassa o acesso aos conteúdos, situação que ameaça os avanços conquistados pelas DCNs. (ADUSB, 2019)

Na atual conjuntura pandêmica que assola o mundo e exige adaptações da vida prática que incorpore as orientações da OMS para prevenção ao novo Coronavírus, esse contexto agravou as crises já vivenciadas no Brasil, as projeções são as piores possíveis, com um elevado número de mortes e o colapso no sistema de saúde do país, somada à crise política que se potencializou substancialmente neste cenário.

Em função da necessidade de isolamento social na quarentena, o campo educacional foi um dos primeiros segmentos a alterar sua rotina de trabalho, com posturas e decisões bem distintas entre os setores público e privado, enquanto as Instituições Públicas de Ensino Superior suspenderam suas aulas por priorizar a qualidade da formação e dimensionar os prejuízos das aulas remotas, incluindo aí o compromisso democrático do acesso universal dos estudantes aos conteúdos, o setor privado mercantil promoveu adequações urgentes para garantir a oferta do seu produto/educação, com estratégias de marketing, adaptações tecnológicas e demissões em massa para manter a receita. Para regularizar tais práticas o MEC flexibilizou, em caráter excepcional, o seu posicionamento sobre as aulas EaD, como demonstra o inserto referente à portaria nº 544:

Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em cursos regularmente autorizados, por atividades letivas que utilizem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais, por instituição de educação

⁴¹ Um exemplo recente refere-se à Portaria MEC 2117/2019, publicada em 06 de dezembro de 2019 que aumenta de 20% para até 40% a carga horária por Ensino a Distância (EaD) permitida nos cursos presenciais das instituições de ensino superior do país. O Conselho Federal de Psicologia (CFP) em articulação com outros conselhos de saúde solicitaram a imediata revogação da referida portaria por meio de nota pública do Fórum dos Conselhos Federais da área de saúde, que representa a mobilização composta por 14 profissões da área e criado para discutir e deliberar sobre assuntos de interesse das profissões da saúde no Brasil. Nota disponível em: <[nota pública do Fórum dos Conselhos Federais da Área de Saúde \(FCFAS\)](#)> Acesso em: 05 de maio de 2020.

superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. (BRASIL, 2020)

A imposição do uso de ferramentas digitais, prevista no documento, e a falta de normativas que tratem da avaliação qualitativa das aulas e do acesso universal às plataformas digitais, tendo em vista a negligência por meio do silenciamento sobre o compromisso com o vasto contingente de estudantes em situação de vulnerabilidade social presentes no cotidiano dessas instituições, tornam-se riscos reais ao oportunismo dos grandes grupos que comandam o setor privado da educação no Brasil.

Um das principais ameaças enfrentadas neste momento diz respeito ao campo de disputa entre o MEC e os órgãos representativos das categorias profissionais, incluindo a Psicologia, no que concerne à regulação da formação EaD na graduação, estes últimos pautando a qualidade do ensino ao resistir à ampliação da porcentagem de carga horária oferecida no formato EaD, as permissividades da gestão pública ao uso indiscriminado das aulas remotas pode naturalizar tais práticas e fortalecer as corporações educacionais, fortes atores políticos que vislumbram grandes lucros com a implementação sistêmica dessa modalidade de ensino.

Voltando às pautas norteadoras do Encontro Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia, além do debate sobre o ensino EaD, outro motivador passa pelos questionamentos próprios das práticas *psis*, que precisam rever seus referenciais teóricos e se dispor a perceber suas posturas daltônicas de invisibilidade das desigualdades raciais, por não se debruçarem sobre o debate de gênero, em especial nas questões do feminino, numa categoria profissional composta por quase 90% de mulheres e por produzirem uma psicologia sem diferença que não debate sistematicamente a inclusão social.

No contexto sócio-político de ataque e de risco aos direitos humanos é necessário e urgente que a Psicologia se proponha a uma reflexão contextual e decolonial⁴² dos países latino americanos, orientação que precisa ser explicitada na nova proposta de DCNs. Outro ponto que necessita de visibilidade é o ataque à laicidade da ciência psicológica no contexto da docência. Historicamente o discurso fundamentalista religioso atravessa e atropela a Psicologia, sendo

⁴² O pensamento decolonial busca romper com as colonialidades vividas pelos povos não europeus, pensado a partir do eurocentrismo, do racismo e da modernidade, denuncia o projeto europeu de colonização, calcado na teoria pseudocientífica da raça como escusa para a expropriação capitalista da mão de obra escrava e para o acúmulo de capital globalizado. Esta abordagem epistêmica vem sendo desenvolvida principalmente por estudiosos latino-americanos da decolonialidade, dentre os quais destacamos Aníbal Quijano, Walter D. Mignolo e María Lugones, esta última é a referência mais importante para os estudos das epistemologias feministas, por incitar o surgimento do feminismo decolonial acadêmico ao desenvolver a noção de “sistema moderno-colonial de gênero”. No conjunto de autores da decolonialidade percebe-se uma abertura de possibilidades outras para a produção de conhecimentos, para formas múltiplas de ser; para a valorização de saberes e fazeres diversos e valorização das experiências vividas.

um dos responsáveis em retardar por décadas a regulamentação do curso no país, a força de resistência à ciência psicológica promovida pelo discurso religioso necessita de uma reflexão complexa, com o propósito de evitar retrocessos a um conceito medieval de conhecimento e garantir o exercício laico da ciência, da profissão e da docência. Ademais, o discurso religioso que atravessa a formação em Psicologia é um risco real ao trabalho direcionado à violência contra as mulheres, pelo combate explícito às epistemologias feministas que protagonizam tais atuações e pela tendência em naturalizar práticas abusivas lidas como performances tradicionais dos lugares de gênero reificadas e fortalecidas pelo discurso religioso.

A relevância das mobilizações para as revisões das DCNs justifica-se ao pensarmos o currículo para além da mera reprodução de conteúdo, ao considerá-lo como efetivamente produzindo pessoas e coisas, formas de ser e de viver, produzindo modos de subjetivação. Pois, em última instância, como afirma Silva (2002, p. 14-15):

O importante não é perguntar o que é verdadeiramente um currículo, o que é um currículo em sua essência, mas, antes, perguntar que impulso, que desejo, que vontade de saber e que vontade de poder movem um currículo. Perguntar não pelo 'ser' de um currículo, mas pelas condições de sua emergência, de sua invenção, de sua criação, de sua imposição. Dedicar-se, em suma, não a uma ontologia, mas a uma genealogia do currículo.

O trecho citado ressalta o desafio vinculado à superação da ideia de que o currículo não se reduz a uma lista ou à *grade de disciplinas*, mas é implementado no campo das relações de poder e na produção de cultura, nos ajudando a compreender a tensa relação ideológica de resistência às propostas curriculares que põe em dúvida e problematizam os interesses hegemônicos da psicologia tradicional. Como destaca Bernardes (2002, p.220), “currículo é vida, e, portanto, é desejável que esteja na *pele* das pessoas, encarnado em seus corpos, em constante processo de avaliação e mutação”. Diante dessa vitalidade curricular, Bernardes (2002, p.220) ainda afirma que “por ser vivo, o currículo que se estatiza, definha, iniciando processos de reproduções culturais, sociais, valores, poder e de práticas quase sempre questionáveis.”

Com o intuito de apresentar uma avaliação atualizada do processo formativo da Psicologia no contexto baiano, mais de uma década após a publicação das últimas revisões das DCNs, em 2011, o levantamento de dados desta tese mostra elementos relevantes sobre a realidade da formação em Psicologia das profissionais que atuam nas políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres, o recorte dessa pesquisa nos permite avaliar as DCNs num contexto pouco explorado de sua aplicabilidade, direcionada aos fenômenos de

expansão e interiorização das IES no nordeste, avaliando os impactos locais e práticos de um currículo que ficou engessado por quase meio século.

As DCNs são tentativas de oxigenação para a produção de uma Psicologia atual e comprometida com as subjetividades do seu tempo e, portanto, para garantir a vitalidade curricular defendida por Bernardes (2002), fazem-se necessárias constantes problematizações e atualizações, com o destemor de olhar para si e rever seus conhecimentos, metodologias, teorias e práticas, movimento que a Psicologia no Brasil tem se esforçado em garantir, mesmo com os riscos reais em sofrer retaliações e perseguições.

A atual gestão política nacional de extrema direita – que já declarou publicamente o incômodo causado pela psicologia⁴³, em função da sua bandeira de defesa dos direitos humanos e dos debates políticos que os segmentos representativos da categoria têm se encorajado em assumir (COSTA & MESQUITA, 2019) – representa uma ameaça aos avanços propostos pela categoria para a construção de uma psicologia comprometida com a liberdade humana, que pressupõe compromisso com o fortalecimento da democracia em nosso país e com o pluralismo identitário, étnico e cultural de todos e todas.

FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA E O DEBATE DE GÊNERO: UM ESTUDO DE CASO BAIANO

O debate sobre gênero foi introduzido na seara acadêmica pelas epistemologias feministas, campo do saber que surge a partir do feminismo e que se esforça, por meio de muitas ideias e argumentos, em problematizar as questões de gênero inerentes ao fazer científico e à própria forma de pensar o conhecimento e a ciência. (KETZER, 2017). Porém, apesar das discussões feministas guiarem uma episteme, o feminismo não nasce na academia, ele floresce enquanto movimento social e é essencialmente moderno, surge com a ebulição das ideias iluministas sobre a universalidade da razão e da liberação dos preconceitos que descortinam um horizonte emancipacionista e mobilizaram mulheres de muitos países da Europa, dos Estados

⁴³ Ao fazer uma pesquisa no site do Conselho Federal de Psicologia com as palavras “Presidente da república” todos os resultados obtidos nessa busca relacionam-se a notícias sobre as mobilizações realizadas pela categoria frente ao posicionamento da atual gestão governamental, a exemplo das diversas notas de repúdio sobre as declarações da presidência que violam direitos humanos (a mais recente intitulada: Psicologia em defesa das pessoas com HIV/Aids foi publicada em 07/02/2020) e vetos presidenciais às propostas de projetos de lei apresentadas pela psicologia, como o veto nº 37/2019 ao Projeto de Lei nº 3.688/2000, que dispõe sobre serviços de Psicologia e de Serviço Social nas Redes Públicas de Educação Básica. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/>. Consulta realizada em 12 de fevereiro de 2020.

Unidos e, posteriormente, de alguns países da América Latina, tendo seu auge na luta sufragista (COSTA, 2005).

Os movimentos feministas no ocidente foram divididos em três ondas, com uma quarta em processo de emergência, essa divisão tem um caráter didático que identifica as principais pautas e questões das mulheres, de acordo com as peculiaridades que mais se destacam em cada tempo histórico. O termo representa um projeto que ainda não se encerrou, evidenciando tanto o parâmetro cronológico geracional quanto os fluxos teóricos-temáticos que remetem ao movimento das ondas no oceano. (TAVARES; CRUZ, 2019).

As mobilizações feministas que despontam no ocidente durante o século XIX caracterizaram a primeira onda do feminismo. Tinham como principais bandeiras as reivindicações pelo reconhecimento de direitos políticos, sociais e econômicos para as mulheres; A segunda onda feminista nasce sob a concepção de que o que é pessoal é político e é caracterizada pelo movimento de luta por liberdade e autonomia para as mulheres; A terceira onda do movimento feminista busca desenvolver o próprio conceito da categoria “mulher” enquanto categoria pretensamente universal, reconhecendo e analisando as intersecções entre marcadores de opressão e como essas combinações específicas se refletem na subjetividade feminina. (CAETANO, 2017); já a emergência de uma quarta onda feminista traz como pauta a diversidade de um movimento plural, com distintas concepções acerca do feminismo que se aproximam e atuam dentro do Estado (TAVARES e CRUZ, 2019; MATOS, 2014). É importante destacar também que as mobilizações sociais em torno das bandeiras de luta feminista tiveram influências teóricas e deixaram um legado de contribuições para as epistemologias feministas.

A efervescência da segunda onda do movimento feminista, considerada como o nascimento do novo feminismo no mundo ocidental, eclode na década de 1960 em vários países europeus e nos Estados Unidos, marcados pelas mobilizações políticas e culturais da época. Estes países veem surgir o revolucionário movimento jovem dos anos 60, que desafiou os conservadores valores sociais, tanto na esfera pública, quanto em âmbito privado, por meio de questionamentos às relações hierárquicas de poder, micro e macropolíticas (PINTO, 2003). O movimento feminista de segunda onda foi caracterizado pelas denúncias ao sistema de opressão patriarcal, por suscitar debates e encampar lutas referentes a questões específicas das mulheres como sexualidade, direito reprodutivo, mercado de trabalho, família, desigualdades, violências entre outros temas que evidenciavam a opressão ao universo feminino.

O feminismo de segunda onda latino-americano surge uma década após a sua aparição nos países europeus e nos EUA, em meio às ofensivas das ditaduras militares em vigor na

América do Sul. Representa a resistência das mulheres aos regimes autoritários sob o impacto do movimento feminista internacional e diretamente ligado aos demais movimentos políticos de oposição governamental e de modernização, que avançou no processo de expansão do mercado de trabalho e acesso à educação formal para as mulheres (MOLYNEUX, 2003).

O cenário brasileiro de repressão política não foi suficiente para impedir que a ebulição cultural de 1968 abalasse as tradicionais relações familiares. Sarti (1998, p. 4) afirma que “os novos comportamentos afetivos e sexuais relacionados ao acesso a métodos anticoncepcionais e ao recurso às terapias psicológicas e à psicanálise, impactou o mundo privado”. Mudanças promovidas, sobretudo, pelas mulheres sintonizadas com o debate feminista da segunda onda.

Ainda segundo Sarti (1998), o feminismo era malquisto no Brasil. Para a direita política, o feminismo era um movimento imoral e perigoso; já a esquerda o relacionava ao reformismo burguês e para muitos homens e mulheres, independentemente de sua ideologia, feminismo tinha uma concepção anti-feminina. Apesar da conotação pejorativa, não foi possível conter a expansão deste movimento e, paralelamente a estas mobilizações, um campo epistemológico de estudos sobre mulheres começou a se estruturar a partir das problematizações e discussões políticas, econômicas e intelectuais sobre desigualdades, minorias e opressões dos moldes hegemônicos de se fazer ciência (LOURO, 2011; NOGUEIRA, 2017).

A institucionalização da Psicologia no Brasil surge neste mesmo momento histórico, cuja conjuntura política viabiliza a eclosão de diversos movimentos sociais emancipacionistas, entre eles o feminismo. A Psicologia brasileira não incorpora às suas contribuições teóricas os estudos fruto das reflexões dos fenômenos sociais do seu tempo e negligencia os estudos sobre as mulheres, mantendo-se distante desse debate, apesar dos efeitos conquistados pelos movimentos feministas a partir de suas contribuições teóricas ao ensino superior brasileiro. Siqueira (2008, p. 254) reitera que “em todas as áreas da Psicologia, o pensamento hegemônico desconsiderou a alteridade no sentido do gênero”.

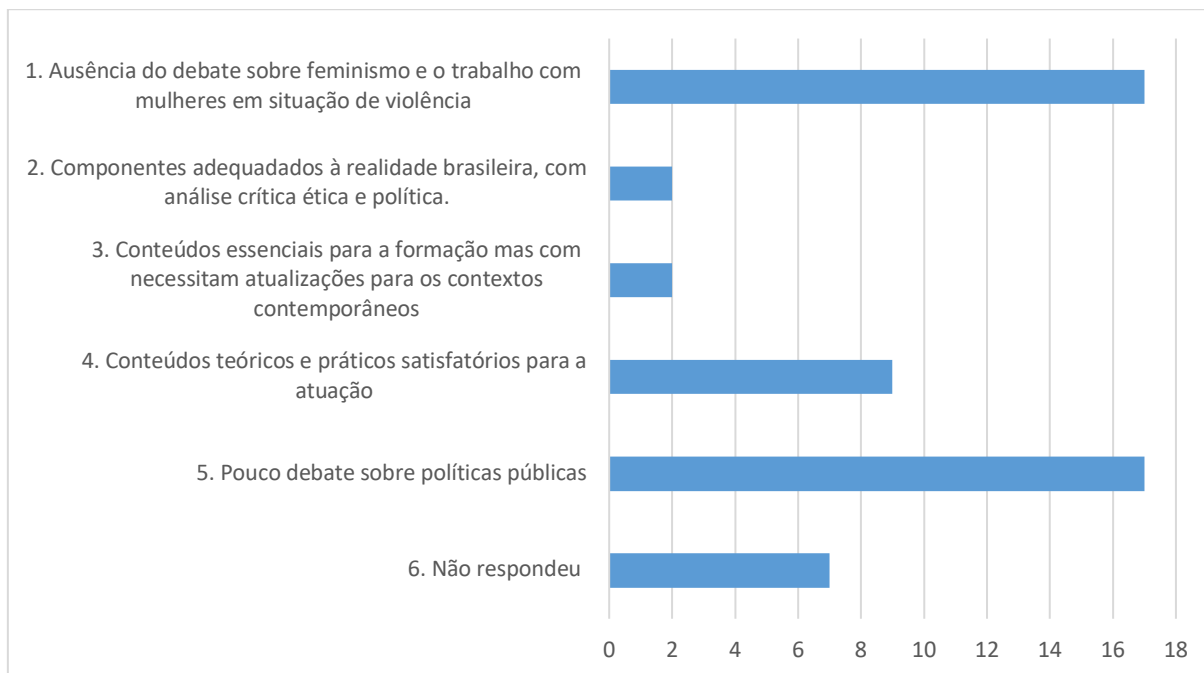
Segundo Bock (2015), as perspectivas conservadoras e as perspectivas aliadas ao pensamento crítico estiveram, historicamente, atreladas ao processo formativo da psicologia no Brasil. Reflexões acerca das históricas transformações dos princípios educacionais e compromissos dos/as psicólogos/as frente às demandas oriundas dos seus contextos sociais estiveram visceralmente vinculadas a este panorama. (LOUREIRO, 2009). Bock (2015) define a perspectiva conservadora como aliada à psicologia positivista, alimentada e retroalimentada pelo paradigma do pensamento tradicional da ciência, embasado nos pressupostos da simplicidade, objetividade e estabilidade e que opera por meio de processos de disjunção e redução, através da fragmentação do saber/fazer em especialidades, alimentando a fantasia de

que cada especialidade aprofundará os conhecimentos em torno do objeto de estudo recortado e isolado. A perspectiva conservadora concebe a formação de modo tecnicista e conteudista, priorizando a abstração teórica universalizante e a-histórica do ser humano, em detrimento de leituras da realidade social circundante, suas ações reforçam práticas construídas historicamente que contribuíam com o processo de exclusão social e diferenciação de pessoas que não se enquadravam nas normas dominantes, com o uso de técnicas de categorização, classificação e adaptação aos moldes impostos pelo sistema.

Já as perspectivas aliadas ao pensamento crítico que estruturam as DCNs surgiram para romper com as noções de formação marcadas pelo conservadorismo. Para as concepções críticas, a formação é um processo histórico que considera o ser humano como um/a sujeito ativo/a em seu processo de desenvolvimento. “Um sujeito que, ao transformar o mundo, transforma-se a si mesmo, constituindo consciência e produzindo significações e cultura” (BOCK, 2015, p. 119). Adotar a perspectiva crítica no processo de formação impacta no distanciamento de práticas reprodutoras de conceitos e técnicas reducionistas, reificadoras, deterministas e universais (CAMPOS, 2013; DANTAS, 2010; MARTÍN-BARÓ, 1996; RUDÁ, COUTINHO & ALMEIDA-FILHO, 2015).

Os dados coletados neste estudo sugerem que a perspectiva conservadora apresentada por Book (2015) está majoritariamente presente nas graduações ofertadas na Bahia, no que pese a avaliação das participantes deste estudo sobre a análise geral do curso. 54% das depoentes avaliam a formação recebida como satisfatória, sem registro de resposta para a opção “plenamente satisfatória”. O quadro abaixo representa a compilação da justificativa dada à avaliação. A partir da frequência das respostas obtidas, foram criadas 5 categorias, as respostas que se enquadravam em mais de uma categoria foram contabilizadas mais de uma vez.

Gráfico 10 – índice de frequência das categorias criadas a partir da avaliação das participantes sobre a análise geral de suas formações em psicologia.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

De acordo com os resultados coletados, apenas as categorias 2 e 4 que correspondem a 28% do universo de respostas, sinalizam uma formação aliada à perspectiva crítica que incluem conteúdos analíticos adequados aos contextos contemporâneos de atuação da Psicologia. As justificativas apresentadas coadunam com o que aponta a literatura no que se refere à ausência da incorporação do debate sobre gênero e políticas públicas nas bases curriculares dos cursos de psicologia, essa deficiência se destaca com os maiores índices de frequência quando a avaliação pressupõe uma análise global do curso. Outra informação que ganha evidência é que, apesar de a maioria das participantes avaliar o curso como satisfatório para a atuação profissional, as frequências mais elevadas nas respostas referem-se a justificativas que apontam as deficiências do curso.

Tendo em vista o cenário de disputa de território político-ideológico, na tensa relação de saber-poder, a psicologia brasileira apresenta muitas nuances e duas perspectivas que se opõem, como pontuado por Bock (2015) e demonstrado nos dados deste estudo, e que se materializam na coexistência de uma Psicologia que avançou para uma ampliação em seu espectro de ação e compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, pautada na defesa dos Direitos Humanos e uma psicologia que ainda se submete a concepções tradicionais e ultrapassadas, que não se atualiza e que atua com base em referências que já foram analisadas, criticadas e combatidas há décadas, como é possível captar nos relatos abaixo:

“Ao longo da minha graduação, tive contato com conteúdos acadêmicos que me proporcionaram reflexões, entendimentos e posicionamentos sociais e políticos que até hoje fazem parte da minha atuação ética profissional e também na postura de vida.” (P15, 2016: ano de conclusão do curso);

“Acredito que as disciplinas ofertadas foram essenciais na formação, possibilitaram mudanças no olhar para diversos aspectos da sociedade. É importante enfatizar também, que o desempenho do aluno é extremamente necessário. No entanto, acredito que seriam sim necessárias alterações no componente curricular para se adequar à atualidade.” (P5, 2018: ano de conclusão do curso);

O movimento histórico é, pois, heterogêneo e há segmentos que tomam a dianteira do processo, outros que respondem mais tardiamente e outros que resistem (ANTUNES, 2012). Estes múltiplos movimentos estão presentes nos resultados das formações percebidos neste estudo, que retratam acima de tudo o efeito do compromisso docente com os avanços da psicologia no que pese a sua ampliação analítica dos contextos sociais para as atuações psicossociais.

Passados mais de quinze anos desde a primeira publicação das DCNs, é possível analisar a execução dessas propostas, avaliar o seu processo e avançar nos objetivos de construir uma formação profissional cada vez mais qualificada. Numa busca no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, foram encontradas algumas pesquisas recentes que se dedicam a tais preocupações. Porém, não foi localizado nenhum estudo em nível nacional, que se dedica à avaliação das DCNs no que tange à inserção dos debates de gênero na formação em Psicologia. As produções encontradas apresentam estudos regionais (ASSIS, 2018; BORGES, CANUTO, OLIVEIRA & VAZ, 2013; NARVAZ, 2006 E 2009; PECORARO, 2015) que revelam, na perspectiva da psicologia crítica, o quanto a inserção dos estudos de gênero no processo formativo ainda é marginal. Os estudos supracitados referem-se às regiões Sul e Centro-oeste do país, de modo que este estudo é mais uma contribuição regional que adiciona conteúdos analíticos da região nordeste do país, até então sem registros de pesquisa.

Os dados coletados corroboram com os resultados das pesquisas sobre o tema em outras regiões do Brasil, no que se refere à marginalidade dos estudos de gênero, como aponta a avaliação sobre a compatibilidade entre os componentes curriculares da formação em psicologia e o trabalho gendrado que desenvolvem, demonstrada no gráfico abaixo:

Gráfico 11 – Distribuição percentual sobre a avaliação das participantes referente aos conteúdos e programas crusados em psicologia para a formação profissional no trabalho com mulheres.

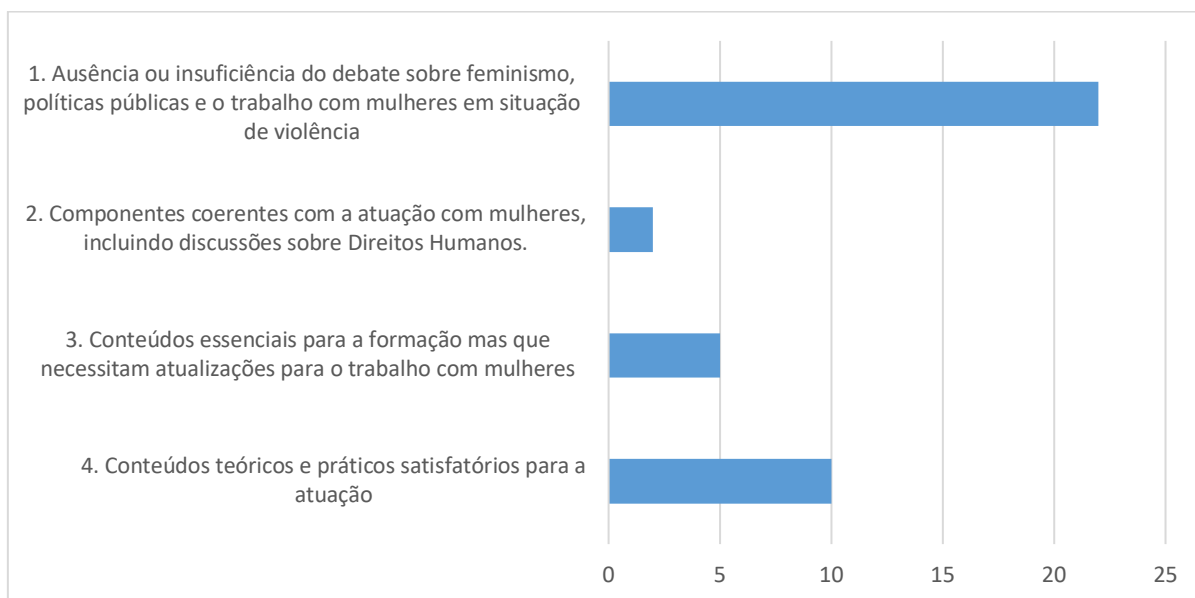


Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

As respostas obtidas apresentaram mudanças significativas quando comparadas com a avaliação geral do curso, com índices bem menos expressivos, apenas 33% das participantes consideram a formação recebida satisfatória para o trabalho com mulheres, somada aos 3% para a opção “plenamente satisfatória”. Estes resultados notabilizam, mais uma vez, as deficiências na formação que tendem a marginalizar os estudos sobre gênero e as especificidades das mulheres em situação de violência.

Os dados revelam o que aponta a literatura no que se refere à invisibilidade do tema nas grades curriculares do curso (SALDANHA & NARDI, 2016), quase 70% das depoentes avaliaram sua formação como “insatisfatória” e “pouco satisfatória”, avaliação de maior frequência entre o contingente de participantes que concluíram seus cursos durante ou antes do processo de implementação das DCNs para o curso de Psicologia, o que significa dizer que tiveram uma formação conteudista e, portanto, não havia à época a incorporação de disciplinas comprometidas com o desenvolvimento de habilidades e competências para atender as demandas sociais brasileiras, com debates atualizados sobre as práticas *psis*. O quadro abaixo apresenta a frequência das afirmativas feitas para justificar a avaliação dos conteúdos do curso, referentes ao trabalho com as mulheres, as respostas foram agrupadas em quatro categorias que compõem as afirmativas numeradas abaixo:

Tabela 3 – Frequência das categorias criadas a partir das justificativas sobre a avaliação dos conteúdos do curso.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Ao serem questionadas sobre como avaliam a adequação dos conteúdos e programas do curso de psicologia que cursaram para a formação profissional no trabalho com mulheres, a maior frequência de resposta foi agrupada na categoria 1 que pontua o silenciamento sobre temas como feminismo, políticas públicas e violência ao longo da graduação, como podemos perceber no quadro abaixo, que reitera os efeitos de um ensino voltado ao acúmulo de conhecimento e dissociado da prática profissional e da realidade sociocultural na qual está inserido, as linhas marcadas em cinza referem-se às poucas avaliações positivadas sobre a adequações dos conteúdos e programas para trabalho com mulheres, todos os registros são de formações recentes e, portanto, baseadas nas DCNs.

Quadro 4 – Relação de respostas das participantes sobre a avaliação dos conteúdos e programas do curso em Psicologia para o trabalho com mulheres.

| Participantes | Ano de conclusão do curso | Como você avalia a adequação dos conteúdos e programas do curso de psicologia para a sua formação profissional no trabalho com mulheres? |
|---------------|---------------------------|--|
| P1 | 2010 | Não existiu na grade curricular. |
| P2 | 2007 | Não lembro de ter estudado conteúdos para desenvolver trabalho específico com mulheres. |
| P3 | 2017 | Além de conteúdos teóricos pertinentes, alinhados com a proposta dos direitos humanos, pude experimentar a participação em grupos de pesquisa, iniciação científica e estágio na área de atenção às mulheres em situação de violência. |
| P4 | 2018 | Dentro da grade curricular não se tinha uma disciplina voltada para a temática, nem tampouco se discutiu sobre as Políticas Públicas para as Mulheres, sobre os CRAMs e NAMs. A única disciplina ofertada foi a |

| | | |
|-----|------|--|
| | | respeito de Gênero e Sexualidade, voltando-se para LGBTfobia, machismo, sexismo, porém, sem relacioná-los com a violência de gênero, doméstica e familiar. Portanto, ao me ver diante a atuação para com essas mulheres foi algo novo e desafiador. |
| P5 | 2014 | Por me permitir ter experiência prática nessa vertente. |
| P6 | 2014 | Mesmo que o trabalho seja com mulheres nós psicólogos estudamos para compreender o comportamento e sentimento latente manifesto. |
| P7 | 2019 | De forma a auxiliá-las no enfrentamento desta violência, além de fazer com que elas busquem sua autoconfiança e empoderamento. |
| P8 | 2010 | Considero que obtive significativo conhecimento sobre as disciplinas propostas, ética, elaboração de documentos exclusivo do Psicólogo, correntes teóricas, com identificação na TCC (Terapia Cognitiva Comportamental), dentre outros. |
| P9 | 2007 | Precisa incluir em todas às Faculdades disciplina que trabalha igualdade de gênero, violência de gênero e discriminação contra mulheres. |
| P10 | 2012 | A base que tínhamos era no trabalho com o ser humano de maneira geral e isso inclui a mulher. |
| P11 | 2005 | Inexistente. |
| P12 | 2016 | Poderia ter matérias específicas sobre violência contra mulher. |
| P13 | 2017 | Na minha formação não tive conteúdo específico. |
| P14 | 2016 | Tive professoras que foram grandes influências diante de temas relacionados aos tipos de violências de gênero, transmitindo conteúdos pautados em uma psicologia social. |
| P15 | 2002 | Deveria ter uma matéria específica sobre a abordagem e prática da psicologia no enfrentamento de todo tipo de violência. |
| P16 | 2001 | Na época em que eu me formei não havia tanta informação sobre. |
| P17 | 2007 | No período em que cursei psicologia, não estudei nada sobre políticas para mulheres, gênero ou sobre os impactos da violência na saúde. |
| P18 | 2016 | Não se falou muito sobre o assunto durante o curso. Acredito que poderia ter tido uma disciplina específica para a temática. |
| P19 | 2018 | Poderia ter matérias especificando mais sobre assuntos relacionados à abordagem da mulher no curso. |
| P20 | 2007 | Não tive disciplinas direcionadas para esta temática. |
| P21 | 1994 | Vejo adequações favoráveis |
| P22 | 2002 | Teorias e construção do saber predominantemente na visão masculina. (Leitura hoje diferenciada, repensada) |
| P23 | 2014 | Deveria haver mais disciplinas voltadas à temática. |
| P24 | 2005 | Formação voltada para a área da saúde. |
| P25 | 2016 | Precisava de mais prática com esse público. |
| P26 | 2017 | Nesse sentido considero pouco satisfatório visto que ao longo do processo de aprendizagem e das bases epistemológicas do curso não se vê nada relacionado ao contexto social, cultural ou histórico pautada a mulher. |
| P27 | 2012 | Não observei conteúdo para a temática. |
| P28 | 2013 | Não tive acesso. |
| P29 | 2005 | Similar à justificativa anterior. (Resposta anterior: Na época o fluxograma não apresentava disciplinas específicas acerca dessa temática). |
| P30 | 2013 | Apesar da grade curricular trazer componentes em que possamos trabalhar com o indivíduo e a maneira como esse se comporta e atua no coletivo. Temas pontuais como a violência contra as mulheres poderiam ganhar ênfase de estudo na academia, onde pudéssemos além de compreender |

| | | |
|-----|------|--|
| | | como enfrentar esse problema, diminuir as causas antes mesmo que estivéssemos com a questão em mãos no campo. |
| P31 | 2018 | Após a formação me sinto apta a lidar com o ser humano, independente do seu gênero e sua situação. |
| P32 | 2010 | Conteúdo satisfatório que ajudou a exercer a profissão em várias áreas de atuação. |
| P33 | 2018 | A universidade sempre utilizou rodas de conversa e simulações para aproximar os alunos dos casos que poderíamos encontrar na prática profissional, inclusive nos casos de violência doméstica! |
| P34 | 2014 | Baseada em queixas de colegas que formaram recentemente, acredito que tem muito a ser feito |
| P35 | 1986 | Foi em outra época |
| P36 | 1992 | O embasamento teórico e minha prática profissional anterior me deram suporte para trabalhar com esse público |
| P37 | 2008 | Que eu me lembre só tive uma disciplina chamada estereótipos, preconceito e discriminação que abordou questões de gênero. |
| P38 | 2015 | Satisfatória |
| P39 | 2004 | Pouca abordagem sobre estudos de gênero. |

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Entre as 39 participantes da pesquisa, 24 apontaram em suas respostas algum tipo de insatisfação com os conteúdos e programas do curso de psicologia para a sua formação profissional no trabalho com mulheres, ou seja, 61,53%. Essa insatisfação oscilou entre a percepção de ausência, no caso daquelas que concluíram o curso há mais tempo, e de insuficiência, para aquelas que concluíram o curso em períodos mais recentes. Pode-se concluir objetivamente que, para a maioria das psicólogas participantes, existe a necessidade de que os cursos de psicologia invistam na formação profissional para o trabalho com mulheres.

Para 11 delas, as respostas atribuíram uma positividade de tais conteúdos e programas para a formação das psicólogas/os, o que não quer dizer que elas não aprovem mudanças de ampliação dos mesmos. Finalmente, apenas 4 participantes (P5, P6, P10 e P14) emitiram respostas em que não é possível reconhecer pertinência ou relevância das mudanças curriculares para sua formação.

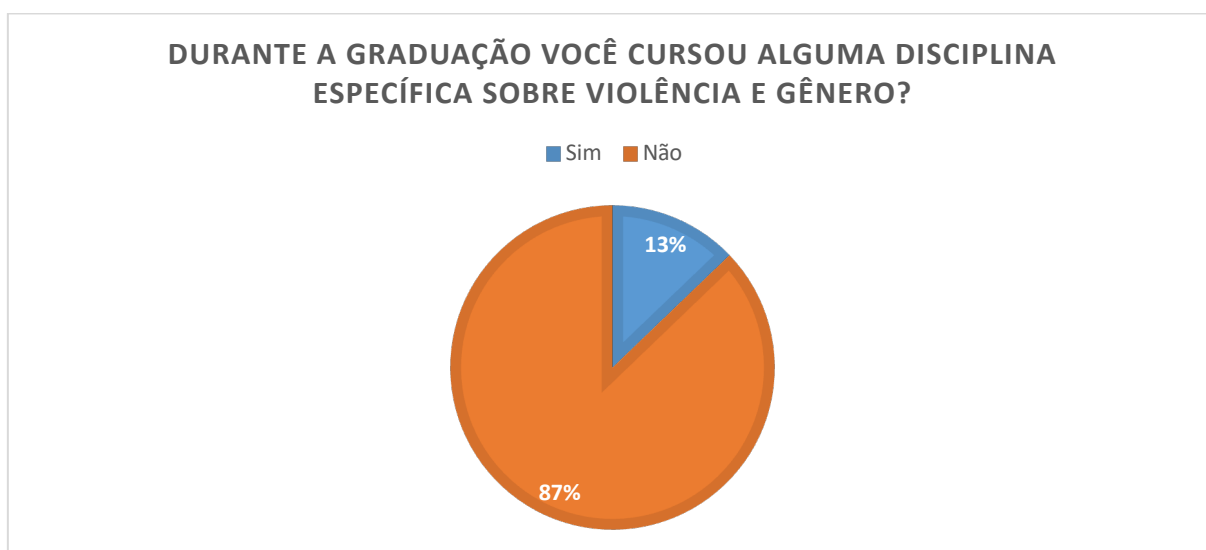
Apesar do compromisso das DCNs com a promoção dos Direitos Humanos e o respeito à compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos e culturais, ações que só podem ser efetivadas com o debate sistemático das questões de gênero, pela relevante contribuição destes estudos para as reflexões sobre processos de subjetivação nos diversos contextos sociais, em função do seu potencial analítico que tende a favorecer uma maior abertura desta ciência para a interdisciplinaridade, é importante reiterar, como já mencionado a partir de variadas referências, que mesmo as formações que ocorreram após a homologação das DCNs não garantem a atualização dos conteúdos para atender aos aspectos contextuais com debates

atualizados. O quadro anterior revela que, apesar dos esforços das DCNs em garantir a inclusão de tais temáticas na formação, elas continuam a ser negligenciadas, mesmo nas formações mais recentes a exemplo dos diversos relatos coletados neste estudo (P1, P12, P13, P18, P19, P23, P25, P26, P27, P28, P30 e P34) mostrando o movimento progressivo de transição.

Desde as orientações da DCNs de 2004 ampliou-se a autonomia das IES para elaboração dos seus Projetos Pedagógicos de Curso, levando em conta a experiência profissional do corpo docente, a relevância e as necessidades sociais da população, no contexto em que ela está inserida. Configura-se como um ambiente fértil para os estudos de gênero e suas análises contextuais, via possível para os cursos de psicologia inserirem espaços de discussão sobre as epistemologias feministas no processo de formação de psicólogos/as.

Porém, a realidade da formação em psicologia no Brasil, apontada nesta pesquisa e por outros estudos de contextos locais (ASSIS, 2018; BORGES, CANUTO, OLIVEIRA & VAZ, 2013; NARVAZ, 2006 E 2009; PECORARO, 2015) comprovam que apesar dos esforços em incorporar os conhecimentos filosófico-epistemológicos dos estudos de gênero, tais contribuições mantêm-se negligenciadas, ocultadas e desvalorizadas pelos jogos androcêntricos de saber-poder que perpassam as relações acadêmico-institucionais. Ao pensar nas tessituras dos jogos de saber-poder, cabe questionar: a quem interessa os estudos de gênero? Os dados deste estudo mostram a marginalidade dos debates sobre gênero e violência na formação em Psicologia.

Gráfico 12 – Distribuição percentual sobre o índice de disciplinas sobre gênero e violência cursadas pelas participantes



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Ao consultar as depoentes sobre disciplinas específicas em gênero e violência ofertadas no curso, 13% das entrevistadas dizem ter cursado tais disciplinas, esse percentual equivale a 5 respostas. Na sequência é solicitado que informe o nome da disciplina cursada. Segue abaixo a relação:

Quadro 5 – Nome das disciplinas sobre gênero e violência cursadas pelas depoentes.

| |
|---|
| Programa de extensão em Estudos de Gênero |
| Estágio DEAM |
| Gênero e Sexualidade |
| Psicologia Social e sistema familiar |
| Psicologia e Direito |

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Diante da descrição apresentada, a amostra torna-se ainda menos representativa pois, as disciplinas “Psicologia e Direito” e “Psicologia Social e Sistema Familiar” podem conter o debate de gênero e violência no seu ementário, mas não se configuram como disciplinas específicas sobre a temática, as demais disciplinas são enquadradas como formação específica, analisando numa perspectiva curricular é notório a invisibilidade dada ao tema, tendo em vista que das três disciplinas que se enquadram, uma delas refere-se a um programa de extensão, que como o próprio nome já diz, não está incorporado ao curso, tem caráter efêmero e temporário em que apenas alunas/os interessadas/os no tema se inscrevem, outra disciplina descrita foi um Estágio na DEAM, que também é acessado apenas para quem tem interesse pela temática, restando apenas a disciplina de “Gênero e Sexualidade” que tem descritor de oferta regular para todas/os as/os alunas/os em formação. Essa análise nos permite afirmar que das 39 participantes oriundas de 18 diferentes instituições de ensino superior, apenas uma delas teve acesso a uma disciplina que tratasse especificamente dos estudos de gênero e violência, esse número representa menos de 4% do universo pesquisado. Esse dado reitera mais uma vez a invisibilidade do debate de gênero na formação em psicologia.

Tais resultados revelam que as(os) psicólogas(os) que possuem interesse pelos estudos sobre a compreensão dos processos de subjetivação da violência numa perspectiva gendrada, com a intenção de ler culturalmente este fenômeno, necessitam fazer um esforço transdisciplinar, pois os conteúdos não aparecem na formação e a Psicologia ainda não se comprometeu efetivamente com este campo de estudos, pois a grande maioria das referências sobre essa temática, baseadas nas epistemologias feministas, está relacionada a outras áreas de conhecimento das Ciências Humanas como Antropologia, História, Sociologia e Filosofia e Letras, especialmente (NARVAZ, 2009).

Embora os princípios da Lei da Reforma Universitária, implantada nos anos de chumbo da ditadura brasileira e baseada na perspectiva conservadora da Psicologia tenham sido excluídos da vida acadêmica de muitas universidades brasileiras, as consequências ainda se fazem presentes, em geral, numa vivência de universidade despolitizada, carente de incentivo ao desenvolvimento do senso crítico e de leituras conjunturais da realidade social do país (CAMBAÚVA, 1998), incluindo aí a compreensão sobre o fenômeno da violência e as discussões sobre gênero.

Em função da trajetória histórica da Psicologia no Brasil, reafirma-se novamente, que a Psicologia precisa estar articulada com um projeto coletivo, de forma a apreender os diversos significados compartilhados na relação entre os indivíduos. Isto faz parte de sua tentativa de compreensão dos fenômenos humanos. Nesse sentido, a formação em psicologia deve envolver o compromisso individual, bem como o compromisso coletivo, tendo em vista que se tornar um psicólogo/o pressupõe compromisso com seu papel ativo e cidadão (SANTOS, 1994).

Portanto, urge pensar a Psicologia em seu projeto social e histórico, em sua devida articulação com o contexto no qual está inserida, considerando as relações de poder que permeiam sua realidade e o impacto desses fatores em seu cenário de atuação, bem como na composição do corpo social ao qual está vinculada. O resgate da própria história permite a apropriação do senso crítico, culminando no compromisso social do indivíduo desde o momento de sua formação (CAMBAÚVA ET AL, 1998). Essa possibilidade exige discussões e análises sobre as questões de gênero e sobre a compreensão teórica do sistema patriarcal com suas reverberações no controle dos corpos e na produção de subjetividades. Essa vertente de formação traz à luz reflexões sobre nossas heranças históricas e o que fazer com elas. Como apontam as palavras de Scarparo et al. (2014, p. 71),

Refletir sobre as práticas psicológicas em época de ditadura⁴⁴ possibilita colocarmos nossas produções contemporâneas em análise. Neste sentido, apontamos algumas questões que emergem: que lugar a psicologia tem ocupado nessa sociedade desigual? Para que e para quem nossos conhecimentos têm servido? Que violações de direito estamos praticando, mesmo sob a pretensa justificativa de neutralidade científica?

As indagações supracitadas são provocações que nos levam a refletir sobre qual psicologia estamos construindo. A história de formação da psicologia no Brasil, apresentada neste capítulo, revela que não podemos tratá-la no singular. A variedade de abordagens teóricas, campos de atuação, singularidades epistemológicas, metodologias, aspectos éticos e relações

⁴⁴ Os autores fazem alusão à ditadura militar que ocorreu no Brasil entre 1964 e 1985.

de poder, constituídos pelas complexas filiações e associações político-ideológicas, pluralizam práticas e formações de acordo com as possibilidades sócio-históricas do seu tempo. A amplitude de atuações permitidas ao campo da psicologia a caracteriza como área de fronteira entre as ciências biológicas e humanas, portanto, constituindo-se como campos de disputa, como evidencia a história da Psicologia no nosso país.

A tese de doutoramento de Martha G. Narvaz, produzida em 2009, propõe-se a investigar os enunciados dos lugares e filiações dos discursos de gênero na UFRGS e, particularmente, no Instituto de Psicologia. O estudo evidencia que apenas 0,24% das linhas de pesquisa existentes na instituição utilizam o indexador “gênero” referindo-se à organização social da diferença sexual e que estes estudos estão alocados predominantemente em áreas específicas como Educação (39,09%), Ciências Sociais e Humanidades (25,45%) e Psicologia (15,9%), dados que expressam a ínfima participação de tais enunciações e a (in)visibilidade dos discursos de gênero na comunidade acadêmica pesquisada. Apontam também a resistência do debate sustentado e sitiado em alguns poucos campos de saber, limitado a grupos de pesquisa de pós-graduação. Sobre a formação em psicologia, a pesquisa aponta a marginalidade dos debates de gênero, localizados apenas em algumas disciplinas eletivas, além do uso de uma linguagem nos documentos disciplinares do programa do curso, que na tentativa de posicionar-se como neutra e desgêndrada, concebe o masculino como universal.

Numa outra pesquisa mais recente, a dissertação de mestrado produzida por Marcelo Marques Assis, em 2018, estudo que se propõe a avaliar os debates de gênero na formação em psicologia no estado de Goiás, o autor faz um estudo comparativo entre instituições de ensino superior públicas e privadas. A pesquisa aponta como resultados que, apesar das diferenças curriculares nas instituições estudadas, o ínfimo contato com os discursos sobre gênero e os poucos espaços garantidos para os estudos das epistemologias feministas é comum em todos os projetos pedagógicos, nas grades curriculares e nos ementários analisados.

Os resultados das pesquisas aqui descritas, somados aos dados deste estudo em questão, nos permitem observar que apesar das diferenças geográficas e temporais entre os três estudos, eles evidenciam que as enunciações sobre o debate de gênero permanecem marginalizadas na formação em Psicologia, percepção endossada pela ausência de estudos em nível nacional sobre a inserção das epistemologias feministas nos planos pedagógicos dos cursos de Psicologia existentes no país.

Campos (2013, p. 171) pontua que as DCNs necessitam ser vistas apenas “como referenciais que orientam a política [educacional] nacional” e não como “receituário” para que as instituições possam construir seus projetos pedagógicos. De modo que os discursos em

circulação neste documento não limitam a inserção dos estudos de gênero no processo de formação-atuação. As DCNs precisam ser traduzidas para as peculiaridades do seu contexto de formação, considerando suas dinâmicas históricas, sociais, culturais e econômicas, que devem ser incorporadas aos processos de produção das propostas curriculares e ementários (CAMPOS, 2013). Tendo em vista a relevância da compreensão dos processos de subjetivação para os estudos *psis* e a contribuição das epistemologias feministas para situar estes estudos, a invisibilidade destes debates nos cursos de formação e o quase inexistente interesse das instituições de ensino superior pela temática é sintomático. Para Narvaz (2009, p. 195):

Essa (in)significância é significante(...) para se compreender um discurso, há que se perguntar não só o que ele diz, mas também o que ele cala. Não dizer gênero resulta de determinadas operações, de jogos de força e de interesses que agem no espaço institucional da universidade, interesses estes que, geralmente ocultados e negados, expressam a posição de sujeitos e de grupos sociais e científicos (...). Em todo dizer há um não dizer necessário.

Essa reflexão nos convida a pensar no jogo de forças e poder que garante a institucionalização de uma escolha curricular, que pressupõe “disputas por domínio cultural [...] e lutas entre, de um lado, saberes oficiais, dominantes e, de outro, saberes subordinados, relegados, desprezados” (SILVA, 2006, p. 22). Os currículos refletem estereótipos e preconceitos sociais que silenciam as narrativas e perspectivas de gênero que ameaçam os lugares de verdade instituídos pela ciência tradicional.

Existem várias possibilidades de formação *psi* e sua escolha é sempre uma opção política, permeada pelas relações de saber-poder que decidem a quem servir. A negligência do debate de gênero reitera a validade das classificações biológicas definidas pelo pensamento científico tradicional, com suas categorias estáveis, objetivas e excludentes, presentes hegemonicamente no conhecimento reproduzido nas instituições universitárias, como discurso de verdade que moraliza o comportamento social.

Este capítulo não pretendeu expor um extenso e sistemático quadro histórico da constituição da ciência psicológica em nosso país. A tentativa foi apresentar um panorama sobre os diferentes períodos da história da Psicologia no Brasil, que é forjado pelos atravessamentos da realidade social do seu tempo, apontando contradições e evidenciando a coexistência de pensamentos ideológicos divergentes durante todo o movimento histórico produzido no interior da categoria, com destaque para os embates de perspectivas antagônicas que produzem transformações e condições favoráveis para a implementação de novidades que superam os cenários precedentes.

Este esforço teve a intenção de mostrar que a fluidez das relações de poder, observadas nas escolhas teóricas e nas práticas *psis* foram hegemônicas em determinados momentos históricos, mas nunca constituíram blocos monolíticos, estáticos e homogêneos. Posições e concepções diferentes, divergentes e opostas coexistiram e foram elas que, na contraposição, provocaram mudanças e saltos de qualidade. O conhecimento do nosso panorama histórico é necessário para que possamos compreender a gênese e o movimento como processos constitutivos de nosso objeto de estudo, a Psicologia Feminista, que passa obrigatoriamente pela inserção das epistemologias feministas no campo de forças político-ideológicas em disputa com as heranças históricas de teorias reguladoras e normatizadoras de gênero que constituíram o cenário da psicologia no Brasil.

CAPÍTULO 2

*“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais,
humanamente diferentes e totalmente livres.”*

Rosa Luxemburgo

MILITÂNCIA FEMINISTA, POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO E PSICOLOGIA: ENCONTROS POSSÍVEIS

Além do panorâmico passeio pela história curricular da psicologia, para a compreensão do corpus desta pesquisa é necessário também conhecer as Políticas Públicas para as Mulheres existentes no país e as mobilizações protagonizadas pelos movimentos feministas para que tais políticas se concretizassem, com o olhar direcionado ao envolvimento e às contribuições da Psicologia neste seguimento. Via de regra, políticas públicas são ações governamentais construídas a muitas mãos, no caso específico das políticas para as mulheres essa característica é condição *sine qua non*. A materialização das políticas públicas disponíveis para as mulheres no Brasil foi viabilizada por meio de seculares mobilizações sociais, com destaque para os movimentos feministas, que lutaram/lutam para que as especificidades da condição das mulheres se tornassem/tornem pauta nas agendas políticas governamentais e realidade para as brasileiras.

O século XXI tem sido apontado por pesquisadoras e pesquisadores além de organismos que se dedicam à defesa dos direitos humanos, a exemplo da ONU, como o século das mulheres. Tal notoriedade é fruto do trabalho das feministas em denunciar o sistema patriarcal, que por ser sistêmico afeta a vida de toda a sociedade, “pois o patriarcado não abrange apenas a família, mas atravessa a sociedade como um todo” (SAFFIOTI, 2004, p. 47), é um sistema que produz o sexismo, entendido como ideologia e estrutura desigual de poder que favorece os homens, em detrimento das mulheres, o que significa dizer que essa estrutura ideológica de dominação afeta todas as mulheres, independente dos lugares sociais que ocupam. Os meios de comunicação têm dado visibilidade às especificidades da condição feminina, publicizando os desafios de ser mulher numa cultura sexista e visibilizando histórias de transformações sociais, ao falar sobre

o empoderamento feminino⁴⁵ e denunciar situações de milhões de mulheres que estão impedidas de vivenciar sua condição cidadã, por estarem silenciosamente capturadas nas teias das ideologias patriarcais.

Mulheres do mundo inteiro enfrentam diuturnamente limitações para o exercício pleno da cidadania, este fenômeno multifacetado abrange diversas dimensões da vida social, desde as desvantagens no mundo do trabalho remunerado, os assédios e violências de gênero sofridas tanto na esfera doméstica quanto no espaço público, até a impossibilidade de dedicar-se a um projeto de vida pessoal em função da naturalização de responsabilidades que recaem sobre si, como a educação e o cuidado com as crianças, idosos, doentes, os encargos dos afazeres domésticos e as demandas com a logística e dinâmica familiar, contextos que afetam drasticamente a saúde mental das mulheres.

As feministas brasileiras, em consonância com os movimentos feministas transnacionais, já trilharam um longo e difícil percurso de luta contra a cultura sexista amparada no machismo estrutural, em prol da conquista de cidadania e justiça social para as mulheres. Porém, esse esforço não foi suficiente para incorporar de forma estruturada e perene a transversalidade da equidade de gênero na elaboração das políticas públicas de estado. O peculiar contexto cultural e político de negligência e descaso do poder público em relação às especificidades das mulheres, coloca o nosso país, segundo o mapa da violência (WASELFISZ, 2015)⁴⁶, na quinta posição no ranking mundial no que se refere aos países que mais cometem violência de gênero contra as mulheres, essa indigesta posição é um dado relevante para exigir da gestão governamental a promoção de políticas públicas que reduzam os índices de violência contra as mulheres e garantam cidadania às brasileiras, em condições de gênero equânimes.

⁴⁵ Para definição deste termo tomamos como referência conceitual a perspectiva feminista, descrita por Cecília Sardemberg (2006), como o <processo da conquista da autonomia, da auto-determinação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Para as feministas latinoamericanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero. Isso não quer dizer que não queiramos também acabar com a pobreza, com as guerras, etc. Mas para nós o objetivo maior do “empoderamento” é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre “nossos corpos, nossas vidas”.

⁴⁶ Não foram encontradas pesquisas mais recentes que sinalize a posição do Brasil no ranking mundial dos países que cometem violência de gênero contra as mulheres. O levantamento mais atualizado refere-se ao relatório “*Global, regional and national estimates for intimate partner violence against women and global and regional estimates for non-partner sexual violence against women*” que foi desenvolvido pela OMS e pelo Programa Especial de Pesquisa e Desenvolvimento do PNUD-UNFPA-UNICEF-OMS-Banco Mundial e Treinamento em Pesquisa em Reprodução Humana (HRP) para o Grupo de Trabalho Interinstitucional das Nações Unidas sobre Violência contra a Mulher [Disponível em: <[Canto](#)>]. Entretanto, o documento não descreve dados específicos do Brasil na relação com os demais países.

Para a compreensão dos conteúdos deste capítulo, faremos uma pequena incursão histórica para nos situarmos sobre o atual momento do país no que concerne às efetivações das Políticas Públicas para as Mulheres, com destaque para as pautas e conquistas políticas do ativismo feminista no Brasil e no Mundo, evidenciando as Conferências mundiais e nacionais como instrumento de grande poder político para a materialização da atenção estatal às especificidades das mulheres. Nos detivemos, de modo mais sistemático, sobre o protagonismo feminista brasileiro nas políticas públicas para as mulheres construídas no país, com recorte especial ao contexto baiano na articulação institucional entre gestão pública e feminismo. Por fim, convidamos a psicologia para o debate, avaliando o compromisso político da categoria no que se refere à pauta dos Direitos Humanos das mulheres em termos de ações práticas e visibilidade ao debate e defesa política das pautas feministas, por meio de sua representação institucional, o Sistema Conselhos. Circunscrevemos o olhar para o corpus desta pesquisa com dados específicos sobre o posicionamento da psicologia na execução das políticas públicas para as mulheres na Bahia.

A MILITÂNCIA FEMINISTA E A DIMENSÃO POLÍTICA NA LUTA PELA EQUIDADE DE GÊNERO

“Companheira me ajude que eu não posso andar só. Eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor”⁴⁷

Há séculos que feministas no mundo todo têm somado esforços para atacar o sistema patriarcal, denunciar a opressão masculina e exigir posturas políticas e jurídicas que validem o status de cidadãs às mulheres. Um exemplo histórico e emblemático refere-se à Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, escrita por Olympe de Gouges em 1791, ela era uma dramaturga, ativista política, feminista e abolicionista francesa e sua declaração foi uma releitura irônica de reivindicação à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, documento símbolo da liberdade, igualdade e fraternidade que marcou a Revolução Francesa. Com seus escritos, Olympe de Gouges pôs em questão as relações entre os sexos, abordando o lugar de direito da mulher na sociedade, como consequência de suas atitudes pioneiras de afrontamento e oposição ao patriarcado ela foi guilhotinada em praça pública por líderes revolucionários. (RODRIGUES, 2017). As atitudes transgressoras de Olympe de Gouges

⁴⁷ Canto entoado em marchas e encontros de mulheres feministas no Brasil

ameaçaram o lugar de quem sempre segurou a caneta/pena para escrever a história da civilização. Até meados do século XX o que conhecemos são as histórias contadas pelos homens, as mulheres estavam subjugadas ao ostracismo de narrativas orais trocadas entre si, com poucas possibilidades de deixar registros escritos como legado da parte da história que não foi contada.

Para Josette Trat (2009), o movimento feminista é caracterizado como movimento social principalmente pela sua duração, independente das intermitências da mobilização, as mulheres não pararam de lutar coletivamente contra as injustiças. Desde os primórdios da Revolução Francesa com os feitos de Olympe de Gouges até a segunda metade do século XIX, com o surgimento da chamada primeira onda do feminismo, foi necessário um lapso temporal de aproximadamente cem anos para que o movimento feminista tomasse corpo e conseguisse se organizar de modo mais orgânico numa campanha pelos direitos políticos das mulheres, também chamado de movimento sufragista, suas lutas e manifestações espalharam-se principalmente na Europa e nos Estados Unidos, numa corrente que reivindicava reformas jurídicas quanto ao status da mulher, com base na noção de que a igualdade nas leis resolveria também os problemas de caráter discriminatório sofridos pelas mulheres (PINTO, 2003).

As autoras Ana Alice da Costa e Cecília Sardemberg (2008) pontuam que os movimentos feministas nascem da contradição típica do capitalismo, que potencializa as desigualdades e traz no seu cerne uma demarcação ideológica que se manterá presente em toda a história do feminismo, identificada nesse primeiro momento como feminismo burguês ou sufragista e feminismo socialista. Alisson Jaggar (1983), ao apresentar as principais correntes do feminismo ocidental, acrescenta o feminismo radical nessa subdivisão histórica e o define como uma corrente de luta e enfretamento ao sistema patriarcal e ao poder falocêntrico de dominação masculina anterior ao próprio capitalismo, que se impõe sobretudo no controle da sexualidade e da capacidade reprodutiva das mulheres, a autora também amplia a dimensão do movimento sufragista burguês nomeando de feminismo liberal.

Cisne (2014) caracteriza o feminismo liberal como um movimento voltado para a promoção de valores individuais, que busca por meio de políticas de ações positivas reduzir a diferença de gênero. Essa corrente entende o “problema das mulheres” como uma “falha” do liberalismo, sendo suficiente a garantia da igualdade jurídico-formal para que homens e mulheres tenham as mesmas oportunidades.

Ana Alice Costa & Cecília Sardemberg (2008) enfatizam a diferença entre as correntes afirmando que o movimento sufragista não possuía um projeto de transformação estrutural da sociedade, pois não problematizou os papéis sociais de mãe e esposa e nem se dispôs a pautar

a incorporação da mulher ao mercado de trabalho e suas consequências para as trabalhadoras no que se refere ao acúmulo de funções sociais e de jornadas de trabalho. O movimento se manteve ativo até as primeiras décadas do século XX, ao conquistarem a igualdade jurídica de direito ao voto, o movimento arrefeceu “por não terem consciência do mínimo que essa “igualdade” realmente significava, regressam aos seus lares para desenvolver a “sagrada função” que a sociedade sempre esperou delas.” (COSTA; SARDEMBERG, 2008, p. 26)

A corrente das feministas socialistas também surge no século XVIII, depois da publicação do “Manifesto Comunista” de Marx e Engels, com atuações dentro dos partidos e sindicatos, que viam a questão da opressão feminina como consequência do surgimento da propriedade privada e parte do problema das sociedades classistas, Rosa Luxemburgo é um dos grandes nomes de destaque neste período e referência até os dias atuais. As feministas socialistas acreditavam que à medida que lutassem por uma sociedade sem classes sociais, estariam também lutando por uma sociedade sem barreiras, sem desigualdades no que tange às outras categorias classificatórias como sexo, raça, idade etc., isto é, acreditavam que com o surgimento da sociedade socialista, com a socialização dos meios de produção e a erradicação da exploração do trabalhador, surgiria, automaticamente, uma sociedade mais igualitária, em todos os sentidos. A corrente socialista funda suas concepções com destaque à opressão de gênero e à luta de classes nas análises estruturais da economia (capitalismo) e da família (patriarcado) que impactam na vida das mulheres (FLEURY-TEIXEIRA; MENEGHEL, 2015).

Sem fazer menção à emergência de uma quarta onda, Mirla Cisne (2014) afirma que as três ondas/correntes do feminismo se opõem entre si no que se refere às suas estratégias políticas e ao entendimento conceitual sobre a opressão das mulheres e pontua que as principais divergências estão nos entraves do feminismo liberal com as duas outras correntes. Contudo, independente da corrente teórica e suas disputas internas, o feminismo se compõe e se fortalece na pluralidade e na interseccionalidade de saberes.

Essa heterogeneidade interna não fragmentou nem enfraqueceu a importância política do feminismo, pois ela traz em seu bojo a necessidade de construção de articulações entre diversificadas posições de sujeito, o que por sua vez compõe a força específica do feminismo diante dos outros movimentos ou discursos sociais (COSTA, 2002, p. 61)

A diversidade que caracteriza os movimentos feministas reflete a abertura e pluralidade de suas lutas pelo reconhecimento cultural, econômico, político, jurídico e social que se esforçam em abarcar todas as mulheres em suas especificidades e peculiaridades. O feminismo está

engajado politicamente em seus mais variados níveis, desde sua participação institucional nas instâncias governamentais até a presença nas ações capilares e informais de organizações sociais. A atuação do feminismo nos níveis macro e microsociais o desafia a contribuir diretamente e de modo crítico com a elaboração de políticas públicas que respondam assertivamente às demandas das mulheres.

Apesar da secular luta dos feminismos pelos Direitos Humanos das mulheres, em pleno século XXI a equidade de gênero ainda é uma realidade distante. É corriqueiro e familiar o uso da expressão: “Direitos Humanos para as mulheres”, necessitando reafirmar a humanidade das mulheres para que seus direitos de pessoa humana sejam validados. Durante muito tempo as mulheres foram excluídas da cidadania, as autoras Lisboa & Manfrini (2005) afirmam que essa exclusão não se deu apenas em função dos interesses familiares de manutenção da subserviência e trabalho feminino no espaço doméstico, elas pontuam o componente político dessa diferença que está presente na origem da noção de cidadania e que pressupõe direitos individuais, condição negada à mulher em função dos seus deveres sociais. Um exemplo emblemático é o reconhecimento do direito político universal garantido pelo Liberalismo que negou o voto às mulheres, situando-as à margem ao excluí-las da universalidade, restando-lhes uma cidadania incompleta.

A evidência de que as mulheres estão numa “segunda categoria” de humanidade é ainda tão presente que foi necessário destacar o marcador de gênero para não reiterar o falso universalismo que não condiz com a co-presença de homens e mulheres em iguais condições de oportunidade e dignidade. Nos dias atuais a institucionalização dessa diferença para a defesa dos direitos das mulheres tem sido garantida por meio de diversas entidades especiais que impactam na promoção de políticas públicas, com destaque para a ONU Mulheres que visa unir, fortalecer e ampliar os esforços mundiais em defesa dos direitos das mulheres para a construção de uma sociedade equânime.

A busca por justiça social, viabilizada por medidas de compensação de desvantagens históricas com o propósito de garantir a imparcialidade entre homens e mulheres é definida por Tereza K. Lisboa & Daniele B. Manfrini (2005) como equidade de gênero, as autoras compreendem a equidade como o caminho para alcançar a igualdade. Neste sentido, Victoria Camps (2001) complementa a concepção de equidade ao afirmar que fazer justiça não significa igualitarismo e defende as desigualdades quando estas privilegiam as pessoas menos favorecidas, sendo este o suporte teórico das políticas de discriminação positiva destinadas a favorecer os grupos discriminados. Marcela Lagarde (1996) traz a dimensão política e afirma que a desigualdade lesiona as mulheres sucumbindo-as à relação domínio-cativeiro, retirando

delas a possibilidade de existir enquanto sujeito político, a autora entende que a equidade se define como um conjunto de processos de ajustes genéricos de ações que reparem as lesões da desigualdade nas mulheres, instrumentalizando-as com recursos e mecanismos para a sua efetiva participação social.

A história dos direitos humanos das mulheres foi escrita pelos inúmeros movimentos feministas que, desde o pioneirismo de Olympe de Gouges, tem endossado a essência da luta em favor da igualdade de gênero, com demandas que exigem a participação das mulheres nas decisões políticas, condições salariais igualitárias entre os gêneros, o fim da violência contra as mulheres, entre diversas outras pautas.

Portanto, apesar do longo caminho que ainda precisa ser traçado para a conquista de uma sociedade igualitária, que dispensa a necessidade de marcadores de gênero ao tratar de direitos da humanidade, é preciso reconhecer que os direitos adquiridos são consequências de processos jurídicos e políticos, frutos de históricas mobilizações das diversas correntes feministas, luta em que não é possível mensurar uma trégua pois a evidência de uma “cidadania diferenciada” das mulheres em contraposição ao gozo da utópica cidadania universal, requer fôlego e energia ativista do feminismo como ator político para exigir a elaboração e execução de políticas públicas para a equidade de gênero.

CONFERÊNCIAS MUNDIAIS

As conferências são um passo importante para enfrentar as desigualdades de gênero, raça, classe social e regionais, que resultam em políticas inclusivas a partir da ampla participação das mulheres.⁴⁸

Nilma Lino Gomes⁴⁹

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, estabelecida após a Segunda Guerra Mundial, a igualdade de gênero tornou-se um dos aspectos defendidos pela organização. A institucionalização dos direitos humanos das mulheres foi protagonizada pela Organização das Nações Unidas – ONU. Além disso, verifica-se que esse legado se apresentou como

⁴⁸ Fala da Ministra das Mulheres na Plenária Governamental preparatória para a 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres;

⁴⁹ Ministra das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos entre outubro de 2015 e maio de 2016.

precedente para aprimoramentos dos direitos humanos do indivíduo feminino. O debate sobre a questão do gênero tem evoluído e, por conseguinte, tem-se tornado sofisticado em termos de mecanismos e instrumentos de defesa e promoção dos direitos humanos das mulheres.

Como já apresentado neste texto, é secular a batalha travada pelos movimentos feministas ao redor do mundo, cuja principal bandeira é a promoção de uma sociedade justa e igualitária para todes⁵⁰. Uma das principais frentes de luta na atualidade é a mobilização para a garantia de políticas públicas de cuidado e proteção às mulheres em situação de violência de gênero. A ONU, desde a sua criação, garante destaque à igualdade de gênero, como evidenciado na Carta das Nações Unidas escrita em 1945, documento fundador da Organização que descreve os alicerces de sua atuação, este “foi notadamente o primeiro acordo de caráter internacional a proclamar a igualdade entre homens e mulheres” (FONTÃO, 2011, p. 4), embora por muito tempo não se tenha registrado qualquer preocupação na verificação sobre a posição das mulheres no desenvolvimento econômico mundial (SARDENBERG, 2006).

Foi a partir da década de 1960, no levante da segunda onda do movimento feminista, sob a tônica de “o pessoal é político”, que diversas ativistas se articularam internacionalmente para encampar o embate em nível global, dando visibilidade às diversas formas de opressão sofridas pelo universo feminino e pressionando os atores políticos a garantir legislativamente que os direitos humanos das mulheres fossem reconhecidos. Para além do avanço legislativo, uma importante contribuição dos movimentos feministas desse período foi a crítica à condição do “ser mulher” com publicizações e denúncias das relações de poder em âmbito doméstico, através da militância por políticas de Estado eficazes, capazes de superar de fato as discriminações e violências contra as mulheres, presentes nas mentalidades e representações sociais como produto de uma cultura e educação sexista.

A articulação do ativismo feminista foi responsável por mobilizar as Conferências Mundiais das Mulheres e pressionar a ONU a aprovar diversas declarações e convenções relacionadas aos Direitos Humanos para as mulheres, ações que condicionaram os países signatários a se responsabilizarem em implementar políticas públicas de proteção especial para este grupo vulnerabilizado, de modo que pudesse usufruir de direitos humanos e liberdades fundamentais. Somente com as Conferências Mundiais sobre as Mulheres, organizadas pela ONU, surge a materialização documentada e institucionalizada do compromisso político na solução dos problemas relativos ao gênero feminino.

⁵⁰ Tod@s”, “Todes”, “Todxs”, é uma tentativa de neolinguagem de gêneros gramaticais que seja inclusiva para/com as pessoas não-binárias.

A Assembleia Geral da ONU declarou o ano de 1975 como o Ano Internacional das Mulheres e organizou a primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres, na Cidade do México, intitulada “Conferência do Ano Internacional da Mulher”, como resultado da Conferência os anos de 1976 a 1985 foram declarados pela ONU a Década da Mulher, foram aprovadas uma declaração, um Plano Mundial de Ações⁵¹ e 35 resoluções, documentos de compromisso político com as principais pautas discutidas no evento, na tentativa de atender ao nível de politização e polarização ideológica, num contexto de intensa efervescência política e cultural que o mundo vivia naquele momento (ABREU, 2010, p. 30). Essas conquistas são frutos do ativismo do movimento feminista internacional que começou a ganhar força e visibilidade nos anos 70. (FONTÃO, 2011)

Em 1979, como resultado do Plano Mundial de Ação da Conferência do ano Internacional que se configurou como o primeiro instrumento internacional de natureza programática, dirigido especificamente às mulheres, a Assembleia Geral da ONU adotou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher - CEDAW (sigla em inglês), frequentemente descrita como Carta Internacional dos Direitos da Mulher. Em seus 30 artigos, a Convenção define as frentes de propostas: promover os direitos da mulher na busca da igualdade de gênero e reprimir quaisquer discriminações contra a mulher nos Estados-parte. A Convenção é o primeiro tratado de direitos humanos a afirmar os direitos reprodutivos das mulheres e considera a cultura e a tradição como forças influentes para moldar os papéis de gênero e as relações familiares (PIMENTEL, 2006).

A Carta Internacional dos Direitos da Mulher se consagra, atualmente, como o segundo instrumento internacional de Direitos Humanos com adesão de maior número de Estados-parte, ela foi o ápice de décadas de esforços internacionais, no sentido da consolidação de marcos normativos que incidissem sobre a realidade de desigualdades e discriminações existentes entre homens e mulheres, visando a proteção e a promoção dos direitos das mulheres de todo o mundo. Este documento configurou uma grande conquista, tendo em vista as resistências enfrentadas. Esta é, ainda hoje, a convenção das Nações Unidas que contém maior quantidade de reservas a artigos substantivos, o texto foi aprovado sem unanimidade de votos, sendo o único instrumento internacional sobre direitos humanos em que o Brasil adotou a posição de abstenção na sua votação. (NICODEMOS, 2005)

⁵¹ Plano de ação a ser norteador das diretrizes de governos e da comunidade internacional no decênio 1976-1985, destacando-se: a igualdade plena de gênero e a eliminação da discriminação por razões de gênero, a plena participação das mulheres no desenvolvimento e maior contribuição das mulheres para a paz mundial. Disponível em: [Conferências Mundiais da Mulher – ONU Mulheres](#). Acesso em: 09/09/2020.

Em 1980, cinco anos depois da conferência da Cidade do México, a Segunda Conferência Mundial sobre a Mulher foi realizada em Copenhague, na Dinamarca. Seus objetivos principais foram avaliar os progressos alcançados com o Plano de Ações estabelecidos na primeira Conferência e atualizá-lo. Participaram deste encontro delegações de 145 países e 135 Organizações Não Governamentais. O Programa de Ação resultante identificou a necessidade de mais medidas nacionais para assegurar o domínio e o controle de propriedade das mulheres, bem como melhorias nos direitos das mulheres em relação à herança, à guarda dos filhos e à perda da nacionalidade. Emergem neste momento as pautas específicas que atingiam os diversos grupos de mulheres, tais como as mulheres negras e as lésbicas, com destaque à crítica da suposta homogeneidade, através do termo “mulher”, que invisibiliza outras formas de opressão por raça, etnia e orientação sexual. O tema da violência contra as mulheres praticada em âmbito doméstico ganha importante espaço a partir deste período, tornando-se uma das principais bandeiras do movimento feminista brasileiro na década de 80. (BANDEIRA & MELO, 2010)

Em 1985 foi realizada a III Conferência Mundial sobre a Mulher, em Nairóbi no Quênia. O encontro foi intitulado “Conferência Mundial para a Revisão e Avaliação das Realizações da Década das Nações Unidas para a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz”. O evento ocorreu num momento em que os esforços do movimento pela igualdade de gênero ganharam corpo e repercussão global, a conferência contou com 157 governos presentes e a participação de milhares de representantes de ONGs, atores governamentais e sociedade civil. De acordo com a ONU⁵², toda a conjuntura e dimensão dessa convergência foi apontada por muitos como o “nascimento do feminismo global”.

Na ocasião analisou-se os dez anos de esforços coletivos nos quais muitas informações foram compartilhadas e revelaram que a situação das mulheres apresentou avanços insuficientes, além da avaliação das deliberações propostas nas conferências anteriores que não foram devidamente cumpridas. Ainda assim, constatou-se avanços positivos com relação à expansão e melhoria da qualidade da coleta de informação e processamento dos dados sobre a situação da mulher no mundo, por meio do “World Survey on the Role of Women in Development”⁵³ publicado pela primeira vez em 1984. Diante dos resultados, novas estratégias foram traçadas para se atingir os objetivos da Década da Mulher, incluindo um Fundo específico

⁵² Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/mulheres/> Acesso: 08 de setembro e 2020.

⁵³ O “World Survey on the Role of Women in Development” é um documento que compila informações sobre a situação da mulher nos diferentes países do globo. Ele é publicado a cada cinco anos e contribui significativamente para o planejamento e a definição de ações a serem executadas no âmbito do sistema das Nações Unidas. (NICODEMOS, 2005)

para o desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres (Unifem) que foi incorporado à ONU Mulheres. As “Estratégias de Nairóbi” foram compiladas num documento de 372 páginas que, segundo Fontão (2011), pode ser considerado o mais progressista entre os outros três aprovados durante a Década da Mulher.

A Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres foi realizada em 1995, na cidade chinesa de Beijing, foi a que teve maior impacto global em comparação às três conferências anteriores, com o maior número de participantes dentre todas as conferências já realizadas pela ONU sobre temas sociais. Contou com a presença de 189 países e aproximadamente 50 mil participantes, entre delegações oficiais, ONG’s, sociedade civil e jornalistas. O tema central do encontro foi o tripé: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, pontuando questões que refletem o amadurecimento dos movimentos reivindicatórios e a incorporação das problemáticas globais a partir de uma perspectiva de gênero, como meio ambiente, atuação dos meios de comunicação e a situação das meninas em todo o mundo, além dos debates fundamentais para a vida das mulheres que já haviam sido incorporadas às conferências anteriores como educação, participação política, saúde, violência, entre outros.

A IV Conferência aconteceu num momento de intensificação das manifestações fundamentalistas ao redor do mundo, tendo impactos diretos nos debates e deliberações do encontro que enfrentou dificuldades de negociação. Miriam Abramovay, pesquisadora brasileira que esteve presente no evento, publicou um artigo intitulado “Uma Conferência entre Colchetes” o texto faz referência à Plataforma de Ação, principal produto da conferência, o texto refere-se à relativização de vários termos que aparecem em colchetes ou com observações no corpo do documento por não se chegar a um consenso sobre seus conceitos, os termos destacados são: “gênero”; “desenvolvimento sustentável” quando associado à igualdade de gênero; “equidade”; “família”; “aborto”; “educação” relacionada à sexualidade; segundo Abramovay (1995) frases e parágrafos inteiros referentes a tais termos ficaram entre colchetes, justamente naqueles pontos que representavam as pautas do movimento feminista, sinalizando baixo nível de compromisso de alguns países com a igualdade de gênero e a falta de vontade política para pôr em prática uma nova visão de desenvolvimento e gestão, prejudicando o caráter universalista do documento.

Ao avaliar a incorporação do conceito gênero, Marcela Nicodemos, integrante da delegação brasileira na conferência, conclui que “Graças a essa nova concepção, a Plataforma de Ação foi o primeiro documento resultante de uma das Conferências das Nações Unidas sobre a mulher que deixou de considerá-la em seus ‘papéis tradicionais’ para encará-la como ser social.” Nicodemos(2005, p.47).

Conhecer o processo das conferências mundiais nos ajuda a compreender a articulação e mobilização dos movimentos feministas transnacionais e sua força política em priorizar a agenda de atuação das Nações Unidas durante as últimas décadas do século XX, conquistando espaço nas agendas governamentais refletidas em medidas jurídicas e políticas públicas que contemplem as perspectivas de gênero.

O movimento feminista transnacional ao desestabilizar as relações de poder e os padrões de gênero influenciou a realidade internacional, assim também os processos internacionais, os compromissos assumidos pelos governos através das declarações, convenções e tratados têm potencialidade de incidir na superação de certas realidades nacionais e legitimar movimentos de mudança. (FONTÃO, 2011, p. 02)

O feminismo transnacional protagonizou as mobilizações para as ações no âmbito do poder executivo. Os tratados, convenções e documentos produzidos durante as conferências mundiais, com recomendações aos gestores políticos para criação de mecanismos de promoção dos direitos humanos que priorize a perspectiva de gênero, impulsionaram a criação de instituições nos Estados-parte, como é o caso da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República do Brasil, além de mecanismos regionais como a SPMBa, objeto deste estudo.

O feminismo brasileiro, e também o mundial, de fato mudou, e não mudou somente em relação àquele movimento sufragista, emancipacionista do século XIX, mudou também em relação aos anos 1960, 1970, até mesmo 1980 e 1990. Na verdade, vem mudando cotidianamente, a cada enfrentamento, a cada conquista, a cada nova demanda, em uma dinâmica impossível de ser acompanhada por quem não vivencia suas entranhas. No movimento feminista a dialética viaja na velocidade da luz. (COSTA, 2005, p. 09)

Ao tratar da perspectiva feminista no Brasil, a autora pontua as mudanças e reafirma a importância do movimento feminista na dinâmica da vida social, por estar antenado com as transformações sociais e os enfrentamentos, conquistas e demandas das mulheres.

A importância de nos debruçarmos sobre a história do ativismo feminista transnacional em suas interconexões institucionais, com especial destaque para a efetiva participação da ONU, está na intenção de pontuar o poder de intervenção política em nível mundial, a exemplo das conferências listadas neste texto, e em visualizar a teia de relações que impactam diretamente na implementação de políticas públicas para as mulheres. Contudo, Jussara Prá (2001) nos adverte que a caminhada será longa, pois apesar da expressividade das alianças e

avanços políticos conquistados em nível mundial e do legado da participação e aprendizado na defesa dos direitos humanos e da equidade de gênero as tensões, as exclusões, as resistências e enfrentamentos que acompanham a participação das mulheres em sociedade ainda persistem e são atualizadas diuturnamente.

CONFERÊNCIAS NACIONAIS

*(...) Eu tenho pressa e eu quero ir pra rua
Quero ganhar a luta que eu travei
Eu quero andar pelo mundo afora
Vestida de brilho e flor
Mulher, a culpa que tu carrega não é tua
Divide o fardo comigo dessa vez
Que eu quero fazer poesia pelo corpo
E afrontar as leis que o homem criou pra te maldizer.*

Ekena – Todxs Putxs

Apesar de todas as ações das Nações Unidas no cenário internacional e do Brasil ser Estado-membro e, portanto, signatário das deliberações e compromissos com a pauta dos Direitos Humanos, a década da Mulher deliberada pela ONU e a maioria das Conferências Mundiais das Mulheres ocorreram num período politicamente delicado de governo autocrático e ditatorial para a grande maioria dos países da América Latina, incluindo o Brasil.

O cenário ditatorial é ideologicamente contrário às ações democráticas de fomento à criação de espaços coletivos e participativos de garantia e legitimidade das decisões políticas. Para Dryzek, (2010, p. 14) “uma decisão coletiva só será legítima na medida em que todos aqueles sujeitos a ela tenham o direito, a capacidade e a oportunidade de participar, de forma conseqüente, na deliberação sobre o conteúdo desta decisão”. Este entendimento democrático de ação política coaduna com o objetivo das Conferências Públicas já realizadas no país, por se constituírem como espaços públicos de participação e deliberação de diretrizes gerais de políticas públicas, organizadas tematicamente e que envolvem governo e sociedade civil (SILVA, 2009).

O Brasil não possui histórico de diálogo democrático entre gestão e sociedade civil. A primeira Conferência Nacional brasileira foi convocada por Getúlio Vargas em 1941, apesar deste marco histórico, é só no governo Lula que a adoção de processos participativos por meio da promoção de Conferências e da instituição de conselhos de políticas públicas torna-se

relevante, por atender ao projeto político de um novo modelo de gestão pública participativa no âmbito federal. Desde o governo Vargas até 2010 foram realizadas cerca de 111 conferências nacionais e centenas de milhares de conferências intermediárias, nas esferas municipais e estaduais, deste montante, apenas quatro conferências aconteceram durante o regime militar. PETINELLI (2011) afirma que após 1988 até o final da gestão do governo Lula foram realizadas mais 99 conferências nacionais, sendo que 72 aconteceram entre os dois mandatos do ex-presidente Lula, com especial enfoque aos debates referentes às políticas públicas como saúde, educação, cidades, juventude, mulheres, comunicação, direitos LGBT, direitos humanos, entre outros temas. Para Faria et al (2011, p. 12) “as conferências tornaram-se a principal arena de interlocução entre governo e sociedade civil com o objetivo de debater e deliberar propostas para formulação de políticas públicas”.

A gestão da presidenta Dilma Rousseff deu prosseguimento à política participativa e realizou mais 26 conferências nacionais no primeiro mandato entre os anos de 2011 à 2014. Entre os governos Lula e Dilma foram realizadas 98 conferências nacionais, estima-se que mais de 9 milhões de brasileiros e brasileiras participaram ativamente destes eventos. O processo de participação fundamenta-se na premissa de que a política nacional não se limita à esfera federal, mas deve incorporar os três níveis de governo, as agências envolvidas na temática e a sociedade civil, por garantir a representação dos variados atores e atrizes políticos e sociais e assim contemplar e visibilizar os conflitos de interesses e promover um debate democrático nas esferas de negociação e deliberação em torno das políticas públicas (JÚNIOR et al, 2020).

Deste montante, quatro dessas conferências foram para tratar da pauta da mulher. Indicadores consistentes como UNESCO, CEPAL, CWDI, Global Gender Gap entre outros revelaram os baixos índices brasileiros de participação das mulheres nos espaços de poder e de decisão política em vários níveis, organizações e em distintas situações. Apesar das mobilizações feministas era notória a perpetuação de uma normatividade patriarcal que persistia de forma continuada ao longo de toda a história do Brasil. A realização das Conferências nacionais de políticas para as mulheres (CNPMS) se propuseram a fazer o enfrentamento à normatividade patriarcal do Estado brasileiro e tornaram-se instrumentos importantíssimos para garantir a participação das mulheres na construção de políticas públicas, as CNPMS, em consonância com seu princípio de participação democrática, tiveram a majoritária presença da sociedade civil, representando 60% das delegações, somados aos agentes governamentais com representantes dos três níveis de governo.

A 1ª CNPM aconteceu em 2004, o evento foi intitulado “Políticas para as Mulheres: um desafio para a igualdade numa perspectiva de gênero” o objetivo principal do encontro foi

elaborar diretrizes e propostas para a fundamentação do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I PNPM), este documento representou o primeiro “conjunto de políticas públicas articuladas em um plano cujo objetivo primário era a efetivação dos direitos das mulheres” (BRASIL, 2006, p. 11), o plano foi estruturado em 5 eixos temáticos. A saber: Autonomia e igualdade no mundo do trabalho; Educação inclusiva, não sexista, não-racista, não-homofóbica e não-lesbofóbica; Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres e a Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.

A 2ª CNPM foi realizada em 2007 e teve como tema: “Desafios para a construção da igualdade na perspectiva da implementação do PNPM e avaliação das ações e políticas propostas no PNPM. E a participação das mulheres nos espaços de poder”. O propósito da conferência era avaliar a execução do I PNPM e propor aperfeiçoamentos e reorientações, este processo culminou numa nova versão do plano, nomeado de II PNPM que incorporou ao documento 6 outros eixos temáticos: Desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta; Direito à terra, moradia digna e infraestrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais; Cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias; Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; Enfrentamento das desigualdades que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas e Gestão e monitoramento do Plano. O documento final foi composto por 91 metas, 56 prioridades e 388 ações distribuídas nos 11 eixos temáticos.

A 3ª CNPM aconteceu em 2011, num contexto de celebração, por festejar a conquista histórica da primeira mulher a ocupar o maior cargo político do país, a Presidência da República e comemoração da chegada de uma feminista na gestão da SPM. O encontro foi intitulado “Autonomia e igualdade para as mulheres”. Os eixos temáticos da II PNPM balizaram o debate, foi removido do documento o eixo “Gestão e monitoramento do Plano”. A conferência teve como objetivo discutir e elaborar políticas públicas voltadas à construção da igualdade, tendo como perspectiva o fortalecimento da autonomia econômica, social, cultural e política das mulheres, contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para o exercício pleno da cidadania das mulheres. 3ª CNPM apresentou como resultado a aprovação de 91 deliberações.

A 4ª e última CNPM foi realizada em 2016, diferente do clima festivo da conferência anterior, o evento aconteceu em meio ao conturbado processo de impeachment da presidenta Dilma, que abriu o evento mas não se fez presente no encerramento por ter sido afastada do cargo presidencial, situação que gerou grande celeuma entre as participantes que além das atividades da conferência, ganharam as ruas em manifestações ativistas contra o impeachment

da primeira mulher a ocupar o maior cargo político do país. Com o tema: Mais direitos, participação e poder para as mulheres, o contexto político fez insurgir na abertura do encontro o lema “Não permitir retrocessos”.

O evento objetivava discutir estratégias de fortalecimento das políticas para as mulheres e a democratização da participação das mulheres nas diversas esferas institucionais e federativas. Em respostas aos debates críticos dos feminismos, o planejamento e a organização da 4ª CNPM apresentaram avanços em termos de representatividade de grupos de mulheres, o regimento assegurou a incorporação de delegadas convocadas para representar as mulheres indígenas, quilombolas, de comunidades tradicionais, de matriz africana e ciganas, além de manter a proporção étnico-racial prevista desde a 1ª CNPM e as dimensões de classe, geração e de liberdade sexual incorporadas na 2ª e 3ª CNPM. Um dos resultados esperados era a formulação de um “Sistema Nacional de Política para as Mulheres - Sinapom”, que apesar de ter sido instituído pelo decreto 9.586/2018, publicado dois anos após a realização da IV Conferência, não há indícios positivos de que essa demanda entrará na agenda governamental, devido à atual conjuntura política do país.

Os resultados alcançados pelas CNPMs dinamizaram e nortearam os substantivos avanços no que se refere à expansão de direitos e cidadania para as mulheres tanto em nível pessoal quanto coletivo. A inserção das pautas propostas pelas CNPMs nas agendas políticas materializou transformações sociais nas dimensões jurídica e legais do país, como também na perspectiva cultural por incitar a promoção de mudanças de mentalidades nos mais variados campos, promovendo uma abertura para a escuta de demandas de atrizes e atores políticos, vozes antes inaudíveis. Essas novas posturas políticas ampliam o campo das percepções para os discursos não hegemônicos e decoloniais, que trazem propostas mais amplas e integrativas como a pauta feminista da luta pela despatriarcalização⁵⁴ do Estado.

O PROTAGONISMO FEMINISTA BRASILEIRO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

⁵⁴ “despatriarcalizar aqui significa conduzir e produzir orquestradamente estratégias e mecanismos de descolonização patriarcal e racial do Estado brasileiro e da sua forma de gestão pública, com vistas a reforçar uma nova etapa que tenha foco na conquista de resultados cívicos de políticas públicas. Trata-se de pensar um formato de Estado, finalmente, voltado para a promoção da justiça social e da cidadania inclusiva de todas e todos em nosso país.” (MATOS e PARADIS, 2014, p. 71).

No Brasil e no mundo a violência contra as mulheres continua a ser uma triste realidade, as linhas acima demonstram panoramicamente a histórica luta feminista por condições políticas e sociais dignas para as mulheres. Os estudos pautados nas epistemologias feministas, campo que protagoniza as pesquisas sobre a temática, afirmam que este fenômeno é produto do sistema patriarcal que modela e determina uma estrutura hierarquizada de poder para as relações de gênero, delegando ao feminino uma posição subalterna e subserviente em relação ao lugar determinado para a masculinidade.

O Brasil, apesar de ser signatário da ONU desde a sua implementação, possui um débito histórico no que tange à promoção de justiça social. Os altos índices de desigualdade, somados ao processo de colonização brasileira, criaram um fosso entre uma ínfima minoria que muito tem e uma grande massa que pouco possui. Daí a urgente necessidade de políticas públicas que visam promover Direitos Humanos com o propósito de reduzir as desigualdades sociais, sendo esta a razão do esforço em realizar as CNPMs: colocar o Estado em movimento para atender as vulnerabilidades e especificidades das mulheres. Entretanto, é preciso atentar-se às análises conjunturais e reconhecer as tensões que impõem dificuldades à construção de políticas estruturais que produzam mudanças sistêmicas na promoção de justiça social. A quem interessa essas transformações? As políticas não são criadas de forma quixotesca. O patriarcado retroalimenta a máquina capitalística, numa dinâmica que se mantém pelas desigualdades, nutrindo-se pela manutenção do controle da ordem social em detrimento da produção de mudanças estruturais.

Em função das tensões e resistências do projeto político hegemônico do capitalismo, a institucionalização das políticas públicas na realidade brasileira é um grande feito e tem se constituído como um importante campo de conhecimento nas últimas décadas. Ao tratar das definições e conceitos sobre Políticas Públicas, Maria Ivonete Coelho (2012) apresenta reflexões que, apesar das nuances, destacam expressões como “Estado em Ação” “interdisciplinaridade”, “decisões políticas”, “escolhas governamentais”, “ações sistêmicas” e “abordagens articuladas”, além de evidenciarem o caráter coletivo de suas ações e abrangências. Ao se debruçar sobre as políticas públicas, a autora elege o conceito/definição de Costa (2010 apud Coelho, 2012) que destaca a finalidade de viabilizar, nas variadas instâncias da vida social, a *expansão das liberdades e capacidades individuais*, o que na prática significa a promoção de ações de proteção social implantadas pelo Estado que exerçam impacto direto sobre o bem-estar da população de forma integrada e sistêmica.

Potyara Pereira (2008) sinaliza que o distanciamento entre prescrição conceitual e as ações dos Estados modernos fizeram emergir novos entendimentos teóricos e metodológicos ao se

debruçarem sobre a organização e o funcionamento da máquina estatal, avaliando o que efetivamente os governos fazem, com a intenção de compreender a relação orgânica entre teoria política e prática política, estes novos entendimentos definem que ações multidisciplinares, intervencionistas e normativas são fundantes para um fazer político alinhando à dinâmica relacional entre Estado e sociedade. Neste sentido amplia o entendimento conceitual sobre Política Pública ao remover a exclusividade de ação do Estado, como traduz Potyara Pereira:

Política pública não é sinônimo de política estatal. A palavra pública, que sucede a palavra política, não tem identificação exclusiva com o Estado. (...) Portanto, quando se fala em política pública, está se falando de uma política cuja principal marca definidora é o fato de ser pública, isto é, de todos, e não porque seja estatal (do Estado) ou coletiva (de grupos particulares da sociedade) e muito menos individual. O caráter público desta política não é dado apenas pela sua vinculação com o Estado e nem pelo tamanho do agregado social que lhe demanda atenção (Rua), mas pelo fato de significar um conjunto de decisões e ações que resulta ao mesmo tempo de ingerências do Estado e da sociedade. (PEREIRA, 2008, p. 95)

Já a dimensão social das políticas públicas circunscreve à concretização dos direitos de cidadania amparados em lei, tanto no âmbito dos direitos sociais quanto individuais, pressupondo assim ações que fomentem a equidade, a justiça social e a liberdade, perspectivas que torna fundamental a ação protagonista do Estado como garantidor de bens públicos como o direito e a participação da sociedade civil como elemento fundamental para fiscalizar e exigir a desempenho ativo do Estado.

Visitar estes conceitos é fundamental não só para delinear a categoria que norteia este capítulo, mas especialmente para evidenciar que uma das dimensões pautadas para a promoção das políticas públicas está relacionada com as discussões de gênero, o que significa dizer que uma política pública que não contemple a dimensão de gênero e dos demais marcadores sociais como raça e classe, por exemplo, não atende integralmente a sua finalidade por não incorporar as variadas instâncias e especificidades da vida social, diversas estudiosas (Bandeira e Almeida, 2013; Prá e Schindler, 2013; Tavares e Cruz, 2019) elucidam este debate ao esclarecer que políticas públicas para mulheres não é sinônimo de políticas de gênero, ao evidenciar a diferença entre ambas:

Políticas públicas de gênero consideram a diversidade dos processos de socialização, cujas consequências se fazem presentes ao longo da vida nos conflitos e nas negociações produzidos nas relações interpessoais entre homens e mulheres e internamente entre homens ou entre mulheres. Essas políticas públicas envolvem também a dimensão da subjetividade. As políticas públicas para as mulheres têm centralidade no feminino essencializado, como parte da reprodução social e da manutenção da família, o que implica não

priorizar os significados estabelecidos no relacionamento entre os sexos ou a autonomia das mulheres. Com frequência baseiam-se em práticas assistencialistas, executadas pontualmente para determinado grupo. Tais políticas, em geral, acabam por restringir a mudança das formas sociais estruturais, uma vez que reforçam a ideologia patriarcal. Por não terem clareza desses pressupostos, os/as agentes públicos/as tratam, por exemplo, a violência contra a mulher nela mesma, e não nos padrões de comportamento entre os sexos, o que acaba reduzindo as possibilidades de sua superação. (BANDEIRA e ALMEIDA, 2013)

As diferenças entre ambas são estruturais e exigem práticas distintas, pois enquanto as políticas para as mulheres têm ação pontal, as políticas de gênero propõem uma desconstrução de valores patriarcais. Tavares e Cruz (2019, p. 238) reiteram que “as políticas de gênero levam em conta os diferentes processos de socialização a que são submetidos homens e mulheres ao longo de suas vidas” já as políticas para as mulheres não se propõem a transformações profundas no relacionamento entre os sexos, apesar do entendimento de que as políticas para as mulheres não são excludentes das políticas de gênero, embora tenham uma perspectiva restrita e de menor abrangência, as autoras também reconhecem que as políticas para as mulheres podem ser estratégias eficientes para promover a igualdade de gênero. Prá e Schindler (2013, p. 23) sintetizam tais diferenças no quadro a seguir:

| Políticas públicas com perspectiva de gênero | Políticas públicas dirigidas às mulheres |
|---|---|
| Formas de Intervenção estatal que promovem a autonomia e a cidadania ativa das mulheres. | Formas de intervenção estatal baseadas no assistencialismo. |
| Motivam a mudança dos papéis e estereótipos tradicionais de gênero. | Não levam necessariamente em conta a discriminação e podem atuar como reforço dos papéis e estereótipos tradicionais. |
| Tornam visível na sociedade a discriminação da mulher. | Ocultam a desigualdade por trás de medidas supostamente dirigidas a melhorar a condição das mulheres. |
| Transversais a todas as áreas e níveis de governo. | Circunscritas a uma área estatal específica. |
| Requerem uma “massa Crítica” de funcionários/s e políticos/as conscientizados/as com a perspectiva de gênero. | Podem ser desenvolvidas por funcionários/as que não tenham refletido sobre as desigualdades e suas consequências. |

| | |
|--|---|
| Atuam como estímulo para reformar e modernizar o aparelho estatal. | Podem adaptar-se ao funcionamento clássico do Estado. |
| Incorporam os aportes da sociedade civil na definição, execução e avaliação das ações. | Geralmente não contemplam espaços compartilhados com a sociedade civil. |

O percurso que tem marcado a conquista da cidadania na história das mulheres, terreno que garante a existência material das políticas públicas de gênero, foi desde o início protagonizado pelos movimentos feministas, com mobilizações ativistas de denúncia ao descaso social, histórico e cultural da condição subalterna e vulnerável das mulheres, agindo assim como um importante agente político que tensiona os Estados a pautarem em suas agendas de ações as demandas de políticas públicas para as mulheres.

Os governos brasileiros, apesar de assumirem compromissos internacionais com a agenda de direitos humanos, não conseguiram traduzi-los em políticas efetivas até o final do século XX. Pitanguy (2003) afirma que até meados da década de 1990, as intervenções governamentais seguiam a predominante tendência de tratar os direitos das mulheres apenas com pontuais ações de natureza assistencialista, com pouca ou nenhuma articulação política. Um primeiro sinal de ações concretas do Estado, no que se refere à pauta das mulheres foi a criação da Secretaria Especial dos Direitos da Mulher, em 2002, que se transformou na Secretaria de Políticas para Mulheres no ano seguinte e ganhou status de ministério em 2015, atendendo às deliberações da Conferência de Beijing ao descrever como uma das competências deste organismo a incorporação da efetiva transversalidade de gênero nas políticas interministeriais, impactando assim na ação do Poder Executivo federal e demais esferas públicas para a promoção da igualdade de gênero (BRASIL, 2013).

A criação destes territórios políticos de mecanismo institucional é considerado um grande avanço por viabilizar significativas modificações no relacionamento entre Estado e Sociedade e promover mudanças substanciais na condução das políticas públicas, ao substituir a tradicional noção de assistencialismo pela de investimento social (NUNES ROCHA, 2016), ainda mais quando se trata da realidade de países como o Brasil, cuja história é marcada “pela presença de um Estado centralizador e patrimonialista, com uma tardia evolução do mercado e fraqueza da sociedade civil, gerando práticas de clientelismo, corrupção e discriminação social” (ZAPATA E PARENTE, 2004, p.1), modelo que se reitera na normatividade patriarcal presente ao longo de toda a história do Brasil.

Uma evidência da importância da criação deste território político-institucional refere-se à realização das CNPMs, promovidas pela SPM, que resultou em documentos norteadores para a inédita implementação de políticas de gênero transversais no país. Este direcionamento foi responsável por significativas mudanças no olhar governamental sobre tais políticas, que apesar de ainda se encontrarem muito longe do necessário, expõe a interdependência entre as políticas públicas e as relações de gênero dominantes, ou seja, a influência do Estado e as suas políticas na configuração das relações de gênero no interior da sociedade e vice-versa, evidenciando assim a participação das mulheres no processo de transformação social (CORTÊS; MATOS, 2010). Ademais, emerge como possibilidade de consolidar posturas institucionais sensíveis ao debate de gênero e às pautas dos feminismos de periferia latino-americanos, num processo de descolonizar e despatriarcalizar o Estado, fazendo o enfrentamento à hegemonia masculina e garantindo a existência de atrizes e outros atores políticos na seara parlamentar e no âmbito das formulações e implementações de políticas públicas. A força dessas ações é tão inovadora no cenário político do país que tem sido compreendida como uma nova onda do feminismo brasileiro

Entendemos toda essa movimentação recente (especialmente oriunda da virada dos anos 2000 para cá) como uma estratégia orquestrada e reflexiva das mulheres brasileiras de despatriarcalização do Estado brasileiro. Essa tem sido uma das estratégias adotadas recentemente pela nova quarta onda do feminismo brasileiro (Matos, 2010), como parte de um processo longo, dinâmico e conflituoso de reconhecimento das mulheres enquanto sujeitos sociais e políticos e de fortalecimento de uma visão das relações de gênero que revele a hierarquia e a subordinação sobre as quais, ainda nos dias de hoje, as mulheres estão submetidas. (MATOS & PADARIS, 2014, p. 68)

As estratégias e modalidades de ações políticas com a finalidade de promover a cidadania das mulheres, a equidade de gênero, romper com as fronteiras políticas que acentuam a exclusão social e que buscam promover o fortalecimento da democracia, como a construção de um projeto de sociedade capaz de garantir o desenvolvimento humano e a justiça, implica na compreensão do pensamento decolonial dos seus agentes, para que a despatriarcalização do Estado seja uma possibilidade.

Basterd (2016) pontua que no Brasil o processo de luta feminista incorporou, além da pauta por direitos formais, a luta legislativa por igualdade, com o objetivo de superar as hierarquias impostas pela lógica patriarcal de submissão feminina, o que significa dizer que a agenda feminista mostrou-se ampla, preocupando-se com ações transversalizadas em diversas frentes do campo social, a partir do trabalho de psicoeducação, direcionadas para mudanças

culturais no que tange ao enfrentamento do machismo. Como já mencionado, a criação da SPM e a elaboração dos PNPMs representam a concretude das estratégias da nova onda do feminismo brasileiro apontado por Marlise Matos (2014), ou feminismo de governo nomeado por Cristina Buarque (2006).

A lei Maria da Penha é uma amostra dos esforços e da capacidade de articulação das feministas brasileiras. Alinhada com a proposta ampla de transformação social das pautas feministas, a lei é um instrumental para abordar as violações dos direitos humanos, através da previsão de reparações para violências identificadas, além de ações de impactos sociais que reduzam suas ocorrências. A lei Maria da Penha avança e inova por compreender a criminalização da violência como uma das dimensões que precisam ser tratadas pelas políticas do Estado, mas não como a única dimensão nem como a mais importante.

A grande inovação da lei Maria da Penha é o rompimento com o paradigma de que a violência contra as mulheres é um crime e precisa ser resolvido apenas com uma resposta meramente punitiva. A lei traz as mulheres para o centro da política pública ao incorporar no seu texto uma política integral de resposta à violência doméstica que prevê ações de atenção sistêmica às mulheres em situação de violência, incorporando também o trabalho com os homens autores de violência doméstica, por meio de diretrizes para a implementação de centros de educação e reabilitação de agressores. Oliveira e Tavares (2019, p.63) “consideram que necessário apostar numa ressignificação simbólica do masculino em nossa sociedade, como estratégia de enfrentamento ao fenômeno da violência doméstica e familiar.” A tese de doutoramento de Eduardo Oliveira, também produzida por meio do PPGNEIM se debruça em análises sobre serviços de responsabilização e educação para homens autores de violência contra as mulheres, pontuando a insuficiência das respostas punitivas dadas pelo sistema de justiça criminal, além de apresentar aspectos fundamentais para a construção de um modelo sólido e efetivo de intervenção junto a homens autores de violência (OLIVEIRA, 2019)⁵⁵.

Apesar dos históricos esforços do ativismo feminista brasileiro e dos diversos avanços conquistados pelas mobilizações destes grupos, a exemplo da realização de quatro CNPMs, da elaboração dos PNPMs, dos direcionamentos para a transversalidade de gênero ⁵⁶nas agendas

⁵⁵ Ver, também, Oliveira e Tavares (2019).

⁵⁶ “transversalidade de gênero” ou “gender mainstreaming”. O gender mainstreaming consiste em um processo de reordenamento com a finalidade de incorporar a perspectiva de gênero nos processos decisórios, de forma a assegurar oportunidades iguais a mulheres e homens. (...) A transversalização de gênero nas políticas públicas envolve a ideia de formulação de uma matriz que fomente uma nova visão de competências (políticas, institucionais e administrativas) e uma responsabilização dos agentes públicos no que concerne à superação das assimetrias de gênero, nas e entre as diferentes esferas de governo.” (Delgado e Tavares, 2012, p.89). De acordo com Bandeira (2005), tal transversalidade garantiria a viabilidade de ações sistêmicas e interconectadas entre as

políticas, da implementação da Lei Maria da Penha, entre outras conquistas, as Políticas Públicas para as Mulheres ainda não foram consolidadas no Brasil, tivemos a efêmera experiência de apenas 7 meses de existência do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos que pretendeu acolher as pautas reivindicadas pela luta feminista e pelos movimentos das mulheres, num importante passo em direção à consolidação da democracia e promoção dos Direitos Humanos delineados nas CMPMs. Esta pasta foi criada em outubro de 2015 e dissolvida numa das primeiras ações do Golpe político ocorrido no país em maio de 2016, episódio que encerra o que Amélia Cohn (2020) cita em seu texto: “o breve ciclo da cidadania social no Brasil”.

Sob regência dos novos “donos do poder”, reverte-se o sentido das políticas sociais “que de inclusivas, passam a ser excludentes e abertamente residuais, pautadas pelo mínimo social.” COHN, 2020, p. 151), essa mudança governamental trouxe danos estruturais às poucas conquistas políticas alcançadas pelas mulheres, muitos estados brasileiros que haviam implementado secretarias estaduais de políticas para as mulheres seguiram a decisão federal e extinguiram os organismos existentes em suas jurisdições. A partir deste marco histórico e político os retrocessos foram alarmantes, um exemplo emblemático e simbólico foi a nomeação exclusiva de homens brancos para as cadeiras ministeriais do governo interino, nomeado como “machistério monocromático” pelas autoras Renata Gonçalves e Suellen Abreu (2018). Elas pontuam que a última vez que houve um governo exclusivamente masculino no Brasil foi em 1979, coadunando com o perfil da equipe escolhida, as políticas para as mulheres passam a sofrer um verdadeiro massacre político, com cortes orçamentários que chegaram a 61% em relação ao governo anterior. Os impactos são catastróficos e sistêmicos, desde recursos cada vez mais limitados para a atenção pública estatal às mulheres até o desmonte estrutural das políticas de gênero, um deles diz respeito aos resultados da IV CNPM, que reverberaram diretamente na capacidade de ação dos organismos executivos do estado, como comprova a SPMBa:

Não há hoje nenhuma cartilha ou instrumento semelhante ao I, II e III plano nacional de políticas para as mulheres, o que temos hoje é o decreto 9.586/2018 que institui o sistema nacional de políticas para as mulheres e o plano nacional de combate à violência contra as mulheres, mas este documento não é similar aos anteriores que orientavam a execução destas políticas. Só atualizaram os instrumentos jurídicos, a construção deste documento surge por pressão para respaldar o desenvolvimento do trabalho do próprio ministério da mulher que necessita de legislação e instrumento

várias instâncias governamentais, aumentando assim a eficácia das políticas públicas, possibilitando posturas democráticas e inclusivas em relação às questões de gênero.

jurídico que esteja em vigência, que dê base legal para a execução das PPPM (políticas públicas para as mulheres) foi este o meio jurídico mais fácil, apesar de não atender a população civil, foi uma determinação de ofício do próprio presidente, na ocasião Temer. Eu não tenho conhecimento de devolutiva das ongs sociais e órgãos públicos que compõem a rede de enfrentamento às violências contra as mulheres, a sociedade civil e o setor privado que está envolvido com a pauta não participou da produção deste documento. Não foi um instrumento oriundo da participação social, postura que vai na contramão do que propõe a construção da política para as mulheres. Este decreto tem apenas 4 páginas, um documento que foi pensado inicialmente como produto da 4ª CNPPM que aconteceu na mesma ocasião do impeachment da Dilma, toda a mobilização não serviu como base legal para a construção deste documento, toda a mobilização municipal, territorial, estadual e nacional foi jogada no lixo. (Coordenação da SPMBa)

Este relato escancara que, apesar de mais de um século de luta desde o movimento sufragista até a contemporaneidade, os avanços e conquistas no que tange às políticas públicas para as mulheres ainda não estão estruturados, posicionando-se de modo muito sensível à intencionalidade das agendas governamentais. Os prejuízos políticos sofridos pelas conquistas feministas intensificaram ainda mais com a nova gestão governamental de extrema direita, o Ministério das Mulheres foi restabelecido no início da nova gestão, com o nome de Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, uma pasta que é uma afronta às históricas lutas e conquistas políticas das mulheres, a ministra da pasta Damares Alves manifesta seu repúdio ao feminismo com recorrentes declarações públicas, do tipo “as feministas não gostam de homem porque são feias e nós somos lindas”⁵⁷ além de falas que culpabilizam as mulheres pela violência sofrida, a ministra chegou a anunciar que o problema da violência sexual contra crianças e adolescentes na ilha de Marajó estaria relacionado à “falta de calcinha”⁵⁸ e propôs como política a construção de uma fábrica de calcinhas na região (Dip, 2019), solução que mais parece uma anedota por ignorar todas as complexidades analíticas sobre o fenômeno.

A promoção dos tradicionais valores patriarcais da família, com discursos de repúdio ao debate de gênero numa perspectiva igualitária e emancipatória é a tônica da atual gestão do país, com diversos pronunciamentos machistas do atual presidente, gestão que ameaçam a longa história de lutas dos movimentos de mulheres brasileiras pela conquista das poucas políticas públicas existentes e desmantela a relação dialógica dos feminismos com o Estado, desafio que

⁵⁷ Dimenstein, Gilberto. Damares Alves: feministas não gostam de homens porque são feias. *Catraca Livre* [online], 16 de jan. 2019. Disponível em: < [Damara Alves: feministas não gostam de homens porque são feias \(catracalivre.com.br\)](https://catracalivre.com.br/damara-alves-feministas-nao-gostam-de-homens-porque-sao-feias)>. Acesso em 22 de maio de 2020.

⁵⁸ DIP, Andrea. A violência sexual no Marajó não é nada do que a ministra Damares diz. *Exame* [online], 29 de set. 2019. Disponível em: < [A violência sexual no Marajó não é nada do que a ministra Damares diz | Exame](https://exame.com/brasil/a-violencia-sexual-no-marajo-nao-e-nada-do-que-a-ministra-damara-alves-diz/)>. Acesso em 22 de maio de 2020.

exige novas estratégias dos movimentos feministas brasileiros e renovação do vigor para a luta política.

A SPM E A EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA NA BAHIA: DESAFIOS E AVALIAÇÕES

Fruto da militância feminista e suas articulações políticas, materializadas especialmente nas conferências em nível mundial, nacional e estadual, desde 2011 o estado da Bahia conta com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPMBa), organismo que se autodenomina feminista e foi criado com a finalidade de formular, planejar, coordenar, articular e executar políticas públicas para as mulheres no território baiano. A SPMBa possui dois eixos prioritários de atuação: a promoção da autonomia e a prevenção e enfrentamento à violência, com suas ações alinhadas às orientações dos PNPMs e convênios firmados com a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. As iniciativas da SPMBa são direcionadas à autonomia feminina baseando-se nas orientações propostas no plano Plurianual do Governo da Bahia, documento fruto de debates e discussões realizados nas conferências estaduais de políticas para as mulheres, que contou com a participação da sociedade civil, movimentos de mulheres rurais e urbanas, feministas e organismos estaduais e municipais. (BAHIA, 2014).

O projeto técnico⁵⁹ de apoio ao aprimoramento da SPMBa para a implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação do III PEPM, aprovado pelo governo federal, apresenta dados relevantes sobre a realidade das baianas, para justificar a necessidade de apoio à manutenção de um organismo específico de atenção às mulheres, o documento informa que o estado da Bahia possui o maior número de pobres do país, sendo que 59% dessa população são mulheres, ademais, 45,6% das famílias beneficiadas pelo Bolsa Família são monoparentais e chefiadas por mulheres.

Atualmente, a rede de atendimento às mulheres em situação de violência do Estado é articulada pela SPMBa que, apesar de não prever essa ação específica em seu regimento, sua finalidade além de planejar, coordenar e articular a execução de políticas públicas para as mulheres na Bahia é também de presidir o Conselho Estadual de Políticas para as Mulheres o que leva, em termos práticos, a assumir a condução e a articulação da Rede organizada no

⁵⁹ Proposta 025097/2011 do Ministério da Justiça.

Estado que, de acordo com as informações cedidas pela própria secretaria (ver anexo III), conta com 29 Centros de Referência em Atendimento às Mulheres (CRAMs), 4 Núcleos de Atendimento às Mulheres (NAMs), 5 varas especializadas em Violência Doméstica, 15 Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAMs), 15 Rondas Maria da Penha (RMPs), 3 Casas Abrigo da Mulher, 3 Casas de Acolhimento, Núcleo de Defesa da Mulher da Defensoria Pública do Estado (DPE- NUDEM); Coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça, Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher e População LGBT – GEDEM, somados às instituições e coletivos da sociedade civil, especialmente os reconhecidamente feministas.

A Bahia, em oposição à gestão federal, após o golpe de 2016, manteve em atividade a sua Secretaria de Política para as Mulheres. Apesar de manter-se ativa, a SPMBa é a secretaria mais jovem do governo e funciona com poucos recursos⁶⁰, situação que dificulta a execução de suas ações institucionais. Um exemplo emblemático das limitações orçamentárias da SPMBa refere-se à implementação dos Centros de Referência da Mulher, apenas 33 dos 417 municípios do estado foram contemplados com este tipo de serviço. O cenário atual se descortina mais desesperador:

Os municípios não têm a possibilidade de fazer adesões e pactuações neste governo, desde Temer, inclusive. Mas agora está muito pior. Cada vez os recursos são mais enxutos, nós não temos padronização de regimentos tanto para a casa de abrigamento que contempla as mulheres em situação de violência, não temos como orientar os municípios a fazer adesão a outros tipos de política, projetos e programas porque não temos nada a oferecer, o governo não custeia. Para se ter uma ideia da crise, o eixo de violência contra as mulheres só está executando neste momento o que já iniciou e está em fase de término. A SPMBa não tem mais convênio federal, estamos tentando recurso por meio de deputados federais (implementação de CRAMs, compras de Unidades Móveis, execução de caravanas) este governo não estabeleceu nenhum programa de repasse de recurso por meio de convênio ou qualquer outra postura que englobe os entes federativos. Se não temos recursos e repasses, como executar as políticas públicas? Tanto de assistência, quanto de violência de gênero e racial? Se na base, no núcleo não tem sido ofertado essas possibilidades? Então estamos buscando alternativas com instituições parceiras como a ONU Mulheres, o Instituto Avon e o Instituto Patrícia Galvão para as capacitações, por exemplo. Agora com a pandemia a situação ficou ainda pior. (Coordenação da SPMBa)

⁶⁰ De acordo com o portal da transparência do Governo do Estado da Bahia, a Secretaria de Políticas para as Mulheres está em penúltimo lugar em comparação com as demais secretarias do governo, no que se refere à previsão orçamentária, com recursos que equivale a 0,076% da Secretaria de Administração e 0,13% da secretaria de Educação, que ocupam o 1º e 2º lugar no ranking orçamentário do Estado.

O contexto baiano é apenas uma amostra da realidade brasileira no tocante à histórica falta de compromisso governamental com a pauta das mulheres e nos mostra que o caminho a ser percorrido ainda é longo e carece de articulação estratégica da militância que levanta a bandeira da igualdade de direitos entre homens e mulheres. Assim sendo, o ativismo feminista que foi o personagem principal na luta pela garantia de políticas públicas para as mulheres em nosso país, mantém seu protagonismo por revelar-se como recurso vital para reclamar do Estado ações que garantam a real materialização das políticas já conquistadas, evitar retrocessos e reivindicar avanços em direção a uma sociedade de justiça social.

No que se refere ao eixo de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres, locus deste estudo, a SPMBa é responsável por coordenar, em nível estadual, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, o que significa dizer que é o organismo que acompanha e conecta as redes de Enfrentamento à Violência existentes nos municípios, além de gerenciar o funcionamento dos serviços de atendimento às vítimas de violência de gênero de todo o Estado, desde a implementação de Centros de Referência até a capacitação/formação dos agentes e monitoramento dos atendimentos e atividades. Das 21 competências da Coordenação de Articulação Institucional e Ações Temáticas descritas no regimento da SPMBa, mais da metade (11) referem-se explicitamente à violência, capacitações e formações (palavras em destaque na citação abaixo) o que demonstra a prioridade ao eixo de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres:

I elaborar e desenvolver programas, projetos e ações para **formação e capacitação** do público interno e externo da Secretaria, em articulação com os órgãos competentes, em conjunto com a Coordenação de Planejamento e Gestão de Políticas para as Mulheres;

III promover e articular a participação da Secretaria nos programas de **formação e capacitação** de servidores desenvolvidos pelas diversas áreas e órgãos da Administração Pública Estadual, que atuam em atendimento e apoio às mulheres, especialmente nas áreas de saúde e sexualidade, **violência** doméstica e sexual, turismo, dentre outras;

V promover, apoiar e articular programas de **formação** dos servidores públicos, visando contribuir para transformar conceitos e práticas discriminatórios;

VIII promover estudos e pesquisas em parcerias com universidades públicas e privadas, institutos e serviços públicos de atenção às mulheres em situação de **violência**, a fim de obter um mapa da violência sexista no Estado da Bahia;

IX promover campanhas, oficinas e palestras visando esclarecer a população feminina de baixa renda, preferencialmente as mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade social, **violência** doméstica e

sexual, sobre a necessidade e importância da regularização documental, como instrumento do exercício pleno da cidadania ativa;

XIV apoiar as políticas de enfrentamento à **violência** contra as mulheres;

XV promover atividades de sensibilização e **capacitação**, como palestras, oficinas, cursos e participações em feiras, na comunidade, em escolas, nas instituições sindicais, de ensino e religiosas, em grupos organizados de mulheres, nas unidades de saúde, dentre outras, sobre as questões referentes à **violência** contra as mulheres e relações de gênero;

XVII identificar e publicizar as diversas causas que dificultam o rompimento da situação de **violência** contra as mulheres, promovendo o esclarecimento, a denúncia e a intervenção;

XVIII manter, em articulação com a Rede de Atenção a Mulheres em Situação de **Violência**, canais permanentes de relação com movimentos sociais de mulheres e outros segmentos da sociedade civil, apoiando o desenvolvimento das atividades que estejam em conformidade com as políticas da Secretaria;

XIX contribuir para o fortalecimento e consolidação das instâncias de participação popular e controle social das políticas de enfrentamento à **violência** contra as mulheres;

XXI desenvolver atividades que contribuam para o rompimento dos ciclos de **violência**, promovendo a autoestima e autonomia das mulheres. (BAHIA, 2015, p 9-11)

O último Plano Estadual de Política para as Mulheres 2013-2015, afirma que, apesar dos esforços “as políticas de enfrentamento à violência ainda não lograram êxito, no que se refere a inverter os índices que atestam o crescimento da violência contra as mulheres” (Bahia, 2014, p. 48) e apresenta dados alarmantes sobre o quadro de violência sofrido pelas baianas, o documento afirma que a SPMBa foi criada em função da adesão do Governo da Bahia ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres de 2007, colocando as pautas sobre a violência como prioritárias para a SPM do Estado. O documento reconhece a dimensão cultural e a complexidade do fenômeno que exige estratégias de mudança de mentalidade social, seara que necessita de uma frente de trabalho educacional constante em função da morosidade dos seus resultados, por se tratar da desconstrução de referências culturais.

Ainda há um longo caminho a percorrer no que se refere a produzir uma mudança cultural capaz de prevenir, reprimir e erradicar a violência contra as mulheres, pois os valores patriarcais permanecem enraizados nas mentalidades sociais, inclusive entre os aplicadores do direito, fazendo com que ainda situem a questão da violência no âmbito privado e, portanto, naturalizem a desigualdade de poder presente no seio familiar. (BAHIA, 2014, p.51)

Tendo em vista este desafio cultural, um dos pontos enfatizados nos PEPMs e presente no regulamento da SPMBa, em consonância com as deliberações e sugestões em nível nacional, refere-se à formação continuada dos agentes públicos que atuam nos serviços de atendimento às mulheres, estratégia elementar para um acolhimento qualificado que exige a desconstrução de valores patriarcais, caso contrário, o atendimento pode ser um desserviço cujo resultado é a revitimização promovida pelo Estado, como já sinalizamos em outros trabalhos:

O desarranjo não se localiza apenas na ausência do atendimento, mas numa postura preconceituosa, moralista e estereotipada que subverte o objetivo do atendimento, promovendo muitas vezes efeitos mais desastrosos e constrangedores que são somados ao sofrimento já vivido. (SILVA, p. 3, 2011)

A formação é um dos principais desafios para a efetividade desse tipo de política e tem sido mencionada em todos os documentos de orientação executiva elaborado pelas conferências mundiais já realizadas, esta pauta sempre esteve presente nos documentos produzidos no Brasil, até o decreto 9.586/2018, que institui o Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres e o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica, menciona a formação e a capacitação de profissionais como uma de suas diretrizes.

Além da necessidade de capacitação das equipes, uma queixa muito frequente no que se refere ao serviço da Rede de Enfretamento à violência diz respeito à eficiência e eficácia protetiva destes serviços. A Lei Maria da Penha é o regulamento jurídico mais conhecido no país, segundo pesquisa realizada pela DataSenado em 2013, 99% da população brasileira, independente do estrato social, já ouvir falar na lei e sabe a que se destina, apesar de a maioria da população desconhecer as dimensões da violência prevista na jurisdição e, possuir um entendimento restrito em identificar especificamente a violência física (BRASIL, 2013). O aparelhamento do estado para a plena materialização da lei está muito aquém de mínimo, com um número insuficiente de organismos e instituições que atendam as demandas da lei, a exemplo da Bahia com 417 municípios e apenas 15 DEAMs. Ademais, os espaços existentes carecem de qualificação.

Além da carência de recursos para implementação de novos equipamentos de atendimento, a avaliação dos serviços oferecidos é fundamental para garantir a sustentabilidade da política e a eficiência do estado, com resultados qualitativos de garantia efetiva de segurança para as mulheres que buscam ajuda e quantitativo com a redução dos índices de violência no país. A metodologia de implementação de qualquer política pública prevê a avaliação dos resultados como uma etapa muito importante “a fase da avaliação é imprescindível para o

desenvolvimento e a adaptação contínua das formas e instrumentos de ação pública” (Frey, 2000:229).

O Brasil não possui uma tradição na discussão sistemática de políticas públicas e nem um sólido sistema de avaliação das políticas que implementa, uma hipótese é o pouco tempo de democratização política no país. Farias (2005) considera lastimável a negligência e a omissão de nossos analistas de políticas públicas no que se refere aos processos avaliativos. Faria (2005) ainda afirma que identificar e evidenciar as necessidades sociais e ressaltar a importância da política pública não são suficientes. É necessário avaliar a consistência do desenho dos programas, a sua governança e o seu efetivo retorno para a sociedade. Essa dificuldade de avaliações e mudanças dos protocolos é observada pela SPMBa:

Uma outra angústia que está relacionada à falta de recurso diz respeito às avaliações, é que estes instrumentos (normatizações de funcionamento e implementação dos serviços – CRAMs e NAMs) não estão sendo atualizados para estabelecer o fluxograma de ações e atendimentos, não há uma regulamentação adequada, as demandas estão crescendo e não temos espaços para os atendimentos. A idade mínima de atendimento das mulheres, por exemplo, não está escrito em lugar algum, não há legislação específica, isso afeta uma orientação sistematizada para os atendimentos. Os serviços ficam à revelia criando seus próprios formatos de atendimento, isso pode causar grandes problemas na execução dos serviços, outra questão está relacionada ao atendimento às mulheres trans, como não tem regulamentação muitos serviços não atendem e essas mulheres ficam desassistidas porque não existem outros espaços de acolhimento para elas, outros serviços se baseiam apenas da Lei Maria da Penha e por isso os casos de estupro por desconhecidos muitos centros não acolhem e mais uma vez as mulheres ficam desassistidas, porque a normatização não define com clareza o público. A normatização é muito vaga, suscita várias dúvidas e produz como efeito muito desserviço. É necessário orientações mais específicas e uma revisão nos documentos regulatórios, a última é de 2006. (Coordenação da SPMBa)

O inserto traz a narrativa de quem está na relação direta com a execução das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres em nível estadual, expertise que permite uma análise a partir das vivências e desafios práticos, porém, carente de uma sistematização institucional, o que reitera a baixa eficiência dos processos avaliativos pontuados por Frey (2000, p. 229). Avaliações substantivas, criteriosas e responsáveis dos procedimentos, resultados, alcances e impactos dos diversos planos de ação voltados para a equidade de gênero e em especial para a violência contra as mulheres são essenciais para identificar as fissuras do processo e reformular políticas mais eficientes. A pauta da violência contra as mulheres sempre esteve presente nas bandeiras de luta feminista e é uma frente de atuação priorizada tanto nas mobilizações internacionais quanto nas pautas internas. Apesar de ganhar destaque desde o I PNPM, ainda se coloca como um grande desafio a ser superado, a Lei Maria da Penha já

comemorou o seu 15º aniversário e os índices de violência contra as mulheres continuam elevados.

A atenção cuidadosa com investimentos consistentes nos processos avaliativos são reflexos de gestões eficientes dos limitados recursos disponíveis por considerar a importância em desenvolver e aperfeiçoar mecanismos e estratégias que permitam incidir, a um só tempo, na elaboração, execução e avaliação de políticas públicas de gênero, posturas que refletem o compromisso político com a despatriarcalização do Estado, ao legitimar ações e reivindicações comprometidas com a incorporação na agenda pública de temas que normalmente não são considerados prioritários. A dimensão avaliativa das políticas implementadas traz ao palco a pertinência de incorporar os estudos feministas nos processos analíticos, garantindo o protagonismo feminista de integrar e aprofundar determinadas temáticas e métodos com a perspectiva qualitativa e sistêmica do fortalecimento gradual da cidadania das mulheres (LLANOS, 2000).

Sônia Montaña (2003) nos chama a atenção ao observar que experiências anteriores demonstraram que a proximidade com o poder nem sempre é suficiente para a execução eficiente deste tipo de políticas públicas, por entender que o clima social de gênero é essencial para que a luta pela igualdade aconteça, pensamento que reitera o entendimento de Graciete Santos (2002, p.84) de que “o desenvolvimento humano deixa de ser uma preocupação restrita ao âmbito de cada Estado-Nação para converter-se numa grande responsabilidade global” ao tratar do fortalecimento das iniciativas cidadãs, pela afirmação de novos sujeitos políticos e pelo reconhecimento da pertinência do conceito de gênero para a análise das desigualdades sociais. Montaña (2003, p.16) afirma ainda que “só a experiência poderá dizer quanto há de se pressionar e quanto se deve negociar para alcançar esse umbral de legitimidade”, afirmativa que reconhece a avaliação como um processo indispensável para promover mudanças culturais e políticas que incorporem a ideia da igualdade entre homens e mulheres como um pressuposto natural para o desenho das políticas.

Como evidenciado nesta sessão, muitas lutas e conquistas já foram realizadas pelos movimentos feministas ao longo dos últimos dois séculos, todavia, ainda temos um longo caminho pela frente empunhando a bandeira da equidade social e pelo fim da violência de gênero. No caso especial do Brasil, as projeções são desanimadoras em função da impossibilidade de negociação com a atual gestão, por representar uma ameaça direta aos avanços conquistados pelo ativismo feminista, impondo obstáculos ainda mais desafiadores no caminho que desejamos trilhar em direção à superação da histórica opressão e subordinação humana.

PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: DEBATES E COMPROMISSOS POLÍTICOS

As políticas públicas de promoção da igualdade de gênero construídas no país estão atreladas ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, elaborado a partir da institucionalização de Conferências organizadas de modo colaborativo, fruto do esforço conjunto das representações governamentais, dos movimentos feministas e do Conselho Nacional de Direitos das Mulheres. O que equivale dizer que parte do princípio democrático participativo e deliberativo, envolvendo diversos atores e atrizes sociais em todo o país, por meio de mobilizações sociais para viabilizar espaços de debates e discussões nos níveis municipal, estadual e nacional.

Entre as atrizes e atores sociais e políticos envolvidas(os) estão as categorias profissionais que se comprometem diretamente com as pautas debatidas, com destaque para a psicologia, por ser uma das principais categorias profissionais que atuam na execução das políticas públicas de atenção às mulheres em situação de violência, por meio do atendimento, acolhimento e acompanhamento direto às demandas das vítimas. Tendo em vista a trajetória histórica da Psicologia no Brasil delineada no capítulo 1 desta tese, cabe a pergunta: Qual o compromisso político da Psicologia brasileira e baiana com a pauta de gênero e a construção de políticas públicas para as mulheres?

Desde a década de 1960, em consonância com a segunda onda feminista e suas reverberações, a interlocução acadêmica com os feminismos tem impactado nas produções científicas das Ciências Humanas, numa vertente crítica aos pressupostos essencialistas e androcêntricos. Contudo, o compromisso ideológico radicalmente contra-hegemônico e de cunho político e crítico do feminismo se depara com obstáculos e resistências em serem legitimados e alcançarem um lugar central nas ciências sociais. As autoras Martha Narvaz e Silvia Koller (2007) atribuem as dificuldades enfrentadas pelos estudos feministas à sua origem nos movimentos sociais e sua estreita vinculação com os movimentos de mulheres e partidos de esquerda.

Valeska Zanello (2014) afirma que no campo das psicologias a influência dos feminismos tem sido incipiente. Como já demonstrado em outra sessão deste estudo, para validar seu lugar de cientificidade a psicologia esteve na contramão do diálogo político e institucional entre academia e movimentos sociais, entre eles os que reivindicam mudanças sociais, políticas e jurídicas que trazem para o bojo das lutas as questões de gênero e o combate ao modelo

cisheteronarmativo, Maria Cláudia de Oliveira e Ana Flávia Madureira (2014) reconhecem o descompasso entre a Psicologia e os estudos de gênero e afirmam que, com exceção de algumas perspectivas psicológicas críticas, a psicologia possui uma histórica e predominante tendência em identificar-se com as epistemologias positivistas, tomando por base as metodologias experimentais, muitas vezes associadas ao pensamento hegemônico elitista de reificação do modelo tradicional e olhar universalista sobre a vida psicológica, fundado em referências ideológicas masculinas e pretensamente neutras que não são questionadas. As autoras ainda argumentam que as construções epistemológicas naturalizantes do gênero, presentes em grande parte das construções teóricas do saber psi tendem a ler gênero como sinônimo de sexo biológico, compreendido como apenas uma variável a mais a ser considerada na interpretação de estudos empíricos, sem intervir e questionar seus resultados.

Apesar de muitas resistências, a força com que o movimento feminista ressurgiu no final da década de 1960 alcança a academia e, mesmo que timidamente, tem atravessado a Psicologia num processo de revisão das suas metodologias e conceitos psicológicos, colocando em xeque muitos dos seus construtos teóricos de normatização das identidades de gênero a partir de um sistema binário e heteronormativo. Em virtude do ativismo político acadêmico do feminismo a ciência psicológica assumiu um discurso de igualdade entre os sexos e de atenção aos estudos sobre as mulheres, mesmo não sendo de uma forma totalitária e nem mesmo consensual (NOGUEIRA, 2001; 2003). Contudo, as resistências são concretas, Saldanha e Nardi (2016) afirmam que “abordar a relação entre Psicologia e feminismo é adentrar numa seara tensa” e avaliam que no contexto brasileiro os impactos do feminismo não foram suficientes para a institucionalização de um campo específico, pois somente uma parcela da psicologia social acolheu os estudos de gênero. Ainda assim, as autoras validam a existência dessa interlocução reconhecendo-a como uma psicologia híbrida que se faz presente em ações da psicologia fora do espaço acadêmico.

Apesar de processual e ainda marginal, muitos esforços têm sido canalizados para a inserção sistemática dos estudos feministas e de gênero na psicologia. Atualmente o Sistema Conselhos com seus órgãos representativos da categoria, tanto em nível federal quanto regional tem se esforçado para contribuir com os debates acerca da temática de gênero, por meio de produções teóricas e de orientações técnicas, publicações de resoluções e normativas com deliberações sobre tais temáticas, além do desenvolvimento de ações executivas que abarquem discussões sobre mulheres, violência de gênero, transexualidade, homoafetividade, direitos sexuais e reprodutivos, Direitos Humanos, entre outras, tomando os debates de gênero como

ponto de partida para reflexões e articulações. Helena Miranda dos Santos aponta o quanto é relativamente recente a institucionalização da temática dos Direitos Humanos para a categoria:

Inicialmente, o Sistema Conselhos de Psicologia, criado através da Lei 5.677/1971, não previa a existência de um espaço institucionalizado e permanente que pautasse o tema dos Direitos Humanos para a profissão. Entretanto, no final da década de 1990, por meio da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 11/1998, foi institucionalizada a criação da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia com a proposta de incentivar a reflexão sobre os Direitos Humanos, estudar as formas de exclusão, apoiar movimentos internacionais e intervir em situações de violação a esses direitos com consequente produção de sofrimento mental. A criação desta Comissão trazia, como pressuposto, a constatação de que esta temática se tornava imprescindível ao exercício profissional da Psicologia, devendo estar presente também na formação e na área de pesquisa científica. (SANTOS, 2016, p. 16).

É nítido que mesmo na atualidade, quando o debate crítico se avolumou, as interfaces entre a psicologia e os estudos de gênero continuam modestas. Após mais de 20 anos de criação da Comissão Nacional de Direitos Humanos Helena Miranda dos Santos (2016) afirma que apesar da importância da temática para a Psicologia, o seu reconhecimento e a sua permanência ainda não se fazem presentes de forma tão abrangente em nosso país. A autora demonstra, numa pesquisa realizada em 2015, que os debates sobre gênero ainda são incipientes nos organismos regionais. Segundo a autora, dos 23 Conselhos Regionais de Psicologia pesquisados, apenas 7 possuíam espaços específicos para a discussão de gênero, como GTs e Comissões, entre os demais, alguns realizavam atividades através de outros meios com debates e ações pontuais e quase metade dos organismos (10) não registraram nenhuma ação específica.

Com a intenção de conhecer o envolvimento político institucional da psicologia com as políticas públicas para as mulheres, foi realizada uma consulta ao site do Conselho Federal de Psicologia, por ser a principal entidade que representa institucionalmente a categoria. Observamos que o campo referente à Comissão Nacional de Direitos Humanos traz poucas informações, apesar de existir desde 1998, os links sobre o histórico da comissão e sobre as campanhas nacionais dos anos anteriores só apresentam conteúdos de dez dos vinte e dois anos de existência. Ademais, não descrevem as ações executadas e nem apresentam as produções temáticas desenvolvidas, publicaram apenas os slogans e cartazes de divulgação das campanhas nacionais, sem maiores descrições.

A campanha mais antiga apresentada no site refere-se ao ano 2000, com tema relacionado ao manicômio judiciário, as demais campanhas tiveram temáticas sobre adoção,

luta antimanicomial, idosos, privação de liberdade, educação inclusiva, racismo, ECA, exclusão social, combate à tortura e redução da maioridade penal somadas as campanhas sobre violências, com os títulos “Os Psicólogos do Brasil Lutam pelo fim da violência nos locais de isolamento nas instituições, na intolerância à diversidade cultural, sexual e racial, e contra a violência e criminalização dos movimentos sociais.” e “A psicologia contra o discurso de ódio e a violência” referentes aos anos de 2008 e 2018 respectivamente, esta última possui um link especial e descrições mais detalhadas, sinalizando ser esta a campanha que ainda está ativa.

O campo da Comissão de Direitos Humanos ainda possui um link com o descritor “Boletim CDH”, neste sítio contém três publicações do ano de 2021, referente aos meses de maio, junho e julho/agosto, com textos sobre a pandemia do Covid-19 em interação com outras temáticas, a saber: a luta antirracista e antimanicomial, democracia e interseccionalidades, violências sexuais; neoliberalismo e desemprego; violência doméstica na infância; mulheres e psicologia; privilégios de classe; trabalho e direitos humanos, somados com quatro textos sobre a população LGBTI+ em que discute a temática em conexão com a diversidade do movimento, as políticas sobre drogas, e os dois últimos textos que trazem no seu título neologismos referentes à discussão de gênero, são eles: “Descisgenerar a psicologia: registros sobre a patologização de infâncias LGBTs” e “Orgulho LGBTI+: a hora e a vez das transvestigêneres” estes textos estão presentes nos dois boletins mais recentes e foram destacados por ser a primeira vez que o termo “Gênero” aparece entre todas as publicações contidas no sítio da Comissão de Direitos Humanos.

A grande maioria dos textos publicados nos boletins faz alusão aos temas incorporados às epistemologias feministas, uma boa parte deles utilizam referências importantes do corpo teórico dos feminismos, sinalizando a inclusão do debate de gênero nas produções da atual campanha. Contudo, não podemos fazer afirmativas sobre as campanhas anteriores, por não conter seus conteúdos e resultados e mencionar apenas os títulos, com exceção aos anos de 2008 e 2018 que trazem as campanhas sobre as violências, apesar de se referirem ao fenômeno de forma ampla, o que não garante que as leituras da epistemologia feminista tenham sido consideradas. O que podemos inferir a partir dos conteúdos publicados pelo CDH no site institucional do CFP é que a Comissão de Direitos Humanos só deu visibilidade à temática de gênero 22 anos após sua criação.

Além dos resultados descritos na aba do CDH, nos demais links do site não foi mencionada a participação política institucional do CFP com as políticas públicas para as mulheres, ao usar o descritor “políticas públicas para as mulheres” no campo de busca do site, foram devolvidos seis resultados com informes e notícias da relação entre psicologia com as

políticas para as mulheres, uma de 2012, três de 2014, uma de 2015 e mais uma de 2016, número irrisório de publicações tendo em vista o volume de notícias veiculadas no site do CFP. A publicação de 2012 refere-se a um evento em que o CFP organizou uma mesa sobre o tema, as demais publicações são referentes à participação da instituição no Conselho Nacional de Direitos das Mulheres, com uma vaga de suplente na gestão 2014-2017, numa das publicações é mencionada essa relação desde 2010, mas não há nenhuma postagem específica sobre tal participação.

Em busca de informações mais precisas, foi usado também o descritor “Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres”, o volume de resultados também foi burlesco, apenas seis notícias foram localizadas, uma apareceu na busca anterior, duas de 2007 que falam do Conselho Nacional de Políticas para as Mulheres, sem mencionar a participação do CFP, uma de 2010 para falar sobre o dia Internacional pela não violência contra as mulheres, nesta publicação informa que o CFP é membro do CNDM, ocupando uma vaga representativa por ser o único conselho profissional de classe presente, esta é a única publicação que menciona essa relação institucional, uma outra de 2015 que fala da participação do CFP numa reunião de planejamento da IV CNPM e a última e mais recente é de 2019 e menciona a participação do CFP na comissão organizadora da V CNPM, que ainda está em processo de planejamento.

Apesar do ínfimo número de notícias sobre a participação política e institucional da Psicologia na relação com as políticas públicas para as mulheres, o CFP faz parte do CNDM há pelo menos doze anos, contando a partir da participação mais remota publicada no site, que refere-se à gestão 2010-2014, apesar da importância simbólica e política em ser a única instituição representativa de classe a ocupar uma cadeira no CNDM, como informa na publicação, há pouquíssimos registros que pontuam as contribuições e atuação da psicologia na posse dessa vaga.

Na Bahia, a criação da Comissão de Direitos Humanos foi realizada em 2005, com debates e discussões que suscitaram a formação de GTs específicos. A temática de Gênero passa a ser discutida de modo mais sistemático a partir do surgimento do GT de combate à Homofobia, criado em 2007 e o Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia implantado em 2008 pelo CRPBa, este último com o propósito de contribuir com a qualificação profissional sobre a temática de gênero, mulheres e sexualidade, por entender a relevância do tema para o combate às violações dos Direitos Humanos e à promoção de saúde mental (SANTOS, 2016).

Ao comparar os conteúdos publicados no site do CRPBa em relação ao site do CFP, há uma discrepância gritante no que se refere à visibilidade da temática de gênero, a página do

CRP tem várias publicações sobre gênero e uma aba exclusiva na página principal para tratar sobre as questões das mulheres. Esta comparação teve a intenção de avaliar o envolvimento político da categoria tanto em nível nacional quanto estadual, a discrepância observada possivelmente existe em função da atuação ativa dos GTs ao longo de mais de dez anos, grupos que alcançaram status de comissão. Ao avaliar as informações contidas no site, das 18 comissões existentes atualmente no CRP da Bahia, cinco delas dialogam diretamente com a pauta das mulheres, são elas: Comissão de Mulheres e Relações de Gênero; Comissão de Políticas Públicas; Comissão de Direitos Humanos; Comissão Regional de Psicologia na Assistência Social e Comissão de Saúde.

Ao analisar o site da instituição é notório que a participação ativa dos GTs e Comissões reverberam nos posicionamentos políticos do CRP. No link “notas” a publicação mais antiga foi feita em 2009 e se refere ao sexismo na linguagem, assumindo desde então o compromisso ético-político em visibilizar a participação feminina em seus documentos:

O CRP03 utiliza a terminologia “as/os” nos seus documentos na perspectiva da igualdade de gênero, questão fundamental inserida na temática dos Direitos Humanos, com o objetivo de dar visibilidade ao papel do gênero feminino como sujeito político, salientando que tal prática constitui uma das formas contemporâneas de enfrentar a discriminação contra as mulheres. (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA, 2009, p. 03)

Apesar das poucas notas publicadas, até o ano de 2016 a maioria dos registros são referentes às questões de gênero, ao contabilizar todas as notas publicadas de 2009 até outubro de 2020, quase 20% deste montante são referentes à temática de gênero, com posicionamentos sobre sexismo, institucionalização da violência transfóbica, violência contra as mulheres, feminicídio, com diversas notas de repúdio sobre tais temas. No link “publicações” presente na aba “comunicação” foram localizadas 18 postagens, 1/3 destas postagens referem-se diretamente à temática de gênero, entre eles três livros sobre Gênero e Psicologia publicados pelo CRP, a saber: *Gênero na Psicologia: Articulações e Discussões* (2013); *Gênero e Psicologia: Saberes e Práticas* (2016); *Gênero na Psicologia: Transversalidades* (2020), sendo que as demais produções postadas trazem no seu bojo a temática de gênero, pois referem-se a debates sobre Direitos Humanos, políticas públicas, anais de eventos realizados, guias e cartilhas com textos que explicitam a discussão de gênero na perspectiva das epistemologias feministas.

A aba “mulheres” ganha destaque por localizar-se na página principal do site, sendo a única temática a ganhar este espaço, sinalizando a centralidade e relevância do tema para o

CRP03, as demais abas são referentes à logística institucional, intencionalidade que aparece no texto que fala sobre o objetivo do link:

Atentas a essas problemáticas, este espaço se propõe a compartilhar materiais de orientação que deem visibilidade às temáticas, a partir do olhar para as mulheres e as relações de gênero, sob uma perspectiva feminista, também considerando o compromisso deste Conselho com as mulheres em sua diversidade.⁶¹

Além da ênfase dada aos estudos sobre mulheres e gênero, a perspectiva feminista é o viés teórico utilizado para abordar estes temas, ela aparece explícita neste incerto e em diversos outros textos contido no site. O sítio da Comissão de Mulheres e Relações de Gênero – COMREG reitera a importância das epistemologias feministas para as leituras sociais e ativismos políticos diante dos fenômenos gendrados, como descrito na página:

No Sistema Conselhos de Psicologia, a discussão de gênero está presente no arcabouço da discussão de direitos humanos, contudo, há especificidades que demarcam a importância de incluir a discussão sobre direitos das mulheres e direitos das humanas. As referências dos estudos feministas e de gênero trazem esta crítica e pautam o debate proposto nos grupos de trabalho do CRP-03, considerando que o feminismo como movimento social e um campo de estudo e epistêmico consolidado, colabora para:

- a) a interlocução entre saberes e práticas – práxis feminista;
- b) o uso de gênero como categoria de análise das relações sociais a partir das construções sócio, históricas e discursivas sobre o corpo sexuado; com análise interseccionalizada com outras como raça e etnia, orientação sexual, identidade de gênero, classe social, capacitismo, geração e territorialidade;
- c) a problematização das normas de gênero construídas desde um contexto patriarcal e cisheteronormativo, que implica em problematizar identidades, comportamentos e relações sociais, afetivas e sexuais hegemônicas;
- d) problematizar a construção dos saberes psicológicos, a partir das críticas feministas às ciências (androcêntrica, positivista, etc.);
- e) articular ações com movimentos sociais, que trazem demandas políticas e sociais em busca de defesa dos direitos, principalmente de mulheres (trans, travestis, lésbicas e hetero; negras, indígenas, da cidade, do campo, etc.), e LGBT's;
- f) olhar para os lugares de poder em que as mulheres ocupam;
- g) analisar o impacto do sexismo, machismo, racismo, LGBTfobia e outras formas de violência para a saúde mental.

A partir destes fundamentos, e considerando a abrangência e transversalidade da discussão sobre mulheres e gênero neste Conselho, a COMREG propõe desenvolver ações que seguem as normativas do Sistema Conselhos de

⁶¹ Trecho disponível em: < [CRP-03 | Mulheres e Relações de Gênero \(crp03.org.br\)](http://crp03.org.br)> Acesso em: 10 de agosto de 2020.

Psicologia em sua função de orientação para uma atuação ética e comprometida com os direitos humanos, em especial, o combate às violências de gênero contra mulheres e LGBT's. Na Bahia este tipo de violência tem sido alarmante, causando, além do adoecimento físico e psíquico, a morte. A Psicologia vem sendo chamada a compor equipes de serviços de atendimento a mulheres em situação de violência, com os previstos na Lei Maria da Penha, e também de acolhimento a pessoas LGBT's também em sofrimento. Para levar a contento as ações, a COMREG tece articulações com os Grupos de trabalho que a compõem, e demais GT's e Comissões.⁶²

Lançando mão da mesma metodologia de análise utilizada no site do CFP, foi feita uma busca com o descritor “políticas públicas para as mulheres”, foram devolvidos trinta e cinco resultados, um número de publicações quase seis vezes maior quando comparado ao site do CFP, com postagens que relacionam o tema pesquisado com conteúdos sobre machismo, sexismo, violência contra as mulheres, racismo, LGBTfobia, direitos humanos, democracia, descriminalização do aborto, entre outros conteúdos que são pautados nos estudos feministas. Ao realizar a busca com o descritor “Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres” apenas quatro notícias foram localizadas e entre elas somente uma fazia alusão direta à CEPM, a notícia foi publicada em 2015 e tratava de uma chamada para reunião com o propósito de elaborar propostas para a IV CEPM. Não foi localizada nenhuma publicação sobre a efetiva participação do CRP03 nas conferências já realizadas, sinalizando que apesar do grande envolvimento com os estudos feministas e as pautas das mulheres, no site não há indícios da participação institucional do CRP03 nas Conferências Estaduais de Políticas para as Mulheres e nem outros espaços político-institucionais, a exemplo do Conselho Estadual dos Direito das Mulheres, órgão colegiado da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Entretanto, ao estudar a documentação publicada no site da SPMBa, que por ser a instituição que preside o Conselho Estadual dos Direito das Mulheres, é também o sítio oficial em que o CDDM faz suas publicações, foi localizada a documentação referente ao resultado da habilitação das entidades da Sociedade Civil como integrantes do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, para o quadriênio 2019/2023⁶³ (BAHIA, 2019). Na referida documentação consta a habilitação do Conselho Regional de Psicologia na categoria B composta, por entidades com notória atuação na luta pela defesa dos direitos da mulher, e assim como no Conselho Nacional de Políticas para as Mulheres, a psicologia é a única categoria profissional a integrar o organismo. O quadriênio 2019/2023 ampliou suas cadeiras e a

⁶² Trecho disponível em: < [Mulheres e Relações de Gênero | CRP-03 \(crp03.org.br\)](http://Mulheres e Relações de Gênero | CRP-03 (crp03.org.br))> Acesso em: 13 de agosto de 2020.

⁶³ Disponível em: <[ResultadoEntidadesHabilitadas.pdf \(mulheres.ba.gov.br\)](http://ResultadoEntidadesHabilitadas.pdf (mulheres.ba.gov.br))> Acesso em 13 de nov. 2020.

psicologia inaugura a entrada de uma categoria profissional, demarcando o protagonismo político na colaboração das Políticas Públicas para as Mulheres na Bahia. Apesar da importância da vaga, não há nenhuma publicação que mencione esta conquista no site do CRP/03.

Todo o esforço desta sessão teve a intenção de responder à pergunta que se encontra no início do texto: Qual o compromisso político da Psicologia brasileira e baiana com a pauta de gênero e a construção de políticas públicas para as mulheres? A análise panorâmica dos conteúdos postados nos sites institucionais nos dá uma dimensão da relevância e do modo como este compromisso tem sido tratado pela categoria, tanto em nível nacional quanto regional. Os dados apresentados nos levam a inferir que em nível nacional a categoria tem uma participação formal no planejamento e acompanhamento das Políticas Públicas para as Mulheres, por meio da cadeira que ocupa no CNDDM há pelo menos dez anos e do recente envolvimento ativo nas CNPMs. Contudo, a incorporação das epistemologias feministas ainda é tímida, pela pouca visibilidade dada à temática, sinalizando a preterição do tema nas publicações institucionais contidas no site.

Já na Bahia, a instituição regional tem um perfil que destoa do órgão nacional, pela notoriedade dada aos estudos feministas, com diversas publicações de conteúdos específicos sobre gênero, além das discussões também se fazerem presentes de modo transversalizado nos demais conteúdos. Porém, a categoria não possui um histórico relevante no que tange ao envolvimento político com outras instituições regionais que assegure a participação da Psicologia na elaboração e construção das políticas públicas para as mulheres, a contribuição do CRP foi pouco expressiva, com algumas ações pontuais. Contudo, o recente envolvimento formal no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher (CDDM) garante a participação direta da Psicologia nas deliberações sobre o controle e direcionamento das políticas públicas para as mulheres na Bahia. Apesar das expectativas animadoras, a ausência de divulgação da relevante vaga conquistada é sintomática.

Considerando as nuances, o posicionamento do Sistema Conselhos em suas representações em nível nacional e estadual não corroboram com o pensamento conservador e tradicional. Na Bahia a vertente crítica tem espaço privilegiado em seus pronunciamentos e em nível nacional esta mesma perspectiva tem conquistado espaço, com tendência a impactar na formação dos futuros profissionais e se fortalecer como postura política da psicologia brasileira.

A PSICOLOGIA NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES NA BAHIA

Apesar dos esforços para a construção democrática dos instrumentos norteadores das políticas públicas para as mulheres, o cenário político brasileiro delineado para a sua execução - além de recente - é negligenciado pelas agendas governamentais que não priorizam investimentos nesta área, situação que torna o trabalho com tais políticas um grande desafio, com dificuldades de ordem econômica, pelo custo de implementação, somados aos gastos com a estruturação dos serviços, que exige capacitação dos agentes públicos para lidar com as especificidades no manejo das demandas, formação que deve ser oferecida de modo continuado, por ser condição *sine qua non* para garantia de eficácia dos serviços ofertados, sendo necessário desconstruir diversas formulações histórico-culturais acerca da condição das mulheres que influenciam a opinião e postura dos agentes públicos. (SARDENBERG, TAVARES, & GOMES, 2016)

A necessidade de formação específica para o trabalho com mulheres está relacionada à compreensão do debate de gênero à luz das epistemologias feministas, conteúdo ausente na grande maioria das grades curriculares dos cursos de formação das categorias profissionais necessárias para atuação neste campo, incluindo a psicologia, ausência que justifica a necessidade de capacitação continuada pelas resistências e dificuldades apresentadas por muitas/os em desconstruir valores culturais que as/os impedem de olhar para as especificidades das questões de gênero e da violência contra as mulheres, resistência que ameaça a efetividade dos serviços oferecidos.

As principais críticas sobre os serviços de atenção à mulher vítima de violência apontadas pelos estudos específicos sobre a temática (SARDENBERG, TAVARES, & GOMES, 2016; NEGRÃO, 2004; PRÁ, 2010) relacionam-se à necessidade de qualificação profissional, no que tange à compreensão e leituras sociais sobre as especificidades do fenômeno da violência. Tal queixa é reflexo da marginalização, apontada por Narvaz & Koller (2006), dos debates teóricos sobre os estudos de gênero e violência nas grades curriculares dos cursos de graduação, que oferecem a formação técnica exigida aos profissionais que compõem as equipes multidisciplinares das Redes de Enfrentamento à violência contra as mulheres. No caso da psicologia, a sessão anterior revela o quanto ainda é incipiente e recente a incorporação da temática sobre os debates de gênero e o lugar marginal que os estudos feministas ocupam no discurso representativo da categoria em nível nacional. Como discutido no primeiro capítulo,

este discurso político da psicologia brasileira é um reflexo da formação existente no país, que possui deficiências sistêmicas para o trabalho direcionado às mulheres em situação de violência.

Apesar da carência dos estudos de gênero e da presença tímida da dimensão política na formação em Psicologia no país, a categoria tem lugar privilegiado na execução das políticas públicas, a grande maioria dos serviços preveem a obrigatoriedade de psicólogas(os) em suas equipes. O trabalho com Direitos Humanos é central na prática da psicologia, por ser um compromisso ético, o que significa dizer que suas ações devem ser pautadas na garantia de direitos constitucionais, com práticas afirmativas e acolhedoras que pressupõem o combate aos discursos que subalternam, exploram e agridem.

A Psicologia precisa se debruçar sobre outras fontes, conhecendo e produzindo conhecimentos que repudiem a desigualdade social em suas múltiplas expressões, de forma contextualizada, histórica, crítica e, portanto, desnaturalizada (...). Estamos em um lugar onde somos chamadas(os) rotineiramente a dar respostas sobre a vida das pessoas, a enquadrar, atestar e autorizar as(os) sujeitas(os) em situações diversas, valendo-se de respaldo técnico-científico. Por conta disso, entendo que não podemos estar aquém dos estudos sociais sobre gênero, Direitos Humanos e sexualidade de modo a melhor entender e respeitar o lugar de fala de cada sujeita(o), pois não existe, em nossa sociedade, um(a) sujeito(a) que não sofra as marcas de gênero; somos todas(os) genericadas(os). (SANTOS, p.34, 2015)

Ademais, o trabalho especializado que a psicologia oferece às mulheres nas políticas públicas de Enfrentamento à Violência exige uma capacidade analítica gendrada que ainda não foi incorporada à formação. Ao longo do tempo, as transformações sociais, as críticas ao elitismo da Psicologia, a abertura democrática e a inserção de psicólogas e psicólogos em novos campos de atuação, em especial nas políticas públicas, acentuaram a necessidade do desenvolvimento de uma postura crítica, reflexiva, ética e socialmente comprometida, com ênfase na interdisciplinaridade, na multiprofissionalidade, na integração teórico-prática durante todo o processo de formação, exigências que tornaram a base curricular tradicional da psicologia insatisfatória, acentuando a necessidade de mudanças (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018).

Diante destas prerrogativas, como avaliar o compromisso e a participação da Psicologia no trabalho com mulheres? Na Bahia, locus deste estudo, a Rede estadual de Enfrentamento à violência contra as mulheres é composta por quase 80 instituições (ver Anexo II) que oferecem atendimento direto às vítimas, entre eles, os Centros de Referência e os Núcleos de Atendimento às Mulheres são as políticas de maior acessibilidade por existirem em maior quantidade no estado, além da sua importância estratégica por serem os equipamentos que articulam a rede em nível local:

Os Centros de Referência são estruturas essenciais de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres, uma vez que visa promover a ruptura de situação de violência e a construção de cidadania por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar (psicológico, social, jurídico, de orientação e informação) à mulher em situação de violência. Devem exercer o papel de articuladores dos serviços, organismos governamentais e não-governamentais que integram a rede de atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade social, em função da violência de gênero. (BRASIL, 2006, p.11)

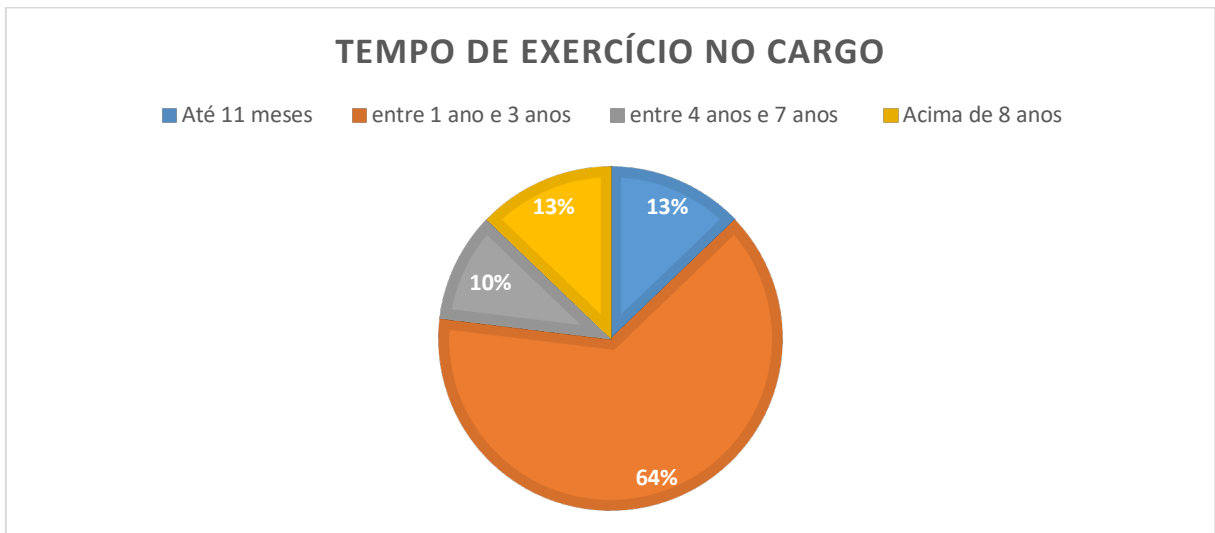
Os CRAMs e NAMs são os principais espaços de atuação da psicologia, a norma técnica de uniformização destes equipamentos prevê em sua equipe a presença de psicólogas, garantindo um lugar de destaque para a categoria no que se refere ao trabalho tanto de acolhimento, quanto de articulação da rede, atribuição destes serviços. Portanto, apesar do déficit curricular no que tange às teorias de gênero nos cursos de psicologia, esta categoria ocupa um lugar de grande relevância nas políticas de enfrentamento à violência de gênero, por ser convocada à atuação prática nas políticas em execução. Como a psicologia tem dado conta desse desafio empírico, sem o suporte de insumos teóricos necessários para respaldar suas práticas? A sessão “Formação em Psicologia e o debate de Gênero: um estudo de caso baiano” contida no capítulo 1 deste estudo traz dados sobre a realidade do Estado e nos ajuda a refletir sobre este questionamento.

Dentre as principais áreas de conhecimento que tratam diretamente das questões relacionadas à violência, a psicologia é o campo que detém o conhecimento técnico-científico que a habilita acompanhar intimamente o caminho que cada mulher percorre para lidar com sua dor, experiência que exige conhecimento analítico para ler as complexidades do contexto social e histórico que, de variadas formas, alimenta e retroalimenta o sistema patriarcal de opressão que captura as mulheres em suas teias de poder. É a psicologia que tem a oportunidade de conhecer intimamente as diversas nuances da face mais cruel e extrema deste fenômeno: a violência.

O avanço da psicologia para novos campos de atuação expôs a ineficácia da formação tradicional em algumas áreas de atuação, a exemplo das políticas públicas e especialmente aquelas direcionadas à violência doméstica contra mulheres, meninas e idosas, principais vítimas deste fenômeno social. Os debates realizados até aqui demonstram a pouca participação da psicologia na construção de políticas públicas para as mulheres e o seu baixo investimento numa formação que garanta habilidade técnica para lidar com essa temática, nestes casos a abertura para o conhecimento é adquirida na própria experiência prática empírica, exigindo das instituições que executam tais políticas a oferta de formação continuada.

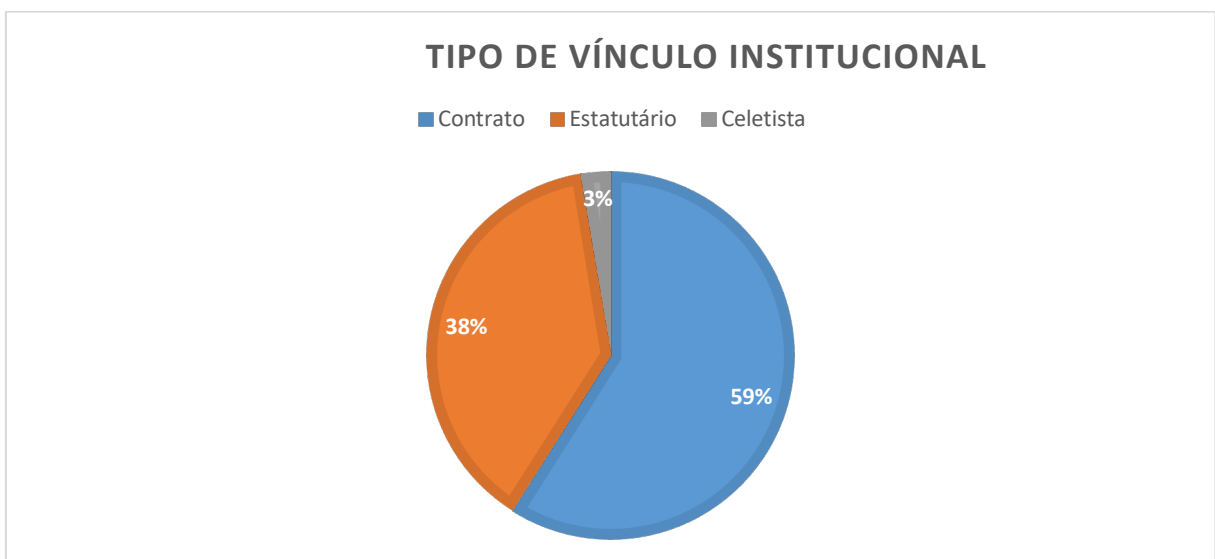
Diante do déficit na formação em gênero apontado nos dados apresentados no primeiro capítulo deste estudo, as ações empíricas e de diálogo com a Rede multidisciplinar de atenção e cuidado oferecem uma expertise, que apesar de não garantir, possibilita dirimir deficiências da graduação, contribuindo assim com condutas assertivas no manejo das ações técnicas e terapêuticas no trabalho com mulheres violentadas. Com o objetivo de conhecer a experiência prática das psicólogas que atuam nos CRAMs e NAMs implantados na Bahia, as depoentes desta pesquisa foram interpeladas sobre a relação com o campo de trabalho, como demonstramos a seguir:

Gráfico 13 – Distribuição percentual sobre o tempo das participantes em exercício no cargo



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Gráfico 14 – Percentual do tipo de vínculo institucional das participantes



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Os dados revelam que as experiências variam de um mês a doze anos de trabalho direto com este público. Porém, a maioria das profissionais, com uma porcentagem de 65%, tem entre 1 e 3 anos de atuação, esse dado somado ao baixo percentual de 13% de psicólogas com menos de um ano de trabalho indica a constância das profissionais no cargo, especialmente porque apenas 38% do universo de profissionais possuem vínculos estatutários, tipo de vinculação que garante legislativamente a estabilidade trabalhista no emprego, este percentual é o mesmo apontado pelo Censo SUAS de 2017, última versão impressa publicada, ao apresentar os dados sobre os trabalhadores estatutários nas gestões municipais do país. O documento também revela a ocorrência do mesmo índice no ano de 2016 (BRASIL, 2016) revelando o panorama de persistente precarização de vínculos de trabalho. As discorrer sobre as condições de trabalho da categoria “Trabalhadores do SUAS” Jucimeri Isolda Silveira afirma que:

Em relação aos municípios confirma-se a tendência de alta rotatividade, a precarização dos vínculos, o despreparo para o desempenho de funções, exercício ilegal, entre outros. Tais aspectos desafiam a construção de estratégias que transcendam a responsabilidade do órgão gestor, demandando articulações com outras organizações e entidades representativas, e adoção de mecanismos indutores como o repasse condicionado a patamares progressivos de estruturação da gestão do trabalho que regra o poder público e as entidades vinculadas (SILVEIRA, 2011, p.23)

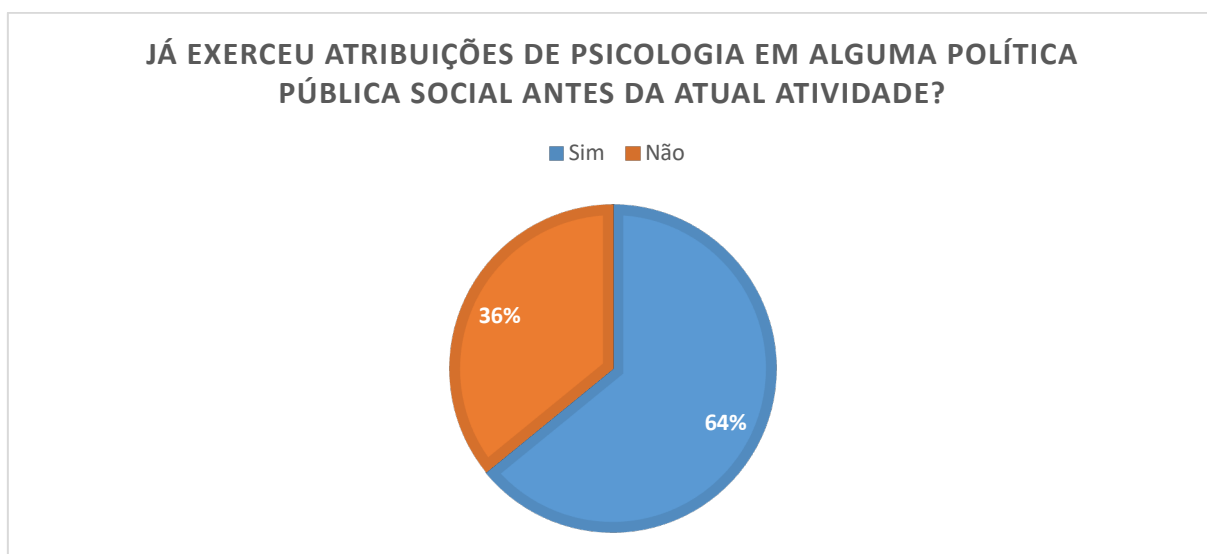
A ausência de uma segura relação de trabalho, garantida pela estabilidade, produz como efeito a rotatividade de profissionais e confronta com as diretrizes da gestão do SUAS, especialmente na composição de um amplo e diversificado quadro de servidores permanentes, com estabilidade funcional, ascensão de carreira, remuneração compatível, segurança no trabalho, além de outras conquistas. Este fenômeno promove muitos prejuízos no trabalho desenvolvido pela psicologia, por impactar diretamente na criação e fortalecimento do vínculo terapêutico tão necessário ao serviço oferecido, especialmente por tratar do trabalho com mulheres em situação de violência que, na grande maioria dos casos, possuem vínculos afetivos muito frágeis. Ademais, um maior tempo no exercício do cargo denota familiaridade com o equipamento, conhecimento que reverbera numa maior segurança técnica na condução dos casos.

Outra dimensão relevante refere-se às experiências anteriores na atuação em Políticas Públicas, tendo em vista a importância do trabalho sistêmico e interdisciplinar realizado em rede, o conhecimento da dinâmica dos serviços disponíveis e a sintonia dos profissionais que atuam nestes espaços possibilitam encaminhamentos assertivos, a familiaridade com a políticas públicas, a partir de experiências anteriores de trabalho noutros equipamentos existentes no

território, facilita a interação e articulação da rede. A própria Política Nacional de Assistência Social – PNAS (BRASIL, 2004), destaca a relevância do trabalho interdisciplinar por compreender que é a construção coletiva de saberes que viabiliza o desenvolvimento efetivo de ações que tenham direção política na perspectiva da garantia de direitos (BRASIL, 2011).

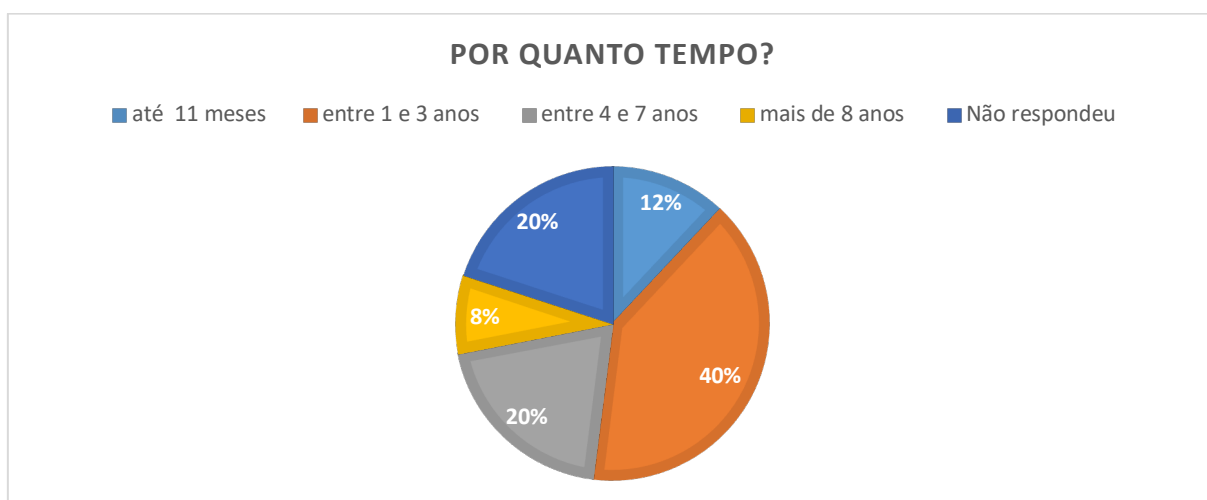
Sobre tais experiências, seguem os resultados abaixo:

Gráfico 15 – Porcentagem de participantes que já atuou com políticas públicas sociais antes da atual atividade.



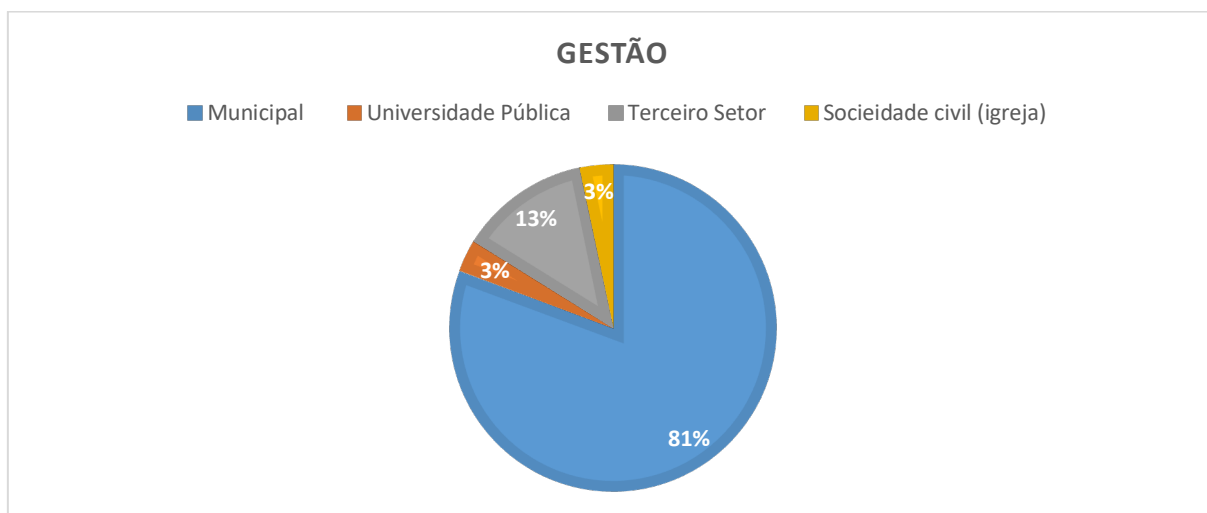
Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Gráfico 16 - Distribuição percentual do tempo de Porcentagem de atuação das participantes em políticas públicas sociais antes da atual atividade.



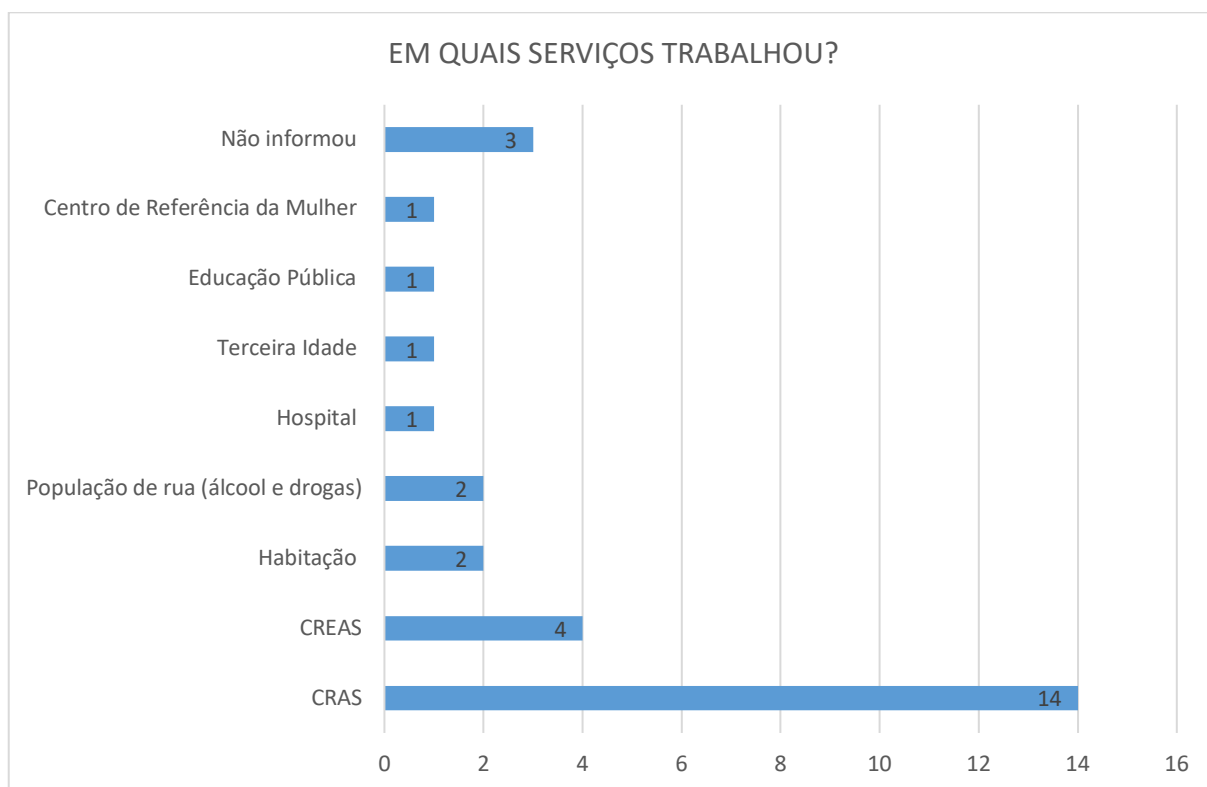
Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Gráfico 17 – Percentual do tipo de gestão dos serviços de atenção social que as participantes atuaram



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Quadro 6 – Relação dos Porcentagem de participantes que já atuaram com políticas públicas sociais antes da atual atividade.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Sobre as experiências anteriores, apenas 36% não haviam atuado na execução de políticas públicas, esse dado demonstra conhecimento prático dessas profissionais, característica que favorece maior sentimento de segurança com a atividade desempenhada e facilita o acesso das referenciadas às demais políticas existentes no território. De acordo com o contingente de

respostas, as experiências de atuação em outras políticas variaram entre 2 meses e 13 anos e deste montante, apenas 12% tinham menos de um ano de atuação em outras políticas públicas, tais informações sinalizam que a psicologia que se faz presente na execução das políticas públicas para as mulheres no estado da Bahia conhece na prática o funcionamento das políticas públicas e seus arranjos locais.

Ainda sobre as experiências anteriores, no que tange à gestão dos serviços de execução de políticas públicas, um dos dados que se destaca é o caráter municipalizado das vivências, sinalizando onde se localiza a maior oferta de postos de trabalho e evidencia o caráter descentralizado das políticas em execução nos territórios. 81% das atividades anteriores em psicologia foram em serviços e instituições de gestão municipal, essa informação denota tanto obediência às diretrizes previstas na NOB/SUAS, que em seu artigo 5º menciona a descentralização político-administrativa e a territorialização das políticas implementadas como estruturantes para a gestão (BRASIL, 2005) quanto a importância do olhar sensível da administração pública local para implementar políticas de bem-estar social.

Outro dado que nos chama a atenção diz respeito aos espaços de maior empregabilidade da psicologia dentro das políticas públicas, a instituição que mais aparece é o CRAS, com uma frequência quase quatro vezes maior do que a instituição que aparece em segundo lugar. Segundo a Secretaria Especial de Desenvolvimento Social,

O Centro de Referência de Assistência Social (Cras) é a porta de entrada da Assistência Social. É um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade. A partir do adequado conhecimento do território, o Cras promove a organização e articulação das unidades da rede socioassistencial e de outras políticas. Assim, possibilita o acesso da população aos serviços, benefícios e projetos de assistência social, se tornando uma referência para a população local e para os serviços setoriais. (BRASIL, 2015)

Com a atenção focada na família o CRAS é o serviço que trabalha com o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários demandando assim um trabalho de Psicologia Comunitária e conhecimento da Rede local para as articulações necessárias, além da exigência de se debruçar sobre o fenômeno da violência doméstica que possui como alvo mulheres crianças e pessoas idosas, experiência laboral muito rica e eficiente para a atuação específica com casos de violência doméstica. A segunda maior frequência foi o CREAS, serviço vinculado à assistência especial do SUAS, por trabalhar com a população que já possui direitos violados. O CREAS é o serviço que assume as funções de acolhimento dos casos de violência doméstica

destinadas ao CRAM, nos municípios onde não existe equipamento especializado, o que significa dizer que a maioria dos CREAS acolhe as demandas de violência contra as mulheres na em seus equipamentos, pelo ínfimo número de CRAMs instalados no Estado.

De acordo com a documentação estatal sobre a Rede de Enfretamento à violência contra as mulheres, o conjunto de ações e serviços de diferentes setores (em especial, da assistência social, da justiça, da segurança pública e da saúde), que visam à identificação e ao encaminhamento adequados das mulheres em situação de violência e à integralidade e à humanização do atendimento ofertado fazem parte da rede de atendimento às mulheres em situação de violência (BRASIL, 2011). Portanto, os serviços e equipamentos que executam as políticas públicas compõem compulsoriamente a rede, em função da natureza de suas atividades, reiterando assim a experiência das depoentes no que tange à atenção voltada aos casos de violência, incluindo as especificidades da violência de gênero contra as mulheres.

A rede de atendimento às mulheres em situação de violência é parte da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, esta última é assim conceituada:

A rede de enfrentamento à violência contra as mulheres diz respeito à atuação articulada entre as instituições/ serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento e construção da autonomia das mulheres, os seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência. Portanto, a rede de enfrentamento tem por objetivos efetivar os quatro eixos previstos na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres - combate, prevenção, assistência e garantia de direitos - e dar conta da complexidade do fenômeno da violência contra as mulheres. A fim de contemplar esses propósitos, a rede de enfrentamento é composta por: agentes governamentais e não-governamentais formuladores, fiscalizadores e executores de políticas voltadas para as mulheres (organismos de políticas para as mulheres, ONGs feministas, movimento de mulheres, conselhos dos direitos das mulheres, outros conselhos de controle social; núcleos de enfrentamento ao tráfico de mulheres, etc.); serviços/programas voltados para a responsabilização dos agressores; universidades; órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pela garantia de direitos (habitação, educação, trabalho, seguridade social, cultura) e serviços especializados e não-especializados de atendimento às mulheres em situação de violência (que compõem a rede de atendimento às mulheres em situação de violência). (BRASIL, 2011)

Sobre o conhecimento e envolvimento das psicólogas com a Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres, seguem abaixo os resultados:

Gráfico 18 – percentual de participantes que já atuaram na Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Ao serem questionadas sobre a participação na rede de enfrentamento à violência contra as mulheres a grande maioria, 75%, responderam negativamente, esse é um dado muito importante para dimensionar a capacidade de articulação das redes territoriais, tendo em vista que os CRAMs e NAMs são os equipamentos responsáveis pela Rede local, como prevê a Norma Técnica:

O Centro de Referência deve articular os equipamentos e o serviços da rede de atendimento para que as necessidades da mulher em situação de violência sejam prioritariamente consideradas, de forma geral, e nos casos concretos, e para que o atendimento seja qualificado e humanizado. (BRASIL, 2006, p.12)

O Centro de Referência deve desenvolver estratégias de integração e complementariedade entre serviços e atendimentos à violência de gênero, para a criação ou fortalecimento de redes municipais e/ou regionais de atenção a mulheres em situação de violência, buscando elaborar e propor a institucionalização de gestão da rede. (BRASIL, 2006, 20).

Ademais, o percentual de experiências anteriores em políticas públicas é muito superior (64%) à atuação das entrevistadas na Rede (26%), tais discrepâncias notabilizam que apesar das experiências laborais nos serviços de políticas locais, o envolvimento da psicologia nas articulações multisetoriais para elaborar e discutir os acolhimentos e acompanhamentos em rede está aquém do que orientam os documentos estatais. Esse dado sinaliza pouco conhecimento sobre os mecanismos de funcionamento da rede, pois o fato de atuar no acolhimento de mulheres em situação de violência numa perspectiva institucional de política social, já é condição de pertencimento. Essa informação evidencia que apesar da implementação dos serviços, a articulação em rede ainda é um grande desafio a ser vencido no que se refere ao

efetivo atendimento integral às mulheres em situação de violência, desafio que impede o pleno desempenho das atribuições das profissionais que atuam nos CRAMs e NAMs, a norma técnica prevê a função de profissional de referência às usuárias destes serviços, exercício que exige o conhecimento e a participação ativa na rede:

Mulheres em situação de violência geralmente desconhecem os serviços, equipamentos e procedimentos da rede de atendimento, sendo importante para a sua tranquilidade a presença de um(a) profissional que atue como referência, o(a) qual deve informar a mulher atendida de todos os seus direitos e deveres. (BRASIL. 2006, p.12)

Tendo em vista que a articulação da rede é uma das ações mais eficientes na atenção sistêmica às mulheres e ocorre de forma orgânica, com a participação e envolvimento d@s profissionais que atuam no campo, estes resultados revelam a necessidade de estudos específicos e sistemáticos que auxiliem na compreensão analítica desses dados, com o propósito de identificar as causas da baixa articulação política e engajada d@s servidoras/es na execução de suas atividades.

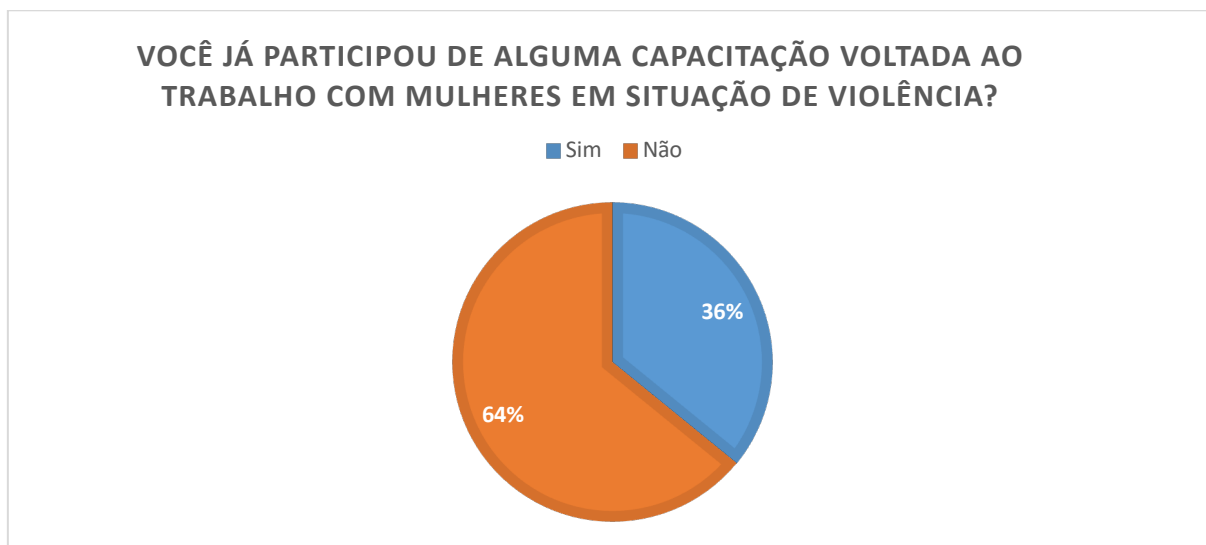
O trabalho de suporte e acolhimento às mulheres em situação de violência exige conhecimentos específicos para garantir práticas assertivas. As experiências com psicologia social são válidas, mas não garantem a compreensão das nuances no trabalho com mulheres, nem todas as referências teóricas fazem leituras gendradas tomando as epistemologias feministas como referência. Esta deficiência formativa não é uma particularidade da psicologia, é um problema a ser superado em todas as categorias profissionais que protagonizam o trabalho com mulheres, este entendimento está presente nos documentos de orientação ao trabalho executivo com mulheres em situação de violência de gênero. Para nos limitar ao que foi apresentado neste texto, desde as primeiras diretrizes e orientações contidas no plano mundial de ações, fruto da primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres, até o decreto 9.586/2018, ao mais recente documento federal que institui o sistema nacional de políticas para as mulheres e o plano nacional de combate à violência contra as mulheres destacam a necessidade de Capacitação permanente da equipe técnica multidisciplinar, para garantir a qualidade do atendimento prestado. Como previsto nas diretrizes gerais para Implantação e Implementação dos Serviços da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres:

A capacitação dos agentes públicos constitui uma das ações prioritárias do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que tem investido - por meio de diferentes órgãos federais (em especial, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério

do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) – na formação de diversos agentes, tais como: juízes/as; promotores/as de justiça; profissionais da saúde; trabalhadores/as da assistência social; profissionais da segurança pública; professores/as da rede pública; gestores/as de políticas para as mulheres, da assistência social e da saúde, entre outros. A capacitação da rede de atendimento também visa garantir a capilaridade do atendimento, ampliando o acesso das mulheres aos serviços. (BRASIL, 2011).

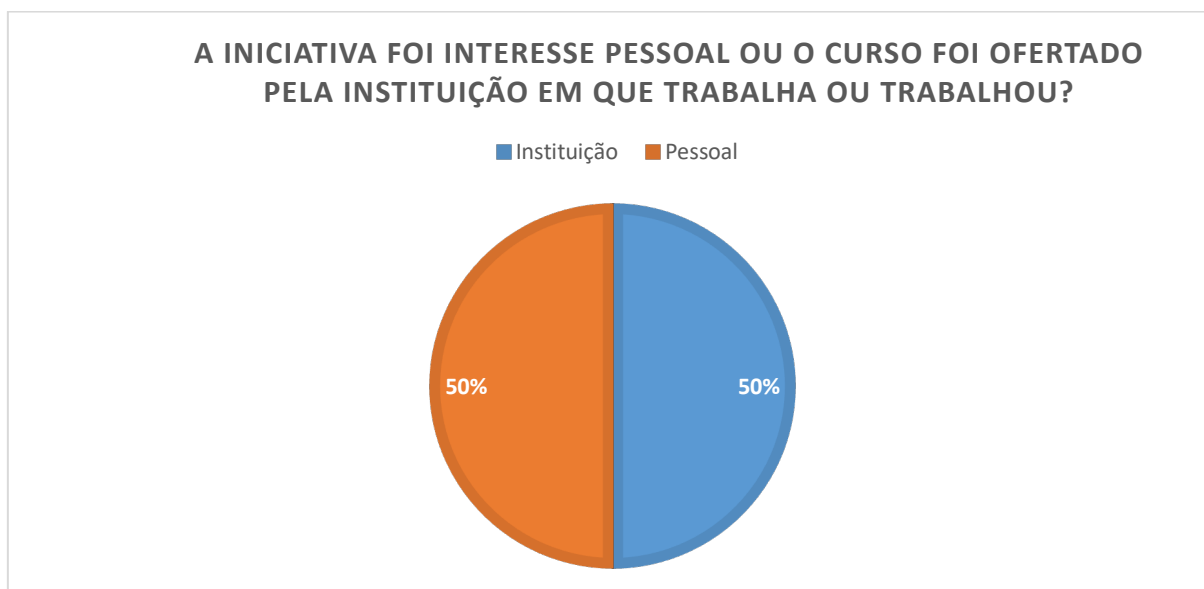
As informações coletadas neste estudo reiteram que o desafio relacionado à necessidade de capacitação específica ainda não foi superado, os dados aqui apresentados sinalizam um aprendizado empírico carente da perspectiva política e da interlocução em rede, competências de grande relevância para o trabalho com mulheres violentadas. Tomando por base o compromisso institucional com a formação continuada, mencionado na maioria dos documentos que tratam da implantação dos serviços de atenção às mulheres, seguem os dados referentes à perspectiva formativa no campo de atuação:

Gráfico 19 – Percentual de participantes que já realizou alguma capacitação para o trabalho com mulheres em situação de violência.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Gráfico 20 – Percentual sobre a motivação para a capacitação no trabalho com mulheres.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Apesar da pesquisa contar com a participação de profissionais da psicologia que atuam no trabalho direto com mulheres com quase 90% desse público com atuação de mais de um ano, apenas 36% participaram de algum tipo de formação. Ademais, 50% das psicólogas que tiveram algum tipo de capacitação/formação o fizeram por motivação pessoal em detrimento de oferta institucional para qualificação de suas equipes de trabalho, como prevê a Norma Técnica e a Lei Maria da Penha:

A maior prioridade deve ser o investimento na formação continuada e na valorização profissional da equipe técnica e administrativa do Centro de Referência e da Rede de Atendimento, que resulte numa crescente compreensão do fenômeno da violência, suas causas e instrumentos de superação individual e coletiva. Esta visão abrangente, motivadora e sensível aumentará de forma significativa a atenção e os cuidados no atendimento às mulheres em situação de violência. A formação continuada deve ser abrangente, de natureza técnica, operacional, gerencial e universal, dirigida ao conjunto dos(as) profissionais envolvidos no atendimento. (BRASIL, 2006, p. 26)

Art. 8º A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não governamentais, tendo por diretrizes:

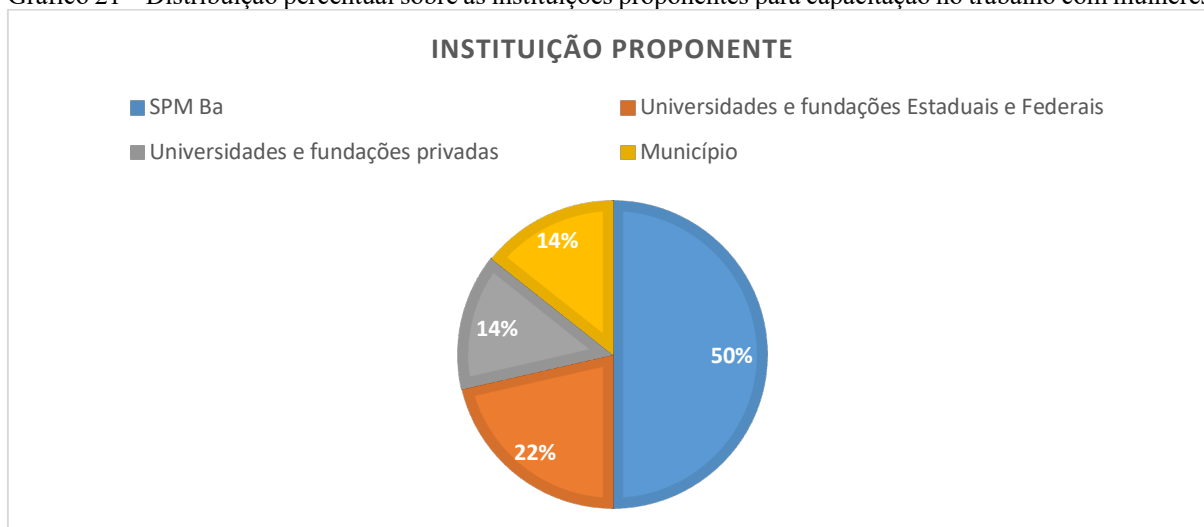
I – a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação;

VII – a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciados no inciso I quanto às questões de gênero e de raça ou etnia; (Lei Maria da Penha, 2006)

A capacitação continuada e permanente apesar de ser considerada como prioridade maior na Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência, os resultados apresentados acima revelam o descumprimento desta orientação no estado da Bahia, com 64% das técnicas sem nenhum tipo de formação. Quando se observa os dados sobre a iniciativa, o resultado é ainda mais dramático, apenas metade das capacitações realizadas foram ofertas institucionais, o que significa dizer que somente 18% das psicólogas em atuação nos CRAMs e NAMs baianos tiveram acesso a alguma capacitação oferecida institucionalmente, os dados sobre o tempo de serviço das psicólogas no cargo atual apontam que 23% das profissionais estão em exercício há mais de quatro anos, percentual superior aos 18% que receberam capacitação institucional. Estes números evidenciam que a capacitação não é uma realidade para as profissionais em campo quiçá de modo continuado e permanente, os dados revelam também que, no mínimo, 5% das equipes destes centros estão há mais de quatro anos sem nenhum tipo de capacitação/formação ofertada institucionalmente.

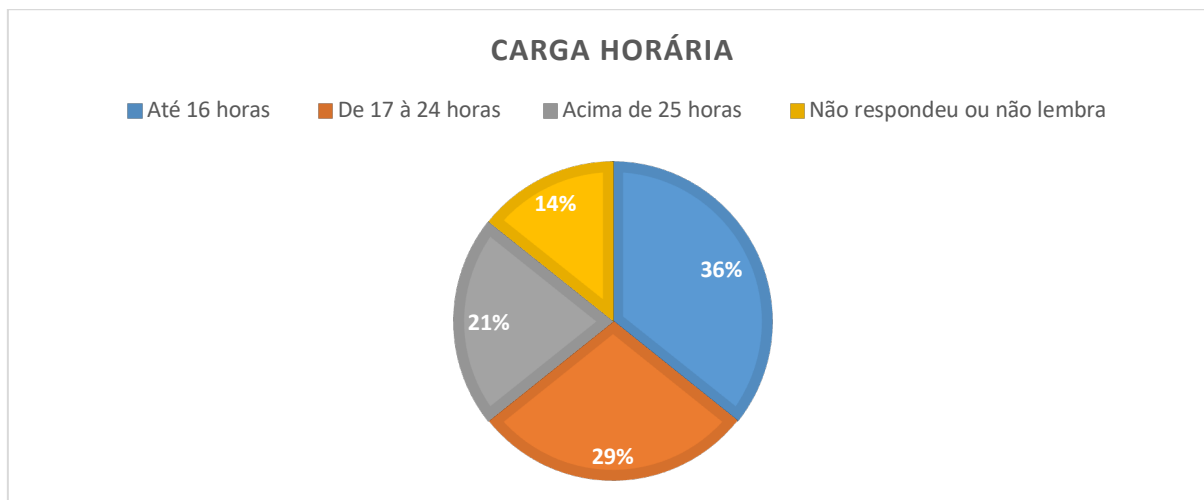
Com o intuito de compreender o formato das capacitações realizadas, por considerar a relevância em qualificar a equipe técnica da Psicologia, tanto pela importância do trabalho desempenhando quanto em decorrência da deficiência formativa para o trabalho com mulheres em situação de violência, como pontuado no primeiro capítulo desta tese, as depoentes foram interpeladas sobre os detalhes das capacitações e formações realizadas considerando a instituição proponente, carga horária e ano de conclusão, como revelam os gráficos abaixo:

Gráfico 21 – Distribuição percentual sobre as instituições proponentes para capacitação no trabalho com mulheres.



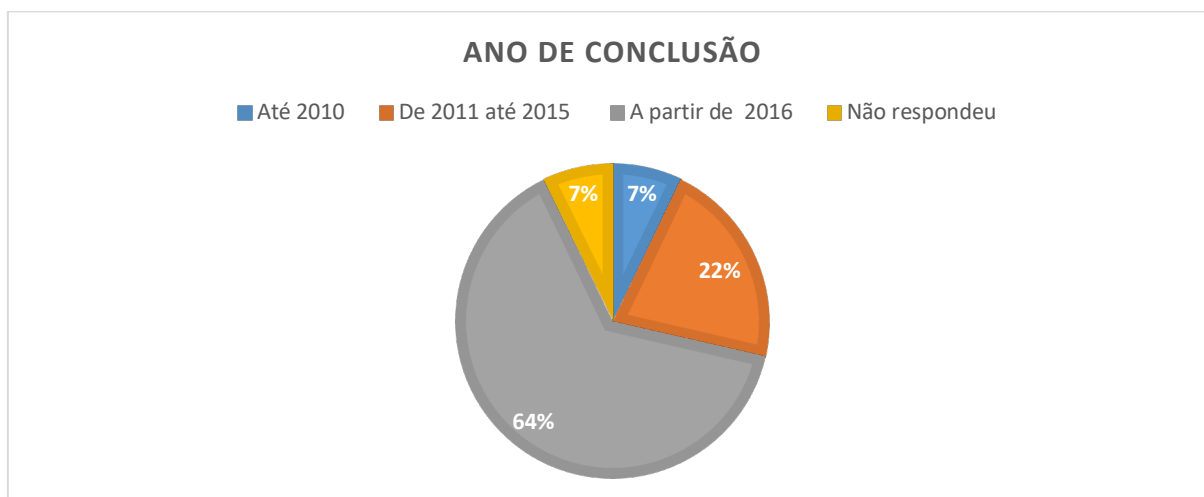
Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Gráfico 22 – Percentual da carga horária dos cursos de capacitação realizados.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Gráfico 23 – Índice percentual sobre o ano de conclusão das capacitações realizadas.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Por ter em vista as especificidades do fenômeno da violência doméstica que exige conhecimentos específicos e, como já foi evidenciado nos dados apresentados, não são ofertados ao longo da formação, a capacitação, somada à experiência empírica tornam-se elementos fundamentais para fomentar a excelência nos atendimentos.

Ao analisar o percentual de participantes que já tiveram algum tipo de formação direcionada ao trabalho específico com mulheres, a Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres ganha destaque por ter sido a proponente de metade das formações/capacitações realizadas, apesar da insuficiência das ofertas, este dado aponta a importância da implantação de Políticas Públicas para as Mulheres em todos os níveis de gestão pública. Outra informação

importante refere-se ao período de conclusão destes cursos ofertados, apenas 7% são anteriores à criação da SPMBa e mais de 60% destes cursos foram realizados depois de 2016, período que coincide com o golpe político sofrido no país que resultou no impeachment da primeira mulher eleita para a presidência do Brasil, episódio que modificou profundamente as incipientes políticas para as mulheres:

Michel Temer extinguiu de uma só vez o Ministério da Cultura e as Secretarias de Direitos Humanos, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres. (...) O governo Temer acenava a ruptura com um processo em curso que, embora lento e por vezes invisíveis, buscava implementar políticas de combate à desigualdade de gênero em estreita relação com os movimentos sociais, em especial o feminista e o de mulheres. (GONÇALVES; ABREU, 2018, p. 754.)

Com o fechamento do Ministério das mulheres, muitos gestores estaduais, em consonância com as novas medidas federais seguiram a mesma orientação, fechando suas secretarias estaduais. Caso o estado da Bahia adotasse as mesmas diretrizes o cenário das capacitações institucionais realizadas seria ainda mais precário.

Outro elemento a ser analisado refere-se à carga horária dos cursos ofertados. Apenas 21% tiveram acesso a uma formação com carga horária superior a 21h, o que equivale a um módulo num programa de pós-graduação. Esse dado evidencia uma realidade preocupante, pois, mesmo o pequeno percentual que teve acesso à programa de qualificação/capacitação, os cursos ofertados foram incipientes, com carga horária que permite apenas uma formação introdutória, sem a possibilidade de desenvolver estudos teóricos sistemáticos que possibilitem eficientes estudos de caso. Foi observado também que os/as gestores/as políticos não estão cumprindo as diretrizes da norma técnica de uniformização dos CRAMs que indica formação continuada e supervisão dos atendimentos, experiência que não foi vivenciada pelas profissionais que estão na ponta, na atuação direta com o público.

Considerando que a atuação nas Políticas Públicas se desvela como um campo relativamente novo que surge para os profissionais da psicologia e considerando também o esforço político, ainda que recente e tímido, da categoria profissional em dar visibilidade aos debates analíticos e gendrados que abarcam essa práxis, este estudo aponta que a psicologia ainda tem muito a avançar em termos metodológicos e teóricos. O campo de disputa política é um dos vetores de força mais relevantes para a sistêmica incorporação de análises críticas na psicologia tomando por base as epistemologias feministas.

No contexto baiano, este estudo demonstrou que a representação política regionalizada da categoria profissional evidencia além da incorporação, a predileção das epistemologias feministas em suas publicações e produções. Entretanto, os dados sobre a formação profissional

apresentados no capítulo 1 desta tese revelam que a qualificação ofertada pelas IES ainda não incluiu de modo sistemático conteúdos que ofereçam respaldo teórico, metodológico, analítico e crítico à luz das epistemologias feministas para o trabalho da psicologia nas políticas públicas e, especificamente, aqueles ofertados às mulheres.

Os dados apresentados até aqui sinalizam o descompasso entre o posicionamento do Sistema Conselhos e a construção curricular dos cursos de psicologia no Estado, evidências que nos leva a inferir que, mesmo onde a representação institucional da categoria demonstra predileção pelo viés epistemológico feminista, essa perspectiva analítica ainda não alcançou a academia, com a criação de espaços estruturados para o debate incorporado à formação. A clareza deste entendimento retoma a relevância do ativismo feminista interno da psicologia, para reivindicar a inclusão estruturada das epistemologias feministas nas diretrizes curriculares do curso, além de reificar a importância da militância em denunciar a negligência estatal ao demandar eficientes políticas públicas para as mulheres, o que equivale a dizer que é papel político da psicologia somar esforços na luta feminista.

CAPÍTULO 3

“O feminismo nos dá uma biografia. Ele é a narrativa de si, a autoavaliação crítica e autocrítica das mulheres. (...) o feminismo nos dá a chance de nos devolver ao nosso tempo, aos nossos pensamentos, ao nosso corpo”

Márcia Tiburi (2018)

INTERCONEXÕES, POSSIBILIDADES E DESAFIOS NO ENCONTRO DO FEMINISMO COM A PSICOLOGIA

A importância da inserção dos feminismos no campo da psicologia se deve ao esforço acadêmico das epistemologias feministas em romper com o naturalismo biológico, como as entidades fixas e naturais, forjadas por meio de hábitos socialmente legitimados, debate este pautado pelo feminismo há pelo menos um século (AMÂNCIO, 1998). Conceição Nogueira (2001) pontua a resistência da psicologia em incorporar o pensamento crítico dos feminismos aos seus paradigmas teóricos em função da ênfase positivista que dominou a ciência psicológica. Observa, contudo, certa abertura da psicologia a partir da segunda onda do feminismo.

Se ser feminista implica uma clara defesa dos interesses de um grupo, assumir o feminismo na ciência psicológica seria assumir como que a sua não-neutralidade (Harding, 1994; Kitzinger, 1991). A procura do conhecimento científico supõe-se ser neutra, objectiva, desapaixonada e desinteressada (pelo menos em termos da perspectiva da ciência moderna). (NOGUEIRA, 2001, p. 118)

Foi só a partir da década de 1970 que as reivindicações, ditas “apaixonadas”, de engajamento político em defesa e proteção de grupos sociais específicos, conseguem alcançar a seara científica que, apesar das forças de resistência, começam a problematizar sua concepção de neutralidade, a exemplo das questões em torno das diferenças sexuais “como algo a explicar e não explicável em si mesmo”. (AMÂNCIO, 1998, p.85). A tímida abertura aos conteúdos propostos pelas correntes críticas do feminismo provocou a psicologia a refletir sobre suas análises e considerações no que tange aos processos de subjetivação. Na sua grande maioria, as teorias psicológicas não consideram ou negligenciam os fenômenos culturais gendrados, alinhando-se ao pensamento moderno positivista de tendência universalizante.

Provocada pela militância crítica, a psicologia feminista surge no movimento da segunda onda do feminismo, entre as décadas de 1960 e 1970, especialmente na França e nos Estados Unidos, como resultado do ativismo acadêmico existente à época. A principal bandeira era a denúncia à dominação masculina e ao universalismo científico dos homens que invisibilizavam a especificidade das experiências das mulheres (NARVAZ & KOLLER, 2006). A perspectiva feminista na psicologia suscitou novas questões, ampliando e/ou modificando as lentes analíticas para considerar as relações entre gênero e poder, desnaturalizar fenômenos como a dominação masculina e a patologização das mulheres, entre outros efeitos do sexismo. No Brasil, a aproximação do feminismo com a academia foi feita inicialmente pela Sociologia, associada ao processo de redemocratização política, no final da década de 1970, debate que, na década seguinte, incluiu outras áreas do conhecimento, como a psicanálise e a psicologia (COSTA, 1994; FARAH, 2004; NARVAZ & KOLLER, 2007). Observa-se o surgimento de núcleos de estudos e pesquisas sobre a temática nas Universidades, ainda que circunscritos a grupos específicos e pouco valorizados no cenário acadêmico, sem ainda alcançar as bases curriculares da graduação. Conforme Narvaz e Koller (2007, p. 121),” Apesar da crescente consolidação deste campo de estudos no Brasil, sua inserção no espaço acadêmico sempre foi marginal, ocorrendo predominantemente na pesquisa, em detrimento do ensino”.

A relação entre psicologia e gênero só aparece na década de 1990, com grupos de trabalhos temáticos organizados pela Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). Apesar de mais de três décadas de grupos de estudos sobre a temática, ainda hoje essa interconexão é muito tímida. A Revista Estudos Feministas e a Caderno Pagu são os dois periódicos científicos de maior relevância e expressão no país com produções sobre os estudos de gênero, ambos criados no início dos anos 90. Em suas publicações, a Psicologia possui participação marginal, com apenas 4% e 2% respectivamente (NARVAZ, 2009). Pesquisa realizada em sites do Sistema Conselhos, descrita no capítulo anterior desta tese, revela que, apesar do lapso temporal, a psicologia ainda não incorporou de forma substancial a discussão de gênero a partir dos estudos feministas.

A despeito das dificuldades e desafios, o intercâmbio entre a psicologia e o feminismo revela-se muito fértil. Esta interconexão de grande potencial colaborativo vem sendo construída e demandada pelas práticas da psicologia e em suas implicações na construção da sociedade que o feminismo busca transformar, especialmente quando se trata das políticas públicas para as mulheres. Essa associação, nomeada Psicologia Feminista, faz significativa diferença nas práticas psicológicas em diferentes âmbitos, destacando-se aqui a clínica e as políticas públicas, o que exige esforços coletivos para a promoção de uma clínica-política, baseada na resistência

e em formas de subjetivação que apontam caminhos para a construção potente de uma psicologia engajada com o projeto emancipatório das mulheres e contra a naturalização da violência.

EXISTE PSICOLOGIA FEMINISTA NO BRASIL?

Um campo científico não existe a despeito das pessoas que o produzem. Pelo contrário, é tão vivo quanto aqueles que o sustentam e tão dinâmico quanto as trocas e o jogo de forças por elas gerado.

(Nuernberg, 2005:283).

Início este tópico com uma pergunta feita pela psicóloga Marília Saldanha da Silva em sua tese de doutoramento em psicologia social: “Se existem várias psicologias e vários feminismos, é possível que exista *a psicologia feminista?*” (2018, p.18) A autora, em diálogo com teóricas como Martha Narvaz e Conceição Nogueira, entende a interlocução da psicologia com o feminismo “como um espaço estratégico entre o feminismo e a psicologia que critica as concepções da psicologia positivista tradicional” (2018, p.18). Saldanha nomeia este encontro como uma vertente da psicologia. Segundo o dicionário Aurélio (1988), vertente refere-se a algo que se discute, ou seja, a autora não define a psicologia feminista como um campo ou uma abordagem, este entendimento coaduna com a perspectiva de algumas produções acadêmicas sobre o tema, como as de Lenise Borges (2014) e Nuernberg et al (2011), que não apresentam uma definição para a Psicologia Feminista no Brasil por afirmarem a inexistência deste campo, reconhecendo apenas a presença de debates feministas e estudos de gênero em diálogo com a psicologia.

Outras produções fazem referência à Psicologia Feminista a partir de sua prática, nomeada de Terapia Feminista, entendida como atuações e manejos psicoterapêuticos referenciados no arcabouço teórico das epistemologias feministas, que enfatiza o engajamento político e o olhar gendrado para as leituras terapêuticas, por meio de análises contextuais e viés intersubjetivo (FIDELES & VANDENBERGHE, 2014). Martha Narvaz e Sílvia Koller (2007), ao discutirem a terapia feminista da família, defendem que não se trata de um novo modelo terapêutico, mas reiteram a inclusão de abordagens feministas e estudos de gênero como fundamental para o entendimento das relações de poder nos sistemas familiares, com atenção especial aos padrões sexistas e compromisso com o empoderamento feminino e a desconstrução da norma patriarcal hegemônica.

Já Sofia Neves & Conceição Nogueira (2003) ampliam o entendimento sobre a Psicologia Feminista, reiterando sua designação como um espaço estratégico entre estas duas áreas de saber, incluindo sua importância como prática terapêutica também destinada aos homens, numa linha de ação ativamente antixista, por meio do fomento de masculinidades aliadas a valores de igualdade e justiça social “numa lógica de intervenção social alargada e colaborativa, na qual os esforços de coligação com a comunidade são uma constante” (NEVES & NOGUEIRA, 2003, p. 58). Conceição Nogueira (2001) destaca que a repercussão da teoria feminista na psicologia desbiologiza o gênero e contribui para o entendimento do impacto dos seus lugares culturais nos mecanismos psicológicos. Perspectiva que se dispõe à criação de espaços alternativos de ressignificações socioculturais. (TIMM ET AL., 2011). A dimensão interseccional também é mencionada como essencial para a Psicologia Feminista por enfatizar a relevância da leitura dos marcadores sociais da diferença em seus manejos e análises. (PERUCCHI et al., 2013; NARVAZ, 2009; SALDANHA, 2018; NOGUEIRA 2017).

Todos os textos produzidos em língua portuguesa e citados nesta tese, que se debruçam sobre estudos e pesquisas referentes à Psicologia Feminista apontam como o principal objetivo a produção de saberes e práticas que se propõem à superação do modelo patriarcal hegemônico produtor de subalternidades e adoecimentos psíquicos, sobretudo para as mulheres. Apesar de descrever os objetivos da Psicologia Feminista, os textos não definem com clareza o seu conceito. Marília Saldanha (2018) ao tratar da psicologia feminista brasileira, considera essa ausência de definições como “a reiteração de um apagamento” do seu conceito, fenômeno que evidencia a marginalidade e recusa de uso do termo “feminista”, sendo mais frequentes enunciados substitutivos como “psicologia de gênero”, “estudos de gênero” ou “abordagens feministas”. Para Adriano Nuernberg (2005) a psicologia feminista no Brasil não assume esta denominação e é nomeada como “estudos de gênero” porque o feminismo brasileiro adotou uma posição moderada de integração, evitando as tensões políticas em torno do termo “feminismo”, comportamento que favoreceu a entrada destes estudos na academia, pela compreensão de que o termo “gênero” é uma categoria de análise que atenua e/ou invisibiliza a dimensão política militante que o “feminismo” carrega.

Tendo em vista a pluralidade, tanto da psicologia como do feminismo, é preciso compreender como se dá a integração das epistemologias feministas à psicologia, de modo a delinear um campo conceitual para este encontro de saberes, como sinaliza Marília Saldanha:

Os enunciados que se apresentam para dar os contornos sobre a psicologia feminista se fragmentam em definições genéricas e pouco discriminativas. A identificação de que psicologia e de que feminismo estão falando é pouco

visibilizada, o que torna a identificação dos próprios enunciados nebulosa, uma vez que se definem pela oposição (crítica ao patriarcado, à dominação masculina, ao falocentrismo, ao positivismo, à neutralidade, etc) mais do que pela via de uma positivação. Os enunciados sobre a reiteração de sua posição periférica, por outro lado, são evidentes na maior parte das produções, podendo ser ironicamente categorizados como quase um mantra. (SALDANHA, 2016, p.47)

As considerações da referida autora indicam a necessidade de afirmar um ativismo que reivindica a importância de um campo político e teórico sem o devido delineamento de enunciados conceituais, a característica marcante que a autora ironiza nomeando de “mantra”, marca a presença das epistemologias feministas que se propõe à crítica ao modelo cartesiano e positivista da ciência. Em concordância com a autora, para contornar um campo teórico é necessário elucidar de modo explícito e bem marcado os enunciados e limites que constituem sua nítida e precisa identificação, entretanto, essa lógica precisa não é frequente na psicologia “ao contrário, há intensas disputas, pouca tolerância sobre pontos de vista diferentes e nenhuma concordância sobre quais seriam os pressupostos teóricos básicos. Problema que, como temos visto, acomete toda a Psicologia” (SPINK; SPINK, 2015, p. 679), a ênfase nas disputas políticas em defesa de uma abordagem feminista para a psicologia, em detrimento dos limites difusos, opera na lógica de constituição dos campos psicológicos.

É consenso entre as estudiosas e estudiosos do tema que, diante dos diversos campos e abordagens *Psi*, a Psicologia Feminista foi acolhida especialmente pela Psicologia Social, entretanto, a pluralidade deste campo, pautado pelas origens múltiplas que o constituem, muitas delas de base tradicional e positivista, não nos permite falar de um acolhimento generalizado. Foram sobretudo as vertentes da psicologia social que priorizam o viés político em suas análises, como a psicologia crítica⁶⁴, que incorporaram os enunciados conceituais da Psicologia Feminista.

Lenise Borges (2014) anuncia que apesar do acolhimento na área social, a discussão sobre o tema tem se ampliado para outros campos da psicologia. De modo prático é possível evidenciar essa porosidade, a exemplo do último processo seletivo para professor(a) do Instituto de Psicologia da UFBA, publicizado pelo Edital Interno nº 01/2021, no qual a prova didática

⁶⁴ A psicologia crítica é uma termo de uso corrente, que surge a partir das discussões e rupturas internas da psicologia social, e pode ser encontrado com múltiplos usos para afirmar o caráter histórico dos fenômenos sociais, para sinalizar um compromisso com a transformação social e uma sociedade mais equânime, para assumir posturas holistas e transdisciplinares, para arguir contra o paradigma positivista, para apontar o caráter político das práticas científicas e para focalizar os aspectos éticos das práticas profissionais, constituindo-se muito mais como uma frente de luta ampla do que um movimento articulado; uma aliança de argumentos e práticas, em vez de uma escola. SPINK; SPINK, 2015)

para a disciplina de “Psicologia da Saúde” tinha como ponto único o tema: Psicologia e os efeitos dos marcadores de gênero, raça/cor e classe social para o processo saúde-doença-cuidado. O tema pressupõe uma discussão que exige a compreensão crítica dos debates epistemológicos do feminismo, em diálogos que não estão circunscritos apenas ao campo da psicologia social crítica. Entretanto, essa mudança não pode ser lida como uma tendência, vale ressaltar a singularidade vanguardista da UFBA, em implementar no ano de 1983, ainda no período ditatorial, o primeiro programa de pós-graduação da América Latina em estudos interdisciplinares sobre Mulheres (Neim), sediado no mesmo campus do curso de Psicologia, vizinhança geográfica que fomenta intercâmbios e trocas de saberes favoráveis a abertura epistêmica que produzem editais igualmente vanguardistas.

Em busca da descrição de outras definições e entendimentos sobre a Psicologia Feminista em artigos de língua portuguesa, propostos especialmente por autoras e autores brasileiros, é notória a escassez de produções acadêmicas e um número ainda menor de estudosas e estudiosos sobre o tema no país, dado que demonstra a ausência do posicionamento feminista na teorização psicológica. Além da escassez de produção acadêmica, a existência do que Marília Saldanha (2018) chama de “Psicologia Híbrida⁶⁵” é problematizada em função de algumas características como a interdisciplinaridade e seus campos de luta, os aspectos teórico/metodológicos da psicologia, da ciência e da política, a objetividade do conhecimento, a neutralidade científica e a contribuição das teorias críticas feministas e dos estudos de gênero à psicologia, elementos que relativizam a existência de uma Psicologia Feminista brasileira, como salienta a autora:

Uma parcela do campo da psicologia social acolheu os estudos de gênero, mas no Brasil isto não significou a construção de um campo de psicologia feminista e nem de uma disciplina, assim nominada. Temos estudos de gênero, estudos feministas, perspectiva feminista, mas não temos uma psicologia feminista, ou psicologias feministas, muito menos psicoterapias feministas legitimadas pelos conselhos, afirmada de modo menos disperso entre as pesquisadoras ou presente em títulos de artigos (...). Mas isto não significa que esta psicologia híbrida não esteja sendo praticada, construída e demandada em alguma medida como podemos constatar em ações *psis* fora da academia. (SALDANHA, 2016, p.49)

Apesar dos melindrosos debates sobre a existência da Psicologia Feminista no Brasil, com estudosas/os que não a reconhecem nem a validam como uma abordagem, e a despeito de

⁶⁵ Termo cunhado pela autora que apesar de não descrever explicitamente qual o seu entendimento sobre essa “categoria”, seus textos sugerem a referência ao cruzamento da ciência psicológica com as epistemologias feministas. (SALDANHA, 2016)

sua invisibilidade institucional, defendo a sua existência como campo prático e teórico consistente, referenciado nas bases epistemológicas dos feminismos que valorizam e respeitam o compromisso com a dimensão igualitária e não violenta no manejo clínico, com olhar aguçado para os marcadores sociais da diferença nas análises de conjuntura. A Psicologia Feminista enfatiza a intersubjetividade como estrutural no processo de subjetivação, em detrimento dos aspectos intrapsíquicos das abordagens clássicas, sem negá-lo. Aliando-se ao entendimento de que pensamentos e emoções são resultados de contextos sociais e culturais e que sintomas psicológicos são estratégias adaptativas (FIDELES & VANDENBERGHE, 2014), concepção que emoldura dimensões teóricas e define práticas específicas que serão discutidas no tópico seguinte.

Embora a Psicologia Feminista não se constitua como uma abordagem efetivamente institucionalizada no Brasil, sobretudo pela carga política que o feminismo carrega, associada à resistência social pelo termo, essa abordagem norteia práticas psicológicas, como a minha, que atuo há mais de dez anos, bem como de outras profissionais da psicologia, como Martha Narvaz, co-orientadora deste estudo que, reiteradas vezes, em reunião de orientação, afirmou praticá-la há mais de 30 anos. Apesar de ainda não compor um campo reconhecido institucionalmente na academia, afirmar sua existência é um ato político fundamental para desmistificar a resistência e o preconceito da Psicologia em abrir-se para o entendimento do feminismo como campo teórico e prático de elevada relevância para as análises psicológicas, independente do seu corpus. Como afirmam Luísa Saavedra e Conceição Nogueira:

As psicólogas feministas aspiram à promoção de uma disciplina aberta à mudança, que valorize e promova a igualdade e a justiça social entre grupos e indivíduos e que seja activa na insistência para o bem-estar, quer de homens, quer de mulheres, de todos os grupos sociais. Por isso, a psicologia feminista abriu portas que não serão facilmente fechadas. (SAAVEDRA & NOGUEIRA, 2006, p. 123)

O excerto acima refere-se à realidade portuguesa e foi escrito pela autora da tese que “estreou” a Psicologia Feminista em Portugal, no ano de 1997 (OLIVEIRA, SAAVEDRA, NEVES & NOGUEIRA, 2013). Apesar desse lançamento, a Psicologia Feminista ainda não foi institucionalizada no país. A literatura disponível revela que não são tão explícitas as aproximações entre psicologia e feminismo, interconexão relativamente recente e que ainda não se solidificou na academia. Segundo Marília Saldanha (2018), a situação da Psicologia Feminista fora do Brasil também é marginal. Há núcleos e grupos de pesquisa que se dedicam

aos estudos sobre a temática, a grande maioria deles implantados a partir dos anos 2000, mas ainda sem reconhecimento institucional.

A situação de Portugal também se repete na Espanha e no Canadá. Apenas os EUA possuem uma relação relativamente antiga com a interlocução entre estes campos de saber que remetem ao feminismo de primeira onda, no início do século XX. Contudo, somente em 1973, fruto da militância interna da psicologia no país, é que foi criada na Associação Norte-americana de Psicologia (APA) a “Sociedade pela Psicologia da Mulher”, ação que abriu espaço para o reconhecimento e a institucionalização das pautas da Psicologia Feminista no contexto estadunidense, a exemplo de estudos sobre mulheres, minorias étnicas e sexuais, políticas públicas, entre outros temas (NARVAZ, 2009).

No Brasil, a atual e severa crise política abalada pela ascensão da extrema-direita na gestão do país, permeada por narrativas de ódio ao debate de gênero e ataque ao feminismo, coloca em risco o avanço para a emergência da Psicologia Feminista, como salienta Marília Saldanha:

De um certo modo, podemos pensar que entramos novamente num período espinhoso para se falar em psicologia feminista diante dos efeitos que estes governos com estes posicionamentos poderão ter sobre a educação brasileira, em especial, sobre a pesquisa e os estudos nas universidades públicas, onde o campo de gênero tem seu território de ação mais consolidado, efeito dos contágios com os movimentos sociais feministas, das discussões extra-muros e dos núcleos de pesquisas. (SALDANHA, 2016, p. 48)

Outrossim, existem no Brasil movimentos ativos de profissionais da psicologia que se alinham às perspectivas ideológicas conservadoras e defendem posicionamentos políticos de extrema-direita, com defesas públicas ao negacionismo das discussões de gênero, a exemplo da Chapa 24 “Movimento Psicólogos em Ação”, que concorreu às eleições para o Conselho Federal de Psicologia em 2019 e conquistou 6% dos votos válidos. O movimento também concorreu para as vagas nos Conselhos Regionais de Psicologia do Distrito Federal e do Rio de Janeiro, também em 2019, e obteve como resultado 10% e 9% dos votos válidos, respectivamente. Na campanha eleitoral, a Chapa 24 apresentou como pauta prioritária “o fortalecimento da família brasileira”, o “ataque às políticas de esquerda” e ao “aparelhamento ideológico partidário do Sistema Conselhos” somados ao enfrentamento da “ideologia de gênero” e às frequentes narrativas cristãs presentes nos conteúdos publicados nas redes sociais do coletivo. Outro exemplo é o CPPC – Corpo de Psicólogos e Psiquiatras Cristãos, que irá realizar no segundo semestre do ano corrente o XXI Congresso Nacional do CPPC e VII Congresso Latinoamericano de Psicólogos e Psiquiatras Cristão, com o tema “Família, Espiritualidade e Resiliência Num Mundo Pós-Pandemia”. Revelam-se aqui a heterogeneidade

e as contradições do campo *psi*, marcas de uma sociedade que tem projetos políticos em constante disputa, inscrevendo-se neste cenário as resistências à validação da Psicologia Feminista.

PSICOLOGIA FEMINISTA: A PRODUÇÃO DE UMA CLÍNICA-POLÍTICA

A psicologia feminista, defendida por diversas teóricas/os como Martha Narvaz, Marília Saldanha, Conceição Nogueira, Sofia Neves, Adriano Nuernberg entre outras/os, posiciona-se num lugar estratégico de intercâmbio entre a psicologia e os feminismos, afirmando-se como resposta de resistência a um modelo de ciência positivista e androcêntrica que se pretende neutra, tradicional e “asséptica” sem considerar os contextos social, cultural e político bem como seus marcadores sociais da diferença, e ambiciona constituir-se como instrumento de transformação cultural no enfrentamento das estruturas sociais que fomentam valores classistas, racistas, capacitistas e patriarcais. Constituindo-se como ferramenta teórica potente para o atendimento às mulheres com vivências de violência de gênero, esta abordagem aposta no encontro entre Psicologia e feminismos como referências analíticas para o reconhecimento dos aspectos socioculturais e psicológicos relacionados à violência de gênero, produzindo uma prática comprometida com a escuta crítica de gênero e suas intersecções com raça, etnia e classe, com o posicionamento político na luta a favor da emancipação feminina e da desnaturalização das violências contra as mulheres, portanto, engajada no cuidado e atenção à garantia dos Direitos Humanos e comprometida com as transformações sociais (SALDANHA, 2013).

A Psicologia Feminista alenta práticas que intervêm na esfera individual com engajamento micropolítico, objetivando impactos sociais, numa perspectiva que rompe com a concepção patológica da clínica tradicional que prioriza a concepção individualista (NEVES & NOGUEIRA, 2004). Ao tratar das ferramentas terapêuticas utilizadas pela Psicologia Feminista, o posicionamento político crítico que se dispõe a analisar as estruturas de poder imbricadas nas relações é o que mais se destaca. Ainda que mencionando os conflitos e tensões, há textos que chegam a tratar a psicologia feminista no plural, pela diversidade de práticas possíveis.

Apesar da existência de conflitos internos, e de debates contínuos, a psicologia feminista continua a crescer e a mostrar-se frutífera no levantar de problemas e soluções alternativas construtivas assim como abordagens inovadoras. Segundo Wilkinson (1996), a diversidade das psicologias feministas, tanto ao

nível dos temas de estudos como dos métodos de investigação tem sido altamente positiva e a multiplicidade das práticas de investigação em psicologia sugere a maturidade deste domínio. Para Keller (1996) os conflitos que estas diferentes posições feministas críticas acarretam, podem ser considerados como benefícios libertadores para a própria ciência. A pluralidade preconizada pelo pós-modernismo aliada a um posicionamento realista crítico poderá ser uma solução a valorizar. (SAAVEDRA, Luísa; NOGUEIRA, Conceição, 2006)

As referências tratam dos desdobramentos da psicologia feminista praticada no contexto europeu e, embora considere as possibilidades plurais, mantém-se o destaque ao posicionamento crítico e político.

Nesse sentido, ao buscar a caracterização das grandes temáticas desta prática clínica, tomando como referência os poucos artigos produzidos em português que tratam sobre o tema, Fideles e Vandenberghe (2014) identificam três categorias amplas que definem o estilo clínico das terapias feministas, a saber: viés contextual; relação terapêutica igualitária e mudança bidirecional; validação da perspectiva e da vivência da cliente. Esta síntese das principais características da Psicologia Feminista sumariza os pontos convergentes das diversas práticas possíveis. O estilo clínico é o resultado dos constructos teóricos e éticos que compõem as terapias feministas.

A primeira categoria refere-se ao viés contextual que prioriza a avaliação das demandas a partir das causas externas, em detrimento das explicações intrapsíquicas. As análises de conjuntura de cunho político-social, a compreensão das relações de poder a partir das performances de gênero e demais marcadores sociais da diferença, da distribuição de papéis sociais e da sensibilidade para escuta dos processos de subjetivação baseadas nos discursos situados, são estratégias terapêuticas de viés contextual que identifica o que considero o principal estilo clínico da Psicologia Feminista. A perspectiva contextual é muito eficiente no processo de “empoderamento” de sujeit@s que se localizam em posições de subalternidade em suas relações pessoais, ao viabilizar mudanças nas condições e relações sociais por meio da ampliação da consciência política e pela problematização de constructos intrapsíquicos tradicionais que leem as causas do sofrimento e opressão como patologias e adoecimentos individuais. As terapêuticas feministas enfatizam as ações assertivas, considerando as condições de possibilidade do contexto, em especial a dinâmica micropolítica de saber-poder presentes nas relações sociais.

A segunda categoria diz respeito à relação terapêutica igualitária e mudança bidirecional, ela enfatiza a necessidade de envolvimento genuíno da terapeuta na relação, tendo por base a igualdade e a emancipação como valores imprescindíveis para as terapias feministas,

que também se faz presente em diversas abordagens teóricas que dialogam e convergem com a Psicologia Feminista, a exemplo do pressuposto da intersubjetividade proposto pela teoria sistêmica⁶⁶. Martha Narvaz e Sílvia Koller (2007, p. 124) pontuam que “as teorias sistêmicas, desde seu surgimento, re-localizam a gênese das dificuldades individuais nos processos e relações intersubjetivas.” A construção de um relacionamento terapêutico igualitário colabora com o processo de ressignificação das relações hierárquicas de poder nos demais contextos sociais, postura que exige da terapeuta uma constante avaliação de suas condutas, com sensibilidade ética de autoavaliação e abertura para possíveis mudanças que evitam reproduzir as armadilhas dos modelos dominantes que reiteram papéis sociais de controle e limitam o desenvolvimento/exercício de autonomia, dinâmica que produz mudanças bidirecionais na relação terapêutica.

O compromisso com a mudança social sustenta a recusa de considerar a imparcialidade como um objetivo para a terapeuta. Considerando que as práticas terapêuticas são permeadas de valores, a terapeuta deve atentar constantemente para suas próprias atitudes e para o modo como estas interferem no processo terapêutico. Já que a terapeuta assume sua parcialidade, ela deve estar sempre aberta a questionar os próprios valores. (FIDELES & VANDENBERGHE, 2014, p. 24)

A adoção de um viés contextual expõe a vulnerabilidade da terapeuta, com o propósito de construir uma cultura clínica mais equitativa. Contradizer ou validar as vivências subjetivas compartilhadas exige um olhar sensível para identificar possíveis diferenças de poder ou de saber que podem desqualificar a experiência real da pessoa, reiterando causas de desorganização psicológica. A dimensão política de avaliar criticamente as intenções e posturas de quem conduz o processo exige uma atenção especial ao impacto dos seus valores e sentimentos, análise que fala sobre a distribuição de poder no relacionamento e sugere abertura a mudanças bidirecionais que fomentem uma relação terapêutica mais igualitária.

A terceira e última categoria que caracteriza o estilo clínico das terapias feministas foi nomeada como “Validação da perspectiva e da vivência da cliente”, postura que compreende os sentimentos como fruto da interação social, por entender que a qualidade das relações são responsáveis pelos dinâmicos quadros de saúde-doença em substituição aos diagnósticos de

⁶⁶ O pressuposto da Intersubjetividade, com referências na teoria da complexidade de Edgar Morin, descreve processos sistêmicos que conduzem à mudança ou à adaptação ao meio, ele inclui quem observa como agente construtor da realidade observada. Introduce em suas avaliações conceitos da teoria sistêmica como autonomia, circularidade e imprevisibilidade. Ao traduzir estes conceitos para a dimensão psicoterapêutica, eles transformam a clássica relação cliente-terapeuta numa lógica não hierárquica, pautada na co-construção de novas realidades, num processo que considera as multiplicidades de fatores e circunstâncias que impactam em todo o sistema, incluindo a relação cliente-terapeuta. (VASCONCELOS, 2013)

base intrapsíquica para os problemas psicológicos, considerando a validação dos sentimentos e seu uso como valiosas pistas para a compreensão das contingências que o geraram.

A associação da psicologia ao feminismo e um olhar amplificado para as questões sociais produz um saber científico emancipatório e politizado. A perspectiva da psicologia feminista é fecunda por propor manejos clínicos, com base no pensamento contra-hegemônico de leituras individualizantes e patologizantes da subjetivação, com intervenções alternativas ao modelo positivista para ressignificação das experiências de sofrimento, atentando-se aos discursos de dominação e à cultura patriarcal como produtores de efeitos psíquicos que impactam diretamente na estruturação do pensamento e na produção de sintomas (TIMM, PEREIRA, GONTIJO, 2011). As terapias feministas pretendem contribuir para o empoderamento, especialmente das mulheres, propondo-se a auxiliar na identificação de capacidades e de competências a fim de esboçarem estratégias de resistência diante das opressões sofridas, conquistando como resultado mudanças comportamentais, tanto individuais quanto coletivas, que alteram qualitativamente as relações com o contexto social de que participam (BROWN, 2009; EVANS *et al.* 2011).

É importante ressaltar que esta abordagem tem aplicabilidade ampla e universal, o que significa dizer que pode ser utilizada como orientação teórica e prática em qualquer tipo de relação terapêutica. Entretanto, seu arcabouço epistemológico comprometido ativamente com o empoderamento dos grupos oprimidos, articula terapia e política, forjando uma prática comprometida com a crítica da sociedade patriarcal e com a mudança social na busca de relações mais justas e igualitárias (NARVAZ & KOLLER, 2006d), comprometimento que produz efeitos potentes nas terapias de família e casal e nos casos relacionados à violência de gênero, além da grande contribuição analítica para ajudar a psicologia a pensar as pautas sobre garantia de direitos humanos e as políticas públicas destinadas às populações em situação de vulnerabilidade.

As práticas da psicologia feminista provocam ações que viabilizam o compromisso do saber *psi* com as propostas do feminismo em estimular o aumento da consciência cívica, o comprometimento com a informação, formação e educação para a cidadania, posicionamento frente às reformas legislativas e iniciativas comunitárias (locais e nacionais). Assim, os aportes feministas instrumentalizam a Psicologia a colaborar com as redes de enfrentamento que buscam dar conta da complexidade da violência contra as mulheres e do caráter multidimensional e sistêmico deste fenômeno, que envolve as áreas da saúde, da educação, da segurança pública, da assistência social, da justiça, da cultura dentre outras áreas com atrizes e

atores políticos que se dispõem a colaborar com as pautas de transformação social encampadas pelas redes. (SALDANHA, SCARPARO & STREY, 2013).

Quanto à reconhecida eficiência da Psicologia Feminista, Neves & Nogueira (2003) apontam que ainda é tímido o processo de adoção e reconhecimento de suas metodologias. Pois, apesar das críticas, as referências metodológicas da psicologia ainda seguem hegemonicamente a tradição positivista. Diferentemente dos rigorosos e encapsulados métodos tradicionais, comedidos numa suposta neutralidade científica, as metodologias feministas são entendidas como ferramentas estratégicas de mudança social que refletem diferentes perspectivas e teorias feministas, todas elas conectadas por um denominador comum e principal bandeira do feminismo: o princípio da igualdade entre os sexos (RAMAZANODLU & HOLLAND, 2002). Como nos situam Neves & Nogueira (2003, p. 47)

É com base neste princípio da igualdade entre os sexos que as metodologias feministas pretendem, acima de tudo, garantir a criação de um compromisso científico, social, cultural e político que legitime e valorize, numa perspectiva de equidade, as experiências dos homens e das mulheres, bem como os significados que homens e mulheres constroem acerca das suas realidades sociais. E é precisamente esta lógica de compromisso declarado que consideramos ser a mais-valia das metodologias feministas, e por inerência, a mais-valia da utilização dos princípios feministas a serviço da Psicologia.

A mais-valia nomeada pela autora diz respeito à pluralidade metodológica que permite abertura à variedade e criatividade, não obstante preserva o eixo comum que as conecta, pautado na reflexividade como instrumento crítico, na democratização do poder, no compromisso com a igualdade e a emancipação, no respeito à diversidade identitária, no fomento da consciência política e na atenção às questões de gênero. Baseando-se na pluralidade teórica que caracteriza as epistemologias feministas, muitas/os autoras/es reivindicam a mesma diversidade metodológica para as intervenções e investigações da Psicologia Feminista como uma postura política de resistência à universalidade da metodologia científica. Conforme Martha Narvaz e Sílvia Koller (2006), não importa o método a ser utilizado, desde que a perspectiva não-sexista, onde se incluem aspectos de gênero e de poder na construção do conhecimento se façam presentes. Já outras investigadoras, continuam as autoras, propõem que as metodologias quantitativas e o uso de testes padronizados são contraditórios às metodologias feministas. Ainda que haja discordância sobre os aspectos metodológicos, a construção de uma clínica-

política proposta pela psicologia feminista oferece um novo modo de fazer científico, mais sensível às dores sociais e enlaçado ao pensamento decolonial⁶⁷.

As referências decoloniais, especialmente as de ascendência ameríndia, constituem-se como um campo epistemológico muito relevante, por oferecer perspectivas teóricas e saídas práticas que se alinham com as propostas da psicologia feminista, especialmente aquela que tem sido construída nos países latino-americanos. Como apresentação panorâmica deste campo, recorreremos a obra-convite de Maria Lugones (2014) intitulada: “Rumo ao feminismo descolonial”, texto em que a autora apresenta o conceito de Colonialidade de Gênero, compreendido como o exercício de poder concreto, intrinsecamente relacionado em diversas práticas sociais, poder que circula nos níveis dos corpos de modo que sua lógica precisa ser compreendida no mesmo patamar como corpos que não seguem a lógica da política colonial. O texto é uma convocação à prática de um feminismo decolonial que dialoga com os pressupostos da Psicologia feminista, chamando a atenção para reavaliarmos constantemente nossas práticas, para não negligenciarmos a diferença colonial e largarmos nosso encantamento com a “mulher universal”, aprendendo com as outras formas de experienciar o feminino, resistentes à diferença colonial, lugar que devemos residir buscando compreender que a subjetividade corporificada e a institucional são igualmente concretas.

Lugones (2014) incentiva a tensão entre a desumanização e a paralisia da colonialidade do ser, ela nos convoca à mudança, à resistência, à presença da tensa multiplicidade e a atividade criativa do ser-sendo, pois afirma que, caso contrário, fica apenas a colonialidade de gênero como algo dado, fossilizado, como memória congelada de uma noção pré-colonial do social. Ao fazer sua convocação, a autora chama a atenção para o caráter coletivo de mudança que rompe com a lógica colonialista, pois a transformação se dá nas práticas sociais cotidianas que forjam modos de vida e subjetividades de resistência. Lugones (2014) manifesta interesse no que chama de uma ética de coalizão-em-processo, em termos de ser-sendo e ser-sendo-em-relação referenciado em Audre Lorde. Neste caso, a relação assenta-se na lógica da multiplicidade, dando visibilidade à diferença colonial em detrimento de repensar a relação com

⁶⁷ Corrente de pensamento que propõe uma releitura da modernidade capitalista colonial enfatizando sua imposição presentes na ecologia, economia, governo e etc, que reverbera nas práticas cotidianas de cuidado, no mundo espiritual e no conhecimento. Diversas autoras feministas são adeptas a esta corrente de pensamento, a exemplo de Maria Lugones, autora que critica a lógica categorial dicotômica e hierárquica do pensamento capitalista colonial moderno, por ser um modelo que pretende organizar o mundo ontologicamente em termos de categorias homogêneas e separáveis a exemplo do universalismo feminista, criticado por mulheres de cor e do terceiro mundo, que reivindicam uma intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero que supere as categorias da modernidade.

o opressor a partir do ponto de vista do oprimido. Segundo Lugones (2014) a multiplicidade nunca é reduzida, ela marca um começo chamado de giro descolonial.

O feminismo decolonial, na busca pela desconstrução da lógica da colonialidade universalizante, assim como as demais vertentes do feminismo e da psicologia social crítica, que consideram as multiplicidades interseccionais e possuem arcabouço teórico-político que pensa o impacto do poder e da dominação patriarcal expresso nas relações intersubjetivas, são fontes potentes da psicologia feminista que oxigenam a psicologia, incorporando outras cosmologias de saber que vão na contramão do tradicional pensamento psicológico intrapsíquico, produzindo uma clínica-política de sustentação da vida.

PSICOLOGIA FEMINISTA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES NO CONTEXTO BAIANO

Todo o percurso teórico traçado neste estudo foi um esforço em registrar o quanto é recente a aproximação da psicologia com o feminismo e como esta relação historicamente vem-se constituindo como tensa e desafiadora. Na introdução deste texto-tese menciono como foi tardio o meu acesso à Psicologia Feminista, apesar de uma trajetória como pesquisadora envolvida com estudos sobre violência de gênero contra as mulheres e ativista na militância feminista. Os debates sobre Psicologia Feminista tem um histórico de invisibilidade, eles são muito recentes no país e limitados a pequenos grupos. Na mesma sessão pontuo o ineditismo desta pesquisa ao identificar a ausência de estudos sobre Psicologia Feminista produzidos no nordeste brasileiro, inaugurando espaço para novas vozes que respondem às circunstâncias locais.

As poucas publicações sobre Psicologia Feminista são, em quase toda sua totalidade, produzidas por pesquisadoras sulistas, marcador geográfico que reitera a histórica constituição desigual de nosso país que concentra riqueza econômica no sul e sudeste brasileiro, impactando sobretudo na produção científica acadêmica. Fenômeno que podemos avaliar sob a ótica dos estudos pós-coloniais sobre o “Sul Global”⁶⁸, em que destacamos Boaventura de Sousa Santos (2009) e Edgar Morin (2011), como os dois dos principais cientistas que se dedicam a realizar este debate. No contexto local do nosso país, a lógica geográfica se inverte, sendo o Norte-nordeste a representação do “Sul Global” que se localizam à margem do centro de poder, cujas

⁶⁸ Termo utilizado em estudos pós-coloniais e transnacionais que pode referir-se tanto ao terceiro mundo como ao conjunto de países em desenvolvimento. Também pode incluir as regiões mais pobres (em geral ao sul) de países ricos (do norte).

reverberações da dependência política e econômica se fazem sentir no domínio do saber, conforme Morin (2011) e Santos (2009) destacam a relevância das escritas desse “Sul Global”. O debate no âmbito da comunidade científica reconhece a necessidade de dar espaço para conhecimentos provenientes dos saberes do “Sul global” como estratégia eficiente em prol da descolonização do saber.

Sobre o tema deste estudo, a problemática gira em torno do peso que a dimensão política do termo “Feminismo” carrega em sua estreita relação com a militância que não o legitima diante da comunidade científica e acadêmica, o que, segundo Narvaz & Koller (2007, p. 121) “parece estar associado à relação do surgimento e da institucionalização deste campo de estudos com os movimentos sociais, em sua estreita vinculação com os partidos de esquerda e com os movimentos de mulheres”. Apesar da quase inexistência do campo no que se refere ao número de publicações acadêmicas, a abordagem se faz presente nas narrativas e práticas de psicólogas e psicólogos que se alinham ao debate feminista e utilizam o arcabouço teórico do feminismo como ferramenta prática, muitas vezes travestido de “estudos de gênero” para torná-lo mais palatável cientificamente.

Na ausência do reconhecimento institucional da Psicologia Feminista, o que sustenta a sua existência prática é a dimensão orgânica dos efeitos micropolíticos que atravessam algumas narrativas *Psi*. O uso das mídias sociais tem sido muito explorado por profissionais da psicologia, para divulgação de serviços através da produção de conteúdos digitais. Nestes canais de comunicação, a Psicologia Feminista e suas ferramentas transitam com maior robustez, em especial quando se trata de conteúdos relacionados à violência de gênero contra as mulheres e contra a população LGBTQIA+, é cada vez maior o número de perfis no *instagram* relacionados à Psicologia Feminista⁶⁹, as publicações emergem numa velocidade infinitamente superior às das revistas científicas mencionadas neste texto. Esta observação evidencia a existência prática da Psicologia Feminista brasileira e sinaliza a urgência da institucionalização de formações específicas, pois, apesar da projeção do campo demonstrada pelas publicações em redes sociais, muitos conteúdos revelam-se equivocados, indicando pouca compreensão das epistemologias feministas, via de regra ausentes dos currículos de graduação.

Neste período pandêmico, a psicologia necessitou reinventar suas estratégias de ação, e a oferta de atendimentos online aumentou exponencialmente (BELO, 2020). Outrossim, o isolamento social imposto pelos organismos de saúde para contenção do vírus agravou a

⁶⁹ Ao usar o termo “Psicologia Feminista” no campo de busca do aplicativo Instagram foram devolvidos como resultado 58 perfis que usam como descritor de identificação do perfil o termo “Psicologia Feminista” (pesquisa realizada em 04/05/2021)

vulnerabilidade das mulheres e os níveis de violência doméstica se intensificaram, a Bahia registrou um aumento de 150% nos casos de feminicídio no mês de maio de 2020, em comparação ao mesmo período em 2019 (BAHIA, 2020). O contexto de isolamento social transformou o uso das redes sociais numa eficiente ferramenta de busca de ajuda, suporte, denúncia e informação. Para atender as demandas no período da pandemia, a SPMBa criou a plataforma de atendimento online e inteligência artificial nomeada “WhatsApp Respeita as Mina”, que funciona como central de apoio e recepção das denúncias de violência doméstica e familiar contra às mulheres de todo o estado, com o fim de consolidar as ações previstas na Lei Maria da Penha, ao prestar orientação, informação e encaminhamento dos casos para serviços especializados e a psicologia desponta como uma das principais categoria demandadas para acolher tais solicitações (BAHIA, 2020).

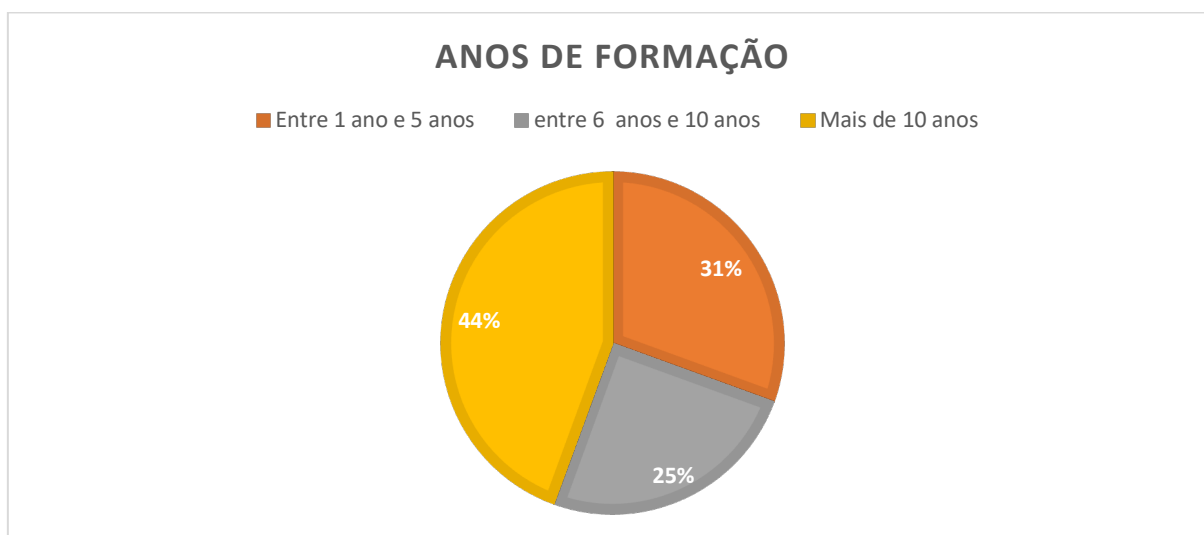
O impulsionamento da modalidade de trabalho remoto nos permite acessar os discursos e perspectivas teóricas das/os profissionais da psicologia publicadas nas redes sociais, revelando de modo mais explícito a urgência e a importância da inclusão das teorias feministas nas análises psicológicas, com destaque à emergência da Psicologia Feminista como abordagem muito adequada para atender as demandas psicológicas da atualidade.

São as redes sociais que têm divulgado a existência da Psicologia Feminista. Não existem registros de Congressos ou eventos científicos organizados em torno do tema, o que percebemos são publicações dispersas, como a abertura de algumas revistas científicas que fazem o debate usando o termo “gênero” em substituição ao uso explícito de “feminismo” pela sua aceitabilidade acadêmica. Os eventos nacionais e internacionais realizados no Brasil que acolhem bem o debate feminista são multidisciplinares, a exemplo do “Fazendo Gênero”, que reúne pesquisadoras, estudantes, ativistas, artistas, professoras e interessadas nas questões que envolvem o gênero, as mulheres, feminismos e sexualidades. O evento é realizado na UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina – desde 1994 e já está na sua 12ª edição. A última, em 2017 contou com mais de 8 mil inscrições. Apesar da pujança do evento que é o mais representativo do país e ser um espaço que acolhe as discussões sobre a Psicologia Feminista, ele não é popularizado na graduação por razões que o próprio processo formativo delinea.

Para retomar o corpus deste estudo que se propõe a pensar a relação da psicologia feminista no contexto baiano das políticas públicas para as mulheres, optamos por revisar sumariamente o histórico da construção curricular que norteia a formação em psicologia no país, atentas aos indicativos de inclusão aos debates de gênero nas diretrizes curriculares do curso que foram implementadas em 2011, com o compromisso de considerar os aspectos socioculturais dos marcadores sociais da diferença como pauta estrutural no processo formativo

do curso. Embora a intenção tenha sido revolucionária, com a perspectiva de impactos estruturais no perfil da psicologia brasileira, as mudanças práticas foram sutis. Essa discussão foi realizada no primeiro capítulo deste texto e a retomada deste conteúdo, após os dados apresentados até aqui, ilustra o quanto tem sido lento o processo de incorporação do debate de gênero e das epistemologias feministas na formação em Psicologia. Tomando como referência a realidade baiana, o gráfico abaixo materializa a realidade formativa das profissionais que lidam diretamente com as demandas de violência de gênero no âmbito das políticas públicas para as mulheres na Bahia.

Gráfico 24 – Percentual do ano de formação das participantes



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Quase 70% das profissionais concluíram seus cursos há mais de seis anos, o que significa dizer que suas formações foram referenciadas com base no currículo mínimo instituído há quase sessenta anos, política vigente na ocasião em que iniciaram seus cursos. Isso remete a graduações provavelmente sem acesso aos referenciais teóricos das discussões de gênero, como já apontado no capítulo 1.

A soma dos anos de experiência profissional e o investimento pessoal em atualizações e formações das participantes, com apenas 10% sem acessar a pós-graduação, são dados que evidenciam um perfil que destoa da média brasileira de profissionais que atuam nas políticas públicas, cuja lógica histórica é de alta rotatividade, baixa qualidade e precarização dos serviços (SILVEIRA, 2011), por apresentar níveis superiores aos esperados, característica que corrobora para elevar a qualidade dos serviços oferecidos às mulheres que deles necessitam. Entretanto, apesar do investimento continuado na formação profissional, os dados apresentados até aqui

comprovam a invisibilidade e desconhecimento das teorias feministas como ferramenta de intervenção psicológica por parte das profissionais que atuam nos CRAMs instalados na Bahia.

Além da escassez dos estudos de gênero e feministas ao longo da graduação, essa ausência também é identificada na busca por formações e cursos mais aprofundados e sistematizados direcionados à temática, por razões que não foram sondadas nesta pesquisa, mas que sugerem o desconhecimento do campo e a falta de ofertas de cursos específicos, especialmente no que concerne à realidade de quem vive e trabalha no interior do Estado, como descreve uma das depoentes ao avaliar os componentes curriculares de sua formação em Psicologia:

Na época em que cursei vi muito pouco sobre esse tema, hoje acredito que pouco foi feito, pois vejo jovens colegas com a mesma dificuldade que tenho, até mesmo em quem ainda está cursando. Ex: até hj não consegui encontrar uma graduação presencial ou um curso de extensão, todos sempre EaD acredito que precisamos de capacitação urgente. (P. 35)

Evidências são observadas nas escolhas dos cursos de pós-graduação elencados no quadro abaixo. A tabela a seguir descreve as especializações cursadas e/ou em curso pelas depoentes:

Tabela 4 – Relação das especializações cursadas pelas participantes

| Tipo | Curso | Quantidade de profissionais que cursaram |
|--------------------------|--------------------------------|--|
| Abordagem Clínica | Terapia Cognitiva Processual | 01 |
| | Psicologia da Saúde | 01 |
| | Gestalt-terapia | 01 |
| | Psicodrama | 01 |
| | TCC | 06 |
| | Arteterapia Junguiana | 01 |
| | Psicologia Clínica | 02 |
| | Psicologia Conjugal e Familiar | 01 |
| | Análise do comportamento | 02 |

| | | |
|--------------------------|--|----|
| Abordagem Técnica | Violência Doméstica | 01 |
| | Psicologia do trânsito | 05 |
| | Psicologia Jurídica | 02 |
| | Psicologia Hospitalar | 03 |
| | Neuropsicologia | 02 |
| | Saúde Mental e Atenção Psicossocial | 05 |
| | Psicotraumatologia | 01 |
| | Neuropsicopedagogia | 01 |
| | Gestão de pessoas e comportamento organizacional | 02 |
| | Sistema de Saúde | 01 |
| | Psicologia Social | 01 |
| | Políticas Públicas de Gênero e Raça | 01 |
| | Transtorno do espectro autista | 01 |
| | Psicopedagogia Clínica e Institucional | 01 |
| Mestrado | Letras | 01 |
| | Educação | 01 |
| | Saúde Coletiva | 01 |
| Outros | Acupuntura | 02 |
| | Educação Especial | 01 |
| | Libras | 01 |

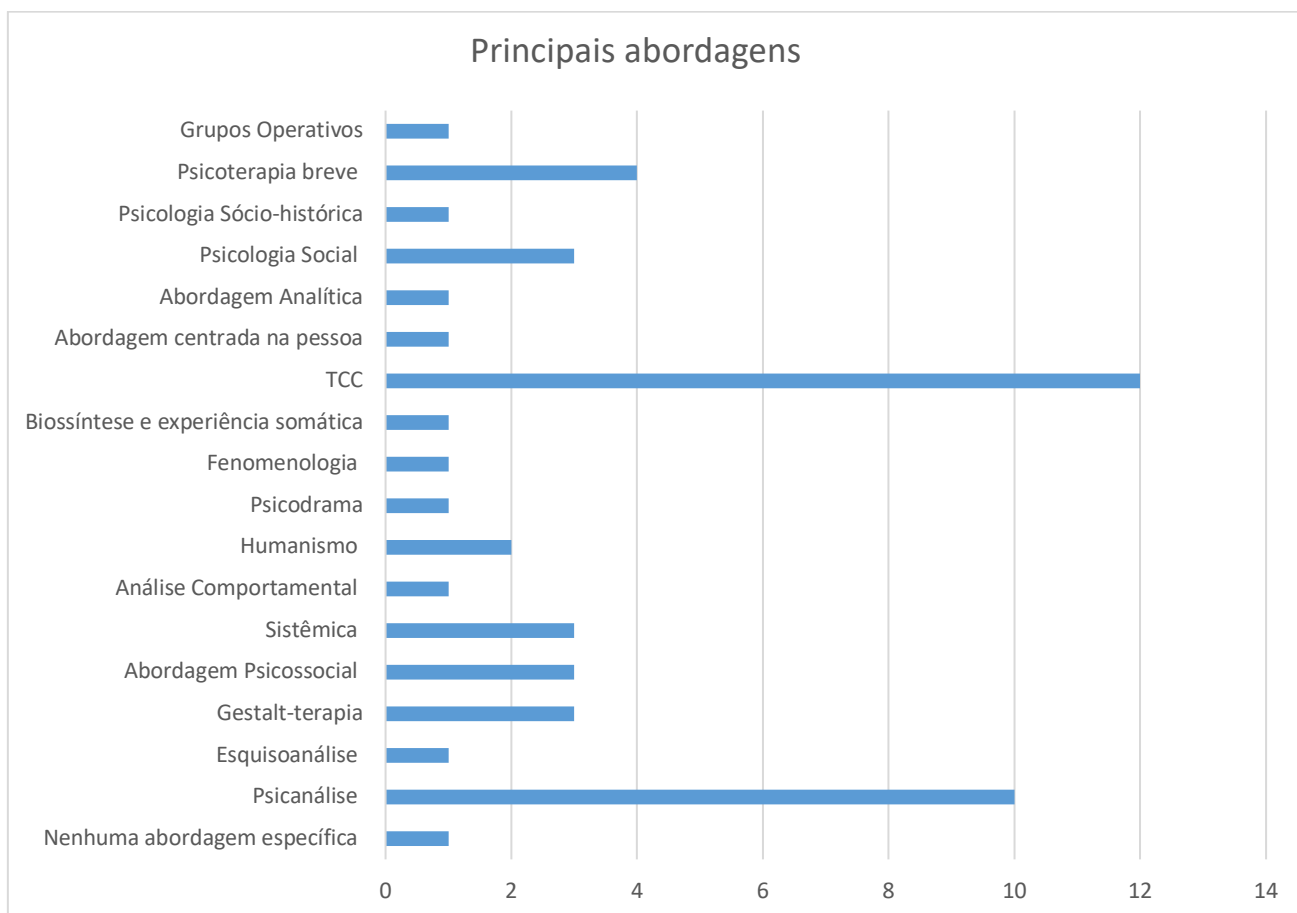
Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Apesar de a maioria dos cursos pertencer a áreas afins e contribuir no trabalho específico com mulheres em situação de violência, das 50 formações realizadas e/ou em curso, apenas duas delas, nomeadas de “Violência Doméstica” e “Políticas Públicas de Gênero e Raça” referem-se a uma formação específica direcionada ao trabalho com mulheres. Esse contingente representa apenas 4% das especializações cursadas, dado que pode tanto exprimir a falta de interesse por este tipo de formação por parte das profissionais que atuam no campo, como também pode evidenciar uma carência na oferta de formação para esta abordagem técnica. Fazendo o intercruzamento das informações, as depoentes que cursaram ou cursam pós-graduações específicas, direcionadas aos estudos sobre as mulheres, utilizam como ferramentas teóricas abordagens clássicas como TCC, terapia breve e psicanálise e relatam não terem acesso às epistemologias feministas durante a formação, desconhecendo a psicologia feminista. Assim, podemos inferir que mesmo a busca de formação específica não garante acesso aos referenciais teóricos que conectam a psicologia ao feminismo.

Para sondar as bases teóricas a partir das quais as psicólogas desde estudo conduzem suas práticas, elas foram interpeladas com a seguinte questão aberta: “Quais são as principais abordagens e referências teóricas que utiliza em seu trabalho com mulheres?” Como resultado obtivemos uma rica variedade de respostas. Para conservar a originalidade de suas narrativas e de acordo com o trajeto metodológico escolhido, as declarações similares foram agrupadas, como resultado desta compilação obtivemos quatro categorias, a saber: Autoras/es;

Referências; Obras citadas e Abordagens. Os quadros a seguir mostram os resultados deste levantamento:

Quadro 7 - Quantitativo das principais abordagens utilizadas pelas participantes no trabalho que realizam com mulheres

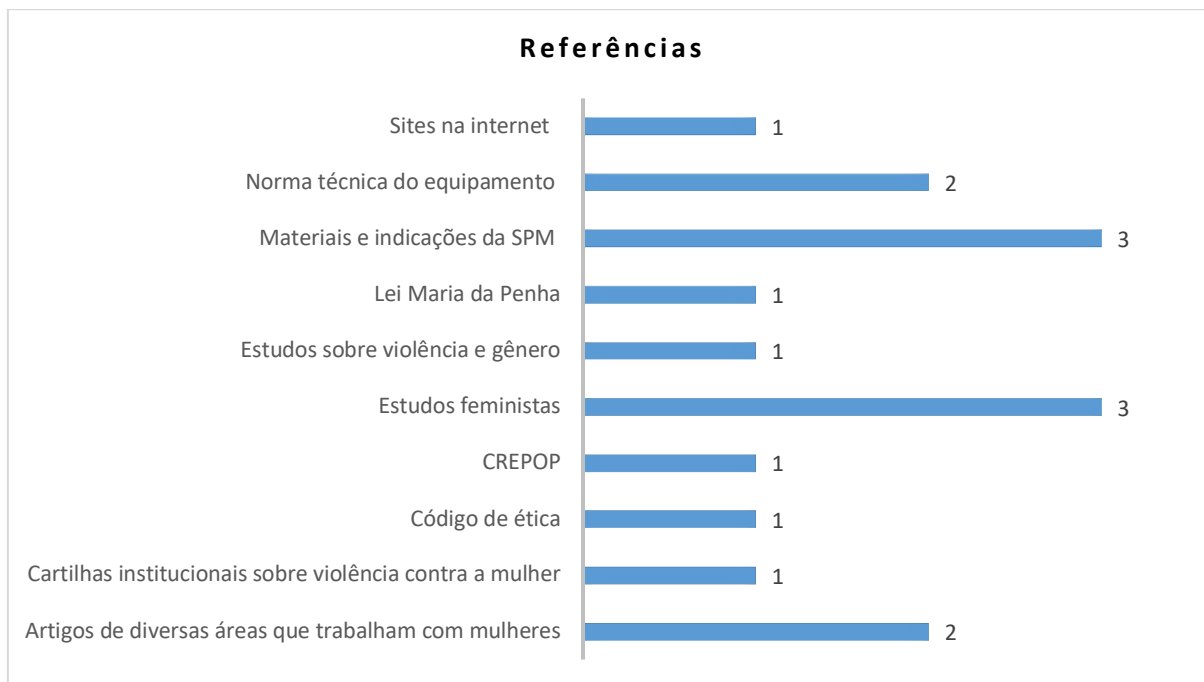


Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Como se observa, as maiores frequências de respostas se referem às abordagens “clássicas” por serem hegemonicamente as mais conhecidas, a saber: Psicanálise e Terapia Cognitiva Comportamental (TCC), perspectivas teóricas que refletem a base curricular do processo formativo das depoentes e exigem esforço de atualização para incorporar a dimensão política e social, por serem abordagens que não garantem⁷⁰, em seus pressupostos teóricos a compreensão das questões de gênero, por priorizarem a dimensão intrapsíquica em suas análises a partir de discursos individualizantes da prática *psi* (NARVAZ, 2009).

⁷⁰ Apesar das leituras atualizadas de seus conteúdos que incorporam abordagens sociológicas.

Quadro 8 – Quantitativo das principais referências utilizadas pelas participantes no trabalho que realizam com mulheres



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

O panorama acima nos situa sobre as principais referências das psicólogas na condução do trabalho que realizam nas políticas públicas de atendimento a mulheres. O levantamento revela que os “materiais e indicações da SPM” somado à “norma técnica do equipamento”⁷¹, também produzido pela SPM, apresentam as maiores frequências. Este dado chama a atenção para a relevância do Estado como a principal fonte de produção de conteúdos teóricos, que viabilizam o acesso às atualizações curriculares necessárias para uma condução mais assertiva da psicologia no trabalho com políticas públicas para as mulheres. Outrossim, garante a transmissão de conteúdos pautados nas epistemologias feministas inscritas nas produções da SPM, instituição que até os dias atuais se nomeia feminista.

O CREPOP⁷² e o Código de Ética Profissional do Psicólogo (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005) são promoções do Conselho Federal de Psicologia e aparecem como as únicas referências específicas da categoria. A baixa frequência nas respostas sinaliza que, apesar dos esforços do Sistema conselhos em atualizar a psicologia com o debate de gênero e

⁷¹ Refere-se à Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (SPM, 2006)

⁷² Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) é uma iniciativa do Sistema Conselhos de Psicologia (CFP e CRPs), criado em 2006 para promover a qualificação da atuação profissional de psicólogos/os que atuam nas diversas políticas públicas.

violência por meio destes documentos, tais produções ainda têm pouco impacto prático e não alcançam quem está na ponta, realizando o trabalho executivo.

As demais referências são genéricas e não indicam a perspectiva epistemológica de seus conteúdos, podendo ser produções institucionais, governamentais, científicas de base psicológica ou interdisciplinar ou ainda conteúdos de divulgação livre. Contudo, a categoria nomeada de “estudos feministas” teve o maior número de respostas, apontando assim o reconhecimento do feminismo como base de referência para a prática *psi*.

Quadro 9 – Quantitativo das principais autoras/es utilizadas/os como referência pelas participantes no trabalho que realizam com mulheres

| Autoras/es | | |
|----------------------|--------------------|---------------|
| Mencionada/o 1x | Mencionada 2x | Mencionado 3x |
| Audre Lorde | Djamila Ribeiro | Freud |
| Bader Sawaia | Heleieth Saffioti | Lacan |
| Bell Hooks | Simone de Beauvoir | |
| Carla Akotirene | | |
| Carl Rogers | | |
| Jacques-Alain Miller | | |
| Joan Scott | | |
| Jung | | |
| Karen Horney | | |
| Mary Ainsworth | | |
| Melanie Klein | | |
| Moreno | | |
| Rachel Sohiet | | |
| Silvia Federici | | |
| Wanderley Codo | | |

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Registrados na lista acima estão os vinte nomes de autoras/es citadas/os como referência para o trabalho que realizam em campo. Foram elencados sete homens, todos eles com contribuições teóricas para a psicologia, entretanto, suas produções não se aproximam dos estudos de gênero, tampouco das epistemologias feministas. Na coluna referente aos autores mais mencionados só aparecem homens (Freud e Lacan), pela relevância de suas colaborações para as vertentes clássicas e tradicionais da psicologia, que via de regra foram produzidas por homens. As mulheres aparecem em maior quantidade na listagem de autoras/es, são 13 no total, a grande maioria delas (9) não são psicólogas, são escritoras feministas com formações diversas no campo das ciências humanas, com maior participação da filosofia, entre as quatro restantes

que pertencem ao campo da psicologia, três delas (Bader Sawaia, Mary Ainsworth, Melanie Klein) produziram contribuições teóricas sem vínculo com os debates de gênero. Do rol de todos os nomes citados, Karen Horney foi a única autora mencionada que trabalha em suas obras a relação entre psicologia e feminismo, a ela é creditada a criação da Psicologia Feminista por ter se dedicado à crítica das visões tradicionais freudianas, embora seja uma autora importante, suas obras são do início do século XX, entre a primeira e a segunda onda do feminismo, momento embrionário das epistemologias feministas em que a categoria gênero ainda não tinha sido formulada e nem o entendimento contemporâneo sobre o sistema patriarcal.

Este panorama nos permite pensar sobre o movimento de atualização teórica das participantes para melhor adequar suas práticas. Aquelas que elegeram/descobriram as epistemologias feministas como referência, apontam como suporte teórico a leitura de obras de autoras de destaque no país, como Heleieth Saffioti, Bell Hooks, Audre Lorde, Simone de Beauvoir e Djamila Ribeiro. É relevante observar que de todas autoras referenciadas, apenas Karen Horney faz a discussão sobre psicologia e feminismo, ainda assim é uma autora desconhecida no país, com poucas obras traduzidas e, por sua formação psicanalítica, seus textos não abarcam a dimensão intersubjetiva, tão relevante para o trabalho com políticas públicas.

A listagem das/os autoras/es chama a atenção pela ausência de referências da psicologia, mesmo sendo a construção da subjetividade um dos temas mais debatidos pelas epistemologias feministas, razão pela qual as ideias e conceitos da psicologia, em especial da psicanálise, se fazem presentes num número significativos de obras, tanto como alvo de críticas por desenvolver uma lógica racional que corrobora com o *status quo* do sistema patriarcal, como também servindo como aporte teórico aos seus pressupostos. Entretanto, mesmo com a marcada participação da produção teórica da psicologia nas epistemologias feministas, são poucas psicólogas que se destacam como autoras de referência.

Além do nome de autoras/es de referência, algumas obras foram citadas, segue abaixo a relação das produções:

Quadro 10 - Relação das obras citadas como referência pelas participantes no trabalho que realizam com mulheres

| Obras citadas |
|---|
| Técnicas de terapia cognitiva: manual do terapeuta. (Robert Leahy) |
| Terapia comportamental e cognitiva-comportamental: práticas clínicas. (Org: Cristiano Abreu e Hélio Guilhardi) |
| Violência Doméstica: Intervenção em grupo com mulheres vítimas - manual para profissionais. (Marlene Matos e Andreia Machado) |
| 500 Dias sem Você (Samantha Silvano) |

| |
|---|
| Amar ou Dependendo (Walter Riso, entre outras desse autor) |
| Faça acontecer (Sheryl Sandberg) |
| O Fim do Desejo no Casamento sem fim (Rejane Wilke) |
| Imperfeitos, Livres e Felizes (Christophe André) |
| Dimensões da violência: conhecimento, subjetividade e sofrimento psíquico. (Org: Mériti de Souza, Francisco Martins e José Newton Garcia De Araújo) |
| Dicionário Feminino da Infância: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência. (Org: Elizabeth Fleury-Teixeira e Stela N. Meneghel) |

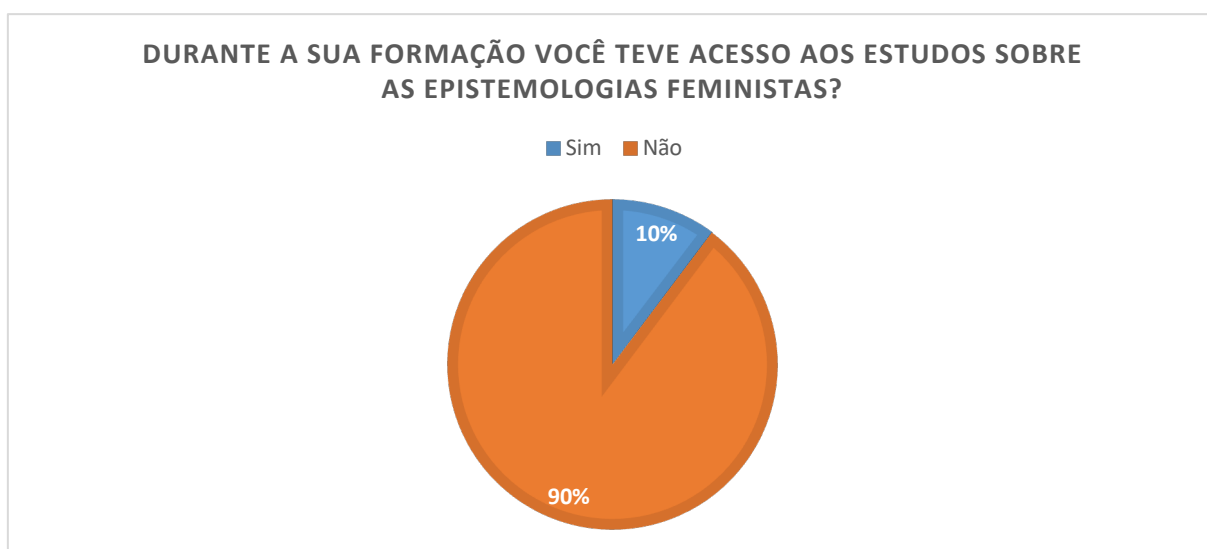
Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Entre as obras listadas, as referências são muito diversas, com textos classificados como *bestsellers* de autoajuda com autores que não são necessariamente da psicologia, somados a publicações livres sem o compromisso científico com o fazer psicológico, além de títulos vinculados a abordagens específicas da psicologia, mas que não fazem conexão com os estudos sobre mulheres, gênero e violências. Também foram mencionadas obras que tratam diretamente de tais especificidades, com publicações de coletâneas de textos de várias áreas do conhecimento que lidam com o fenômeno da violência e textos específicos da psicologia, além de manuais de consulta que reúnem verbetes informativos para as equipes que atuam nos serviços da assistência social, de saúde, no campo jurídico ou na segurança pública, como o Dicionário da Infância (FLEURY-TEIXEIRA; MENEGHEL, 2015). Entre as obras elencadas, destaco o título: “Violência Doméstica: Intervenção em grupo com mulheres vítimas - manual para profissionais” por ser muito adequada ao trabalho prático da psicologia no manejo dos casos acolhidos nas políticas públicas de atendimento à mulher e direcionada aos profissionais de equipes interdisciplinares, o material foi produzido por duas psicólogas portuguesas da Universidade do Minho, o maior centro de produção de estudos sobre psicologia feminista em língua portuguesa, produção que materializa a amplitude colaborativa da psicologia ao abrir-se para as epistemologias feministas.

Estes resultados demonstram a pluralidade das referências que as psicólogas em atuação na Bahia buscam para se instrumentalizar no trabalho com vítimas de violência, panorama que não permite traçar um perfil que garanta uma sintonia com os pressupostos institucionais das políticas para as mulheres estabelecidas pelo Estado. O levantamento revela também uma preocupação, pois a busca sem critérios científicos, ou pautados numa perspectiva tradicional de manutenção do status quo, tende a nutrir as atualizações patriarcais que se manifestam de modo sutil, passam despercebidas aos olhares menos atentos e ameaçam o funcionamento orgânico da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres que representa o principal desafio por exigir a sincronicidade do olhar especializado para o seu pleno funcionamento.

Martha Narvaz e Sílvia Koller (2007) afirmam que em várias cidades do país é explícito o despreparo da rede para a adequada acolhida das vítimas de violência, apesar da expressa recomendação para capacitação, destacada como prioridade nos principais documentos que balizam a execução das políticas conquistadas. As mudanças são lentas e exigem transformações estruturais, de ordem cultural, o que abarca especialmente as revisões curriculares dos principais cursos de formação que atuam no atendimento às mulheres. A capacitação possibilita o acesso a referenciais teóricos pautados nas epistemologias feministas que viabilizam a sincronicidade do olhar especializado para o fenômeno da violência. Com o propósito de sondar esse aspecto da formação, segue o gráfico:

Gráfico 25 – Percentual de participantes que tiveram acesso aos estudos sobre as epistemologias feministas



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Os resultados evidenciam que apenas 10% das psicólogas que atuam nos Centros e Núcleos de Referência da Bahia tiveram acesso aos estudos das Epistemologias feministas em suas graduações. Esse índice está entrecruzado com os dados discutidos anteriormente sobre as referências teóricas que informam as práticas destas profissionais, o que significa dizer que poucas profissionais se referenciaram nos estudos feministas para o seu trabalho com mulheres. É provável que as poucas que demonstraram interesse o fizeram por motivação pessoal no desafio prático das demandas laborais, justificando inclusive a busca por referenciais sem base científica como as leituras de autoajuda, por não terem acessado estes estudos em sua graduação.

Este gráfico salienta a deficiência dos estudos sobre as epistemologias feministas nas bases curriculares dos cursos de psicologia cursados pelas depoentes. Essa informação é

representativa, pois este estudo contempla 27% das Instituições de Ensino Superior existentes no estado da Bahia. Apesar das formações acontecerem em períodos bem diversos com possíveis mudanças curriculares, a amostra é expressiva por evidenciar, a partir dos dados deste estudo que, apesar das mudanças, a ausência/negligência no que tange aos estudos feministas mostrou-se constante nas formações em Psicologia. Tomando como base os 10% de respostas afirmativas (apenas 4) no que se refere ao acesso às epistemologias feministas, o quadro abaixo organiza a compilação das disciplinas que oportunizaram tal acesso.

Quadro 11 – Relação das disciplinas cursadas pelas participantes que oportunizaram acesso às epistemologias Feministas

| |
|---|
| Psicologia social comunitária e no grupo de iniciação científica. |
| Psicologia Social |
| Sexualidade e gênero |
| PEX- Estudos de Gênero |

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

A relação revela que das quatro disciplinas elencadas, uma delas refere-se a uma escolha ativa, por se tratar de grupo de estudo vinculado a programas de extensão, ou seja, acessível apenas para quem escolhe a temática, tornando o percentual ainda menos representativo. O questionamento que deu origem ao quadro é similar ao que foi apresentado no primeiro capítulo deste estudo. Ao investigar as disciplinas específicas sobre gênero e violência, a pergunta é retomada nesta análise pelo entendimento de que nem todos os conteúdos sobre violência e gênero são abordados a partir das Epistemologias Feministas, como também é sabido que a dimensão do debate das Epistemologias Feministas não é pautada apenas sobre a relação entre gênero e violência. Os resultados apontam uma discreta diferença percentual nos resultados quando comparados àqueles relativos às disciplinas sobre gênero e violência. Essa diferença fica evidente no quadro acima, referente à descrição da disciplina em que o debate sobre as Epistemologias se fez presente. Entre as disciplinas elencadas, apenas uma participante deste estudo reconhece na mesma disciplina as especificidades do debate sobre gênero e violência e a presença das Epistemologias Feministas. Os demais resultados não comprovam essa inter-relação sendo realizada na prática docente, o que nos leva a inferir que docentes que assumem as poucas disciplinas que discutem gênero e violência não dão visibilidade aos debates feministas. Outro dado que chama a atenção é a concentração dessa vertente teórica apenas nas disciplinas de cunho social, apesar de as Epistemologias Feministas estarem situadas no campo dos estudos interdisciplinares e oportunizarem debates úteis para todos os campos da psicologia. Mesmo ausente dos conteúdos ofertados na graduação, o feminismo alcança a todas

e todos por ser pauta social, mesmo com entendimento equivocados sobre o seu conceito, a discussão é macropolítica e gera opiniões discrepantes e contraditórias, cabendo então a questão sobre a relevância do feminismo.

Gráfico 26 – índice percentual sobre a opinião das participantes no que tange à relevância do feminismo para o trabalho com mulheres em situação de violência.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Como mostra o gráfico anterior, a maioria das depoentes reconhecem a relevância do feminismo em suas atividades laborais com mulheres, este percentual revela que apesar da ausência das epistemologias feministas na formação profissional, o entendimento que possuem sobre o feminismo, a partir de outras referências e por meio das narrativas sociais que circulam sobre a categoria, está alinhado ideologicamente com as atividades laborais que desenvolvem.

Contudo, este entendimento não é unânime, apesar de apenas 8% desconsiderarem a importância do feminismo, esse número é preocupante pois revela que nem todas as profissionais que atuam nas políticas públicas para as mulheres concordam com as orientações da SPM para o funcionamento dos serviços de atendimento às mulheres, desconhecem a histórica luta política protagonizada pelo feminismo, que viabilizou a implementação de espaços como o que atua, para atender as especificidades das mulheres, pauta das principais bandeiras de luta. Além do não validarem o processo histórico, é provável que reconheçam o feminismo a partir dos estereótipos do senso comum, comprovando assim a alienação sobre as epistemologias feministas, aspecto que impacta diretamente nos resultados de suas práticas e compromete a articulação da Rede de Enfrentamento às Violências contra as Mulheres pela dissonância dos discursos e modo de apreender as especificidades sobre o fenômeno da violência.

O quadro a seguir representa a compilação que justifica a opinião das depoentes sobre a relevância do feminismo no trabalho que realizam com mulheres. A partir da frequência das respostas obtidas foram criadas 9 categorias, as respostas que se enquadravam em mais de uma categoria foram contabilizadas mais de uma vez.

Quadro 12 – Índice quantitativo das categorias sobre a justificativa da relevância do feminismo criadas a partir da opinião das participantes



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

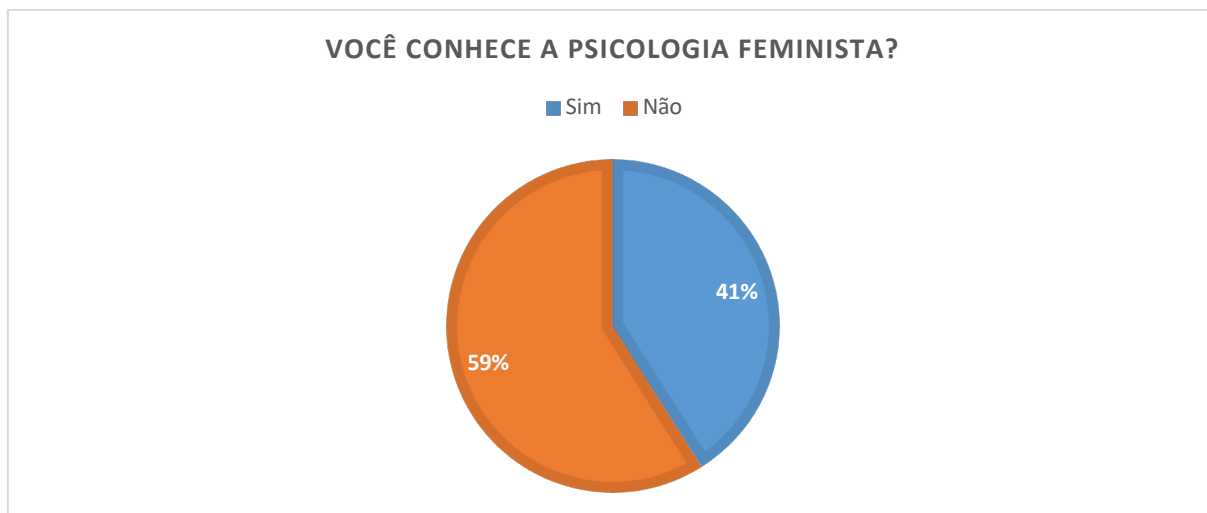
A grande maioria das participantes validou a contribuição do feminismo no trabalho com mulheres, a justificativa que apresentou maior frequência foi a categoria 3: *Visão coerente com o trabalho de atenção à vida das mulheres e igualdade de direitos (empoderamento e fortalecimento)*. Tal justificativa está vinculada diretamente às ações em campo que debate a igualdade de gênero e fomenta o fortalecimento e o empoderamento psíquico e emocional para que essas mulheres consigam acessar recursos internos e externos que favoreçam, de modo seguro, o rompimento com a relação abusiva, sendo essa uma estratégia elementar para a prática da Psicologia Feminista.

A segunda e a terceira justificativas referem-se, respectivamente, ao entendimento histórico das políticas públicas para as mulheres e os elementos estruturantes que atualizam os contextos histórico-culturais da violência doméstica. Estas justificativas demarcam o reconhecimento e a importância da dimensão política no trabalho que realizam, tanto na perspectiva macropolítica das deliberações institucionais e jurídicas, como no viés micropolítico que atravessam os corpos e forjam subjetividades.

A quarta justificativa mais frequente diz respeito à categoria 5: *Campo epistemológico de pauta ética e política que norteia o trabalho com mulheres*. Esta categoria aponta um conhecimento mais sistemático do arcabouço epistemológico que conduz os debates sobre gênero que fomentam e regulam a promoção de políticas públicas para as mulheres.

Afora as participantes que não responderam e não souberam responder, as demais justificativas, apesar da baixa frequência, revelam conhecimento deturpado sobre o entendimento do Feminismo e suas bandeiras, sinalizando a ausência do acesso a debates sobre o campo epistemológico do feminismo em seus processos de formação, condição que pode comprometer drasticamente a efetividade do serviço ofertado.

Gráfico 27 – índice percentual sobre o quantitativo de participantes que conhecem a Psicologia Feminista



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Ainda que a grande maioria das depoentes validem os estudos feministas como ferramenta fundamental para o trabalho com mulheres e, portanto, reconheçam a importância da relação entre o feminismo e a psicologia, quase 60% do universo pesquisado desconhecem a existência da Psicologia Feminista como abordagem. Das participantes que afirmaram conhecer a Psicologia Feminista, 37,5% utilizaram descritores como: “Conheço muito pouco”, “já ouvi falar”, “De forma superficial”, “não tenho muita leitura” para descrever o impacto desta

abordagem em suas atividades com mulheres, o que significa dizer que seus conhecimentos são insuficientes para incorporar tal abordagem em suas práticas.

Este resultado é mais uma evidência da invisibilidade e marginalidade dos estudos de gênero durante a formação, sobretudo à luz da Psicologia Feminista, provavelmente em função da ínfima produção científica sobre a temática, tanto no Brasil como nos demais países de língua portuguesa e espanhola. Apesar da intrínseca relação dos estudos de gênero e psicologia, no que tange ao efetivo desempenho técnico das políticas públicas para as mulheres, no Brasil são recentes as pesquisas que relacionam estes campos do saber. Ausência que já foi demonstrada na investigação sobre estudos que relacionam a psicologia às epistemologias feministas com o uso da categoria “Psicologia Feminista” no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e já apresentado neste texto.

Ainda referente à investigação sobre o conhecimento da Psicologia Feminista, 25% do universo pesquisado, o que equivale a 10 participantes, afirmaram conhecer esse campo da Psicologia e justificaram a importância dessa abordagem no trabalho com mulheres em situação de violência, como mostra o quadro a seguir

Quadro 13 – Percepções sobre a relevância da Psicologia Feminista no trabalho com mulheres

| Qual a importância da Psicologia Feminista para a sua atuação profissional com mulheres em situação de violência? | |
|--|--|
| P1 | É importante, pois proporciona uma visão ampla sobre as relações de gênero e suas implicações sociais, além de fazer com que percebamos a psicologia como uma profissão que possui um número grande de mulheres, e que ainda estuda e constrói suas bases teóricas pautadas em visões masculinas. É importante para a percepção de que é a hora de construir uma psicologia na teoria e prática com orientações feministas, que visem a importância das lutas femininas para a construção de uma sociedade mais justa. |
| P2 | Facilitar o entendimento das mulheres no contexto político e social da sociedade em que vive. |
| P3 | Permite que, além de uma abordagem mais incisiva e prontificada, possa haver um acolhimento e escuta de forma diretiva. |
| P4 | Para ter conhecimento, e assim, transmitir para as mulheres sobre os direitos delas, bem como direcionar uma atenção mais comprometida das assistidas, que chegam para atendimento, objetivando sempre trabalhar sua autonomia e a tomada de consciência. |
| P5 | A abordagem faz uma diferença diante do meu olhar ético, técnico e político pois me ajuda a entender através de um contexto quais as condições sociais em que a mulher vítima de violência está inserida. |

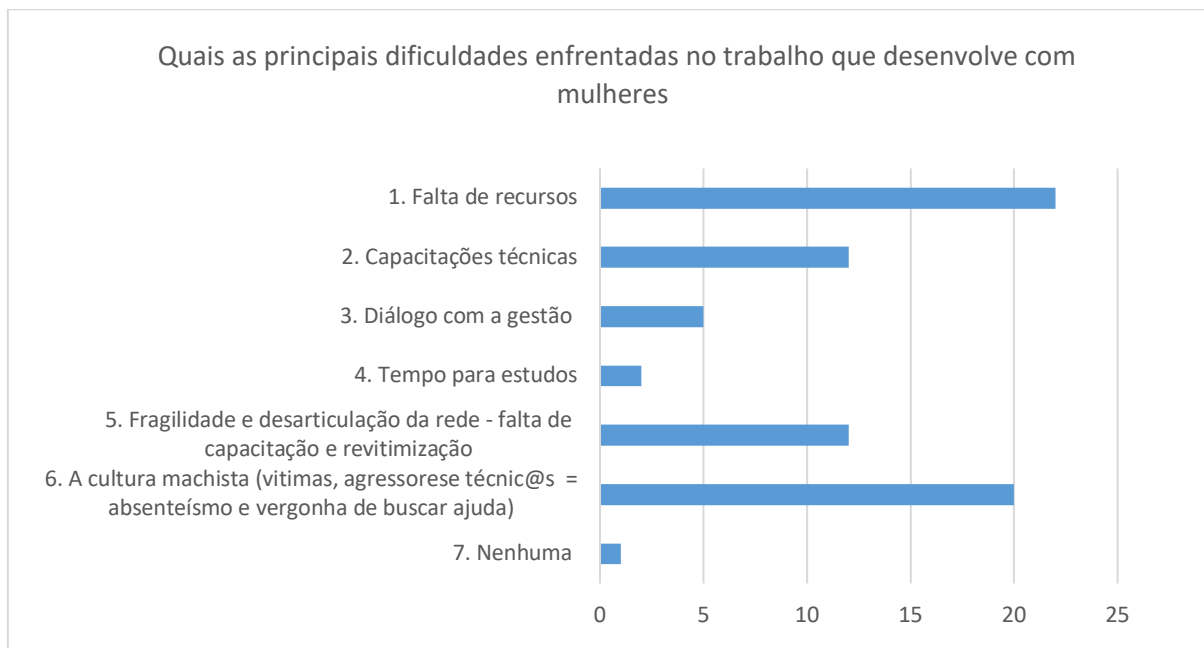
| | |
|-----|---|
| P6 | É um campo onde podemos entender a mulher sendo um indivíduo como um todo, dentro do contexto social político, e tendo como forte ênfase nos direitos das mulheres. |
| P7 | Relevante para repensar e ressignificar a construção de uma lógica machista na sociedade. Promove percepção crítica necessária |
| P8 | Essa abordagem norteia muitos dos nossos posicionamentos na luta contra a violência contra as mulheres. |
| P9 | Para o fortalecimento das mesmas enquanto mulheres e seres humanos, no empoderamento e no trabalho da autoestima. |
| P10 | Proporciona subsídios para sensibilizar as mulheres acerca dos seus direitos e de que forma estas podem intervir nos seus respectivos contextos. |

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Não obstante o relevante número de respostas, algumas justificativas são amplas e evasivas, elas podem ser utilizadas para qualquer tipo de ação da psicologia, sem apontar um conhecimento específico da abordagem. A pergunta remete ao estilo clínico das terapias feministas, tomando como referências as três categorias gerais apresentadas neste capítulo, o viés contextual e validação da perspectiva e da vivência das mulheres aparecem com relativa frequência nas respostas, com atenção aos posicionamentos políticos e críticos. Entretanto, não foram identificados argumentos referentes a uma abertura à relação terapêutica igualitária e mudanças bidirecionais, observação que pode ser lida a partir dos pressupostos foucaultianos sobre as relações circulares de poder, descortinando assim o grande desafio em rever posturas e renunciar a lugares de saber-poder.

Ao serem questionadas sobre os principais desafios enfrentados no trabalho que desenvolvem, as respostas foram organizadas em sete categorias, de acordo com o quadro abaixo:

Quadro 14 – Relação das principais dificuldades elencadas pelas participantes no trabalho que realizam com mulheres



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

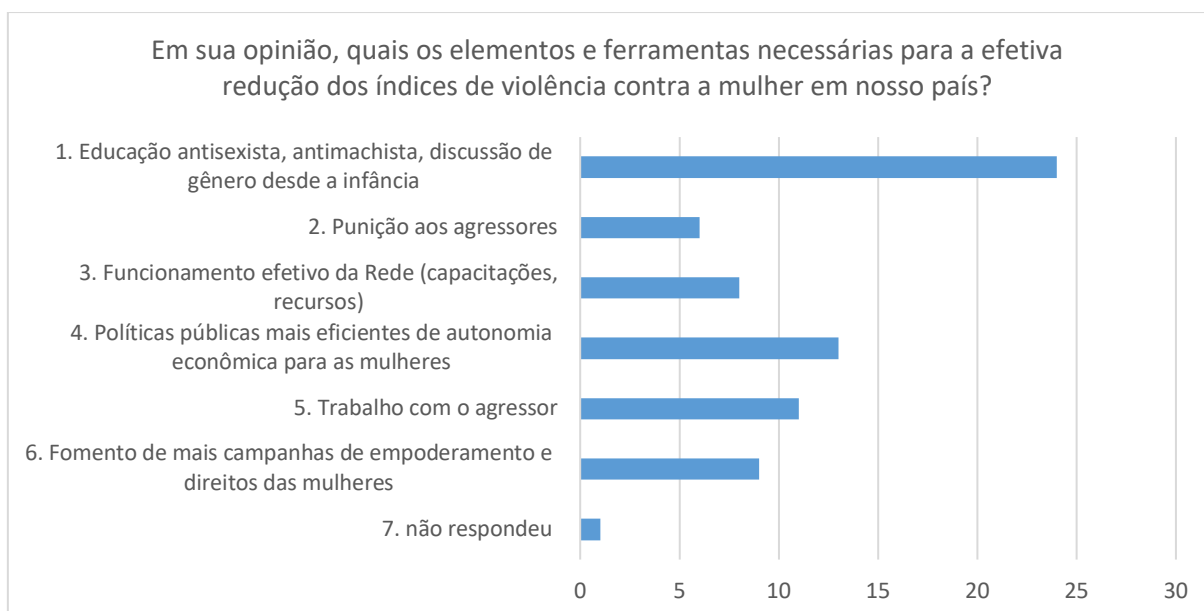
A falta de recurso aparece como a maior frequência de resposta, coerente com a realidade de baixos investimentos direcionados às Políticas Públicas de atenção à mulher, a segunda maior frequência diz respeito à cultura machista e seus aspectos macroestruturais presentes em nossa sociedade, observados nas performances sociais dos papéis de gênero e responsável pelo fenômeno social da violência contra as mulheres, dimensão que exige olhar atento pelo aspecto estrutural que naturaliza comportamentos sociais e afeta a todas, daí a importância das epistemologias feministas que descortinam o sistema patriarcal entranhado nas performances sociais, carência pontuada na terceira e quarta maior frequência que trata da necessidade de qualificação, tanto na dimensão pessoal, como para a adequada articulação da Rede de Enfretamento à Violência contra as Mulheres que viabilize uma linguagem interdisciplinar sincrônica e genuinamente alinhada com os pressupostos feministas de igualdade de direitos.

A dificuldade de diálogo com a gestão representa quase 13% do universo pesquisado, mesmo que o índice não seja tão representativo, ele expõe as nuances das tensões políticas partidárias muito frequentes nos serviços públicos, ganhando maior visibilidade e relevância nas cidades de pequeno e médio porte por meio de perseguições políticas e gerando como resultado silenciamentos e adoecimentos que impactam na qualidade do serviço ofertado à população. Não podemos desconsiderar o desconforto que as epistemologias feministas provocam, por denunciar a sub-representação das mulheres no cenário político, condição

naturalizada em todo o país e ainda mais visível nas pequenas cidades e por ser um chamado para uma transformação micropolítica, atenta às disputas de poder e às opressões de gênero, transformações malquistas em cenários políticos onde a lógica do machismo estrutural impera explicitamente, colocando-se como uma grande desafio para a efetividade de uma Rede potente e atuante, que vai buscar suporte na formação teórica para se fortalecer como resistência aos tradicionais valores sociais que configuram uma ameaça na garantia dos direitos humanos para as mulheres.

Independentemente de ter sido apenas um registro, nos chamou a atenção a resposta da depoente que não identifica nenhuma dificuldade enfrentada no trabalho que desenvolve com mulheres, diante do complexo cenário de retrocessos no que se refere às frágeis conquistas das políticas públicas para as mulheres, este dado nos fez retomar os registros na tentativa de compreender o lugar de fala da profissional. A depoente finalizou o curso há menos de um ano e tem apenas um mês em exercício no cargo, sem outras experiências com políticas públicas, provavelmente ainda não se deparou com os desafios práticos e estruturais na garantia de direitos e proteção às mulheres em situação de violência.

Quadro 15 – - Levantamento de opinião das participantes sobre as estratégias efetivas no combate à violência contra as mulheres



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Por fim, a última questão que compõe o formulário de pesquisa refere-se à opinião das profissionais que lidam cotidianamente com a dimensão orgânica da política e que avaliam em suas práticas laborais a real efetividade da política da qual fazem parte e conseguem visualizar possíveis ferramentas e elementos necessários para a redução dos índices de violência. Todas as sugestões propostas já estão previstas na Lei Maria da Penha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O significado e o valor da minha escrita são medidos pela maneira como me coloco no texto e pelo nível de nudez revelada.”

Glória Anzaldúa (2000)

Escrever este trabalho foi muito difícil, especialmente pelos tempos sombrios que estamos passando. Entrei neste programa de pós-graduação com o coração cheio de esperança e expectativas em contribuir com os bons ventos que sopravam a favor de avanços significativos na construção de políticas públicas para as mulheres, mas logo no primeiro semestre do curso sofremos politicamente o grande impacto do impeachment de Dilma Rousseff, a primeira mulher a ocupar a presidência do país foi destituída do cargo com acusações recheadas de argumentos misóginos. Daí por diante, em termos macropolíticos, os retrocessos se intensificaram numa escala exponencial, contexto que produziu/produz muito adoecimento físico e mental na militância que está exausta e doente.

A pandemia do coronavírus chegou em meio ao processo de escrita, o medo da morte e as incertezas mundiais suspenderam as atividades acadêmicas, quando a preocupação centrava nas dúvidas sobre a manutenção da vida em nosso planeta. Em 2020 foram mais de 620.000 mortes no país em decorrência da pandemia. Como ter disposição para a escrita? No consultório os temas que surgiam estavam relacionados com a morte real e simbólica de um tempo histórico doente.

Em nível pessoal a morte física também foi uma realidade visceral de cortar a carne. Perdi uma sobrinha de apenas sete meses e a minha mãe com 59 anos, escrever sobre mulheres sentindo a dor da perda precoce das mulheres do meu ciclo familiar foi paralisante. Essa dor se fez presente ao longo da trajetória solitária da escrita. Foram dias de muito choro e angústia, num esforço exaustivo em não sucumbir e reconhecer o sentido pessoal e social desta pesquisa.

Este trabalho se localiza na desafiadora posição política de crítica ao modelo de construção de saber da psicologia e ao formato de funcionamento institucional das políticas públicas para as mulheres, expondo assim fragilidades e vulnerabilidades vistas de dentro na perspectiva de quem realiza o trabalho executivo e cotidiano, postura que exige vigor para o embate de ideias, em um cenário que se desvela nefasto para o avanço dialógico em direção ao

amadurecimento e solidez sobre a compreensão conceitual e empírica do que é democracia. Esta tese se posiciona num campo de forças que demandam uma energia que vai muito além da habilidade técnica e teórica de uma pesquisadora. Foi preciso beber de outras fontes e ter fé na potência do coletivo de mulheres que me habita para conseguir finalizar este processo e entregar ao mundo essa produção.

As contingências circunstanciais impuseram a exigência de flexibilidade e adaptações para a execução deste trabalho, desde as estratégias metodológicas até o prolongamento do tempo de escrita, realidade vivenciada de modo estrutural pelas mulheres durante o período pandêmico de isolamento social, em decorrência da sobrecarga de trabalho doméstico e o seu impacto na baixa produtividade intelectual das pesquisadoras, como revela o levantamento realizado pelo Movimento Parent in Science durante o isolamento social relativo à Covid-19, com dados que correlacionam os efeitos de gênero, raça e parentalidade na produtividade acadêmica durante a pandemia (PARENT IN SCIENCE, 2020).

Após quebrar o protocolo de um trabalho acadêmico, com a franqueza chancelada pelas epistemologias feministas de apresentar quem escreve, com uma humanidade que não cabe na suposta neutralidade científica, retomo o conteúdo deste estudo:

Defendemos nesta tese a Psicologia Feminista como abordagem. A leitura dos dados aqui apresentados revela que o trabalho psicológico realizado com mulheres em situação de violência, a partir da Psicologia Feminista, é desconhecido, mesmo para aquelas que trabalham há anos em políticas públicas de atenção à mulher. Desconhecimento que infere sobre a marginalidade das práticas *psis*, pautadas no compromisso com os estudos de gênero, invisibilidade que reverbera na ínfima contribuição científica com reflexões analíticas sobre as experiências de quem executa tais políticas.

Tendo em vista a importância da discussão formativa do curso, este estudo se propôs a fazer um breve resgate histórico do processo de construção da formação da psicóloga/o brasileira/o, a partir de suas bases curriculares, com foco na intersecção com os estudos de gênero. O currículo mínimo para os cursos de Psicologia aprovado em 1962, permaneceu vigente durante mais de quarenta anos e se pautava na transmissão de conhecimentos organizados em um conjunto específico de disciplinas que quase não levava em conta ou não se referia ao contexto sociocultural, configuração que impede a abertura ao debate de gênero.

Além do aspecto formativo da psicologia, todos os dados apresentados neste estudo apontam para um descaso no investimento em políticas públicas para as mulheres. O exemplo mais marcante refere-se à débil cobertura de serviços especializados em atendimento às mulheres oferecidos pela gestão pública, que não chega a 10% dos municípios baianos, sendo

que 7 de seus 27 territórios de identidade não possuem nenhum equipamento público especializado no suporte às mulheres em situação de violência.

Para refletir sobre o compromisso público com as políticas de combate às vulnerabilidades vivenciadas pelas mulheres, foi necessário fazer uma incursão nos interstícios entre demandas e planos de ação. O protagonismo da militância feminista ganha destaque como principal personagem das mobilizações reivindicatórias de posturas políticas comprometidas com a despatriarcalização do Estado, pleiteando a incorporação de políticas de gênero nas ações estatais. Demonstramos, também, os limites, desafios e diálogos possíveis entre a militância feminista e a dimensão política na luta pela equidade de gênero. Os argumentos construídos ao longo deste texto com foco nas bases estruturais do machismo, tentam responder o porquê, mesmo com todo o histórico de mobilização feminista, persiste a ausência de um plano orçamentário, perene e estruturado de recursos públicos destinados às pautas específicas das mulheres, revelando fragilidades sociais que impedem o real avanço na materialidade das políticas públicas para as mulheres, num país que está no ranking entre os mais violentos do mundo.

Por fim, ao analisar o envolvimento e o compromisso político da psicologia com as políticas públicas para as mulheres é preciso por foco nas interconexões, possibilidades e desafios no encontro da psicologia com o feminismo e suas pautas reivindicatórias. Este estudo aponta que a causa mais relevante da marginalização da Psicologia Feminista é atribuída à formação, efeito da prioridade dada às áreas tradicionais da Psicologia, que não se debruçam sobre os aspectos culturais e políticos na construção das subjetividades femininas sob a ótica dos estudos de gênero.

Este estudo-denúncia apresenta dados inéditos sobre a psicologia que executa o trabalho de cuidado em saúde mental, ofertado a mulheres em situação de violência de gênero, desvelando um cenário preocupante no que se refere à qualificação formativa, sobretudo pela insuficiente capacidade de atender as demandas em campo ao referenciar-se em modelos clínicos individuais que incorrem no risco de patologizar e individualizar fenômenos culturais como o machismo. Evidência que exige de quem atua com este público um esforço que corrija os déficits da formação recebida, num movimento teórico que viabilize capacitações complementares pautadas na promoção de Direitos Humanos, na autonomia intelectual, consciência social, protagonismo, criticidade e atitude reflexiva. Desafios que reivindicam um protagonismo feminista da psicologia que produza impactos em seus processos formativos construindo alianças com os demais atores políticos dispostos genuinamente a promover saúde

mental com o compromisso político em contribuir na edificação de uma sociedade mais justa para as mulheres.

Em suma, esta pesquisa expõe fraturas e negligências históricas que conclamam ações da psicologia comprometidas com o projeto político do feminismo. É um convite a “rodar a baiana” num gingado ritmado com a equidade de gênero.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. Uma Conferência entre Colchetes. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.212-218, 1995.

ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. *Feminismo no Exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*. 2010. 265p. Dissertação (Mestrado) – IFCH/Unicamp, Campinas.

ADUSB. Crescimento expressivo da EaD precariza trabalho docente. Associação dos Docentes da UESB, 28 jan. 2019. Disponível em: <[Crescimento expressivo da EAD precariza trabalho docente | ADUSB](#)> Acesso em: 15 de fevereiro de 2020.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALGEBAILÉ, Maria Emília B. Expansão da Educação Superior: traços de uma inclusão seletiva no cenário educacional brasileiro. In: VIEITEZ, Rosa Elisa M.; BARONE, Cândido G. (Orgs.). *Educação e Políticas Públicas: tópicos para debate*. Araraquara, SP: Junqueira&Martins, 2007.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

AMÂNCIO, Lígia. Sexismo e racismo - dois exemplos de exclusão do outro. In: ARAÚJO, Henrique G. de; SANTOS, Paula M.; SEIXAS, Paulo C. (Coords.). *Nós e os Outros: a exclusão em Portugal e na Europa*. Porto: SPAE, 1998.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida M. A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. *Psicologia: ciência e profissão*. Brasília, v. 32, n. especial, p. 44-65, 2012. Disponível em: <[A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições \(scielo.br\)](#)> Acesso em: 15 de fevereiro de 2020.

_____. *Consolidação da Psicologia no Brasil (1930-1962): sistematização de dados e algumas aproximações analíticas*. *Psicologia da Educação*, 22, p. 79-94, 2006.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, v.8, n.1, p. 229-236. Florianópolis, 2000.

ASSIS, Marcelo Marques. *Gênero e a Formação de Psicólogos/as em Goiás: problematizando (in)visibilidades e reflexos no ensino*. 2018. 141f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Goiânia.

AZEVEDO, Eulália Lima; TAVARES, Márcia Santana. As DEAMs desconhecem sexo e gênero na velhice: reflexões sobre mais uma modalidade de violência contra as mulheres. In: SCOTT, Parry; LYRA, Jorge; FONTE, Isolda Belo da (Orgs.). *Relações e hierarquias marcadas por gênero*. Recife: Editora UFPE: UFRPE, 2016. p. 21-36.

BAGAGLI, Bia. O que é um laudo? Um pouco sobre a recusa à cidadania cirúrgica. Texto de blog, 2014. Disponível em: <[Encontro 6 - O que é um laudo_ Um pouco sobre a recusa à cidadania cirúrgica_ Tranfeminismo.pdf \(usp.br\)](#)> Acesso em: 20 de julho de 2020.

BAHIA. Governo da. Termo de referência nº 08/2020 - caiat/spm contratação de empresa de serviços de solução web de atendimento online, incluindo inteligência artificial. Secretaria de Políticas para as Mulheres.

BAHIA. Governo da. Decreto nº 16.295 de 26 de agosto de 2015. Aprova o Regimento da Secretaria de Políticas para as Mulheres SPM. Disponível em: <[17_RegimentodaSPMBA26deagostode2015.pdf \(mulheres.ba.gov.br\)](#)>. Acesso em 10 de junho de 2020.

BAHIA. Governo da. Plano Estadual de Políticas para as Mulheres 2013-2015. Salvador: Secretaria de Políticas para as Mulheres e Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, 2014.

BAHIA. Governo da. Resultado da habilitação de entidades da sociedade civil integrantes do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher – Quadriênio 2019/2023. Salvador: Secretaria de Políticas para as Mulheres e Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, 2019. Disponível em: <[ResultadoEntidadesHabilitadas.pdf \(mulheres.ba.gov.br\)](#)> Acesso em 13 de novembro de 2020.

BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira de. Tempos e Memórias - Movimento Feminista no Brasil. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

BANDEIRA, Lourdes. “Brasil: fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas.” In: PEREIRA DE MELO, Hildete & BANDEIRA, Lourdes. A pobreza e as políticas de Gênero no Brasil, Série Mujer y Desarrollo, 2005, nº 66. CEPAL

Bandeira, L. M., & Almeida, T. M. C. de. (2013). A transversalidade de gênero nas políticas públicas. *Revista Do CEAM*, 2(1), 35–46.

BARSTED, L. L. Uma vida sem violência: o desafio das mulheres. Observatório da Cidadania, Rio de Janeiro, n.8, 2004. Disponível em: <http://www.socialwatch.org/es/informeimpreso/pdfs/panorbrasileiroc2004_bra.pdf>. Acesso em: 02 de maio de 2009.

BASTOS, Antônio. V. B.; GONDIM, Sônia Maria G.; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo. O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. O que mudou nestas últimas décadas? In: YAMAMOTO, Oswaldo H.; COSTA, Ana Ludmila F. (Orgs.). Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil. Natal: EDUFRN, 2010.

BEIRAS, Adriano; NUERNBERG, Adriano H.; ADRIÃO, Karla G. Estudos de gênero na psicologia brasileira – Perspectivas e atuações da terceira geração. *Athenea Digital*, v.12, n.3, p. 203-216, 2012.

BELO. Fábio. Clínica Psicanalítica Online. São Paulo: Zagodoni Editora, 2020

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs). Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019. São Paulo:

Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020. Disponível em: <[dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf \(wordpress.com\)](https://dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf (wordpress.com))> Acesso em: 17 de julho de 2020.

BENTO, Berenice. O que é transexualidade. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BERNARDES, Jefferson. A formação em Psicologia após 50 anos do Primeiro Currículo Nacional da Psicologia: alguns desafios atuais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 32, n. especial, p. 216-231, 2012.

BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; LEMOS, Jandernaide. Reforma da Educação Superior dos anos 1990 e suas repercussões na região Centro-Oeste. *Revista Teoria e Prática da Educação*, v. 14, n. 2, mai./ago., p. 123-137, 2011.

BOCK, Ana Mercês B. Perspectivas para a Formação em Psicologia. *Psicologia: Ensino e Formação*, v. 6, n. 2, p. 114-122, 2015.

BORGES, Lenise S. Feminismos, teoria *queer* e psicologia social crítica: (re)contando histórias... *Psicologia & Sociedade*, v. 26, n. 2, p. 280-289, 2014.

_____; CANUTO, Alice de A. A.; OLIVEIRA, Danielle P. de; VAZ, Renatha P. Abordagens de Gênero e Sexualidade na Psicologia: revendo conceitos, repensando práticas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 33, n. 3, p. 730-745, 2013.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Centro de Referência de Assistência Social / CRAS – Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, 2015. Disponível em: <[Centro de Referência de Assistência Social - Cras — MINISTÉRIO DA CIDADANIA Secretaria Especial do Desenvolvimento Social \(mds.gov.br\)](https://Centro de Referência de Assistência Social - Cras — MINISTÉRIO DA CIDADANIA Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (mds.gov.br))> Acesso em: 30 de novembro de 2020.

BRASIL. Decreto nº 21.173, de 19 de março de 1932. Converte o atual Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas, no Engenho de Dentro, em Instituto de Psicologia. Disponível em: <[Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](https://Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br))> Acesso em: 12 de abril de 2019.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.092, de 26 de março de 1946. Amplia o regime didático das faculdades de filosofia e dá outras providências. Disponível em: <[DEL9092 \(planalto.gov.br\)](https://DEL9092 (planalto.gov.br))> Acesso em: 01 de abril de 2019.

BRASIL. Decreto nº 9.586, de 27 de novembro de 2018. Institui o Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres e o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica. Disponível em: <[D9586 \(planalto.gov.br\)](https://D9586 (planalto.gov.br))> Acesso em: 30 de setembro de 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969. Estabelece normas complementares à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. Disponível em: <[Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](https://Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br))> Acesso em: 15 de março de 2019.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <[L12711 \(planalto.gov.br\)](https://L12711 (planalto.gov.br))> Acesso em: 13 de agosto de 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[L9394 \(planalto.gov.br\)](#)> Acesso em: 30 de abril. 2019.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <[L5540 \(planalto.gov.br\)](#)> Acesso em: 05 de abril de 2019.

BRASIL. Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Disponível em: <[Lei n.º 4.119, de 27 de agosto de 1962 - Transparência do CRP 13 \(cfp.org.br\)](#)> Acesso em: 02 de abril de 2019.

BRASIL. Mapa da Violência Contra a Mulher 2018. Câmara dos Deputados 55ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa. Brasília, 2018. Disponível em: <[Mapa da Violência Digital.indd \(camara.leg.br\)](#)> Acesso em: 15 de julho de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação MEC; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP; Diretoria de Estatísticas Educacionais DEED. Censo da Educação Superior 2018: Notas estatísticas. Brasília, DF: Inep/Mec, 2019. Disponível em: <[Censo da Educação Superior 2018.indd \(inep.gov.br\)](#)>. Acesso em: 06 de jul. 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. Portaria Nº 544, de 16 de junho de 2020. Disponível em: <[PORTARIA Nº 544, DE 16 DE JUNHO DE 2020 - PORTARIA Nº 544, DE 16 DE JUNHO DE 2020 - DOU - Imprensa Nacional \(in.gov.br\)](#)> Acesso em: 16 de julho de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação; Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019. Disponível em: <[PORTARIA Nº 2.117, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019 - PORTARIA Nº 2.117, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019 - DOU - Imprensa Nacional \(in.gov.br\)](#)> Acesso em: 12 de fevereiro de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação; Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Superior. Resolução nº 5, de 15 de março de 2011. Disponível em: <[index.php \(mec.gov.br\)](#)> Acesso em 10 de abril de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto Secretaria de Educação Superior. EDITAL Nº 4/97. Brasília, 10 de dezembro de 1997. Disponível em: <[Microsoft Word - e04.doc \(mec.gov.br\)](#)> Acesso em 10 de abril de 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Censo SUAS 2017: análise dos componentes sistêmicos da política nacional de assistência social.- Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2016. Disponível em: <[Censo SUAS 2017.pdf \(mds.gov.br\)](#)> Acesso em: 20 de maio de 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica - NOB/SUAS: construindo as bases para a implantação do sistema único de assistência social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2005. Disponível em: <[NOB-SUAS.pdf \(assistenciasocial.al.gov.br\)](#)> Acesso em: 5 de junho de 2020.

BRASIL. Norma Técnica de Uniformização: Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Presidência da República. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. 2006.

BRASIL. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social. Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais Brasília (DF) – 2011.

BRASIL. PNAS. Política Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Brasília, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

BRASIL. Senado Federal. Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Secretaria de Transparência DataSenado: Brasília, 2013.

BRASIL. Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. Brasília; 2011. Disponível em: <[rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres \(senado.leg.br\)](http://rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres (senado.leg.br))> Acesso em: 22 de novembro de 2019.

BROWN, Laura. S. Feminist therapy process. In: VANDENBOS Gary R.; MEIDENBAUER Edward B.; FRANK-MCNEIL Julia (Orgs.). Psychotherapy theories and techniques: a reader. Washington: American Psychological Association, 2013.

BUARQUE, Cristina. Introdução ao Feminismo. In: VANIN, Iole. M.; GONÇALVES, Terezinha. (Orgs). Caderno de textos gênero e trabalho. Salvador: REDOR, 2006.

CAETANO, Ivone F. O feminismo brasileiro: uma análise a partir das três ondas do movimento feminista e a perspectiva da interseccionalidade. Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Pós-Graduação Lato Sensu em Gênero e Direito, 2017. Disponível em: <[Estra \(tjrj.jus.br\)](http://Estra (tjrj.jus.br))> Acesso em 10 de fevereiro de 2020.

CAMBAÚVA, Lenita G.; SILVA, Lúcia Cecília da; FERREIRA, Walterlice. Reflexões sobre o estudo da história da Psicologia. Estudos de Psicologia. Natal, v. 3, n. 2, p. 207-227, 1998.

CAMPOS, Érico. B. V. Considerações sobre as Implicações das Diretrizes Curriculares na Formação do Estagiário em Psicologia. Psicologia: Ensino & Formação, v. 4, n. 2, p.100-118, 2013.

CAMPS, Victoria. O século das mulheres. Lisboa: Editorias Presença, 2001.

CENTOFANTI, Rogério. Radecki e a psicologia no Brasil (1982). In ANTUNES, Mitsuko Aparecida M. (Org.), História da psicologia no Brasil: primeiros ensaios, pp.177-208. Rio de Janeiro: EDUERJ; Conselho Federal de Psicologia, 2004.

COELHO, Maria Ivonete Soares. Políticas Públicas, Políticas Sociais Públicas e Avaliação de Políticas Públicas: Reflexões. In: QUEIROZ, Fernanda M. de; RUSSO, Gláucia H. A.; GURGEL, Telma (orgs.). Políticas Sociais, Serviço Social e Gênero: Múltiplos Saberes. Mossoró: UERN, 2012.

COHN, Amélia. As políticas de abate social no Brasil contemporâneo. Lua Nova, São Paulo, n.109, p. 129-160, 2020.

COIMBRA, Cecília. M. B. Tortura ontem e hoje: resgatando uma certa história. *Psicologia em Estudo*, v. 6 n. 2, p. 11-19, 2001.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer n. 403/62 do CFE, aprovado em 19 de dezembro de 1962. Disponível em: <[1962-parecern403de1962 \(abepsi.org.br\)](http://abepsi.org.br/1962-parecern403de1962)> Acesso em: 4 de abril de 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Carta de Serra Negra. Documento síntese do Encontro Nacional dos Cursos de Psicologia: Repensando a Formação. Serra Negra (SP), 1992.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 010, de 21 de julho de 2005. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Disponível em: <[codigo-de-etica-psicologia.pdf \(cfp.org.br\)](http://codigo-de-etica-psicologia.pdf(cfp.org.br))> Acesso em: 04 de julho de 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Ano da formação em psicologia: revisão das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em psicologia / Conselho Federal de Psicologia, Associação Brasileira de Ensino de Psicologia e Federação Nacional dos Psicólogos. São Paulo: Conselho Federal de Psicologia / Associação Brasileira de Ensino de Psicologia/ Federação Nacional dos Psicólogos, 2018.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. Resolução nº 8, de 7 de maio de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Disponível em: <[PROJETO DE RESOLUÇÃO \(mec.gov.br\)](http://projeto-de-resolucao(mec.gov.br))> Acesso em: 10 de abril de 2019.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO. Exposição 50 anos da Psicologia no Brasil: a história da Psicologia no país. São Paulo: CRPSP, 2011.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. Reflexões sobre o sexismo na linguagem. Nota Técnica nº 01/2009. Disponível em: <[NOTA-TECNICA-01-2009-Reflexoes-sobre-o-sexismo-na-linguagem.pdf \(crp03.org.br\)](http://nota-tecnica-01-2009-reflexoes-sobre-o-sexismo-na-linguagem.pdf(crp03.org.br))> Acesso em 20 de nov. 2020.

CORBUCCI, Paulo Roberto; KUBOTA, Luiz Claudio; MEIRA, Ana Paula B. Evolução da educação superior privada no Brasil: da reforma universitária de 1968 à década de 2010. *Radar*. Brasília, v. 46, ago. p.7-12, 2016. Disponível em: <[Repositório do Conhecimento do Ipea: Evolução da educação superior privada no Brasil : da reforma universitária de 1968 à década de 2010](http://repositorio-do-conhecimento-do-ipea-evolucao-da-educacao-superior-privada-no-brasil-da-reforma-universitaria-de-1968-a-decada-de-2010)> Acesso em 02 mai. 2017.

CORTÊS, Iáris R.; MATOS, Marlise. Mais mulheres no poder: contribuição para a formação política das mulheres. Brasília: Presidência da República – SPM, 2010.

COSTA, Albertina de O. Os estudos da mulher no Brasil ou a estratégia da corda bamba. *Revista Estudos Feministas*, nº especial, 401-409(1994).

COSTA, Ana Alice A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Gênero*. Niterói, v. 5, n. 2, 2º sem., p. 9-35, 2005.

COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecília Maria. O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. In: COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecília Maria (orgs.). *O feminismo*

no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

COSTA, Cláudia de L. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. Caderno Pagu, v.19, p. 59-90, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, nº 1, p. 171-188, Jan. 2002.

CURY, Bruno de M.; NETO, João L. F. Do Currículo Mínimo às Diretrizes Curriculares: os estágios na formação do psicólogo. Psicologia em revista. Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p.494-512, 2014. Disponível em: <[Do Currículo Mínimo às Diretrizes Curriculares: os estágios na formação do psicólogo \(bvsalud.org\)](http://bvsalud.org)> Acesso em 16 de junho de 2019.

DANTAS, Jurema B. Formar Psicólogos: por quê? para quê? Fractal: Revista de Psicologia, v. 22, n. 3, p. 621-636, 2010.

DELGADO, Josimara; TAVARES, Márcia Santana. (TRANS)VERSALIDADES DE GÊNERO E GERAÇÃO NAS POLÍTICAS SOCIAIS: o lugar de mulheres e idosos. Caderno Espaço Feminino - Uberlândia-MG - v. 25, n. 2 - Jul./Dez. 2012.

DELORS, Jacques. Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 6ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.

DINIZ, Tânia Maria R. de G.; JUNIOR Orlando A. dos S.; JUNIOR, Nelson S. (orgs.) Dossiê do Desmonte da Política Urbana Federal nos Governos Temer e Bolsonaro e seus Impactos Sobre as Cidades: Violações de Direitos Humanos e os Riscos de Construção de Cidades Intolerantes, Excludentes, Injustas e Antidemocráticas. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2020.

DRYZEK, John. Foundations and frontiers of deliberative governance. Oxford: Oxford University Press, 2010.

ESPINHA, Tatiana G. A temática racial na formação em Psicologia a partir da análise de Projetos Político Pedagógicos: silêncio e ocultação. 2017, 233f. Tese (doutorado) – Faculdade de Educação / Unicamp, Campinas.

EVANS, Kathy M.; KINCADE, Elizabeth A.; SEEM, Susan Rachael. Introduction to feminist therapy: strategies for social and individual change. London: Sage, 2011.

FARAH, Marta F. Gênero e políticas públicas. Revista Estudos Feministas, v. 12, n. 1, p.47-71, 2004.

FARIA, Carlos A. P. de. A política da avaliação de políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v. 20, n. 59, p. 97-110, 2005.

FERREIRA, Aurélio B.de H. Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

FERREIRA, Maria Cristina. A Psicologia social contemporânea: Principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, v. 26, nº especial, p. 51-64, 2010.

FIDELES, Marcela Nayara D.; VANDENBERGHE, Luc. Psicoterapia Analítica Funcional Feminista: possibilidades de um encontro. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*. São Paulo, v. 16, n. 3, p. 16-29, 2014.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio; SANTI, Pedro Luís R de. *Psicologia uma (nova) introdução: uma visão histórica da psicologia como ciência*. 2ª ed. São Paulo: EDUC-PUC, 2004.

FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth; MENEGHEL, Stela Nazareth (Orgs.). *Dicionário Feminino da Infância: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2015.

FONSECA, Marília; FONSECA, Dirce M. da. A gestão acadêmica da pós-graduação lato sensu: o papel do coordenador para a qualidade dos cursos. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 42, n. 1, p. 151-164, 2016. Disponível em: <[1517-9702-ep-42-1-0151.pdf \(scielo.br\)](#)> Acesso em: 17 de julho de 2020.

FONTÃO, Maria Angélica Breda. *As Conferências da ONU e o Movimento de Mulheres: construção de uma agenda internacional*. 2011. 60f. Monografia (Especialização em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília. Brasília: UNB.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas / IPEA*. Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

GONÇALVES, Renata; ABREU, Suellen. Do Plano Nacional de Políticas para as mulheres ao "Machistério" de Temer. *Revista de Políticas Públicas* 22(2), p. 753-771, 2018.

GRAMSCI, Antônio. Alguns problemas para o estudo da filosofia da práxis. In A. Gramsci, *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 07-41, 1995.

HUR, Domenico U. O surgimento da esquerda nas entidades profissionais dos psicólogos de São Paulo, CRP-06 e SPESP, no período da abertura política brasileira. *Mnemosine*, v. 5, n. 1, p.126-145, 2009.

_____. Políticas da psicologia: histórias e práticas das associações profissionais (CRP e SPESP) de São Paulo, entre a ditadura e a redemocratização do país. *Psicologia USP*. São Paulo, v. 23, n. 1, p.69-90, 2012.

IBGE. *Desigualdade social por cor ou raça no Brasil*. Estudos e pesquisas: informação demográfica e socioeconômica, n. 41, 2019. Disponível em: <[liv101681_informativo.pdf \(ibge.gov.br\)](#)> Acesso em: 10 de agosto de 2020.

JACÓ-VILELA, Ana Maria. Historiografia da psicologia no Brasil. In: BERNARDES Jefferson; MEDRADO Benedito (Orgs.), *Psicologia social e políticas de existência: fronteiras e conflitos*. Maceió (AL): ABRAPSO, 2009.

_____. História da Psicologia no Brasil: uma narrativa por meio de seu ensino. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 32, nº especial, p. 28-43, 2012.

JAGGAR, Alison. *Feminist Politics and Human Nature*. Totowa, NJ: Rowman & Allanheld, 1983.

KETZER, Patrícia. Como pensar uma Epistemologia Feminista? Surgimento, repercussões e problematizações. *Argumentos: revista de filosofia*. Fortaleza, ano 9, n. 18, p. 95-106, jul./dez. 2017. Disponível em: <[Como pensar uma Epistemologia Feminista? Surgimento, repercussões e problematizações | Argumentos - Revista de Filosofia \(ufc.br\)](#)> Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

LAGARGE, Marcela. *Gênero y feminismo – desarrollo humano y democracia*. Madrid: Horas & Horas, 1996.

LANGENBACH, Miriam; NEGREIROS, Teresa Creusa G. M. A formação complementar: um labirinto profissional. In: Conselho Federal de Psicologia. *Quem é o psicólogo brasileiro?* São Paulo: Edicon, 1988.

LISBOA, Felipe. S.; BARBOSA, Altemir José G. Formação em Psicologia no Brasil: Um Perfil dos Cursos de Graduação. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 29, n. 4, p.718-737, 2009.

LISBOA, Tereza K.; MANFRINI, Daniela B. Cidadania e equidade de gênero: políticas públicas para mulheres excluídas dos direitos mínimos. *Katálysis*. Florianópolis, v.8 n.1, jan/jun, 2005. Disponível em: <[Vista do Cidadania e equidade de gênero: políticas públicas para mulheres excluídas dos direitos mínimos \(ufsc.br\)](#)> Acesso em: 20 de março de 2020.

LLANOS, Gabriela Castellanos. *De la concientización al empoderamento: trayectoria del pensamiento feminista en los estudios de género en Colombia*. Centro de Estudios de Género, Mujer y Sociedad. Santiago de Cali: Universidad del Valle, 2000.

LOUREIRO, Marcos C. S. Formação e exercício profissional no campo da Psicologia. *Interação – Revista da Faculdade de Educação da UFG*, v. 34, n. 2, p.269-281, 2009.

LOURO, Guacira L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*, 12ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LHULLIER, Louise. A. *Quem é a Psicóloga Brasileira: mulher, psicologia e trabalho*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set., 2014. Disponível em: <[p 935-952 Lugones.pmd \(scielo.br\)](#)> Acesso em: 22 janeiro de 2020.

MOLYNEUX, Maxine. *Movimientos de mujeres en América Latina. Un estudio teórico comparado*. Madrid: Catedra, Universidad de Valencia, 2003.

MANCEBO, Deise. Formação em psicologia: gênese e primeiros desenvolvimentos. In JACÓ-VILELA Ana Maria; JABUR Fábio; RODRIGUES Heliana de B. C. (Orgs.), *Clio-Psyché: Histórias da psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia*, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996.

MATTOS, Amana; CIDADE, Maria Luiza. Para pensar a cisheteronormatividade na Psicologia: lições tomadas do transfeminismo. *Periódicus*, v. 5, n. 1, maio-out., 2016.

MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse Goulart. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. *Cadernos Pagu*, n. 43, p. 57-118, 2014.

MELO, Rogério A.; BARRETO, Danielle J. Formação em Psicologia: discursos e saberes sobre experimentações de Gênero. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 34, n. 3, p. 676-689, 2014.

MINAYO, Maria Cecília S. (org); DESLANDES. Suely F.; GOMES, Romeu; NETO, Otávio C. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 31ªed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MONTAÑO, Sonia. As políticas públicas de gênero: um modelo para armar. O caso do Brasil. In: LOBO, Thereza; PITANGUY, Jacqueline, MONTAÑO, Sonia. *As políticas públicas de gênero: um modelo para armar. O caso do Brasil*. Serie Mujer y Desarrollo, Nº.45, CEPAL, Santiago de Chile, 2003.

MORIN, E. Para um pensamento do sul. In: *Para um pensamento do sul: diálogos com Edgar Morin*. Rio de Janeiro: SESC, Dep. Nacional, 2011.

NARVAZ, Martha G. A (in)visibilidade do gênero na psicologia acadêmica: onde os discursos fazem política. 2009, 305f. Tese (doutorado) – Programa de pós-graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

_____; KOLLER, Silvia. H. Metodologias Feministas e Estudos de Gênero: Articulando Pesquisa, Clínica e Política. *Psicologia em Estudo*, v. 11, n. 3, p. 647- 654, 2006.

_____; KOLLER, Silvia H. Feminismo e Terapia: a terapia feminista da família – por uma psicologia comprometida. *Psicologia Clínica*, v. 19, n. 2, pp. 117-131, 2007.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. (1978); 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NEGRÃO, Télia. Nós e rupturas da rede de apoio às mulheres. In: STREY, Marlene N.; AZAMBUJA, Mariana P. R de; JAEGER, Fernanda. P. (org.). *Violência, gênero e políticas públicas*. Coleção Gênero e Contemporaneidade, v. II. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: a (re)construção dos espaços terapêuticos. *Psicologia & Sociedade*, v. 15, n. 2, p. 43-64, 2003.

_____; NOGUEIRA, Conceição. Terapias feministas, intervenção psicológica e violências na intimidade: uma leitura feminista crítica. *Psychologica*, v. 36, p. 15-32; 2004. Disponível em: <[Listas300: \(ismai.pt\)](#)> Acesso em: 02 de maio de 2017.

NICODEMOS, Marcela Maria. As Nações Unidas e a proteção do direito da mulher: Retórica ou realidade? 2005. 174p. IRBR – XLVIII CAE. Brasília, 2005.

NOGUEIRA, Conceição. Contribuições do construcionismo social a uma nova psicologia de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, n, 112, p. 137-153, 2001a.

_____. Feminismo e discurso do gênero na psicologia social. *Psicologia e Sociedade*, Revista da ABRAPSO, v. 13, n. 1, p. 107-128, 2001b.

_____. *Interseccionalidade e Psicologia Feminista*. Salvador, Ba: Editora Devires, 2017.

NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero no contexto da produção científica brasileira em psicologia. 2005, 342f. Tese (doutorado) – Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

_____; TONELI, Maria Juracy F.; MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Feminism, psychology and gender studies: the brazilian case. In: RUTHERFORD, Alexandra; CAPDEVILA, Rose; UNDURTI, Viridhya., PALMARY, Ingrid. *Handbook of International Feminisms: perspectives on Psychology, women, culture and rights*. London: Springer, 2011.

ROCHA, Lourdes de Maria L. N. Feminismo, Gênero e Políticas Públicas: Desafios para fortalecer a luta pela emancipação. *Revista de Políticas Públicas*. São Luís, v. 20, n. especial, p. 313-322, 2016.

OLIVEIRA, Eduardo Anderson carvalho de. Percepções Feministas sobre os serviços de responsabilização e educação para homens autores de violência contra as mulheres. 2019. 191f. Tese (doutorado) – Programa de pós-graduação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Gênero Mulheres e Feminismos. Universidade Federal da Bahia.

Oliveira, A. E. C. de, & Tavares, M. S. (2019). ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES JUDICIAIS: ATENÇÃO PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO ESTADO DA BAHIA. *Revista Prelúdios*, 7(7), 51–65.

OLIVEIRA, João Manuel de; SAAVEDRA, Luísa; NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. La psicología feminista crítica em el suroeste semiperiférico europeo: el intrigante caso de Portugal. *Teoría y crítica de la psicología*, n. 3, p. 302-319, 2013.

PARENT IN SCIENCE. Produtividade acadêmica durante a pandemia: efeitos de gênero, raça e parentalidade. Levantamento realizado pelo Movimento Parent in Science durante o isolamento social relativo à Covid-19. *Parent in Science*, 2020.

PECORARO, Tatiana. Discursos sobre relações de gênero e diversidade sexual na formação de psicólogas(os). 2015, 124f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati.

PERAFÁN, Mireya E. V.; OLIVEIRA, Humberto. Território de Identidade. Coleção Política e Gestão Culturais. Salvador: Secretaria de Cultura do estado da Bahia, 2013.

PEREIRA, Fernanda M.; PEREIRA NETO, André. O psicólogo no Brasil: notas sobre seu processo de profissionalização. *Psicologia em estudo*, Maringá, v. 8, n. 2, p. 19-27, 2003.

PERUCCHI, Juliana; FILGUEIRAS Maria Juracy; GALVÃO, Karla. Gênero e feminismos: considerações teórico epistemológicas e impactos metodológicos. *Psicologia & Sociedade*, v. 25, n. especial, p. 13-22, 2013.

PETINELLI, Viviane. As Conferências Públicas Nacionais e a formação da agenda de políticas públicas do Governo Federal (2003-2010). *Opinião Pública*. Campinas, v. 17, n. 1, p. 228-250, 2011.

PIMENTEL, Silvia. Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher: CEDAW 1979. In: FROSSARD, Heloísa (Org.). *Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas Para Mulheres, 2006.

PINTO, Céli Rejina J. Uma história do feminismo no Brasil. Coleção História do Povo Brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, José Marcelino de R. O Acesso à Educação Superior no Brasil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 88, p. 727-756, 2004.

PITANGUY, Jacqueline. Movimento de Mulheres e Políticas de Gênero no Brasil. In: LOBO, Thereza; PITANGUY, Jacqueline, MONTAÑO, Sonia. *As políticas públicas de gênero: um modelo para armar. O caso do Brasil*. Serie Mujer y Desarrollo, N°45, CEPAL, Santiago de Chile, 2003.

PEREIRA, A. P. Potyara. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. *Política Social no Capitalismo – Tendências Contemporâneas*. São Paulo, Cortez, 2008.

PRÁ, Jussara Reis. Cidadania de gênero, capital social, empoderamento e políticas públicas no Brasil. In: BAQUERO, Marcello (org.). *Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social*. Porto Alegre/Brasília: Ed. Universidade/UFRGS/ Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), 2001.

_____; SCHINDLER, Eduardo. Políticas públicas de gênero e novas institucionalidades. Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: aproximando agendas e agentes. UNESP, Araraquara (SP), abril de 2013.

_____. Políticas para as Mulheres: transversalizar é preciso. In: ALVES, Ívia Iracema D.; SCHEFLER Maria de Lourdes; VAZQUEZ, Petilda S.; AQUINO Silvia de. (orgs.) *Travessias de gênero na perspectiva feminista*. Coleção Bahianas. n. 12. Salvador: EDUFBA, 2010.

PREVIDELLI, Amanda. Os gastos do Brasil com educação em relação ao mundo. Exame.com, 2012. Disponível em: <[Os gastos do Brasil com educação em relação ao mundo | Exame](#)> Acesso em: 12 mai.2020.

RADI, Blas; SARDÁ-CHANDIRAMANI, Alejandra. Travestício / transfemicídio: Coordenadas para pensar los crímenes de travestis y mujeres trans en Argentina. Publicación en el Boletín del Observatorio de Género, 2016. Disponível em: <[Travestício / transfemicídio: Coordenadas para pensar los crímenes de travestis y mujeres trans en Argentina \(aacademica.org\)](http://Travesticio/transfemicidio:Coordenadas%20para%20pensar%20los%20cr%C3%ADmenes%20de%20travestis%20y%20mujeres%20trans%20en%20Argentina%20(aacademica.org))> Acesso em: 31 de julho de 2020.

RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: PEDRO, Joana M.; GROSSI, Miriam P. (org.), Masculino, Feminino, Plural. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998.

RAMAZANOGLU, Caroline; HOLLAND, Janet. Feminist Methodology: Challenges and Choices. London: Sage, 2002.

RODRIGUES, José Paz. Olympe de Gouges, importante feminista francesa. PGL.gal, 2017. Disponível em: <[OLYMPE DE GOUGES, IMPORTANTE FEMINISTA FRANCESA \(pgl.gal\)](http://OLYMPE%20DE%20GOUGES,%20IMPORTANTE%20FEMINISTA%20FRANCESA%20(pgl.gal))> Acesso em: 10 de março de 2020.

RUDÁ, Caio; COUTINHO, Denise; ALMEIDA-FILHO, Naomar M de. Formação em psicologia no Brasil: o período do currículo mínimo (1962-2004). Memorandum. Belo Horizonte UFMG / Ribeirão Preto USP, v. 29, p.59-85, 2015. Disponível em: <[HUMANISMO \(ufba.br\)](http://HUMANISMO%20(ufba.br))> Acesso em 17 de junho de 2017.

SAAVEDRA, Luísa; NOGUEIRA, Conceição. Memórias sobre o feminismo na psicologia: Para a construção de memórias futuras. Memorandum. Belo Horizonte UFMG / Ribeirão Preto USP, 11, p. 113-127, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. O Poder do Macho. Coleção Polêmica, São Paulo: Ed. Moderna, 1987

_____. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Cadernos Pagu. Campinas, n. 16, 2001.

_____. Gênero, patriarcado, violência. Coleção Brasil Urgente. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. Violência doméstica: do privado ao público. Presença da Mulher, São Paulo, p. 29-37, set. 1998.

_____. Violência de Gênero: Poder e Impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995

SALDANHA, Marília. Sobre psicologias e psicoterapias feministas no Brasil e em Portugal. 2018, 144f. Tese (Doutoramento) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

_____. Pontos de Intersecção: psicologia, feminismo e violências. Diálogo, Canoas, v. 24, p. 35-44, 2013.

_____; SCARPARO, Helena Beatriz K.; STREY, Marlene N. Porque não somos todas feministas? *Diálogo*, Canoas, v. 22, p. 107-116, 2013.

_____; NARDI, Henrique Caetano. Uma psicologia feminista brasileira? Sobre destaque, apagamento e posição periférica. *Revista psicologia política*. São Paulo, v. 16, n. 35, p. 35-52, 2016.

SANTOS, Boaventura de S. Um discurso sobre as ciências. 5ª ed, São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a um ecologia dos saberes. In: Boaventura de Sousa Santos; Maria Paula Meneses (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina-CES, 2009. p. 23-73.

_____; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Graciete. Gênero e desenvolvimento. In: SANTOS, Graciete (Org.). *Gênero e Desenvolvimento Rural: Manual de Orientação para os Agentes da Reforma Agrária*. Brasília: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, 2002.

SARDENBERG, Cecilia Maria B. Da Transversalidade à Transversalização de Gênero. In: ALVES, Ívia Iracema D.; SCHEFLER Maria de Lourdes; VAZQUEZ, Petilda S.; AQUINO Silvia de. (orgs.) *Travessias de gênero na perspectiva feminista*. Coleção Bahianas. v. 12. Salvador: EDUFBA, 2010.

_____. Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista. Comunicação oral apresentada ao I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO. Salvador: NEIM/UFBA, 2006.

_____; TAVARES, Márcia S.; GOMES, Márcia Q. Monitorando a Lei Maria da Pena: reflexões sobre a experiência do Observe. In: SARDENBERG, Cecília Maria B.; TAVARES, Márcia S. (orgs.) *Violência de gênero contra as mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento*. Coleção Bahianas. v. 19. Salvador: EDUFBA, 2016.

SARTI, Cynthia A. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. In: Congresso Internacional da LASA, Chicago, 1998. Disponível em: <[SARTI.PDF \(clacso.edu.ar\)](#)> Acesso em: 30 de abril de 2020.

SCARPARO, Helena Beatriz K.; TORRES, Samantha. & ECKER, Daniel D. Psicologia e Ditadura Civil-Militar: Reflexões sobre práticas psicológicas frente às violências de Estado. *Revista Epos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 57-78, 2014.

SCHAFF, Adam. *História e verdade*. Trad. Maria Paula Duarte. 6ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições, e a questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, Joan W. *Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica*. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990.

SILVA, Enid R. A da. Participação Social e as Conferências Nacionais de Políticas Públicas: reflexões sobre avanços e desafios no período de 2003-2006. IPEA, texto para discussão n° 1378, 2009.

SILVA, Fabíola F da. Psicologia no Contexto da Ditadura Civil-Militar e Ressonâncias na Contemporaneidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*. v. 37, n. especial, p. 82-90, 2017.

SILVA, Ivana P. A da. Percepção da violência contra a mulher dos profissionais que realizam atendimento às mulheres violentadas. In: 16º Encontro Nacional da ABRAPSO, 2011. Anais (on-line). Recife: ABRAPSO, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Dr. Nietzsche, curricularista - com uma pequena ajuda do professor Deleuze. In: MOREIRA, Antônio Flávio; MACEDO, Elizabeth Fernandes de. *Currículo, práticas pedagógicas e identidades*. Porto: Porto Editora, 2002.

_____. *O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SILVA JÚNIOR, João dos R.; SGUISSARDI, Valdemar. *Novas faces da educação superior no Brasil: reformas do Estado e mudanças na produção*. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. *Gestão do Trabalho: Concepção e Significado para o Suas*. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Gestão do trabalho no âmbito do SUAS: uma contribuição necessária*. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

SIQUEIRA, Maria Juracy T. A(s) psicologia(s) e a categoria gênero: anotações para discussão. In: ZANELLA Andréa V.; SIQUEIRA, Maria Juracy T.; LHULLIER, Louise A.; MOLON Susana I. (Org.). *Psicologia e práticas sociais*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

SPINK, Mary Jane P.; SPINK, Peter Kevin. *A psicologia social na atualidade*. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur A. L.; PORTUGAL, Francisco T. (orgs.). *História da Psicologia: Rumos e percursos*. 3ªed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2015.

SPMBa. *Avaliação dos Centros ou Núcleos de Referência de Atenção à Mulher em Situação de Violência – Relatório de Visita Técnica*. Abaíra, 21 de março de 2018.

SOUZA, Márcio Rodrigo A.; MENEZES, Monique. Programa Universidade para Todos (Prouni): quem ganha o quê, como e quando? *Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*. Rio de Janeiro, v. 22, n. 84, p. 609-634, 2014.

TAVARES, Márcia; CRUZ, Maria Helena S.. *A CRÍTICA FEMINISTA À POLÍTICA SOCIAL: entre fluxos e refluxos*. In: Góis, João Bôsko Hora; Souza, Sidimara C. de Souza (organizadores). *Temas de política social: análises e discussões*. Curitiba: CRV, vol. 1, 2019.

TIBURI, Márcia. *Feminismo em Comum: para todas, todes e todos*. 1ªedição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

TIMM, Flávia B.; PEREIRA, Ondina P. P.; GONTIJO, Daniela C. Psicologia, Violência contra Mulheres e Feminismo: em defesa de uma clínica política. Psicologia política. v. 11. n. 22. p. 247-259. Jul-dez, 2011.

TRAT, Josette. Movimentos Sociais. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARE, Helene Le; SENOTIER, Daniele. (org.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. Pensamento Sistêmico, 10º ed. Campinas, SP: Papirus, 2013

Vergueiro, Viviane. Pela descolonização das identidades trans. VI Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH, Salvador: UFBA, 2012. Disponível em:< [\(42\) \(PDF\) Pela descolonização das identidades trans* \(pré-projeto para a dissertação 'Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes'\) | Viviane Vergueiro Simakawa - Academia.edu](#)> Acesso em: 29/07/2020.

ZANELLO, Valeska. Saúde mental, mulheres e conjugalidade. In: STEVENS Cristina; OLIVEIRA Suzane, R. de; ZANELLO Valeska. (orgs). Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas. Florianópolis: Editora Mulheres, 2014.

ZAPATA, Tânia, PARENTE, Silvana. Desenvolvimento Institucional e a Articulação de Parcerias para o Desenvolvimento Local. Cadernos Técnicos. Projeto de Cooperação Técnica BNDES/PNUD. Recife, 2004.

WASELFISZ, Julio J. Mapa da Violência 2015 Homicídio de Mulheres no Brasil 1ª edição Brasília: OPAS/OMS, ONU Mulheres, SPM e Flacso, 2015. Disponível em: <[MapaViolencia_2015_mulheres.pdf \(onumulheres.org.br\)](#)> Acesso em: 01 de setembro de 2020.

WELZER-LANG, Daniel. Les Homes Violens. Paris: Lierre et Coudrier, 1991.

ANEXO I

QUESTIONÁRIO

(Material de coleta de dados, encaminhado às psicólogas que atuam nos serviços especializados de atenção à mulher, vinculados à Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do estado da Bahia)

A – IDENTIFICAÇÃO

1. Nome:
2. Idade:
3. Identidade de Gênero:
4. Orientação Sexual:
5. Município que reside:
6. Telefone (WhatsApp):
7. Religião:
8. Possui alguma necessidade especial? Se sim, qual?
9. Raça/Cor/Etnia:
10. Estado Civil:
11. Possui filhos? Se sim, quantos?

B – INFORMAÇÕES ACADÊMICAS

1. Instituição em que cursou Psicologia:
2. Ano de ingresso e ano de conclusão do curso:
3. Cursou ou cursa outra graduação? Se sim, qual(is)?
4. Cursou ou cursa Pós-Graduação? Se sim, qual(is)?

C – ATIVIDADE DE ATENÇÃO PSICOLÓGICA À MULHER

1. Instituição em que trabalha:
2. Tempo de exercício na instituição:
3. Tipo de vínculo institucional:
 - () estatutário
 - () celetista
 - () contrato
 - () voluntariado
4. Já exerceu atribuições de psicologia em alguma Política Pública Social antes da atual atividade? Se sim, o que fazia, onde e por quanto tempo?
5. Já atuou na Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres antes da atual atividade? Se sim, em qual(is) instituição(ões), qual(is) era(m) o(s) cargo(s) e por quanto tempo exerceu tal(is) função(ões)?

D – FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA E O TRABALHO COM MULHERES

1. Como você avalia a adequação dos componentes curriculares do curso de psicologia para a sua formação?
 - () Plenamente satisfatória
 - () satisfatória
 - () pouco satisfatória
 - () insatisfatóriaJustifique sua resposta:
2. Como você avalia a adequação dos conteúdos e programas do curso de psicologia para a sua formação profissional no trabalho com mulheres?
 - () Plenamente satisfatória
 - () satisfatória
 - () pouco satisfatória
 - () insatisfatóriaJustifique sua resposta:
3. Quais as principais abordagens e referências teóricas que utiliza em seu trabalho com mulheres?
4. Durante a sua formação foi ofertada alguma disciplina específica sobre violência e gênero? Em caso afirmativo, qual?
5. Durante a sua formação você teve acesso aos estudos sobre as Epistemologias Feministas? Se sim, em qual(is) disciplina(s)?

6. Você já participou de alguma capacitação voltada ao trabalho com mulheres em situação de violência?
- () Sim
() Não
- Em caso afirmativo, responda:
- Nome do curso:
 - Instituição proponente:
 - Carga horária:
 - Ano de conclusão:
 - A iniciativa foi interesse pessoal ou o curso foi ofertado pela instituição em que trabalha?
7. Em sua opinião, o feminismo é relevante para o trabalho com mulheres em situação de violência?
- () Sim
() Não
- Por que?
8. Você conhece a Psicologia Feminista? Se sim, qual a importância dessa abordagem para a sua atuação profissional com mulheres em situação de violência?
9. Quais as principais dificuldades enfrentadas no trabalho que desenvolve com mulheres?
10. Em sua opinião, quais os elementos e ferramentas necessárias para a efetiva redução dos índices de violência contra as mulheres em nosso país?

ANEXO II

Roteiro de entrevista⁷³

1. Qual a diferença entre CRAM e NAM? Existe alguma documentação que define e caracterize cada um destes equipamentos?
2. Quais os critérios e diretrizes que a SPMBa toma como referência para implantação dos CRAMs e NAMs? (discorrer sobre o caso do município de Abaíra com menos de 10.000 habitantes possuir um CRAM e territórios inteiros com municípios mais populosos não possuir nenhum centro implantado)
3. Existe alguma regulamentação que define a equipe mínima de acordo com a densidade demográfica do município? (Salvador só uma unidade de CRAM, com apenas uma psicóloga, ao passo que Lauro de Freitas tem 5 técnicas da psicologia em sua equipe)
4. Qual a atual situação dos CRAMs instalados nos municípios de Serrinha, Maragogipe e Taperoá?

⁷³Entrevista realizada com a coordenação do eixo de enfrentamento à violência contra as mulheres da SPMBa em 04 de agosto de 2020.

ANEXO III



Estado da Bahia

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

COORDENAÇÃO DE INSTITUCIONAL
E AÇÕES TEMÁTICAS - CATREDE ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES⁷⁴

GRAMs - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO À MULHER

| Qde. | Nome da Entidade | Município | Data de fundação | Território de identidade |
|------|--|------------------|------------------|-----------------------------|
| 01 | Centro de Referência Loreta Valadares de Atendimento à Mulher (CRLV) | Salvador | 25/10/05 | Metropolitana de Salvador |
| 02 | Centro de Referência da Mulher (CRM) Mãe Sulinha | Senhor do Bonfim | 07/10 | Piemonte Norte do Itapicuru |
| 03 | Centro de Referência de Atendimento à Mulher (GRAM) Lélia González | Lauro de Freitas | 20/04/06 | Metropolitana de Salvador |
| 04 | Centro de Referência da Mulher (CRM) | Itapetinga | 10/12/10 | Médio Sudoeste da Bahia |
| 05 | Centro Regional de Referência da Mulher Maria Joaquina | Cruz das Almas | 18/07/11 | Recôncavo |

⁷⁴ As colunas referentes aos contatos telefônicos, e-mail e nome das responsáveis foram suprimidos para resguardar suas identidades.

| | | | | |
|----|---|-------------------------|----------|--------------------------------|
| 06 | Centro de Referência da Mulher (CRM) Albertina Vasconcelos | Vitória da Conquista | 28/07/06 | Vitória da Conquista |
| 07 | Centro de Referência da Mulher (CRM) Ana Joaquina de Castro Dourado | Irecê | 22/12/10 | Irecê |
| 08 | Centro de Referência da Mulher (CRM) Eudócia Antunes de Assis | Paulo Afonso | 07/08/10 | Itaparica |
| 09 | Centro de Referência da Mulher (CRM) Dandara | Serrinha | | Sisal |
| 10 | Centro de Referência da Mulher (CRM) Professora Donga | Conceição do Coité | 28/06/10 | Sisal |
| 11 | Centro de Referência da Mulher (CRM) Rosane Silva Rodrigues | Abaíra | | Chapada Diamantina |
| 12 | Centro de Referência da Mulher (CRM) | Valença | 10/11/10 | Baixo Sul |
| 13 | Centro de Referência Especializado de Atendimento à Mulher (CRM) Maria Quitéria | Feira de Santana | 25/10/11 | Portal do Sertão |
| 14 | Centro de Referência no Apoio à Mulheres em Situação de Violência (CRM) Dona Maria Salomé | Maragogipe | | Recôncavo |
| 15 | Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM) | Juazeiro | 30/12/04 | Sertão do São Francisco |
| 16 | Centro de Referência Yolanda Pires | Camaçari | 05/09 | Metropolitana de Salvador |
| 17 | Centro de Referência Atendimento a Mulher | Jequié | 22/05/17 | Médio Rio de Contas |
| 18 | Centro de Referência de Atendimento a Mulher | Alagoinhas | 11/04/12 | Litoral Norte e Agreste Baiano |
| 19 | Centro de Referência de Atendimento à Mulher | Itabuna | 31/07/13 | Litoral Sul |
| 20 | Centro de Referência de Atendimento à Mulher | Porto Seguro | 07/05/15 | Costa do Descobrimento |
| 21 | Centro de Referência de Atendimento à Mulher | Camacã | 20/06/16 | Litoral Sul |

| | | | | |
|----|---|------------------------|----------|---------------------------|
| 22 | Centro de Referência de Atendimento à Mulher | Barreiras | 10/12/15 | Bacia do Rio Grande |
| 23 | Centro de Referência de Atendimento à Mulher | Ilhéus | 07/12/15 | Litoral Sul |
| 24 | Centro de Referência de Atendimento à Mulher Isabel Ramos Miranda | Itaberaba | | Piemonte do Paraguaçu |
| 25 | Centro de Referência de Atendimento à Mulher VerônikaLind | Teixeira de Freitas | 21/09/15 | Extremo Sul |
| 26 | Centro de Referência de Atendimento à Mulher Maria Felipa dos Santos | São Francisco do Conde | 27/10/16 | Recôncavo |
| 27 | Centro de Referência de Atendimento à Mulher Mariene Soares | Jacobina | 19/04/17 | Piemonte da Diamantina |
| 28 | Centro de Referência de Atendimento à Mulher Bem me quer | Santa Cruz Cabrália | 14/12/18 | Costa do Descobrimento |
| 29 | Centro de Referência de Atendimento à Mulher | Simões Filho | | Metropolitana de Salvador |

NAMs - NÚCLEO DE ATENDIMENTO A MULHER

| Qde. | Nome da Entidade | Município | Data de Fundação | Território de Identidade |
|-------------|--------------------------------|------------------|-------------------------|---------------------------------|
| 01 | Núcleo de Atendimento a Mulher | Candeias | 08/03/02 | Metropolitana de Salvador |
| 02 | | Saubara | 22/06/10 | Recôncavo |
| 03 | | Taperoá | 10/11/10 | Baixo Sul |
| 04 | | Santo Amaro | 31/07/14 | Recôncavo |

DEAM'S - DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ATENDIMENTO À MULHER

| Qde. | Nome da Entidade | Município | Território de identidade |
|------|--|----------------------|--------------------------------|
| 01 | Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) | Itabuna | Litoral Sul |
| 02 | | Jequié | Médio Rio de Contas |
| 03 | | Teixeira de Freitas | Extremo Sul |
| 04 | | Alagoinhas | Litoral Norte e Agreste Baiano |
| 05 | | Barreiras | Bacia do Rio Grande |
| 06 | | Camaçari | Metropolitana de Salvador |
| 07 | | Feira de Santana | Portal do Sertão |
| 08 | | Candeias | Metropolitana de Salvador |
| 09 | | Salvador – Brotas | Metropolitana de Salvador |
| 10 | | Salvador - Periperi | Metropolitana de Salvador |
| 11 | | Ilhéus | Litoral Sul |
| 12 | | Paulo Afonso | Itaparica |
| 13 | | Porto Seguro | Costa do Descobrimento |
| 14 | | Vitória da Conquista | Vitória da Conquista |
| 15 | | Juazeiro | Sertão do São Francisco |

VARAS ESPECIALIZADAS

| Qde. | Nome da Entidade | Município | Território de identidade |
|-------------|---|----------------------|----------------------------------|
| 01 | Varas de Violência Doméstica e Familiar | Feira de Santana | Portal do Sertão |
| 02 | | Salvador (3) | Metropolitana de Salvador |
| 03 | | Vitória da conquista | Vitória da conquista |
| 04 | | Camaçari | Metropolitana de Salvador |
| 05 | | Juazeiro | Sertão do São Francisco |

RMP'S – RONDA MARIA DA PENHA

| Qde. | Município | Data da Implantação | Território de identidade |
|-------------|------------------|----------------------------|----------------------------------|
| 01 | Feira de Santana | 23/09/16 | Portal do Sertão |
| 02 | Juazeiro | 19/11/15 | Sertão do São Francisco |
| 03 | Paulo Afonso | 12/05/16 | Itaparica |
| 04 | Salvador | 08/03/15 | Região Metropolitana de Salvador |
| 05 | Senhor do Bonfim | 28/08/17 | Piemonte Norte do Itapicuru |

| | | | |
|----|------------------------------|------------------------|-----------------------------|
| 06 | Vitória da Conquista | 19/06/17 | Vitória da Conquista |
| 07 | Itabuna | 30/06/17 | Litoral Sul |
| 08 | <i>Itaparica e Vera Cruz</i> | 05/07/18 | Metropolitana de Salvador |
| 09 | <i>Lauro de Freitas</i> | 03/07/18 | Metropolitana de Salvador |
| 10 | <i>Guanambi</i> | 06/07/18 | Sertão Produtivo |
| 11 | <i>Jacobina</i> | 12/05/18 | Piemonte da Diamantina |
| 12 | <i>Campo Formoso</i> | 19/10/17 | Piemonte Norte do Itapicuru |
| 13 | <i>Barreiras</i> | Julho 2018 | Bacia do Rio Grande |
| 14 | <i>Sobradinho</i> | 20/10/17 | Sertão do São Francisco |
| 15 | Rio Real | Em fase de implantação | |

CENTRAL DE ATENDIMENTO (CASA ABRIGO)

| Qde. | Nome da Entidade | Município | Território de identidade |
|-------------|-------------------------|------------------|---------------------------------|
| 01 | Casa Abrigo da Mulher | Itabuna | Litoral Sul |
| 02 | Casa Abrigo da Mulher | Juazeiro | Sertão do São Francisco |
| 03 | Casa Abrigo da Mulher | Feira de Santana | Portal do Sertão |

CASA DE ACOLHIMENTO

| Qde. | Nome da Entidade | Município | Território de identidade |
|-------------|-------------------------|------------------|---------------------------------|
| 01 | Casa de Acolhimento | Feira de Santana | Portal do Sertão |
| 02 | Casa de Acolhimento | Alagoinhas | Litoral Norte e Agreste Baiano |
| 03 | Casa de Acolhimento | Jacobina | Piemonte da Diamantina |

DEFENSORIA PÚBLICA

| Nome da Entidade | Município | Território de identidade |
|-------------------------|------------------|---------------------------------|
| DPE- NUDEM | Salvador | Metropolitana de Salvador |

TRIBUNAL DE JUSTICA

| Nome da Entidade | Município | Território de identidade |
|------------------------------------|------------------|---------------------------------|
| TJ- Coordenadoria da Mulher | Salvador | Metropolitana de Salvador |

MINISTÉRIO PÚBLICO

| Nome da Entidade | Município | Território de identidade |
|-------------------------|------------------|---------------------------------|
| MP- GEDEM | Salvador | Metropolitana de Salvador |

ANEXO IV

CRAMs - CENTROS DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES

| Município | Equipe técnica | População Estimada |
|----------------------|---|---------------------------|
| Salvador | 01 Psicóloga 01 Advogada 01 Assistente Social 01 Pedagoga | 2.837.347 |
| Senhor do Bonfim | 01 Psicóloga 01 Advogada 01 Assistente Social | 79.015 |
| Lauro de Freitas | 05 Psicólogas 04 Assistentes Sociais 02 Advogadas 01 Pedagoga | 198.440 |
| Itapetinga | 01 Psicóloga 01 Advogada 01 Assistente Social | 76.147 |
| Cruz das Almas | 01 Psicóloga 01 Advogada 01 Pedagoga | 63.239 |
| Vitória da Conquista | 03 Psicólogas 01 Advogada 01 Assistente Social | 338.480 |
| Irecê | 01 Psicóloga 01 Advogada 01 Assistente Social 01 Pedagoga | 72.967 |
| Paulo Afonso | 02 Assistentes Sociais | 117.782 |
| Serrinha | Em decorrência de problemas políticos, o município não possui equipe | 80.861 |
| Conceição do Coité | 01 Psicóloga 01 Advogada | 66.612 |

| | | |
|------------------|--|---------|
| | 01 Coordenadora de programas assistenciais; | |
| Abaíra | 01 Psicóloga 01 Advogada 01 Assistente Social | 8.739 |
| Valença | 01 Advogada 01 Pedagoga Não tem Psicóloga | 96.562 |
| Feira de Santana | 02 Psicóloga 01 Advogada 03 Assistentes Sociais 01 Pedagoga | 614.872 |
| Maragogipe | Em decorrência de problemas políticos, o município não possui equipe | 44.677 |
| Juazeiro | 02 Psicólogas 01 Advogada 02 Assistentes Sociais | 216.707 |
| Camaçari | 01 Psicóloga 01 Advogada 01 Assistente Social | 299.132 |
| Jequié | 01 Psicóloga 01 Advogada 01 Assistente Social | 155.966 |
| Alagoinhas | 03 Psicólogas 01 Advogado 01 Assistente Social | 151.596 |
| Itabuna | 01 Psicóloga 01 Assistente Social | 213.223 |
| Porto Seguro | 02 Psicóloga 01 Advogada 01 Assistente Social | 148.686 |
| Camacan | 01 Psicólogas 01 Advogada 01 Assistente Social | 31.988 |
| Barreiras | 01 Psicóloga 01 Assistente Social 01 Advogada | 155.439 |

| | | |
|---------------------------|---|-----------------------------------|
| Ilhéus | 01 Psicóloga 01 Advogada 01 Assistente Social | 162.327 |
| Itaberaba | 01 Assistente Social Sem psicóloga desde 02/19 | 64.489 |
| Teixeira de Freitas | 01 Psicóloga 01 Advogada | 160.487 |
| São Francisco do Conde | 02 Advogada 02 Psicólogas 01 Assistente Social: | 39.802 |
| Jacobina | 01 Psicóloga 01 Advogada 02 Assistentes Sociais | Marluce Silva de Lima |
| Santa Cruz Cabrália | 01 Advogada 01 Assistente Social 01 Educadora Social Não tem Psicóloga – em processo de contratação via seleção pública | 27.778 |
| Simões Filho | 01 Psicóloga 01 Advogada 01 Assistente Social | Diana Priscila da Silva Coelho |

NAMs - NÚCLEO DE ATENDIMENTO A MULHER

| Município | Equipe Técnica | População Estimada |
|-------------|---|--------------------|
| Candeias | 02 Psicólogas | 87.076 |
| Saubara | 01 Psicóloga | 12.043 |
| Taperoá | Equipamento foi fechado pela nova gestão | 21.074 |
| Santo Amaro | 01 Psicóloga | 60.069 |

ANEXO V

RELAÇÃO ENTRE EQUIPES CRAMs E NAMs E POPULAÇÃO MUNICIPAL

| Município | População Estimada | Equipe técnica |
|-----------------------------|---------------------------|--------------------------------|
| Salvador | 2.837.347 | 01 Psicóloga |
| Feira de Santana | 614.872 | 02 Psicóloga |
| Vitória da Conquista | 338.480 | 03 Psicólogas |
| Camaçari | 299.132 | 01 Psicóloga |
| Juazeiro | 216.707 | 02 Psicólogas |
| Itabuna | 213.223 | 01 Psicóloga |
| Lauro de Freitas | 198.440 | 05 Psicólogas |
| Ilhéus | 162.327 | 01 Psicóloga |
| Teixeira de Freitas | 160.487 | 01 Psicóloga |
| Jequié | 155.966 | 01 Psicóloga |
| Barreiras | 155.439 | 01 Psicóloga |
| Alagoinhas | 151.596 | 02 Psicólogas |
| Porto Seguro | 148.686 | 02 Psicóloga |
| Simões Filho | 134.377 | 01 Psicóloga |
| Paulo Afonso | 117.782 | 01 Psicóloga |
| Valença | 96.562 | Não possui Psicóloga na equipe |
| Candeias | 87.076 | 02 Psicólogas |
| Serrinha | 80.861 | Não possui psicóloga na equipe |
| Jacobina | 80.518 | 01 Psicóloga |
| Senhor do Bonfim | 79.015 | 01 Psicóloga |

| | | |
|-------------------------------|--------|--------------------------------|
| Itapetinga | 76.147 | 01 Psicóloga |
| Irecê | 72.967 | 01 Psicóloga |
| Conceição do Coité | 66.612 | 01 Psicóloga |
| Itaberaba | 64.489 | Não possui psicóloga na equipe |
| Cruz das Almas | 63.239 | 01 Psicóloga |
| Santo Amaro | 60.069 | 01 Psicóloga |
| Maragogipe | 44.677 | Não possui psicóloga |
| São Francisco do Conde | 39.802 | 02 Psicólogas |
| Camacan | 31.988 | 01 Psicólogas |
| Santa Cruz Cabrália | 27.778 | Não possui Psicóloga na equipe |
| Taperoá | 21.074 | Fechado pela nova gestão |
| Saubara | 12.043 | 01 Psicóloga |
| Abáira | 8.739 | 01 Psicóloga |

Azul: entre 60 e 100 mil habitantes/psicóloga (8)

Amarelo: Não tem psicóloga e/ou equipe (6)

Rosa: entre 100 e 160mil habitantes/psicólogas (6)

ANEXO VI

INSTITUIÇÃO EM QUE CURSOU PSICOLOGIA

| | | | | |
|--------------------------|----------|--|---|---|
| IES Baianas | Privadas | FTC | 8 | |
| | | Centro Universitário Jorge Amado-Unijorge | 2 | |
| | | Centro Universitário São Francisco de Barreiras BA | 1 | |
| | | Faculdade Santíssimo Sacramento | 2 | |
| | | Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública | 3 | |
| | | Universidade Estácio Sá | 2 | |
| | | União Metropolitana de Educação e Cultura | 1 | |
| | | Faculdade Ruy Barbosa | 2 | |
| | | Centro Universitário Estácio da Bahia | 1 | |
| | | Faculdade Anísio Teixeira | 1 | |
| | | Faculdade Maurício de Nassau | 1 | |
| | | UNIME | 4 | |
| | | UNIFACS | 1 | |
| | | Públicas | UFBA | 3 |
| | | | Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF | 2 |
| IES demais Estados | Privadas | Universidade Estácio de Sá /RJ | 1 | |
| | | Unib - universidade Ibirapuera de São Paulo | 1 | |
| | | unimarco SP | 1 | |
| | Públicas | Universidade Estadual da Paraíba | 1 | |
| | | UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA | 1 | |

ANEXO VII

TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL

Eu, [nome], [Cargo na SPM], autorizo a pesquisadora Ivana Patrícia Almeida da Silva, doutoranda do Programa de pós-graduação em Estudos Interdisciplinares em Gênero, Mulheres e Feminismos, da Universidade Federal da Bahia, a realizar a pesquisa intitulada “*PSICOLOGIA FEMINISTA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES: ENCONTROS POSSÍVEIS*”, estudo orientado pela Prof^a Dr^a Márcia Santana Tavares que tem por objetivo primário investigar a inserção dos estudos sobre a Psicologia Feminista no trabalho realizado pelas psicólogas que atuam nos CRAMs e NAMs acompanhados pela SPMBa.

A SPMBa assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento do referido estudo pela autorização da pesquisa de campo que será desenvolvida por meio da aplicação de questionários e entrevista, consentindo o acesso aos arquivos com o banco de dados composto pelas informações de contato das servidoras e relatórios relevantes para a pesquisa, com a anuência em usá-los como fonte de dados.

Declaro ciência de que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa, e requeremos o compromisso da pesquisadora responsável com o resguardo da segurança e bem-estar das participantes recrutadas para a pesquisa.

Salvador, 13 de fevereiro de 2020.

[nome]